



Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Escola de Ciências Sociais e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Mapeando práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal a partir da análise de documentos e publicações das revistas *Nova Perspectiva Sistêmica* e *Pensando Famílias*.**

Erika Greicy Koyama Rehder

Goiânia

2024

Erika Greicy Koyama Rehder

**Mapeando práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal a partir da análise de documentos e publicações das revistas *Nova Perspectiva Sistêmica* e *Pensando Famílias*.**

Trabalho apresentado como requisito parcial para exame de defesa de mestrado ao Programa de Pós-graduação *Strito Sensu* em Psicologia da PUCGoiás.

Orientadora: Profa. Dra. Lenise Santana Borges

Goiânia

2024

R345m Rehder, Erika Greicy Koyama  
Mapeando práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal a partir da análise de documentos e publicações das revistas Nova Perspectiva Sistêmica e Pensando Famílias / Erika Greicy Koyama Rehder -- 2024.  
314 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês  
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lenise Santana Borges.  
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2024  
Inclui referências: f. 276-311.

1. Psicoterapia familiar. 2. Identidade de gênero. 3. Psicologia social. 4. Construcionismo social. I . Borges, Lenise Santana. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - 22/03/2024. III. Título.

CDU: 305:316.6(043)

*Maria Auxiliadora M. e Silva - CRB1/1740*

## Ficha de Avaliação

REHDER, E.G.K. (2024). Mapeando práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal a partir da análise de documentos e publicações das revistas *Nova Perspectiva Sistêmica* e *Pensando Famílias*.

Orientadora: Profa. Dra. Lenise Santana Borges

Aprovado pela Banca Examinadora em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Profa. Dra. Lenise Santana Borges  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Presidenta da banca

---

Profa. Dra. Rosana Carneiro Tavares  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Membro convidado interno

---

Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP)  
Membro externo

---

Prof. Dr. Luc Vandenberghe  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Membro Suplente

## **Agradecimentos**

À professora Lenise, pela orientação acolhedora, mas que ao mesmo tempo me provocou a transitar e explorar novos lugares e descobertas. Gratidão sincera pelo nosso feliz encontro e por todo apoio, ensinamentos e inspirações!

Às professoras Carla Guanaes-Lorenzi e Rosana Carneiro Tavares, pela disponibilidade para participarem das bancas de qualificação e defesa do mestrado. Agradeço por todas as observações e palavras cuidadosas e generosas.

Ao professor Luc Vandenberghe, por aceitar o convite como membro suplente.

Aos/às professores/as do programa, Prof<sup>o</sup> Divino, Prof<sup>a</sup> Lila, Prof<sup>a</sup> Rosana, Prof<sup>o</sup> Sebastião, Prof<sup>a</sup> Sônia, Prof<sup>o</sup> Cristiano e Prof<sup>a</sup> Vannuzia, por todo aprendizado.

À professora Eliane Gonçalves, por me mostrar a possibilidade de alinhar academia com elegância.

Ao grupo GEOP, especialmente a querida amiga Andressa, pelos encontros que contribuíram para um caminho menos solitário e mais afetuoso.

À querida Ana, pelo trabalho impecável na revisão de todas as etapas deste trabalho.

À Martha, por toda disponibilidade e gentileza. E aos/às colegas do mestrado pela companhia, “auxílio técnico” (Júlio), bolos e cafezinhos (Rogério).

Aos institutos de formação em terapia familiar que colaboraram com a nossa pesquisa.

Agradecimento especial ao apoio da Capes e do CNPq, fundamental para a realização desse trabalho.

À minha querida e amada filha Sofia, futura cientista social, que me encoraja a abraçar os desafios da vida e a acreditar sempre nas transformações do mundo.

Ao meu filho amado e amoroso Heitor, que me ensina tanto sobre aproveitar os momentos simples da vida.

Ao Marcio, por todas as histórias colecionadas ao longo de 24 anos...

Aos meus pais Jorge e Satiko e meus avós maternos Aiako e Masaharu (in memoriam), por me ensinarem sobre gratidão, humildade e perseverança.

Aos meus sobrinhos queridos Beatriz, Gabriela (afilhada), Victoria e Vinicius (afilhado), que trazem alegria na minha vida.

À minha irmã Amanda, por me ensinar sobre ser livre nas próprias escolhas.

Ao Pedro, pelo jeito especial de “estar junto” e por me ajudar a lembrar sobre o que de fato importa!

À amiga Carol, pela nossa amizade e por trazer humor, abrigo e leveza em minha vida.

Às amigas Márcia e Silvia, por me ensinarem sobre coragem e superação.

À querida Roni, pelo afeto, amizade e parceria nos projetos!

E por fim, ao meu companheiro fiel de quatro patas, Lui!

O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras

Gloria Anzaldúa

## **Resumo**

A crítica a um tipo de ciência psicológica dissociada de um saber/fazer ético e político tem instigado estudos e debates na psicologia. A abertura da psicologia socioconstrucionista para o diálogo com as teorias feministas e de gênero tem produzido ressonâncias tanto na forma de conceber determinados problemas sociais como também na forma de atuação dos profissionais. Desse modo, a pesquisa que ora apresentamos busca analisar as práticas discursivas sobre gênero (re)produzidas em contexto da terapia familiar e de casal no Brasil a partir da realização de uma pesquisa exploratória-descritiva. O método de estudo documental propôs analisar as narrativas de gênero contidas em três fontes de dados independentes: nos conteúdos programáticos dos cursos de formação e especialização em terapia familiar vinculados à Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), e nas produções científicas das revistas Nova Perspectiva Sistêmica e Pensando Famílias, expoentes no Brasil. Percebemos ausência de referências de estudos de gênero, perspectiva feminista e interseccional nos cursos de formação em TF. Em relação as publicações, observamos que o conceito de gênero é pouco explorado considerando a sua potencialidade analítica e política. E quando acontece, as aproximações com a perspectiva construcionista e os estudos de gênero contribuem para discussões e reflexões críticas. Todavia, nossos resultados apontaram que carecem inclusão de uma lente interseccional e trabalhos com articulações teóricas e práticas da TF.

**Palavras-chave:** terapia familiar, gênero, construcionismo social

## **Abstract**

The critics made to a science of Psychology dissociated from ethical and political knowledge and practice has instigated studies and debates in the field. The dialogue of social constructionist psychology with feminist and gender theories has produced resonances both in the way of conceiving certain social problems and in the way professionals work. Thus, the research presented here aims to analyze the discursive practices on gender (re)produced in the field of family and couples therapy in Brazil, based on exploratory-descriptive research. The documentary study method proposes to analyze the gender narratives contained in two independent data sources: in the syllabus of training and specialization courses in family therapy linked to the Brazilian Association of Family Therapy (ABRATEF), and in the scientific productions of *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, a prominent scientific journal in Brazil. We noticed a lack of references from gender studies, feminist and intersectional perspectives in TF training courses. In relation to publications, we observed that the concept of gender is little explored considering its analytical and political potentiality. And when it happens, the approximations with the constructionist perspective and gender studies contribute to critical discussions and reflections. However, our results showed that there is a lack of inclusion of an intersectional lens and work with theoretical and practical articulations of TF.

**Keywords:** family therapy, gender, social constructionism.

## Lista de siglas

ABRATEF	Associação Brasileira de Terapia Familiar
ACATEF	Associação Catarinense de Terapia Familiar
ACTF	Associação Cearense de Terapia Familiar
AGATEF	Associação Gaúcha de Terapia Familiar
AGATEF	Associação Gaúcha de Terapia Familiar
APETEF	Associação Pernambucana de Terapia Familiar
APRTF	Associação Paranaense de Terapia Familiar
APTF	Associação Paulista de Terapia Familiar
ARTEF	Associação Regional de Terapia Familiar
ATEFAM	Associação de Terapia Familiar do Amazonas
ATEFES	Associação de Terapia Familiar do Espírito Santo
ATFAGO	Associação de Terapia Familiar de Goiás
ATFMINAS	Associação de Terapia Familiar de Minas Gerais
ATFMT	Associação de Terapia Familiar do Mato Grosso
ATF-RJ	Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro
ATF-RN	Associação de Terapia Familiar do Rio Grande do Norte
CP	Conteúdos Programáticos
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
PD	Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano
PF	Revista Pensando Famílias
RNPS	Revista Nova Perspectiva Sistêmica
TF	Terapia Familiar

## Lista de figuras

<b>Figura 1</b> .....	106
<b>Figura 2</b> .....	109
<b>Figura 3</b> .....	119

## Lista de Quadros

Quadro 1.....	39
Quadro 2.....	43
Quadro 3.....	45
Quadro 4.....	46
Quadro 5.....	48
Quadro 6.....	49
Quadro 7.....	104
Quadro 8.....	107
Quadro 9.....	112
Quadro 10.....	113
Quadro 11 .....	122
Quadro 12.....	122
Quadro 13.....	126
Quadro 14.....	143
Quadro 15.....	194
Quadro 16.....	194
Quadro 17.....	222

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1 .....</b>	<b>110</b>
<b>Tabela 2 .....</b>	<b>112</b>

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> .....	133
<b>Gráfico 2</b> .....	135
<b>Gráfico 3</b> .....	135
<b>Gráfico 4</b> .....	215
<b>Gráfico 5</b> .....	216
<b>Gráfico 6</b> .....	217

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Breves notas sobre a história da Terapia Familiar e de casal .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 A Terapia Familiar e de casal no Brasil.....</b>	<b>35</b>
<b>1.2 Rumos e percursos: O que nos dizem os congressos de Terapia Familiar no Brasil (2008-2021)?.....</b>	<b>45</b>
<b>2 Ampliando as lentes: Perspectivas de gênero e sociocultural.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Construindo novas possibilidades para a prática clínica: Terapia Familiar Feminista .....</b>	<b>59</b>
<u>2.1.1</u> Efeitos na prática clínica: o papel do/a terapeuta.....	65
<u>2.1.2</u> Supervisão e formação de profissionais na TF.....	72
<b>2.2 Dialogando com perspectivas pós-modernas: construcionismo social e as contribuições para a prática clínica .....</b>	<b>78</b>
<b>2.3 A produção de conhecimento enquanto prática .....</b>	<b>91</b>
<b>2.4 Fronteiras entre o Construcionismo Social e as Perspectivas de Gênero e Feminista na Ciência.....</b>	<b>94</b>
<b>2.5 Os estudos do gênero na Psicologia e na TF .....</b>	<b>98</b>
<b>3 A escolha da ABRATEF como ponto de partida .....</b>	<b>104</b>
<b>3.1 Sentidos de gênero em contexto da TF.....</b>	<b>109</b>
<b>3.2 Os conteúdos programáticos dos cursos de formação como fonte de informações.....</b>	<b>110</b>
<b>3.3 Revista <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> e Revista <i>Pensando Famílias</i> como fontes de informações.....</b>	<b>118</b>
<b>3.4 Explorando sentidos de gênero na RNPS .....</b>	<b>119</b>
3.4.1 Dos Repertórios Interpretativos sobre gênero na RNPS.....	169
3.4.2 Análise dos artigos a partir das categorias: analítica, empírica e genérica.....	171
3.4.2.1 Categoria Analítica.....	171
3.4.2.2 Categoria genérica .....	187
<b>3.5 Explorando sentidos de gênero na Revista <i>Pensando Famílias</i>.....</b>	<b>193</b>

3.5.1 Dos Repertórios Interpretativos sobre gênero na PF.....	219
3.5.2 Análise dos artigos a partir das categorias: analítica, empírica e genérica.....	220
3.5.2.1 Categoria analítica.....	248
3.5.2.2 Categoria empírica.....	257
3.5.2.3 Categoria genérica.....	263
<b>3.6 Distanciamentos e aproximações: RNPS e PF.....</b>	<b>266</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>270</b>
<b>Referências.....</b>	<b>276</b>
<b>Anexo A – Documento Mínimo Norteador de Formação 2008.....</b>	<b>312</b>

## Introdução

A partir dos diálogos com os pressupostos da epistemologia feminista e do construcionismo social, e partindo do entendimento de que a produção de conhecimento é interessada e política, somos constantemente convidadas a examinar nossos interesses, posicionamentos e escolhas durante o percurso de uma pesquisa, desde a delimitação da temática, aos referenciais teóricos adotados e caminho metodológico percorrido. Sendo assim, entendemos que refletir e recontar como essa pesquisa nasceu seja coerente com as perspectivas teóricas das quais nos aproximamos ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

Assumir-me enquanto “pesquisadora encarnada”, como reivindicam autoras feministas na ciência como Donna Haraway (1995, 2009) e María Lugones (2020), implica, inicialmente, em reconhecer as marcas sociais inscritas no meu corpo, os lugares que habito e percorro, bem como minha trajetória profissional e pessoal, me colocando em posição atenta e vigilante quanto às minhas responsabilidades na produção de um conhecimento que é acima de tudo localizado e parcial (Haraway, 1995). Foi esta a perspectiva que abracei e à qual me propus ao lado da minha orientadora, Profa. Lenise Borges.

Esta perspectiva se alinha às reflexões de Peter Spink (2003) sobre a ampliação da ideia de “campo-tema”, em sintonia com os pressupostos construcionistas. Segundo o autor, o campo não é o lugar para coleta de dados; na verdade, estamos inseridos e construindo continuamente o campo ao produzirmos sentidos no processo da pesquisa. Nas palavras dele, “o campo é o método e não o lugar” (Peter Spink<sup>1</sup>, 2003, p. 35). Então, com o objetivo de ampliar novas possibilidades de discussões e conhecimentos, nosso “campo-tema” foi sendo desenhado a

---

<sup>1</sup> Para fazer distinção entre os autores Mary Jane Paris Spink e Peter Spink, utilizaremos ao longo do trabalho “Spink” para referenciar a autora e “Peter Spink” para o autor.

partir do diálogo com outras vozes e lugares, como o movimento feminista, construcionista, os estudos de gênero e a Terapia Familiar – TF<sup>2</sup>.

O movimento construcionista na Psicologia Social teceu críticas ao modo de produção de conhecimento da ciência tradicional, colocando em perspectiva a ideia da neutralidade, da dicotomia entre sujeito e objeto da pesquisa e conhecimento como representação objetiva da realidade (Gergen, 1985; Ibáñez, 1994). Os pressupostos de que a produção de conhecimento através das interações sociais constrói múltiplas realidades parciais e localizadas abriu espaço para a apresentação das justificativas e caminhos elegidos nas pesquisas, evidenciando que as decisões não são ingênuas. Tais ações são políticas e implicam responsabilidade do/a pesquisador/a à cada passo no processo de construção de conhecimento. Assim, reconhecer, desde o início, os posicionamentos e valores pessoais consiste em uma forma de assegurar o rigor da pesquisa (Spink & Lima, 2013; Spink & Menegon, 2013) e criar alternativas para construção de conhecimento mais promissoras, como nos lembram Keneth Gergen, Ruthellen Josselson e Mark Freeman (2015).

Então, de acordo com essas propostas, me sinto convidada a contar a história de como nasce essa pesquisa. Na primeira graduação em Direito (2003), não tive nenhum contato com leituras ou reflexões críticas sobre gênero. Somente na segunda graduação em Psicologia (2019), quando realizei o trabalho de conclusão de curso sobre os aspectos psicossociais da população transexual na cidade de Goiânia, com o objetivo de compreender o contexto da empregabilidade, aproximei-me de autoras feministas contemporâneas e do Construcionismo Social, que ampliaram os meus modos de questionamentos e entendimentos sobre o mundo.

Posteriormente, atuando na clínica como psicóloga, e participando de diversos cursos (como formação em terapia familiar pelo período de um ano e meio, mediação de conflitos e

---

<sup>2</sup> A sigla “TF” foi adotada ao longo deste trabalho para indicar o campo da terapia familiar e de casal com o objetivo de reduzir a repetição dos termos.

eventos relacionados a TF), percebi certa invisibilidade das questões de gênero, sexualidade, racismo, sexismo e LGBTfobia<sup>3</sup>. Apesar da frequência dessas temáticas nas demandas das/dos clientes, de forma explícita ou implícita, seja nos atendimentos individuais, para casais ou famílias, percebi lacunas na abordagem dessas questões tanto na Psicologia como nos contextos de TF.

Compreendi que minhas dificuldades, inseguranças e receios em relação às articulações dessas questões na atuação profissional também eram compartilhadas pelos meus pares e, muitas vezes, negligenciadas, principalmente nos atendimentos em coterapia, uma prática de trabalho em equipe utilizada na TF.

Essas percepções me levaram a buscar cursos de extensão, aperfeiçoamento, workshops e uma especialização em TF *lato sensu* que frequento atualmente, para compreender os atravessamentos dessas questões na prática clínica e as possibilidades de atuação. Encontrei nas chamadas práticas pós-modernas, como a Terapia Narrativa, de Michael White e David Epston (1990), nas abordagens construcionistas, como as práticas colaborativo-dialógicas de Harlene Anderson (1997), nos processos reflexivos de Tom Andersen (1999) e nos estudos de gênero recursos teóricos e práticos para repensar uma postura profissional mais sensível às questões sociais, assim como um modo mais colaborativo e relacional de estar junto às pessoas no contexto profissional.

Enquanto mulher cisgênero, de descendência asiática, heterossexual, mãe de dois filhos adolescentes e pertencente a uma classe social favorecida, entendi que reconhecer as minhas localizações sociais – ou os “ingredientes diferentes da minha identidade”, conforme a metáfora de Audre Lorde (2007, p. 149) –, contribui para pensar criticamente os espaços que ocupo, meus posicionamentos e valores enquanto pesquisadora e profissional da área da saúde mental.

---

<sup>3</sup> LGBTfobia consiste no preconceito direcionado a integrantes das comunidades de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outros grupos que pertençam ao movimento LGBTQIA+.

Por outro lado, passei a reconhecer que muitas escolhas que pensava serem livres e genuínas (as narrativas nem tão “preferidas”<sup>4</sup> assim) foram atravessadas por discursos hegemônicos ao longo da minha vida, como a própria maternidade e o papel do cuidar. As minhas histórias, o encontro com o construcionismo social e o pensamento feminista me instigaram a questionar a relevância da inclusão da perspectiva de gênero na TF, por permitir problematizar os efeitos dos sistemas mais amplos nas relações familiares e do cotidiano.

O encontro com a orientadora Lenise não foi inocente. Os interesses dela, sua perspectiva crítica, compromisso social, posicionamentos, experiências e trajetórias profissionais e acadêmicas no campo dos estudos de gênero me encorajaram, desde o início, a trilhar esse caminho. Como nos lembra Sandra Azerêdo (2010), discutir gênero implica “encrenca”, nos mobiliza a “sair da caixa” para explorar outros lugares, adotar uma postura política, reconhecer e desafiar as implicações do gênero nas nossas vidas.

É importante aqui salientar que as teóricas feministas foram fundamentais para abrir janelas e denunciar as estruturas sociais de opressão e relações de poder, como a hierarquia de gênero, o heterossexismo e o racismo, inclusive na ciência. Nesse sentido, a pesquisa surge a partir do questionamento do lugar da TF na problematização das questões de gênero.

Vale lembrar, nesse sentido, que o desenvolvimento da TF nas décadas de 1960 e 1970 foi originalmente elaborada por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, da classe média e ocidentais, majoritariamente estadunidenses e europeus, ou seja, destinada para um modelo universal da família burguesa. Assim, os modelos teóricos da TF foram enviesados por valores androcêntricos, não reconhecendo a multiplicidade das experiências das pessoas, bem como os efeitos dos marcadores sociais da diferença como gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade, religiosidade, entre outros (Mcgoldrick & Hardy, 2019).

---

<sup>4</sup> Nas práticas da Terapia Narrativa, um dos recursos utilizados consiste em explorar com as/os clientes as “histórias preferidas” para ampliar o entendimento e possibilidades para além da história do problema na vida das pessoas. Ver Michael White (2012).

Segundo Monica McGoldrick e Keneth Hardy (2019), a partir do final da década de 1970, o movimento feminista reverberou na TF. Surgiram terapeutas com perspectiva feminista denunciando as questões de gênero nas práticas da TF, como Rachel Hare-Mustin, Kerrie James e Deborah McIntyre, Marianne Walters, Betty Carter, Peggy Papp e Olga Silverstein. As tentativas de revisão teórica e prática incluíram temas como papéis de gênero, opressão, violência no contexto familiar e culpabilidade materna. Esses debates revelaram uma ciência androcêntrica e colocaram em xeque os pressupostos da neutralidade, universalidade e objetividade, e acima de tudo evidenciaram que os conhecimentos científicos eram produzidos a partir da visão de homens e, portanto, tinham um suposto gênero (Lowy, 2009).

Seguindo essas discussões, a incorporação de uma lente cultural passou a ser reivindicada nos anos de 1980 através de discussões étnicas e culturais. Porém, as questões de raça, etnia e cultura eram ainda percebidas nesse momento como “exceções” em relação aos temas “tradicionais” da TF, que só ganharam maior evidência nos anos de 1990.

Entre as décadas de 1960 a 1970, as terapeutas feministas eram hostilizadas e vistas como uma ameaça para TF. Segundo McGoldrick & Hardy (2019, p.17, tradução nossa), no evento realizado no ano de 1972 pela renomada instituição estadunidense de TF *Family Process*, a mesa formada pelos terapeutas de família, Virginia Satir e Salvador Minuchin, foi considerada um combate e intitulada “Virginia Satir é perigosa para a terapia familiar?”.

Esse breve resgate histórico demonstra o quanto foi desafiador a inclusão das terapeutas feministas na TF. Importante salientar, a esse respeito, que o gênero tem uma longa história de disputas políticas e tensões, como mostram Joan Scott (2019[1986]) e Adriana Piscitelli (2009). Trata-se de um conceito que foi e ainda é central para problematizar as relações de poder e seus efeitos nas vidas das mulheres e pessoas marginalizadas na sociedade, constituindo um importante campo de estudos para a compreensão crítica dos fenômenos sociais.

Fazendo um recorte para o Brasil, podemos identificar que diversas áreas do conhecimento demonstraram interesse pelos estudos de gênero a partir do final dos anos de 1970 (Narzaz, 2007). Surgiram, principalmente na década de 1990, inúmeros núcleos de pesquisa alavancados pelos movimentos sociais que estavam interessados nas discussões propostas pelo movimento feminista, em diversas áreas do conhecimento como nas Ciências Sociais, História, Literatura, Educação e Psicologia. Entre eles, estão o Núcleo de Estudo de Gênero Pagu vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Revista de Estudos Feministas, um periódico científico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA-UFPE), e o Grupo Transas do Corpo, que teve uma trajetória sólida de mais de 30 anos na cidade de Goiânia com propostas e ações educativas inovadoras, além de tantos outros.

Contudo, apesar da ampliação do conceito de gênero nas pesquisas no Brasil, estudos têm revelado que os temas mais recorrentes apresentam ênfase ainda no modelo da família cis-heteronormativa, mudanças nos papéis sociais de gênero e maternidade, temáticas consideradas “questões das mulheres” (Souza et al, 2021), com pouca problematização dos efeitos das relações de opressão e desigualdade social (Santos et al, 2016; Pizzinato, 2020).

Outra preocupação é relativa à lacunas na formação profissional para atendimentos dessas demandas, principalmente no setor público e da saúde, pois as/os profissionais apresentam pouco entendimento sobre os efeitos das diversas formas de opressões na saúde psíquica (Campos & Zanello, 2016; Damasceno & Zanello, 2018, 2019; Franco et al, 2021; Minayo, 1994), com a inclusão deficiente dessas questões nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (Carvalho et al, 2020; Curado & Jacó-Vilela, 2021; Narvaz, 2009; Narzaz & Koller, 2007; Pizzinato et al, 2020; Santos et al, 2016, 2021; Schucman & Martins, 2017).

Sobre a importância da inclusão desses debates, as pesquisas nacionais apontam ainda maior estatística de sofrimento psíquico e vulnerabilidades em relação às mulheres e grupos marginalizados, como as populações negra, indígena, LGBTQIA+<sup>5</sup> (Batista & Zanello, 2016; Damasceno & Zanello, 2018; Lourenço & Costa, 2020; Melo & Morato, 2022; Pedrosa & Zanello, 2016; Zanello & Silva, 2012; Zanello et al, 2015).

As mudanças na sociedade contemporânea quanto às múltiplas possibilidades de configurações familiares e modos de relacionamentos também têm suscitado reflexão para uma atuação profissional mais ética, política e sensível às questões sociais (Benatti et al, 2021). Áreas como da Sociologia, por exemplo, têm discutido a influência da mídia e as transformações nos modos de vida e relações sociais, como a destradicionalização da “família” na sociedade moderna apontada por Anthony Giddens (1993; 2002).

Percebemos maior interesse nos estudos de gênero e sexualidade no cenário internacional, onde encontramos muitos trabalhos repensando o campo teórico e prático, com os trabalhos de Catherine Butler (2009); Knudson-Martin, McDowell & Bermudez, 2019, além das implicações do reconhecimento das próprias localizações sociais e privilégios na formação das/os futuras/os terapeutas para desenvolvimento de uma lente sociocultural (Pendry, 2012; Combs, 2018; Mui-Teng Quek; Eppler & Morgan, 2016).

Já no Brasil, há poucos estudos sobre a teoria e a prática na TF que contemplam e problematizam as questões de gênero. Torna-se fundamental, portanto, compreendermos como a TF no Brasil se posiciona atualmente frente às demandas complexas e emergentes que colocam em debate muitas teorias e práticas fundadas a partir de discursos hegemônicos. Por essa razão, buscamos com essa pesquisa explorar as práticas discursivas de gênero na TF, de

---

<sup>5</sup> A sigla “LGBTQIA+” será utilizada ao longo do texto por ser adotada por movimentos políticos e sociais importantes no país e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2023). A escolha busca ratificar os esforços desses grupos que buscam garantir o reconhecimento, inclusão e representatividade social das diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

modo a fomentar diálogos e compartilhamento de ideias para inspirar novos caminhos e (re)construção contínua dos campos teórico e prático mais plurais.

Buscando coerência teórica, epistemológica e metodológica, nos aproximamos da Psicologia Social de cunho socioconstrucionista e das teorias feministas contemporâneas, por reconhecer que o conhecimento produzido não é uma representação da realidade (Íñiguez, 2002), mas sempre “provisório, precário e situado”, como nos lembra Mary Jane Spink (2014, p. 27).

A perspectiva construcionista, dentro de um paradigma pós-estruturalista, trouxe para o debate os efeitos e impactos da linguagem como prática e transformação social (Íñiguez, 2002; Spink, 2013). O foco na linguagem, evidenciado pelo “giro linguístico”<sup>6</sup>, movimento que surgiu nas ciências humanas e sociais entre as décadas de 1970 e 1980, demonstrou que a linguagem não é apenas uma forma para representação do mundo, mas um instrumento importante para a construção das realidades, que são múltiplas, históricas e culturais, provocando um novo olhar para o seu papel ativo na construção do conhecimento (Ibáñez, 2004, p. 39). Essas ideias ofereceram um terreno propício para o surgimento de debates sobre a concepção de “gênero”, “sexo”, “sexualidade” impulsionado pelas teóricas feministas como Judith Butler (2018).

Assim, ter clareza dos efeitos das estruturas sociais de opressão abre possibilidades para novos entendimentos, mobilizações e ações, como tanto nos ensinou Paulo Freire (2005) na tomada de consciência crítica para libertação dos oprimidos. Incorporando essas ideias para a prática *psi*, podemos nos inspirar ainda na construção relacional da “esperança razoável” de Kaethe Weingarten (2010), para pensar caminhos e estratégias possíveis mesmo diante de situações desafiadoras a partir da consciência crítica e empoderamento.

No entanto, mesmo diante de alguns avanços, é importante considerar que o tema da família nuclear ainda é reiterado nas instituições sociais, como por exemplo em discursos

---

<sup>6</sup> Ver Ibáñez (2004)

políticos que defendem a “família tradicional”<sup>7</sup>. Na contramão desses discursos, temos autores/as (Martins et al, 2015) comprometidos/as em desafiar e ampliar a ideia de “família” a partir da perspectiva construcionista.

A percepção da trajetória sinuosa da TF, aliada às minhas experiências desafiadoras iniciais provocaram questionamentos sobre a prática na TF: posso oferecer e emprestar alguns conceitos e/ou termos para a/o cliente compreender as suas experiências de forma mais ampla? Devo lançar luz sobre questões sociais complexas compartilhadas no contexto terapêutico? Quais são os limites éticos enquanto profissional? Como devo me posicionar frente a situações de violência/opressão/injustiça social? A lente oferecida pela perspectiva de gênero pode estar na sala de terapia? Há espaço para uma atuação mais política, sensível e ética sem adotar uma postura colonizadora de saber? É possível adotar uma postura colaborativa e política de forma coerente e útil para nossos clientes, conforme preconizam Martins et al (2023)?

Assim, enquanto psicóloga atuante na clínica com famílias e casais, essas inquietações em relação à neutralidade dos/as profissionais me provocaram interesse em compreender as possibilidades de construções de contextos de atuação mais político, ético e comprometido com justiça social, tendo em vista que, se não adotarmos uma postura crítica e política frente às relações de poder no contexto terapêutico, assumiremos posições de reprodução de opressão e desigualdade social (Mcdowell et al, 2023; Pendry, 2017).

Nessa direção, Manijeh Daneshour (2023) ressaltou que, apesar de a justiça social parecer alheia e separada da saúde mental, os estudos com propostas interseccionais de raça/etnia, classe e gênero, entre outros marcadores sociais da diferença, têm evidenciado os impactos das intersecções das desigualdades e opressões sociais na saúde mental, ou seja, não

---

<sup>7</sup> A defesa da “família tradicional” (patriarcal e cisheteronormativa) fez parte dos discursos do 38º presidente eleito do Brasil (2019-2023), Jair Messias Bolsonaro, como também da denominada bancada evangélica constituída por parlamentares que apresentam discursos hegemônicos assentados nos valores “Deus, Pátria e Família”, em suas agendas políticas.

podemos distanciar nossas práticas de saúde mental da justiça social. Como afirmam Tereza Mcdowell, Carmen Knudson-Martin e Maria Bermudez (2023), a justiça social é uma responsabilidade clínica.

Todos esses entrelaçamentos das minhas experiências em lugares diferentes contribuíram para o processo da pesquisa. Desse modo, a compreensão do espaço terapêutico como lugar político e tensionado foi transformada em pergunta de pesquisa, que me guiou até o programa do mestrado. Uma vez aprovada, pude aprofundar leituras e compartilhar conhecimentos junto a alunas/os da iniciação científica e da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), através da participação do GEPCFS (Grupo de Estudos e Pesquisa Construção de Fatos Sociais), coordenado pela professora Dra. Lenise Santana Borges e pela pesquisadora Andressa Teodoro. Esses encontros foram fundamentais para os direcionamentos da presente pesquisa, haja vista que a produção de conhecimento é uma prática social e coletiva.

Sendo assim, para nortear nossa pesquisa, estabelecemos algumas perguntas iniciais:

- Quais os sentidos de gênero que transitam no contexto da TF?;
- Há uma articulação dos fenômenos sociais com uma leitura interseccional sobre os sistemas de poder atravessados por raça, etnia, sexualidade, geração, capacitismo e outras categorias das diferenças?
- Essas temáticas são discutidas articulando a prática clínica desses profissionais?
- Há discursos normativos na nossa prática? Se sim, quais estes discursos? Quais práticas estão sensíveis a essas questões e desafiam os discursos dominantes na terapia?
- Quais os caminhos possíveis para uma postura profissional política e eticamente responsável?

A partir desses questionamentos e nosso objetivo geral, buscamos compreender os sentidos de gênero que circulam na TF no Brasil. O primeiro desafio da pesquisa foi delimitar o campo da TF, já que reconhecemos a sua heterogeneidade, a influência de diversas perspectivas teóricas e práticas, bem como, profissionais com formações distintas e atuação em diferentes contextos junto às famílias e casais, que transitam em múltiplos lugares, como escolas e instituições.

Portanto, diante dos limites da pesquisa, entendemos que os conteúdos programáticos dos cursos de formação e especialização em TF de instituições associadas à ABRATEF e as publicações veiculadas nas duas principais revistas da TF: Nova Perspectiva Sistêmica e Pensando Famílias, possibilitam a compreensão de como o conceito de gênero transita em espaços relevantes para o desenvolvimento da TF no Brasil.

À vista disso, as reflexões de Peter Spink (2003) sobre a ampliação de sentido de campo em Psicologia Social, de que o campo não é o lugar, e o importante é o foco em como os sentidos são construídos, nos ajudam a superar o desafio da pesquisa. Partimos, então, do entendimento que construímos e nos tornamos parte do “campo-tema” ao dialogar com outras vozes, relatar e contar uma história.

Nesse caminho, delimitamos os objetivos específicos em: analisar se os institutos e núcleos formadores incluem e reconhecem as questões de gênero nos conteúdos programáticos; identificar as práticas discursivas (repertórios linguísticos, vozes, gêneros de fala e conteúdo) sobre gênero que circulam nos institutos formadores e nas produções científicas da RNPS (Revista Nova Perspectiva Sistêmica) e na PF (Pensando Famílias)<sup>8</sup> e analisar, por fim, se há incorporação de uma visão interseccional nas práticas discursivas sobre gênero.

---

<sup>8</sup> Utilizaremos a sigla “RNPS” para citação da revista Nova Perspectiva Sistêmica e “PF” em relação a revista Pensando Famílias ao longo do texto para evitar repetições.

A partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizamos o método da pesquisa documental em três fontes independentes. No primeiro estudo, definimos como corpus da pesquisa os conteúdos programáticos dos institutos de formação e especialização vinculados à ABRATEF, para analisar quais as narrativas que circulam e são (re)produzidas no contexto de formação. E no segundo estudo, para analisar os interesses nas pesquisas sobre gênero, recorreremos às produções científicas publicadas nas revistas NPS e PF, reconhecidas no contexto da TF no Brasil.

Para buscar responder nossa pergunta de pesquisa a respeito das práticas discursivas sobre gênero em contexto da terapia familiar e de casal no Brasil, elegemos a proposta teórico-metodológica das Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano<sup>9</sup> no contexto da Psicologia Social, a qual está alinhada com a postura construcionista, que considera a pesquisa científica uma prática crítica, reflexiva e social, portanto, uma prática discursiva (Spink & Menegon, 2013). Esta proposta apresenta foco na linguagem (Ibáñez, 2004) e nos processos de produção de sentido que ocorrem na interação entre as pessoas, considerando que conhecimento é “algo que as pessoas constroem juntas” (Spink & Frezza, 2013, p. 10).

A metodologia qualitativa adotada nesta pesquisa apresenta coerência com a proposta epistemológica socioconstrucionista, cujo interesse é compreender os processos de produção de sentidos, ou seja, o modo como as pessoas constroem coletivamente sentidos em relação ao mundo e a si mesmas em um determinado contexto sócio-histórico delimitado na pesquisa, não ênfase em dados estatísticos valorizados no método quantitativo como requisito de validade, fidedignidade e confiabilidade da investigação científica valorizado na visão positivista (M. Spink & Menegon, 2013).

---

<sup>9</sup> Desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa “Práticas discursivas e produção de sentidos” da PUC-SP sob a coordenação da Professora Mary Jane P. Spink, titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

Uma vez que reconhecemos que os conteúdos programáticos dos cursos de formação em terapia familiar e de casal disponíveis no Brasil, bem como as produções científicas veiculadas na RNPS e na PF consistem em produções linguísticas, a análise será realizada a partir dos elementos das práticas discursivas, com ênfase nos repertórios interpretativos, mas reconhecendo os enunciados, vozes e os *speech genres*. Os repertórios interpretativos, segundo Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), correspondem aos conteúdos, termos, conceitos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem que sustentam e norteiam as construções discursivas.

A proposta da análise das práticas discursivas permite compreender os sentidos de gênero que circulam na TF a partir das construções linguísticas: a interação entre a linguagem social que é comum e própria deste contexto de conhecimento e possui certa regularidade, mas também reconhecendo a multiplicidade dos repertórios interpretativos que juntos permitem a produção de novos sentidos em relação às questões que se colocam na pesquisa, considerando as três dimensões temporais dos processos de produção de sentido: “tempo longo”, que representa os conhecimentos culturais construídos em um longo período da nossa história, que estão suscetíveis a novas ressignificações, como os conhecimentos científicos e também o saber do cotidiano; “tempo vivido”, que se refere ao aprendizado da linguagem social no contexto de socialização específico de cada pessoa; e o “tempo curto”, que consiste no momento das interações dialógicas, que pode ser física ou não, processo da produção de novos sentidos no encontro dos tempos longo e vivido (Spink & Medrado, 2013).

Desta forma, considerando os conteúdos programáticos dos cursos de formação em TF e as publicações das revistas NPS e PF como materialidades e produções sociais que constituem um solo importante para informar as práticas discursivas de gênero, não buscamos encontrar ao longo deste trabalho respostas definitivas, mas reflexões críticas e construções de possibilidades

para refletir a prática da TF na atualidade no sentido de fomentar interesses e diálogos contínuos.

Organizamos a dissertação em 3 (três) capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos breve trajetória da terapia familiar e de casal, ressaltando os pressupostos norteadores e inaugurais da prática e o desenvolvimento no contexto brasileiro. No segundo capítulo, abordamos a inclusão da perspectiva de gênero e sociocultural e as críticas levantadas pelas terapeutas feministas. Discutimos ainda as possibilidades, limites e novos rumos a partir dos diversos saberes sobre as práticas na TF, como as perspectivas pós-modernas, a perspectiva socioconstrucionista e feminista. No capítulo terceiro, apresentamos os caminhos da pesquisa, a análise, os resultados e a discussão.

## **1 Breves notas sobre a história da Terapia Familiar e de casal**

Apesar de não ser foco deste trabalho o resgate da historicidade das bases epistêmicas e do desenvolvimento das diversas escolas da Terapia Familiar, é importante assinalar as contribuições, bem como os fundamentos teóricos, conceitos e pressupostos iniciais que sustentaram os modelos dominantes, para posteriormente contextualizar o surgimento das críticas feministas em relação aos valores e princípios perpetuados nessa prática, para, finalmente, traçarmos possíveis rumos da TF na atualidade.

Traçar esse caminho inicial de resgatar as histórias da TF já se apresenta como um desafio, pois, como nos alerta Jefferson de Souza Bernardes (p. 20, 2011), o processo histórico é contínuo, mas não linear. Portanto, há muitas formas e recortes possíveis para se contar uma história, que sempre implica em escolhas, perspectiva, contexto específico, crenças e conceitos do/a autor/a que assume essa difícil jornada.

Dito isso, e considerando nossas limitações para esse estudo, buscamos destacar aqui as principais escolas que se desenvolveram em diferentes lugares e momentos e que contribuíram para o desenvolvimento de múltiplas teorias e práticas que se aproximavam pelo interesse comum no estudo da influência e dinâmica das famílias na saúde mental. Importante lembrarmos também, como Mony Elkaim (1998) observou, a complexidade da TF e suas transformações contínuas, o que torna ainda mais essa tarefa difícil de contemplar todas as nuances e caminhos da TF.

Com o objetivo de aperfeiçoar novos tratamentos e formas de intervenções na área da saúde mental, a TF surgiu entre as décadas 1940 e 1950, imbuída no pressuposto de que a forma da organização da família afetava o comportamento dos seus membros, e que as pessoas faziam parte de sistemas e redes de relacionamentos. A TF emergiu, então, com objetivo de promover mudanças em toda a família e não apenas no “paciente identificado” (Nichols et al, 2007).

Desenvolvida principalmente por homens americanos e europeus, psiquiatras e psicanalistas, muitos envolvidos no movimento da antipsiquiatria, seus teóricos buscavam compreender a relação das doenças mentais e o funcionamento das famílias, como destacam Donald Bloch e Anne Rambo (1998). Eles estavam apoiados na superação do modelo médico, da localização da patologia nas pessoas e visão linear (causa e efeito) para pensar “em círculos”, ou seja, na influência das interações familiares nos transtornos mentais (Nichols et al, 2007, p. 27).

Esses estudos voltados para os padrões da comunicação e as dinâmicas familiares “disfuncionais” contribuíram para o desenvolvimento da terapia familiar nesse primeiro momento. Esse modelo, chamado de Modelo das Comunicações, surgiu com pesquisas desenvolvidas por Gregory Bateson (Bloch & Rambo, 1998) e foi emergente na década de 1960. O grupo de Bateson, formado em 1952 por Jay Haley, John Weakland e Don Jackson, em Palo Alto (Califórnia), impactado pela Cibernética e Teoria Geral dos Sistemas, desenvolveu pesquisas com pacientes com esquizofrenia e suas famílias, com ênfase na comunicação. Os pesquisadores mostraram que as mensagens contraditórias, ambíguas e com duplo sentido enviadas aos pacientes geravam comportamentos psicóticos devido à dificuldade de resposta às mensagens dos familiares. Segundo eles, as respostas correspondiam ao contexto “enlouquecedor” da dinâmica da família (Nichols & Schwartz, 2007).

Aliados a isso, houve o fortalecimento da ideia de família no contexto após a Segunda Guerra Mundial: uma visão “familista” voltada para o ideal do casamento, maternidade, “glorificação do lar” como “destino natural” das mulheres (Goldner, 1985). Tal contexto, associado com a busca de práticas na contramão de abordagens intrapsíquicas, como a psicanálise (Imber-Black, 2019), e a tentativa de expandir o foco para a família como sistema como forma de explicar as psicopatologias, contribuíram para a emergência da TF (Mcdowell et al, 2023). Os anos dourados da TF, como destacam os autores, ocorreram entre os anos de

1970 a 1985, com o surgimento de escolas e centros de formação em TF, principalmente, nos Estados Unidos, mas também na Europa (Nichols & Schwartz, 2007). Entre suas principais correntes, podemos destacar: a terapia familiar sistêmica de Bowen, a terapia familiar estratégica, a terapia familiar estrutural, a terapia familiar experiencial, a terapia familiar psicanalítica e a terapia cognitivo-comportamental.

Para traçar um quadro, vale apontar que a TF se desenvolveu a partir das ideias do Pensamento Sistêmico, paradigma teórico e epistemológico que se consolidou a partir do início do século XX em diversas áreas de conhecimento, como a Biologia, Matemática, Astronomia, Física, Ecologia, Psicologia, entre outras, devido aos avanços tecnológicos nas pesquisas que passaram a se interessar na auto-organização dos organismos e comunidades como sistemas complexos. Teorias como a Teoria da Comunicação<sup>10</sup> desenvolvida pelo antropólogo Gregory Bateson, a Teoria Geral dos Sistemas<sup>11</sup> do biólogo Ludwig von Bertalanffy, a Teoria da Cibernética<sup>12</sup> e o estudo da autorregulação dos sistemas do matemático Norbert Wiener influenciaram os estudos e reconhecimento das famílias como sistemas dinâmicos (Vasconcellos, 2013), que buscam manter a estabilidade para seu funcionamento (Bloch & Rambo, 1998; Elkaim, 1990).

O desenvolvimento da “Cibernética de Primeira Ordem” para a “Cibernética de Segunda Ordem”, ao incluir um novo paradigma no Pensamento Sistêmico, chamado de Novo-

---

<sup>10</sup> A Teoria da comunicação foi desenvolvida pelo grupo de Gregory Bateson, interessado em pesquisar a natureza da “comunicação esquizofrênica”. O grupo chegou à conclusão de que não há mensagem simples, pois sempre há dois níveis de comunicação: objetivo de “relato/comando e metacomunicação/velada” (Nichols & Schwartz, 2007).

<sup>11</sup> A Teoria Geral dos Sistemas ampliou os estudos da Biologia e teoria Sistêmica, entendendo as famílias como sistemas e que participam de outros sistemas simultaneamente. Desenvolveu conceitos como retroalimentação, *feedback*, homeostase para explicar as influências externas, a reorganização e a estabilidade (Vasconcellos, 2010).

<sup>12</sup> A Cibernética considera os sistemas abertos e suscetíveis as influências externas. Utilizou-se de termos como retroalimentação negativa, *feedback* negativo – que significa que, diante de uma informação nova, o sistema se autorregula para manter a homeostase –, o *status quo* (para sobrevivência e funcionamento) e *feedback* positivo para explicar as mudanças e adaptação do sistema frente a novos *inputs* (Vasconcellos, 2010). Porém, vale destacar que isso não significa que o *feedback* negativo produza sempre um efeito negativo para o sistema e o inverso no *feedback* positivo, pois ambos podem gerar impactos das duas ordens para o sistema dependendo da situação, e todo sistema precisa de *feedback* negativo e positivo para garantir seu funcionamento. Segundo Nichols e Schwartz (2007), “culpaabilização, punição, regras rígidas e sintomas” são exemplos de *feedback* negativo p.102).

Paradigmático (Vasconcellos, 2013), reconheceu os pressupostos da “complexidade” dos sistemas, da “instabilidade”, ou seja, caráter dinâmico, e da “intersubjetividade”, que passou a considerar o próprio observador como parte do sistema.

O movimento da Cibernética de Segunda Ordem foi impulsionado principalmente pelos trabalhos de Ernst von Glasersfeld, Heinz von Foerster e dos biólogos Francisco Varela e Humberto Maturana (Elkaim, 1998) que reconheceram, em seus estudos, os observadores como participantes do processo de observação, ou seja, a experiência de conhecer é sempre subjetiva, do observador. O Pensamento Sistêmico Pós-paradigmático, que surge no movimento da ciência contemporânea, propõe mudanças nos pressupostos como da complexidade, instabilidade do mundo e da intersubjetividade para compreender os fenômenos e produzir conhecimento.

Segundo Grandesso (2011), a chamada Cibernética de Segunda Ordem se desenvolveu a partir das mudanças paradigmáticas e aproximação com perspectivas epistemológicas construtivistas e construcionistas sociais com foco nos sistemas linguísticos, que inovaram as práticas das terapias sistêmicas, principalmente nos modos de compreensão das dinâmicas familiares, no reconhecimento da/o terapeuta como parte do sistema terapêutico e não mais como especialista, e no próprio sentido do processo terapêutico como um contexto conversacional e produtor de significado (Grandesso, 2011).

A teoria geral dos sistemas foi útil para mudar o foco dos indivíduos como fonte dos problemas para as formas de interações e estruturas das famílias, pelos pioneiros da TF. Nesse contexto de pensar as famílias como sistemas e superar os padrões relacionais “disfuncionais” através de uma comunicação mais clara e eficiente, esses terapeutas desenvolveram alguns conceitos, como a complementaridade, que sugere que as diferenças entre as pessoas se complementam nos relacionamentos, a circularidade nas interações entre as pessoas (no lugar

de uma explicação linear), e a simetria, ou seja, a ideia de igualdade nas relações (Nichols & Schwartz, 2007, p. 67).

Nesse sentido, considerando as famílias como sistemas vivos, os conceitos de *feedback* negativo e *feedback* positivo explicavam a função dos sintomas nas famílias e as resistências para mudanças, e ajudavam a explorar alternativas de interações mais funcionais. Por outro lado, apesar de considerar as famílias como sistemas abertos, as/os terapeutas davam pouca atenção aos sistemas sociais mais amplos, e focavam seus trabalhos nas famílias enquanto núcleos autônomos e autossuficientes (Nichols & Schwartz, 2007).

A teoria das comunicações explorou as regras da comunicação, focou no modo das interações das famílias (processo) e incorporou muitas técnicas e modelos das chamadas terapias de grupo já que não havia ainda um modelo teórico, inclusive realizando atendimentos em grupos de várias famílias juntas (Nichols & Schwartz, 2007). Apesar das críticas em relação à culpabilização dos pais, de um olhar limitante para o sistema da família nuclear e da adaptação de técnicas de grupo sem considerar as especificidades como os vínculos familiares, tais percursos foram fundamentais para emergência de outros modelos de trabalho, como a terapia estratégica que surgiu na década de 1980.

A escola estratégica, conhecida por seu caráter sistemático, objetivo e prescritivo, buscou promover mudanças nos padrões disfuncionais de comunicação, e se desdobrou no modelo de terapia breve do *Mental Research Institute* (MRI); na terapia estratégica de Haley e Madanes e no modelo sistêmico de Milão (Nichols & Schwartz, 2007).

O *Mental Research Institute* (MRI) foi fundado por Don Jackson no final da década de 1950. A equipe formada por Jules Riskin, Virginia Satir, Jay Haley, John Weakland, Paul Watzlawick, Arthur Bodin e Janet Beavin desenvolveu, a partir dos estudos de Gregory Bateson e Milton Erickson, um modelo que priorizou a reorganização da dinâmica da família, mudanças nos comportamentos com base em intervenções prescritivas e buscando comunicação mais

clara e eficiente. Desenvolveram conceitos como “regras familiares” (regularidade das interações familiares); “homeostase familiar” (estabilidade e resistência à mudança) e “*feedback* negativo” (preserva o *status quo*) e “*feedback* positivo” (permite transformações). Adotaram uma abordagem comportamental, com meta e objetivos definidos voltados apenas para a solução dos problemas apresentados pela família, que incluem definição do problema e identificação do responsável. Apesar das contribuições, críticas posteriores apontavam uma postura “manipuladora” das/os terapeutas (Nichols & Schwartz, 2007).

Já Jay Haley e Cloe Madanes fundaram o *Family Therapy Institute* em Washington no ano de 1976, adotando uma abordagem comportamental. Assumiram, enquanto terapeutas, o compromisso pela promoção de mudança nas famílias. Focaram nas regras, hierarquias, fronteiras, na função dos problemas e mudança da estrutura disfuncional das famílias, através de recursos como das prescrições diretivas. Nesse modelo de terapia, também identificam o problema, os pontos de vista de cada um, as hierarquias, triangulações que contribuem para as dificuldades das famílias (Nichols & Schwartz, 2007, p. 161).

No contexto europeu, na Itália, Mara Selvini Palazzoli, Luigi Boscolo, Gianfranco Cecchin e Giuliana Prata fundaram, no final da década de 1960, o “Centro de Estudos da Família” em Milão. O modelo sistêmico de Milão adotou uma postura menos intervencionista, com atendimentos em coterapia e equipe terapêutica, utilizando perguntas circulares, conotação positiva (modo de evidenciar a função do sintoma na dinâmica familiar) e rituais como estratégias para iluminar o funcionamento e jogos de poder nas famílias, já que havia reconhecimento das competências das famílias para resolução dos próprios problemas. Posteriormente, Boscolo e Cecchin seguiram juntos com interesses na formação e foco no processo terapêutico mais colaborativo, enquanto Palazzoli e Prata continuaram na pesquisa e dedicadas aos estudos dos “jogos de poder nas famílias”. As pesquisadoras mostraram que a

suposta neutralidade das/os terapeutas gerava distanciamento na relação terapêutica e desconforto nas famílias (Nichols & Schwartz, 2007).

A escola estrutural representada por Salvador Minuchin surgiu em meados de 1960 e ganhou popularidade na década de 1970. Como o próprio nome sugere, seu foco está na estrutura (padrão interacional da família). Para tanto, as/os terapeutas estruturalistas consideram que a unidade da família e os subsistemas entre seus membros são delimitados por fronteiras. Sendo assim, a função da terapia, através de intervenções terapêuticas, é ajudar a promover maior flexibilidade nos padrões, regras e estimular nova reorganização familiar visando uma estruturação mais funcional, utilizando o que acontece na sala de terapia para promover manobras e estimular mudanças e novas interações na família (Nichols & Schwartz, 2007).

Minuchin inovou a TF ao trabalhar com “famílias de minorias” e proporcionar cursos de formação em TF à comunidade negra. Desenvolveu conceitos como “famílias emaranhadas e desligadas”, “fronteiras rígidas e difusas” para explicar as estruturas e padrões das famílias. Abordou também a questão dos múltiplos papéis sociais ocupados por uma mesma pessoa e a ideia da complementaridade: “um padrão frequentemente encontrado é a síndrome mãe emaranhada/pai desligado – o arranjo característico da família de classe média perturbada” (Minuchin & Nichols, 1993, p. 121 *apud* Nichols & Schwartz, 2007, p.187). Apesar da popularidade, críticas feministas apontam a ausência de uma perspectiva de gênero e uma abordagem patologizante no modo de ver as famílias como “disfuncionais”.

O interesse pela TF fomentou o surgimento de outras abordagens, como as perspectivas intergeracionais que buscaram compreender as dificuldades das famílias a partir das influências das forças multigeracionais, ampliando o foco para além da unidade familiar. Nesse sentido, podemos apontar os trabalhos do teórico Murray Bowen; a escola Psicodinâmica de Ivan Boszormenyi Nagy, Henry Dicks e Nathan Ackerman; a abordagem Trigeracional de Maurizio

Andolfi e Carmine Saccu; e a escola Experiencial Simbólica de Carl Whitaker e Virginia Satir (Elkaim, 1998; Nichols & Schwartz, 2007).

A escola familiar sistêmica de Murray Bowen foi desenvolvida a partir da atuação de Bowen na psiquiatria, na década de 1940, com pacientes com esquizofrenia e suas famílias. Ele percebeu que as relações simbióticas entre mães e filhos provocavam uma falta do que ele conceituou de “diferenciação de self”, ou seja, um desequilíbrio entre as forças da “proximidade” e “individualidade” entre os membros das famílias que implicava em relacionamentos com fusão emocional e falta de autonomia. Adotou uma lente sistêmica para compreender as famílias e as forças emocionais geracionais foram o foco do seu trabalho, utilizando o genograma<sup>13</sup> como recurso terapêutico. Diferente das outras propostas, Bowen não buscou solucionar os problemas com pragmatismo, mas compreender a dinâmica familiar (foco no processo do “como” as pessoas se comunicam) para convidar os próprios membros a assumirem responsabilidade para mudança (Nichols & Schwartz, 2007).

Nessa escola, Betty Carter e Monica McGoldrick se destacaram. Elas foram alunas de Murray Bowen e terapeutas e teóricas expoentes nos estudos do ciclo de vida familiar e perspectiva de gênero e etnicidade. Criticaram a neutralidade no contexto terapêutico, e defendiam que as/os terapeutas deveriam abordar os efeitos das questões de gênero mesmo quando não demandadas explicitamente pela membros da família/casal.

Na escola experiencial, Carl Whitaker e Virginia Satir foram os representantes desse modelo, caracterizado pela espontaneidade e criatividade das/os terapeutas. Dentro de uma perspectiva humanista, influenciados pela Gestalt, abordagem fenomenológica-existencial, a proposta deste modelo de terapia familiar focalizava na “experiência emocional”, do “aqui e agora”, já que entendiam que muitos dos problemas enfrentados pelas famílias eram decorrentes

---

<sup>13</sup> O genograma é um recurso muito utilizado na TF com objetivo de explorar as dinâmicas familiares: os padrões de relacionamentos no sistema familiar, os legados e os mitos a partir de um olhar multigeracional. Ver McGoldrick, Gerson, & Petry, 2012.

de repressão emocional. Importaram recursos terapêuticos de caráter expressivo do psicodrama e das artes, como a “escultura familiar” e o “desenho da família” com o objetivo de promover a boa comunicação, expressão e maior interação a partir da exploração dos diferentes níveis de experiências (Nichols & Schwartz, 2007, p. 216).

Sobre a terapia familiar psicanalítica, é importante ressaltar que terapeutas das principais escolas da TF, como Nathan Ackerman, Murray Bowen, Ivan Boszormenyi-Nagy, Carl Whitaker, Don Jackson e Salvador Minuchin eram psicanalistas. Porém, alguns terapeutas familiares se afastaram da Psicanálise ao longo do caminho, e outros permaneceram próximos dela, como Bowen e Nagy (Nichols & Schwartz, 2007).

Sendo assim, muitos terapeutas buscaram articular os conceitos da psicodinâmica – como a teoria das relações objetais, a psicologia do self e a transferência – com a teoria sistêmica, e construir uma proposta teoria e prática para compreender as famílias de modo a resolver conflitos subjacentes e impulsos inconscientes que, segundo eles, estariam relacionados com os problemas apresentados pelas famílias. Segundo Elkaim (1998), apesar das especificidades de cada terapeuta analítico, eles/as apresentam algumas características em comum no seu trabalho: processo analítico longo, sessões contínuas, foco na família (atual e transgeracional) e ênfase na “escuta, empatia, interpretação e neutralidade analítica”, com interesse na comunicação e interação das pessoas (Nichols & Schwartz, 2007, p. 239).

Do mesmo modo, a terapia familiar cognitivo-comportamental trouxe influências dos estudos sobre a teoria da aprendizagem. Conforme Nichols & Schwartz (2007), inicialmente os/as terapeutas focaram no treinamento de pais para mudanças de comportamentos e estratégias de comunicação para casais que estavam enfrentando dificuldades. Para entender como muitas das teorias comportamentais foram desenvolvidas na TF, vale citar como exemplo o conceito do condicionamento operante de B.F. Skinner, que se refere às respostas voluntárias a um determinado estímulo que são determinadas pelas consequências, ou seja, os

comportamentos poderão ser reforçados quando as consequências forem positivas ou poderão ser extintos diante de consequências negativas. Diante disso, terapeutas comportamentais como Thibaut e Kelley (1959, apud Nichols & Schwartz, 2007) passaram a focar nas relações familiares e não apenas no indivíduo, e desenvolveram a teoria da aprendizagem social mostrando os efeitos circulares do comportamento de uma pessoa na outra, e que a satisfação conjugal se correlaciona com os reforços positivos – reciprocidade entre os benefícios e ônus no casamento (Taillade & Jacobson, 1998).

Interessante destacar que, para os terapeutas familiares comportamentalistas, o próprio sintoma da família corresponde a um padrão de comportamento aprendido e, portanto, pode ser modificado por um comportamento mais efetivo através de mudanças e negociações das regras, direitos e responsabilidades familiares. Para tanto, cabe aos/às profissionais, após uma análise funcional, propor intervenções como o desenvolvimento de comunicação interpessoal mais eficiente (Nichols & Schwartz, 2007) e capacidade de resolução de conflitos (Taillade & Jacobson, 1998).

Na prática com casais, assim como a terapia cognitiva-comportamental, as sessões são estruturadas com tempo e limite de número de sessões. São utilizados recursos como “tarefas de casa”, organização e apresentação de uma agenda dos atendimentos, revisão das mudanças de comportamentos, treinamento em comunicação, resolução de conflitos e disfunções sexuais.

Em síntese, a TF apresentou algumas premissas, tais como: a família como um sistema; foco na totalidade; foco no processo e não no conteúdo, ou seja, no modo como as pessoas buscam resolver seus problemas e no processo de comunicação e relacionamentos; a causalidade circular para explicar como as pessoas se comunicam e se relacionam, e os efeitos de um membro da família/casal sobre o outro; a complementaridade, a justificativa das diferenças para o funcionamento das famílias (Nichols & Schwartz, 2007).

Por outro lado, já pudemos identificar críticas importantes em relação aos modelos de TF iniciais, como maior ênfase nos sistemas familiares, culpabilização dos pais, visão patologizante das famílias, invisibilização dos impactos das relações de poder e dos sistemas sociais mais amplos e a exclusão da perspectiva de gênero na prática da TF. A seguir, veremos como a TF se desenvolveu no contexto brasileiro, e algumas de suas implicações para esta pesquisa.

### **1.1 A Terapia Familiar e de casal no Brasil**

Para resgatar a trajetória da TF no nosso contexto, escolhemos apresentar os marcos mais importantes, como a fundação de instituições, associações e realização de congressos para delimitar alguns contornos de como a TF tem se desenvolvido no Brasil.

A partir da década de 1990, ocorreu maior visibilidade da TF no Brasil, que coincidiu com a criação de alguns institutos como a Associação Paulista de Terapia Familiar (APTF) em 1993 e a Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF) em 1994, mesmo ano em que houve a realização do primeiro congresso de TF no país. Nesse período, observou-se a fundação de associações regionais, fomento de estudos, publicações de trabalhos e livros e realização de congressos e eventos nos âmbitos regionais e nacional para compartilhar conhecimento e fortalecer o campo.

Atualmente, as 12 (doze) associações regionais distribuídas nos estados brasileiros refletem a consolidação e representatividade da ABRATEF e TF no Brasil. Concomitantemente, observou-se o surgimento de novos cursos de especialização *lato sensu* e institutos de formação em todo o país. Essa expansão também gerou aproximação com outras áreas, como Direito, Educação, Assistência Social e Saúde, devido à ampliação de realização de trabalhos multidisciplinares, principalmente com grupos e comunidades.

Há poucos materiais sobre a trajetória da TF. Maria Rita D'Angelo Seixas, docente e protagonista no desenvolvimento da TF no Brasil organizou, em 2010, o livro intitulado “Origem e trajetória da Terapia Familiar no Brasil”, onde propôs resgatar e recontar as histórias da TF a partir de documentos coletados e compartilhados pelas associações regionais e colaboração de profissionais expoentes (psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, psicanalistas) que participaram do desenvolvimento da TF. Nele, a autora analisa documentos como atas de assembleias, encontros, congressos, levantamentos, entrevistas e registros pessoais, os quais forneceram pistas do delineamento da TF no contexto brasileiro, com suas conquistas, mudanças e desafios.

Importante destacar que, desde os anos de 1970, surgiram no Brasil cursos de formação e grupos de estudos promovidos por profissionais que passaram a intercambiar conhecimentos e práticas da TF adquiridos no exterior (onde a área já estava em pleno desenvolvimento desde o final de segunda guerra mundial, principalmente nos Estados Unidos e posteriormente na Europa). Esses profissionais, localizados principalmente nas regiões sul e sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), mas também em grupos relevantes no centro-oeste (Brasília) e nordeste (Bahia e Ceará), realizaram muitos encontros, que, timidamente, ocorreram ainda na década de 1980, conforme aponta Maria Rita Seixas (2010).

Ainda segundo a autora (Seixas, 2010), esses grupos e encontros de terapeutas foram impulsionados pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O 1º Encontro de Terapia Familiar ocorreu em Salvador em 1988 e o 2º Encontro de Terapia Familiar foi realizado na cidade de Belo Horizonte em 1990. Desse modo, a TF foi se organizando e se fortalecendo. A fundação da ABRATEF, da APTF no estado de São Paulo e a realização do I Congresso de Terapia Familiar em 1994 foram marcos importantes para estruturar e legitimar a TF no país, num desenvolvimento do campo teórico e prático movido por questionamentos sobre a realidade das famílias brasileiras (Seixas, 2010).

Seixas (2010) ressalta que os primeiros interesses em trabalhos com casais ocorreram no contexto da Igreja Católica na década de 1970, nos denominados “Encontro de Noivos”, e “Encontro de Casais com Cristo”. Outro contexto que despertou interesse para o estudo das famílias foi a área da psicoterapia infantil, que era chamada de “orientação de pais”. Esses contextos foram as portas para incluir os estudos das relações familiares e aproximação com a terapia familiar, posteriormente expandindo-se para outros contextos de atuação como comunidades, grupos, judiciário, saúde e educação (Seixas, 2010).

A realização de inúmeros congressos nacionais e latino-americanos, a formação de conselhos, como o Conselho Deliberativo e Científico (CDC), que representa o órgão responsável em garantir o cumprimento dos objetivos da ABRATEF, a elaboração do Regimento Interno e Estatutos, além da organização de comissões, como a “Comissão de Histórico da ABRATEF”, contribuíram para a confecção do livro citado, bem como a “Comissão editorial” responsável pela revista da ABRATEF. Todo esse movimento foi sendo reajustado durante seu percurso e dando forma e estruturação para a ABRATEF e, conseqüentemente, da TF no Brasil.

A preocupação com a produção científica, segundo Seixas (2010), sempre esteve presente, desde as preparações dos congressos e no percurso da revista da ABRATEF. Com o objetivo de consolidação da TF, o Conselho Deliberativo e Científico (CDC) sofreu inúmeros aperfeiçoamentos conforme as atualizações das gestões da ABRATEF a cada novo biênio. Vale destacar que a criação da Comissão de Pesquisa do biênio 2002-2004 sinalizou incentivo para a produção de conhecimento. Na gestão do biênio 2006-2008, Seixas (2010) menciona o objetivo de realizar na gestão seguinte um levantamento das pesquisas já realizadas no contexto da TF no Brasil.

Todos esses interesses em explorar o campo teórico e prático constituíram movimentos para fortalecimento e unificação da TF no Brasil. Nesse sentido, é também criada a “Comissão

de formação”, responsável em deliberar os critérios objetivos para a formação e desenvolvimento profissional das/os futuras/os terapeutas, que, apesar de um caráter geral, busca alinhamento com as regionais e institutos formadores, como a carga horária e condições para validação do instituto formador.

Assim, a TF no Brasil atraiu muitos adeptos em razão da mudança de paradigma na ciência que ocorria em meados da segunda metade do século XX, da visão mecanicista para uma visão sistêmica, que contribuiu para eclosão dessa perspectiva na TF para compreender as famílias.

A pluralidade de perspectivas teóricas como a Psicanálise, o Psicodrama, a Teoria Sistêmica, o construtivismo e o construcionismo social produziu modelos diferentes de terapias na TF, tornando o campo diverso. Apesar da popularidade inicial da teoria sistêmica na TF (Ponciano & Féres-Carneiro, 2006), recente estudo aponta que o construcionismo social tem sido incorporado nas práticas clínicas dos/as terapeutas e difundido por muitos cursos de formação em TF (Ravagnani et al., 2016).

Sobre as produções científicas, Seixas (2010) aponta que, no início, apesar do incentivo e abertura para divulgar artigos da comunidade na revista da ABRATEF, ela recebeu apenas dois artigos para publicação na sua primeira edição, publicada no Congresso de Gramado em 2008. Pelo número insuficiente de submissões, a revista decidiu realizar convites a profissionais reconhecidas/os para colaborarem com o periódico. Além disso, adotaram-se iniciativas para estimular a produção científica com oferecimento de palestras, prêmios e encontros com pesquisadores. Há um reconhecimento, desde esse momento, da importância da produção de conhecimento teórico e prático para consolidação da TF.

Em vista dessas informações, buscamos fazer um levantamento atual de pesquisas interessadas na TF na base de dados da SciELO. Para tanto utilizamos o descritor “terapia familiar”, sem recorte temporal, considerando artigos publicados no Brasil, na área da

Psicologia e sem restrição dos periódicos. Apesar de adotarmos amplos critérios de inclusão na busca, os resultados apresentaram apenas 35 publicações, número que denota ainda baixo interesse nas pesquisas sobre TF na Psicologia.

Já no levantamento de produções científicas realizadas no Google Acadêmico, utilizamos o mesmo descritor “terapia familiar, como frase exata e nos títulos dos trabalhos, no idioma português, sem recorte temporal e de área, visto não ser possível essa opção. Assim, localizamos um total de 510 publicações, que indica interesse pela temática da TF, considerando as diversas áreas do conhecimento. Contudo, quando selecionamos na busca algumas revistas importantes da área da Psicologia, encontramos: 53 artigos na Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa; 64 artigos na Revista Ciência e Profissão e 3 artigos na Revista Psicologia e Sociedade. Números que evidenciam uma tendência vagarosa na produção de conhecimento sobre o tema, como discutido por Seixas (2010).

Por outro lado, como nos lembra Costa (2010), temos grupos interessados nos estudos de família, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) que possuem grupos de pesquisa voltados para área clínica e Psicologia do Desenvolvimento, que contribuem para o campo da TF.

### Quadro 1

*Informações dos congressos da ABRATEF realizados no período (1994-2021).*

<b>Congresso</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Tema</b>
I	1994	Gramado -RS	“Família: Lugar Seguro para crescer?”
II	1996	Gramado- RS	Não houve definição de tema
III e I Encontro Latino-americano de TF	1998	Rio de Janeiro	“O indivíduo, a família e as redes sociais na virada do século”
IV e II Encontro Latino-americano de TF	2000	Brasília - DF	“A família em tempos de transição: justiça social, ética e cidadania”
V e III Encontro Latino-americano de TF	2002	Salvador - BA	“Família com afeto”
VI e I Encontro de Pesquisadores	2004	Florianópolis -SC	“O que tu fazes por aí?: Diversidade e abordagem na família brasileira”

VII e II Encontro de Pesquisadores	2006	São Paulo -SP	“Tecendo redes e construindo pontes entre teorias, práticas e contextos”
VIII e III Encontro de Pesquisadores	2008	Gramado -RS	“Diferentes famílias, contextos diversos, múltiplos olhares”
XIX e IV Encontro de Pesquisadores	2010	Búzios - RJ	“Tempo, limite, sexualidade”
X	2012	Curitiba -PR	“Casais e Famílias – Complexidades, criatividade e práticas”
XI	2014	São Paulo -SP	Sem informação disponível ABRATEF
XII	2016	Gramado -RS	“Face a Face com a Família – Diferentes caminhos teóricos e práticos”
XIII	2018	Rio de Janeiro - RJ	“Interação entre Terapeutas, Práticas e Famílias”
XIV	2021	Caldas Novas- GO	“As Competências do Terapeuta nos Múltiplos Contextos Humanos”

Podemos perceber que, desde 2004, os congressos revelam preocupação teórica e prática da TF, associados com as transformações sociais contemporâneas, apresentando temas como diversidade, complexidades, e caminhos teóricos e práticos.

Rosa Maria Macedo et al (2008), no livro “Terapia Familiar no Brasil na última década”, reúnem trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2006) e nos ajudam a compreender o cenário da TF no Brasil, a partir das principais temáticas e preocupações das/os profissionais.

Conforme Macedo (2008), no primeiro congresso realizado em 1996, com a proposta do tema “Família: um lugar seguro para crescer”, os trabalhos abordaram questões teóricas e práticas com objetivo de fortalecimento da TF, formação do/a terapeuta, os impactos da pós-modernidade e ampliação da perspectiva sistêmica para diversos outros contextos como justiça, educação e saúde.

Já no VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2006), cujo tema foi “Tecendo Redes e Construindo Pontes entre Teorias, Práticas e Contextos”, demonstrou-se reconhecimento da multidisciplinaridade e multiplicidade do campo da TF. Assim, dentre os 72 (setenta e dois) trabalhos apresentados, há temas diversos, incluindo propostas de reflexão

acerca das famílias contemporâneas no contexto brasileiro, novas configurações familiares, homossexualidade, violência no âmbito familiar, exclusão social, valores na terapia, desafios da formação, autoridade parental, questões financeiras na conjugalidade, adoção, dentre outros.

Pensando sobre os novos arranjos familiares e o impacto das ideias pós-modernas<sup>14</sup>, Ana Carolina Morici (2008) destacou as transformações nas relações sociais, dos valores e as principais demandas na clínica psicológica na pós-modernidade: as questões hierárquicas de poder entre pais e filhos, os conflitos entre a idealização da família patriarcal, diante das múltiplas possibilidades de configurações familiares, como as famílias “reconstituídas”, “monoparentais”, “homoparentais”, e também novos modos de vida e de relacionamentos.

Dentro de uma perspectiva pós-moderna comprometida com a transformação social no da TF, Marilene Grandesso (2008) assinalou as mudanças advindas com a globalização; foco na construção de uma prática profissional ética, responsável e política; reconhecimento dos contextos sociopolíticos e culturais; legitimação das múltiplas constituições familiares, relacionamentos e modos de vida, já que não há, portanto, segundo a autora, um modelo único de família contemporânea.

Ieda Dorfman et al (2008, p. 372) apresentaram no referido congresso os resultados de uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de compreender as posturas das/os terapeutas de família e casal associados à AGATEF (Associação Gaúcha de Terapia Familiar) frente aos atendimentos de casais homossexuais. O estudo revelou um baixo interesse na participação da pesquisa, pois de um total de 201 profissionais filiados/as à associação gaúcha, apenas 33 participaram. Nesta pesquisa, foram questionados os “tipos de reações” nos atendimentos a casais homossexuais, e o maior número das respostas apontou que os terapeutas “agiriam normalmente”, uma parcela mínima respondeu que “teriam surpresa”, enquanto outros preferiram não responder. Outra questão mostrou que a maioria dos terapeutas que já atendeu

---

<sup>14</sup> Para mais informações sobre a perspectiva pós-moderna e seus impactos na TF, ver a seção 2.3 desta dissertação.

casais homossexuais ofereceria um “atendimento igual” aos casais heterossexuais e um grupo menor de terapeutas responderam que disponibilizariam um “atendimento diferente”.

A análise concluiu que as/os profissionais não apresentam dificuldades nos atendimentos a casais homossexuais, apoiando e percebendo a importância da garantia dos direitos da população LGBTIQIA+, além de reconhecerem a homossexualidade como consequência de fatores biopsicossociais e aludirem o sofrimento psíquico dos casais à exclusão familiar. Por outro lado, os resultados limitados indicaram falta de reconhecimento das/os profissionais acerca das especificidades dessa população, como as relações de opressão e marginalização social, bem como aspectos macrossociais materiais, como dificuldades de acesso à saúde, educação, trabalho que colocam em situação de maior vulnerabilidade social e prejuízos à saúde mental (Dürbaum & Sattler, 2020).

Um estudo recente, realizado com 497 psicólogas/os vinculados a diversos Conselhos Regionais de Psicologia, mostrou existência de crenças e preconceitos sobre diversidade sexual e de gênero. Apontaram crenças psicossociais, mas também visão essencialista e patologizante relacionadas a crenças psicológicas como “perversão de comportamento sexual e de gênero, conflitos parentais e abusos sexuais sofridos na infância” como causas e explicações. Apresentaram ainda correlações positivas para “abordagem psicanalítica, campo da avaliação psicológica e/ou psicodiagnóstico e neurociência do comportamento” (Gaspodini & Falcke, p. 752 2018), ao passo que correlação negativa para “análise institucional, Psicologia da saúde, Psicologia política e Psicologia social e comunitária”. As informações são preocupantes, pois denotam crenças e preconceitos de profissionais com atuação na área da saúde mental e localizados em diversas regiões do país.

Outra pesquisa semelhante (Vezzoni et al, 2019) buscou compreender as crenças e verificar as “Atitudes Corretivas (AC)” de profissionais da Psicologia sobre a homossexualidade através de questionário. Os resultados revelaram que 29,48% das/os

profissionais concordam que devem ajudar a mudar a orientação sexual de homossexual para heterossexual, se o/a cliente solicitar. E 12,43 % das/os psicólogas/os concordam com a afirmação de que devem ajudar a mudar a orientação sexual. Os estudos citados nos alertam sobre a importância de discutir a formação das/os profissionais e os efeitos da imposição de modelos normativos nos atendimentos psicológicos da população LGBTQIA+.

Explorando ainda os trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, e organizados no livro (MACEDO et al, 2008), interessante notar que na seção 6, denominada “Temas Específicos”, há uma subseção “Gênero” com 6 (seis) trabalhos, que estão elencados no quadro abaixo, elaborado a partir das informações de Macedo et al (2008).

## Quadro 2

*Trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2006): Seção 6*

*“Temas Específicos – Gênero”*

<b>Título</b>	<b>Autores/as</b>
Capítulo 67 “Mães e Filhas: uma Pesquisa sobre a Transmissão do Feminino”	Sandra Fedullo Colombo. Equipe dos Sistemas Humanos
Capítulo 68 “Mulheres e Drogas: e as Famílias com Isso? Reflexões sobre o Contemporâneo?”	Rogério Lessa Horta; Marlene Neves Strey
Capítulo 69 “Virilidade e Envelhecimento”	Luiza Maria Amorim
Capítulo 70 “Gênero e Mediação Familiar: uma interface Necessária”	Stella Galbinski Breitman
Capítulo 71 “Questões de Gênero na Adolescência e Transmissão de Valores”	Ida Kublikowski; Rosa Maria Stefanini de Macedo
Capítulo 72 “Família e Homossexualidade: Tendências, Conquistas e Desafios	Maria Ivone Marchi-Costa

Longe da proposta de analisar cada trabalho, destacamos apenas algumas considerações para que possamos traçar os caminhos da TF no Brasil e refletir sobre como as questões de gênero foram abordadas ao longo do tempo. O trabalho intitulado “Mães e Filhas: uma Pesquisa

sobre a Transmissão do Feminino” buscou discutir como se dá a construção do feminino e a transmissão geracional de valores entre mães e filhas no contexto contemporâneo, considerando as mudanças e debates promovidos pelos movimentos sociais como o feminismo, e os efeitos disso nas relações, no trabalho e na própria sexualidade. O trabalho reflete sobre o paradoxo em relação aos valores relacionados ao feminino e as próprias vivências das mulheres na abertura de novos lugares no mundo (Fedulo et al, 2008).

O trabalho “Mulheres e Drogas: e as Famílias com Isso? Reflexões sobre o Contemporâneo?”, de Rogério Horta e Marlene Strey (2008) traz discussões sobre as especificidades (período gestacional, menopausa) do consumo de drogas pelas mulheres correlacionando com dados sociodemográficos como idade, classe (renda familiar e escolaridade) e os efeitos nas famílias, mas sem avançar nas discussões de gênero e contextos sociais mais amplos.

No artigo do capítulo 69, “Virilidade e Envelhecimento”, a autora Luisa Amorim (2008), a partir de uma pesquisa exploratória na área da saúde, busca abordar os discursos sobre virilidade e masculinidade hegemônica no processo de envelhecimento dos homens, e mostra os impactos na saúde, como baixa procura por atendimentos médicos e psicológicos.

Já no artigo “Gênero e Mediação Familiar: uma interface Necessária, Stella Breiman (2008) enfatiza a inclusão dos estudos de gênero na prática da mediação para reconhecimento e desnaturalização das relações de poder e seus efeitos nas famílias, bem como a intersecção de raça, classe e contextos histórico-culturais. A autora destaca situações de hierarquia de poder que ficam, muitas vezes, evidentes no contexto de divórcio, novas configurações das famílias, estipulação de guarda e alimentos das/os filhas/os.

Percorrendo o caminho da Rosa Maria Macedo et al (2008), vamos seguir discutindo os principais temas dos últimos congressos a partir dos respectivos Anais<sup>15</sup> disponíveis nas páginas eletrônicas dos eventos – 14º (2021); 13º (2018); 12º (2016); 10º (2012) – para delinear um cenário das questões emergentes na TF no Brasil.

## **1.2 Rumos e percursos: O que nos dizem os congressos de Terapia Familiar no Brasil (2008- 2021)?**

Nesse levantamento, não localizamos os anais dos seguintes congressos – 8º (2008/Gramado/RS); 9º (2010, Búzios/RJ) e 11º (2014/Curitiba/PR). Porém, a partir dos anais encontrados, podemos perceber prevalência de questões correlacionadas com demandas emergentes como as suscitadas por Giddens (1993, 1995, 2020), como as famílias contemporâneas (monoparental, homoparental, reconstituídas), novos modos de relacionamento (não-monogamia), parentalidade e conjugalidade, influências da tecnologia nas famílias, sexualidade, gênero e contexto de atuação profissional com população em situações de vulnerabilidade social.

No 10º congresso da ABRATEF, que ocorreu em Curitiba em 2012, o tema proposto foi: “Casais e Famílias – Complexidades, criatividade e práticas”. Assim, alguns trabalhos demonstraram interesse sobre questões como: família contemporânea, família na interface com a justiça, situações de violências, velhice e as famílias, contexto escolar e as famílias, parentalidade, abordagens e recursos na TF, conforme o quadro abaixo:

### **Quadro 3**

*Trabalhos apresentados no X Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2012)*

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
---------------	----------------

<sup>15</sup> As informações foram obtidas a partir do site da ABRATEF disponível no link <https://abratef.org.br/2022/congressos/>.

“A violência contra a pessoa idosa em Manaus-AM”	Joaquim Hudson Ribeiro; Elen Rose Muniz; Fernanda Farias Castro; Elen Fatima Souza; Beatriz Farias Yamada; Selma Barboza Perdomo; Maria Nazaré Ribeiro; Cleisiane Xavier Diniz
“A família como bússola moral: a percepção das famílias, em situação de pobreza, sobre moralidade, e papel dos pais na atualidade”	Marisol L. Seidl et al
“Do conhecimento ao saber: conversações sobre supervisão, formação de terapeutas familiares e práticas colaborativas”	Liz verônica vercillo luisi; claudia beatriz bruscagin; maria luiza pizesman
“Estilos parentais e atitudes frente à escola: um estudo correlacional”	Patricia nunes fonsêca; patricia oliveira andrade; eugenia paiva oliveira; rafaela sobreira gomes; jaciara lira roberto.
“Formação de terapeutas familiares: desafio profissional no trabalho com famílias”	Fabiane M. Siqueira
“Função materna no casal homoparental”	Zeila Sliozbergas
“O tabu do incesto como regulador das relações de parentesco em famílias de santo no candomblé”	Maria Angelica V.da Silva
“Parentalidade tardia: o adiamento do projeto parental nos dias de hoje”	Fernanda travassos rodriguez; terezinha féres carneiro; celia regina henriques

O 12º congresso (2016) organizado pela AGATEF aconteceu na cidade de Gramado – RS, com a proposta do tema “Face a face com a família – diferentes caminhos teóricos e práticos”. Os trabalhos apresentaram diversas temáticas como: conjugalidade, parentalidade, drogadição, infidelidade, tecnologia, branquitude e racismo, famílias contemporâneas, monoparentais, reconstituídas, em situação de vulnerabilidade social, violência de gênero e intrafamiliar, diversidade sexual, velhice, mediação familiar, gênero e casamento, como vemos em alguns títulos abaixo:

#### Quadro 4

*Trabalhos apresentados no XII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2016)*

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
“Com o coração aberto: conversando com as famílias do século XXI”	Sandra Fedullo Colombo
“Possíveis caminhos para famílias em divórcio: terapia do divórcio, mediação de conflitos e/ou acompanhamento visando reajuste familiar”	Marilene Marodin
“Ciúme e infidelidade nas relações conjugais atuais”	Helena C. Hintz; Marli K. Sattler

“Família monoparental: o despontar para um novo perfil de homem/pai”	Tamara M. da Rocha e Nayana Maria S; Palmeiro
“O envolvimento paterno após o divórcio: revisão sistemática de literatura”	Joyce Lúcia A. P. Oliveira e Maria Aparecida Crepaldi
“Simetria conjugal: vínculo possível ou utópico?”	Elenice Alves Gomes
“Gênero e casamento: o que quer um casal na pós-modernidade?”	Vera Terezinha M. Pacheco; Valéria Nicolau Paschoal
“Ausência paterna e repercussões no desenvolvimento humano: é possível superar?”	Dhéssica Araújo Gonçalves
“Separações conjugais e famílias reconstituídas”	Abraham Herz Turkenicz
“Histórias familiares: infidelidade, experiências na família de origem e violência conjugal”	Patrícia M. Colossi; Denise Falcke
“Conjugalidade na contemporaneidade: desafios e parcerias”	Lucia Vinagre
“A envelhecimento nas relações pessoais e familiares”	Keli C. Vido; Maria L. Puglisi Munhoz
“Experienciando os conceitos básicos em sexualidade e gênero na terapia familiar”	Eduardo Lomando
“A branquidade e o racismo nas relações familiares brasileiras”	Maria Leticia Puglisi Munhoz
O mal-estar do laço social e do desamparo: um apelo à função paterna	Marcia Cristina Reina
“Família e diversidade sexual: recursos da terapia racional emotiva comportamental (trec) para resolução de conflitos”	Aneron de Avila Canals
“Satisfação conjugal: um estudo comparativo entre homens e mulheres”	Patrícia N. da Fonsêca; Aline C. de Almeida; Jéssica L. F. dos Santos; Ricardo N. Couto e José F. de S. Filho
“Preconceito e discriminação: a diversidade sexual familiar em questão”	Suely E.; A. Frey; Danilo Carvalho; Louise Grimaldi

O 13º congresso (2018) foi sediado pela ATF-RJ e tratou do tema amplo “Interação entre Terapeutas, Práticas e Famílias”. Desta forma, as questões abrangentes foram alienação parental, integração de práticas como *mindfulness*<sup>16</sup> e meditação, novos contextos de atuação com população em situação de rua, de violências, refugiados, mulheres encarceradas. E destacamos ainda, temas emergentes como os impactos da tecnologia nas relações familiares, homoparentalidade, sexualidade, poliamor, moradias compartilhadas, transgeneridades,

---

<sup>16</sup> Mindfulness consiste em uma prática de meditação que busca a atenção plena com foco na consciência corporal, pensamentos e emoções. O conjunto de técnicas utilizadas, como a respiração e concentração, são associadas à melhora do bem-estar físico e mental.

monoparentalidade feminina, parentalidade e questões de gênero na clínica, psicoterapia para casais gays e lésbicos, como se vê no quadro elaborado a seguir:

### Quadro 5

*Trabalhos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2018)*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autores/as</b>
“A construção de relações transformadoras na população em situação de rua através de práticas entrelaçadas”	Agda M. T. L. Maffei
“A prática da terapia familiar sistêmica comunitária em um campo de refugiados na África”	Maira Harris, Felipe Feijó, Clarissa da Paz
“Como atender casais contemporâneos	Luiz Carlos Osorio
“Difundindo uma metodologia para contextos conversacionais de trabalhadores sociais e famílias em vulnerabilidade”	Monica de O. Genofre, Cristiana P. G. Pereira, Simone B. Negozio, Maria L. M. Carmona
“O Terapeuta Familiar na contemporaneidade: novas demandas, implicações teóricas, novas técnicas, e novos campos de atuação”	Maria Rita D’Angelo Seixas
“Oficina de criação de significados de gênero”	Maria H. do E. S. Coelho
“Mobilidade, liberdade e migração forçada – mudanças e desafios para as famílias”	Maria Borcsa e Ivy Daure
Relações Virtuais e Famílias Globalizadas – Como “fazer” uma família hoje”	Maria Borcsa
“? Somos um trisal?? compreendendo um relacionamento poliamoroso”	Ceneide Cerveny e J. Reis
“Casais homoparentais: gestando e cuidando”	Marília A. de V. Leite
“Dá para ser casal sem sexo? Um estudo qualitativo do fenômeno da assexualidade nas relações conjugais”	Lilian C. Nascimento
“Famílias ampliadas na sociedade contemporânea: moradias compartilhadas (coletivos/co-living) e casas compartilhadas (co-housing)”	Lúcia Maria F. de Barbosa
“O feminino, as relações conjugais e a contemporaneidade”	Teresinha M. da Silveira
“Questões de gênero na clínica: desenvolvendo competências para o trabalho com as transgeneridades”	Mariana G. Trajano
“Bem-estar Psicológico e a Sexualidade após os 60”	Zeneide J. Mendes
“Cinedrama: Família transexual e decisões de destino?”	Ana M. F. Zampieri
“Alienação parental: a “indústria” de laudos e a extrema importância dos laudos para o convencimento e decisão do Juiz”	Meliz Hrosz
“Um olhar para os possíveis discursos que sustentam a Alienação Parental”	Ana Carolina Fantinato
“E a fila anda... reflexões sobre mães encarceradas e seus familiares”	Leda Fleury

“Mulheres e suas Vozes” “Pertencimento e Diferenciação nas etapas de vida da mulher”	Mara Lúcia Rossato
“A violência intrafamiliar e o poder de superação da família: estudo de um caso clínico”	Maria C. P. de F. Ramos
“Atendimento de casal em situações de violência: relato de experiência”	Bibiana V. Sieburger, Carlos T. Heinen
“Atravessamentos da monoparentalidade feminina nas famílias de adolescentes acompanhados pela política de acolhimento institucional”	Samara Rodrigues de Souza
“Bissexualidade e família: da revelação à repercussão”	Rodrigo Gouvêa
“Cuidado Parental e Relações de Gênero”	Tamara Piazzetta
“Para entoar a tua canção: empoderado crianças e adolescentes refugiados de guerra e imigrantes ilegais nos Estados Unidos”	Claudia Marra Jacobson
“Psicoterapia para casais gays e lésbicos: especificidades e generalizações”	Déa E. Berttran

O 14º congresso, previsto para ocorrer em 2020, foi realizado somente em 2021 na cidade de Caldas Novas – no estado de Goiás, atraso devido aos desafios impostos pela Covid-19.

O evento, cujo título foi “As Competências do Terapeuta nos Múltiplos Contextos Humanos”, enfatizou o desenvolvimento das competências e desafios dos/as profissionais que atuam em diversas áreas como clínica, social, jurídica, empresarial, educacional e saúde, bem como o reconhecimento da complexidade das famílias e rumos da formação e dos/as terapeutas. Nota-se a presença de algumas propostas relacionadas à pandemia, sexualidade, infidelidade, configurações familiares, e violências, como exemplificam os trabalhos destacados no quadro abaixo:

#### **Quadro 6**

*Trabalhos apresentados no XIV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar (2020)*

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Autores/as</b>
“Pensando as competências do terapeuta diante da complexidade familiar: a irreverência do terapeuta sistêmico”	Ana Gomes
“Pensando as competências do terapeuta diante da complexidade familiar: polinização, confluências e reflexividade”	Saul Fuks
“Postura descentrada do Terapeuta”	Jerry Gale

“Cuidado Vigilante: intervenção psicossocial com famílias em situação de maus-tratos e violência sexual”	Marlene Marra
“Desenvolvimento de Competências do Terapeuta Familiar e de Casal”	Solange Rosset
“As cinco operações para trabalhar em psicoterapia e em contextos mais amplos”	Umberta Telfener e Cynthia Ladvocat
“Os seus, os meus e os nossos filhos: uma relação possível?”	Marcos Pontes e Taciara Teixeira
“Guarda compartilhada em tempos de pandemia”	Cynthia Ladvocat e Cristiana Pereira
“Conversando sobre Terapia Familiar no Brasil: formação e pesquisa”	Ana Lucia Horta; Christina Suffer; Eliete Belfort; Michele Gaboardi Lucas; Vannúzia Peres; Angela Hiluey
“Sexualidade humana no futuro”	Luiz C. Osório
“Para onde vamos como Terapeutas Familiares?”	Ana Maria Zampieri; Carlos Sluski; Regina Giraldo; Saul Fuks; Rosa Macedo; Silvana Silvestre
“Posicionamento do terapeuta familiar em situação de violência contra o homem na conjugalidade”	Bruna Sorensen; Claudia M.B. Cenci
“Importância do diálogo sobre as perspectivas das novas configurações familiares na graduação”	Bianca Fragas; Jéssica H.V. Malaquias
“Ela não precisava chamar a polícia...”: Anestésias relacionais, duplo-vínculos e homens autores de violência conjugal”	Fabício L.Guimarães; Glaucia Diniz
“Terapia colaborativa-dialógica on-line: cenas do cotidiano em um ano de pandemia”	Valéria N. Paschoal; Anaclara M.R.; Zulmira T.C. N. Paschoal
“Dificuldades acadêmicas na pandemia: Relato de experiência sobre a promoção de grupos de apoio on-line”	Sabrina da C.Blehm; Poliana G.Fagundes; Ieda Z. Dorfman

Desse modo, notamos que a partir de 2018, especialmente o 13º congresso da ABRATEF realizado em 2018, apresentou maior preocupação com questões sociais e ampliação da prática clínica, para além da família nuclear. Como por exemplo, trabalhos com mulheres encarceradas, população de rua, refugiados, famílias em vulnerabilidade social, população LGBTQIA+. Entretanto, não localizamos discussões que incluam a perspectiva interseccional para refletir sobre os efeitos das relações de poder, como gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, nas vidas das pessoas, inclusive a importância da reflexão na formação dos/as terapeutas.

Percebemos que temáticas sobre novas configurações familiares são emergentes no campo. Nesse sentido, a associação regional do Rio Grande do Sul (AGATEF) realizou alguns eventos que indicam esse caminho: o II Encontro Gaúcho (1999) com o tema “Novas configurações familiares: Um desafio para o próximo milênio”; a Jornada de Comemoração de 10 anos da AGATEF (2004) com o título “As diversidades na terapia gaúcha”; e entre os anos de 2000 e 2002, o III Encontro Gaúcho de Terapia Familiar intitulado “Um Panorama Atual da Família” e a realização do XIII Congresso Internacional de Terapia Familiar IFTA - “Desafios à Família no Século 21: Teoria, Prevenção e Terapia”.

Seguindo esse percurso, atualmente, os workshops, encontros e minicursos promovidos pelas associações regionais têm apresentado temas recorrentes como sexualidade do casal, configurações familiares, uso de álcool e outras drogas, tecnologia e as relações familiares, e violências nas famílias. Porém, percebemos que a perspectiva de gênero e os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença ainda são negligenciados, mesmo nos eventos de curta duração, o que denota sua ausência inclusive como temas apêndices às formações. Assim, percebemos que a inclusão dos estudos de gêneros na TF no Brasil ainda é escasso e um desafio, como nos alerta Azerêdo (2010).

Ao mesmo tempo, temáticas relacionadas com os efeitos das redes sociais nas famílias, sexualidade e a conjugalidade, articulação da teoria e prática, atuação em múltiplos contextos e diversidade estão presentes nos debates, e sugerem interesses em dialogar sobre questões sociais emergentes, que impactam a vida das pessoas e o trabalho terapêutico.

Portanto, os debates nos mostram que é fundamental para o desenvolvimento da TF repensar continuamente as teorias e práticas, de forma atenta às complexidades das questões sociais da contemporaneidade e que se apresentam na clínica, dada sua importância enquanto instituição que (re)produz práticas discursivas sobre gênero. Sendo assim, apresento a seguir

algumas das principais críticas à TF, discutindo suas contradições e seus pontos cegos com relação às questões de gênero.

## 2 Ampliando as lentes: Perspectivas de gênero e sociocultural

Apesar de a TF ter buscado, no primeiro momento, olhar para além do indivíduo a partir das perspectivas sistêmicas, ela não observou atentamente os efeitos das relações de poder nas famílias. O fato de os precursores da TF invisibilizarem as questões de gênero e poder acabou fomentando relações de desigualdades na prática, como por exemplo, reproduções de mitos como a “liberdade pelas escolhas; a “igualdade entre os membros da família/casal”; a “normatividade dos papéis masculino e feminino”; e o “mito da neutralidade do/a terapeuta”, sem considerar os efeitos das relações de opressão e desigualdades de estruturas sociais mais amplas que afetam os processos relacionais (Knudson-Martin & Laughlin, 2005).

Com a crítica feminista, passou-se a discutir como a delimitação dos espaços sociais das mulheres na esfera doméstica e familiar se fundamenta em discursos de poder e naturalização das características diferentes entre homens e mulheres, reproduzindo ideias universais da feminilidade, da mulher afetuosa e cuidadora reforçadas pelo significado da maternidade (Piscitelli, 2009).

Rachel Hare-Mustin e Jeane Marecek (1988) apontam que, apesar de ter buscado superar a visão intrapsíquica da abordagem psicanalítica, a TF focou no sistema familiar e nas inter-relações entre seus membros, procurando a “causa” do adoecimento na própria família e ignorando os efeitos das relações de opressão e discriminação em relação à raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros, nas experiências das pessoas e para o sistema familiar (Mcgoldrick & Hardy, 2019).

A ideia do modelo universal da família burguesa, na qual o homem branco é o provedor e o chefe da família, enquanto a mulher é a única responsável pelos cuidados e bem-estar da família, contribuiu para o desenvolvimento de conceitos importantes da TF alinhados com os

discursos dominantes, que não reconheceram as relações de poder nas suas formulações (Mcgoldrick & Hardy, 2019; Pendry, 2012; Rampage & Avis, 1998).

Entre esses conceitos, destacamos: a) complementaridade (pressuposto sistêmico que considera as diferenças entre as pessoas nos processos relacionais, de modo funcional. Ver Jackson & Jackson, 1968); b) circularidade (conceito do Pensamento Sistêmico que entende que as pessoas possuem uma dinâmica relacional recursiva. Ver Rampage & Avis, 1998); c) homeostase (refere-se a ideia da busca contínua de estabilidade do sistema para manter seu funcionamento através da autorregulação. Ver Vasconcellos, 2013) e d) triangulações na família (quando duas pessoas em conflito incluem uma terceira pessoa para buscar solucionar um problema, ideia desenvolvida por Murray Bowen. Ver Nichols & Schwartz, 2007).

Explorando as críticas ao conceito da circularidade da Cibernética, as feministas mostraram que, se as ações de cada membro da família/casal retroalimentam o sistema familiar, de modo recíproco, dificilmente alguém será responsabilizado pelo próprio comportamento, já que a responsabilidade será igualitária, o que pareceu um problema nos casos, por exemplo, de “violência contra as mulheres”, que eram vistos como ciclos de provocação da mulher e resposta de agressão do homem.

[...] a afirmação feminista de que o poder na vida familiar é socialmente estruturado pelo gênero simplesmente ofende a estética sistêmica. A ideia, por exemplo, de que o trabalho, o sofrimento ou o prazer possam ser distribuídos de forma desigual entre homens e mulheres complicaria claramente, e talvez comprometesse, a presunção circular de que os membros da família estão eternamente envolvidos em uma operação de balanceamento na qual todas as posições são intercambiáveis (Goldner, 1985, p. 2, tradução minha).

O movimento feminista provocou também debates sobre as reproduções de discursos sobre a maternidade, os papéis estereotipados da mulher culpabilizada por tudo que acontece

na família e responsável pelo cuidado de todos. Reivindicou o compromisso ético e político dos profissionais para advogar relações mais igualitárias nas famílias (Rampage & Avis, 1998), começando com reflexões sobre rigidez nas funções parentais, responsabilidade e inclusão dos pais nos cuidados com os filhos (Nichols & Schwartz, 2007).

Em outras palavras, as mulheres eram vistas como as únicas responsáveis pela família, num legado também da psicanálise, já que para os psicanalistas as experiências na primeira infância, principalmente a relação mãe x criança, explicam as dificuldades de relacionamentos das pessoas (Nichols & Schwartz, 2007). Assim, a “culpabilidade das mulheres” e sua suposta “incompetência” explicava todos os problemas familiares, pela falta ou excesso de comportamento, como destacaram as autoras Jane Conn e Annie Turner (1994, p. 190), ao resgatarem as palavras de Marianne Walters: “Os homens vêm para a terapia perguntando: ‘Que foi que deu errado?’; as mulheres perguntando: ‘Onde foi que eu errei?’”.

Considerando que o modelo capitalista restringiu as mulheres, principalmente brancas e burguesas, ao “mundo privado” e garantiu aos homens o “mundo público” do trabalho, elas se tornaram a própria personificação da ideia de família, fomentando a culpabilização da mãe pelo excesso nos cuidados e vínculos com os filhos (Goldner, 1985; Daneshpour, 2023; Dolan-Del Vecchio, 2019).

Esse cenário explica também o porquê da maior procura pelos serviços de atendimentos psicológicos serem ainda realizados pelas mulheres. Todavia, as ideologias sexistas repercutem nas posições de desigualdades no contexto terapêutico, no qual os homens são frequentemente enaltecidos pelas presenças esporádicas e interesse pela terapia, muitas vezes devido à desvalorização do trabalho doméstico em relação ao “trabalho do homem” (Walters, 1994), reforçada pela ideia da mãe incompetente que arruinou a família e do pai que chega para “consertar as coisas” na terapia (Goldner, 1985).

Sobre essa discussão, Lianne Aarntzen et al (2023), em pesquisa recente, demonstraram como os estereótipos de gênero ainda influenciam na maior culpabilização das mulheres quando elas optam pelo trabalho e carreira em detrimento do trabalho doméstico, fato que contribui para que os homens continuem desenvolvendo e priorizando as carreiras, e as mulheres priorizem o cuidado com as famílias. O conflito trabalho-família também é apontado por Florian Schulz (2021) em seu estudo na Alemanha, ao apresentar os efeitos das desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico, onde as mães e filhas ainda são consideradas as responsáveis principais, e, portanto, gastam mais tempo na execução do trabalho doméstico, ou seja, o trabalho doméstico e o trabalho parental são considerados ainda femininos e generificados (Maureen Perry-Jenkins & Naomi Gerstel 2020).

Buscando compreender os efeitos do trabalho nas famílias e a intersecção das desigualdades de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade, Maureen Perry-Jenkins e Naomi Gerstel (2020) salientam que as mulheres latinas e asiáticas exercem com maior frequência o trabalho não remunerado em relação às mulheres brancas e negras. No mesmo trabalho, apontam que divisão do trabalho doméstico é mais igualitária em casais homossexuais (Perry-Jenkins & Gerstel 2020), principalmente entre as lésbicas, conforme salientam Katherine Allen e Abbie Goldberg (2019).

Nesse sentido, analisando as teorias na TF, observa-se que um importante conceito desenvolvido na TF para compreensão do sistema familiar foi o da simetria – que ocorre quando há disputas pelo papel da liderança entre os membros do casal/família –, que fazia com que a busca por relações igualitárias fosse vista como problema (Mcdowell et al, 2023).

Monica McGoldrick e Kenneth Hardy (2019) apontam que a teoria familiar desenvolvida por Murray Bowen também focou muito nos processos de diferenciação do self em relação à família como indicativo de um bom desenvolvimento. Contudo, não se problematizou o impacto das desigualdades de gênero no processo de individuação, já que as

suas escalas e exigências foram equiparadas às dos homens, ficando sempre no nível inferior e insatisfatório de diferenciação que indicava dependência emocional.

A proposta de revisão de princípios da TF que fomentavam posturas sexistas, relações assimétricas de poder, situações de violências nas famílias e a imposição do modelo de família tradicional ficou, então, evidente. Segundo Cheryl Rampage e Judith Avis (1998), a ideia sistêmica da “complementaridade” difundida, invisibiliza possíveis desigualdades existentes entre os seus membros, que são legitimadas pela suposição das diferenças, sendo a brecha para justificar privilégios.

Outro princípio problematizado pelas feministas refere-se à “circularidade”, que denota responsabilização mútua de todos pelas dificuldades e problemas enfrentados pela família, o que pode, na verdade, diluir e ignorar a responsabilidade individual e camuflar as relações de desigualdade de poder e opressão presentes nas relações familiares (Perelberg, 1994).

O movimento feminista agitou, assim, o campo da TF ao evidenciar o ponto cego das questões de gênero na TF e revisar muitos dos seus conceitos, principalmente aqueles relacionados às reproduções de arranjos tradicionais generificados, aos questionamentos dos efeitos da hierarquia de poder nas famílias e à desconstrução de discursos ideológicos como do casamento, maternidade e paternidade (Virginia Goldner, 1985).

A partir da década de 1970, e principalmente na década de 1980, as teóricas feministas denunciaram a falta da perspectiva de gênero na TF ao apontar a naturalização de relações de poder nos modelos teóricos e na prática clínica (Hare-Mustin, 1978), e traçaram alguns caminhos para uma postura sensível, ética, política e responsável da/o terapeuta para explorar alternativas junto às famílias.

Posteriormente, os teóricos e críticos e apoiados em uma perspectiva sociocultural, expandiram as lentes na TF, incluindo a intersecção de outros marcadores sociais, como a cultura, raça/ etnia, classe, sexualidade para compreender as experiências das pessoas e seus

processos relacionais (Knudson-Martin & Laughlin, 2005). A terceira geração de terapeutas familiares avançou, a partir de fins da década de 1980, do “etnocentrismo para o multiculturalismo” discutindo como a TF negligenciava a influência das opressões de raça/etnia, gênero, classe e orientação sexual nas vidas das pessoas, e a importância de considerá-las no contexto terapêutico (Nichols & Schwartz, 2007, p. 289).

Dessa forma, a perspectiva feminista e a leitura étnica/cultural ofereceram convites para repensar a teoria e prática da TF, denunciando as relações de desigualdades de gênero e opressão até então não contestadas. Chamaram atenção para os efeitos dos contextos sociais econômicos e culturais nas relações familiares, como assevera Amy Urry, terapeuta familiar feminista: “as pessoas só podem ser compreendidas em todos os níveis se levarmos em conta o seu contexto mais amplo – família, comunidade, sociedade, mundo (Urry, 1994, p. 129).

Assim, questões envolvendo discursos ideológicos como o casamento (Walters, 1994), a maternidade (Dow, 2016) e a família nuclear como “norma mítica” (Few-Demo & Allen, 2020), bem como as situações de violência e abuso de poder, passaram a ser pautadas nos estudos envolvendo na TF (Perelberg, 1994).

Graças às contribuições dos estudos de gênero de perspectiva interseccional, desenvolvidos sobretudo nas ciências sociais (Allen, 2016; Few-Demo, 2014; Shardé Mcneil & Antonieta Landor, 2018), foi possível expandir as leituras reflexivas dos impactos do racismo, sexismo, heterossexismo, capacitismo, entre outras formas de opressão, nas diversas instituições sociais, inclusive nas famílias (Few-Demo & Allen, 2020).

O reconhecimento e a emergência dessas discussões passaram então a informar os terapeutas sobre a necessidade de mudanças teóricas e práticas na TF. Assim, a partir das contradições evidenciadas a partir das críticas, discuto, na próxima seção, algumas possibilidades apresentadas pela perspectiva feminista para a prática clínica na TF e sua relação com a construção de novos caminhos de atuação profissional.

## **2.1 Construindo novas possibilidades para a prática clínica: Terapia Familiar Feminista**

Como já salientado, a TF propiciou um avanço com relação ao olhar intrapsíquico e reducionista dos fenômenos sociais de algumas abordagens, ao considerar a família como um sistema complexo constituído por múltiplos subsistemas e explorar a dinâmica dos processos interrelacionais entre seus membros (Minuchin & Nichols, 1995). Para tanto, ofereceu uma visão ampliada da família enquanto rede de relacionamentos, e propôs a ideia da família como um organismo vivo que almeja a manutenção homeostática do próprio sistema a partir de desenvolvimento de conceitos e teorias voltados para estruturas e padrões familiares.

Contudo, muitas/os terapeutas ainda acolhiam a ideia de uma família “saudável” a partir da delimitação clara dos papéis e funções de cada membro dentro da organização familiar, o que significava ser fiel ao gênero, fazendo com que qualquer distanciamento do modelo ideal denunciasse desorganização e adoecimento na família (Bloch & Rambo, 1998), numa perspectiva que acaba sustentando relações de desigualdade social.

Principalmente a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, as teóricas feministas contestaram as premissas conceituais percebidas como problemáticas: a ideia da circularidade nas famílias, o pressuposto da responsabilidade igualitária entre os seus membros sobre os problemas, mas que na verdade ocultava hierarquias de poder (Burck & Daniel, 1994; Heavey, 1994); existência de propósito único definido para família, ideia da funcionalidade com base no modelo da família burguesa; consideração de interdependência sem reconhecer os desequilíbrios de poder nas famílias (Perelberg, 1994) e os contextos sociais mais amplos e seus efeitos nas experiências das pessoas (Jones, 1994).

Além disso, o próprio foco nos sistemas das famílias camuflou outros sistemas macrosociais, dos quais as famílias fazem parte (Perelberg, 1994; Heavey, 1994)<sup>17</sup>. Esses debates acenderam a luz de que a discriminação e opressão social não eram reconhecidas na TF, e sua prática fomentava culpabilização das próprias famílias, gerando impactos em seus membros de formas diferentes, com maiores prejuízos para as mulheres (Schneider, 1994; Urry, 1994).

Alguns/mas teóricos/as passaram a questionar também os efeitos dos contextos socioeconômicos e culturais mais amplos, como a pobreza nas famílias, rejeitando a ideia concebida da “normalidade e autossuficiência” da família burguesa e da “deficiência e disfuncionalidade” das famílias com baixas rendas.

Sendo assim, aliar a TF com o compromisso com a justiça social e enfrentamento dos “ismos” – como o racismo, o sexismo, o classismo, e o capacitismo – conforme assevera Kenneth Hardy (2019), tem norteado a promoção de conhecimento teórico a partir do compartilhamento das próprias experiências clínicas, entendendo que há uma multiplicidade de modos diversos de abordar as questões de gênero, que, por sua vez, também são informadas pelas perspectivas teóricas adotadas pelas/os terapeutas, suas localizações sociais, valores e visões de mundo.

Nesse caminho, Margaret Keeling e Fred Piercy (2007) realizaram uma pesquisa com terapeutas de diferentes identidades culturais ao redor do mundo, com o objetivo de explorar a sensibilidade às questões de gênero, poder e cultura e a relação com suas práticas. Perceberam

---

<sup>17</sup> Rosine Josef Perelberg, uma das organizadoras do livro intitulado *Os sexos e o poder nas famílias* (1994), busca problematizar os pressupostos fundacionais da Terapia Familiar Sistêmica, os quais sugeriram posições igualitárias sociais entre homens e mulheres e seus efeitos nos contextos familiares e na prática clínica. Apesar do uso recorrente do termo “sexo” sugerir o sistema binário sexo/gênero para discussão dos papéis sociais de homens e mulheres, e algumas vezes como equivalência à gênero, a crítica levantada e superada pelas feministas que apontaram o “sexo” como uma categoria política, construída e não natural (Butler, 2018; Rubin, 2017; Jesus, 2014), bem como a revisão crítica proposta pelas/os autores/as não afeta a sua importância, pois ela contribuiu para repensar a TF ao incluir o debate sobre relações de poder e seus efeitos nas relações familiares. Portanto, nas citações da obra, será utilizado o termo “sexo” entre aspas, considerando os debates feministas contemporâneos.

que as temáticas de gênero estão presentes independentemente dos contextos culturais, e entre os desafios percebidos, as/os participantes apontaram o cuidado para não adotar uma postura de saber e colonizadora dos próprios valores ao abordar essas questões. Outro ponto enfatizado na pesquisa foi reconhecer as próprias localizações sociais e desenvolver práticas acima de tudo pautadas no respeito às experiências das pessoas, mas que podem ser criativas e inovadoras na construção de relações terapêuticas transparentes e de confiança.

Como Tamasese Kiwi e Charles Waldegrave (1994) nos ensinam, a partir das experiências no contexto terapêutico de atendimento a famílias e grupos de samoanos e maoris na Nova Zelândia, o desenvolvimento de uma postura de responsabilização cultural e de gênero na terapia é fundamental como forma de combate à discriminação e preconceito na construção de uma terapia mais justa e ética.

O debate acerca da postura política do/a profissional e, portanto, uma prática clínica comprometida e que reconheça que muitos problemas das pessoas são apontados por questões sociais complexas continua vivo. Diálogos continuamente suscitados pelas práticas pós-modernas se aproximam da ideia de que não há neutralidade na relação terapêutica, já que enquanto terapeutas estaremos sustentando ou desconstruindo relações de poder e discursos dominantes. Desse modo, terapeutas narrativas, como Victoria Dickerson (2013), têm desenvolvido uma prática cuidadosa, que busca ao mesmo tempo explorar os impactos dos discursos dominantes nas vidas das pessoas, como o patriarcado, mas de modo a contribuir para que homens e mulheres possam descobrir novas possibilidades “preferidas” de se relacionar e estar no mundo para além das ideias hegemônicas e opressoras.

Dentro dessa discussão, vamos parafrasear o que Marilene Grandesso (2011) aponta como “postura ética e estética” na prática clínica. A questão ética implica o reconhecimento dos efeitos dos contextos mais amplos (político, social, econômico, histórico, cultural) nos quais clientes e terapeutas estão inseridos. Trata-se, portanto, de um trabalho terapêutico

responsável que desafia os discursos dominantes, como também estético, porque visa a fortalecer a autonomia das pessoas com foco nos seus recursos e não na patologização. Para a autora, não há uma prática ideologicamente neutra, pois “o pessoal, o político e o profissional” dos/as terapeutas estão sempre intercalados.

Todavia, a incorporação de estudos étnicos/raciais e de gênero no campo da saúde mental ainda tem sido um desafio, pois essas questões são muitas vezes deslocadas para outras áreas de conhecimento, como a antropologia, ou desvalorizadas e incluídas nos programas acadêmicos como uma temática específica, já que há forte adoção de uma visão dominante eurocêntrica nas teorias e práticas terapêuticas marginalizando outras culturas. Portanto, não restam dúvidas de que reconhecer as origens étnicas/raciais e as relações de gênero, inclusive dos próprios terapeutas, seja uma abertura para compreender as influências nos modos de vida das pessoas em sua complexidade (Goldrick et al, 2005).

Vale destacar que, apesar de os estudos sobre gênero estarem centrados nas experiências das mulheres, os efeitos das desigualdades de gênero afetam também os homens, além de outras identidades de gênero. Nessa perspectiva, a terapeuta e professora Manijeh Daneshpour (2023) aponta que os homens apresentam condições de saúde inferiores em comparação às mulheres devido a diversos fatores atravessados pelo ideal de uma “masculinidade”, como baixa procura e adesão aos serviços de saúde, envolvimento em situações de risco, abuso e excesso de álcool e substâncias psicoativas, atividades ocupacionais com maior índice de mortalidade e desenvolvimento de morbidade, taxa de suicídio superior, maior população carcerária e envolvimento com situações de violências e criminalidades, entre outros.

Desse modo, questionar a inserção da perspectiva de gênero da TF implica refletir sobre as possibilidades de as práticas e intervenções colaborarem para ampliação e reconhecimento das experiências de homens e mulheres (Andrade, 2014; Barral & Zanello, 2021; Nascimento & Zanello, 2014; Walters, 1994; Zanello, 2018).

A adoção de uma abordagem relacional do gênero está presente em estudos sobre a problematização dos construtos sociais da maternidade e amor como relacionados à mulher, e virilidade sexual e trabalho associado ao homem (Zanello, 2014); a noção de masculinidades – agora pensada no plural (Medrado & Lyra, 2008) –; e a importância da mídia na perpetuação das performances de gênero que afetam a constituição das subjetividades e a saúde mental (De Lauretis, 2019).

Um estudo realizado a partir dos prontuários de pacientes de hospitais psiquiátricos localizados no Distrito Federal (Zanello, 2014), por exemplo, mostrou que as mulheres apresentaram maior índice de diagnósticos psiquiátricos de transtornos mentais em relação aos homens, dados que sugerem uma patologização e psicologização do sofrimento psíquico das mulheres, sem considerar os atravessamentos de questões socioeconômicas e culturais, como pobreza, violência, baixa escolaridade (Zanello, 2014; Andrade, 2014). Essas dimensões macrossociais são, em geral, invisibilizadas e naturalizadas na área da saúde (Rabelo & Araújo, 2014), e o diagnóstico pode, muitas vezes, “revelar um processo de medicalização/psiquiatrização de mazelas sociais” (Zanello, 2014, p. 50).

Por essa razão, as transformações sociais têm convocado a TF para repensar a prática clínica. Na literatura internacional, considerando as especificidades dos contextos, teóricos que defendem a adoção de uma perspectiva sociocultural buscam orientar o desenvolvimento de práticas terapêuticas mais diligentes com as influências das relações de poder nas experiências individuais e relacionais das pessoas.

Teresa McDowell e colaboradoras (2023, p. 39), por exemplo, inspiradas na potência da consciência crítica como mola propulsora para promoção de ações transformadoras de Paulo Freire (2005), buscam dar pistas para uma terapia comprometida com as questões sociais através de alguns pressupostos sintetizados em verbos de ação: “sintonizar” com os contextos sociais; “nomear” as injustiças sociais; “valorizar” as ações, saberes e outros modos de

existência; “intervir” de modo a desafiar os discursos dominantes e relações de poder; “imaginar” e ampliar possibilidades de ações e “transformar” buscando relação mais igualitárias.

Outro caminho destacado pelas autoras consiste no trabalho com grupos comunitários. De acordo com os princípios mencionados acima, permite-se que as mudanças sociais se estendam para além da sala da terapia a partir do fortalecimento e valorização da própria comunidade como agente de transformação social, permitindo a troca de experiências e saberes que favorecem possibilidades de ações e enfrentamentos (McDowell et al, 2023).

Embora haja evidências da importância da inclusão desses estudos em áreas do conhecimento diversas, ainda há invisibilidade e resistência da perspectiva do gênero no meio acadêmico no Brasil, desde a formação, pesquisa e extensão (Narvaz & Koller, 2007; Zanello, 2014, 2015, 2018). Por outro lado, percebe-se uma preocupação crescente de construção de diálogos e de uma psicologia que assuma um posicionamento mais ético, político, e sensível às injustiças sociais (Adrião et al, 2014; Narvaz & Koller, 2006, 2007, 2009; Neves & Nogueira, 2003; Pereira et al, 2014; Vianna & Diniz, 2014).

Nesse contexto, uma pesquisa conduzida por Fabiana Verza e Marlene Strey (2019) sobre a percepção das terapeutas sobre a “monoparentalidade feminina”, apontou, a partir de 5 entrevistas com terapeutas familiares sistêmicas e psicólogas com experiência profissional (entre 10-40 anos), uma negligência das questões de gênero na graduação em Psicologia, cuja possibilidade de um “contato aprofundado” ocorreu na formação em TF, mas sem explorar as especificidades das experiências.

Reconhecer a responsabilidade enquanto terapeutas que transitam entre os “próprios mundos e dos outros” evidenciou, pois, a relação ética e de cuidado que requer a prática clínica (Mcarthy & Byrne, 2019). Diante disso, torna-se fundamental discutir as possibilidades

apresentadas pela prática feminista na TF tanto na discussão do self da/o terapeuta no atendimento clínico quando na formação e supervisão dos/as profissionais.

### **2.1.1 Efeitos na prática clínica: o papel do/a terapeuta**

Como vimos, o primeiro momento da TF foi criticado pelas terapeutas feministas pelo olhar simplista para o sistema familiar e invisibilização das diferenças de poder entre os seus membros. Posteriormente, a inclusão da Teoria da Cibernética de Segunda Ordem na TF ampliou a ideia de sistemas, incluindo a/o própria/o terapeuta como parte do sistema terapêutico, avançando-se nas discussões sobre as hierarquias relacionais para entender, por exemplo, o fenômeno das violências nas famílias (McDowell et al, 2023).

Segundo as autoras, foram fundamentais as discussões feministas e de cunho construcionista para o desenvolvimento e inauguração do chamado pensamento de “terceira ordem” na TF. Na busca por relações mais igualitárias, passou-se a observar a multiplicidade de sistemas dos quais as pessoas fazem parte – contextos sociais, econômicos, ambientais e culturais mais amplos – e suas influências nas esferas públicas e privadas. Ampliou-se, então, o foco da família para uma visão múltipla dos sistemas sociais, que implicou em reconhecer que a/o terapeuta escolhe o que ver e, a partir disso, orienta seu trabalho nas construções de sentidos e possibilidades de mudanças juntamente com as/os clientes (McDowell et al, 2023).

McDowell et al (2023) sugerem ainda, a partir de vinhetas de casos, uma sensibilidade social da/o terapeuta para não incorrer em posturas colonizadoras, como por exemplo, ampliar o entendimento para as dificuldades da/o cliente em cumprir com a frequência na terapia devido aos obstáculos de locomoção e alta jornada de trabalho, e considerar o impacto do racismo nos sintomas de ansiedade pelo baixo desempenho acadêmico vivenciada por um/a aluno/a negro/a.

A crítica à suposta neutralidade do/a terapeuta apontada por Jones (1994) a partir das leituras de Karl Tomm, Lynn Hoffman e Gianfrancesco Cecchin, revelaram que atuação do/a profissional não está isenta de influências de crenças e valores pessoais. Portanto, essa abertura levou as terapeutas feministas a questionar a própria prática clínica da TF (Burck & Daniel, 1994; Jones, 1994), com objetivo de promover modos de relações mais igualitárias e menos opressivas nas famílias (Heavey, 1994).

Partindo da premissa de que a construção da TF, assim como as/os próprias/os profissionais, está inserido em uma cultura atravessada por relações de poder, como o sexismo (Burck & Daniel, 1994; Jones, 1994), surgiram preocupações emergentes em como lidar com questões sociais complexas como a violência de gênero, “feminização da pobreza”<sup>18</sup> (Jones, 1994) e os atravessamentos das questões de gênero na dinâmica familiar, como o próprio discurso ideológico da maternidade (Burck & Daniel, 1994, p. 108).

Diversas autoras propuseram, então, uma postura profissional mais horizontal em relação aos clientes e reconhecimento das experiências pessoais como recurso terapêutico (Jones, 1994). À vista disso, uma das críticas levantadas pela perspectiva feminista na TF em relação à abordagem Estratégica, desenvolvida pelo MRI (*Mental Research Institute*), foi o foco da/o terapeuta em resolver de forma diretiva o “problema” da família a partir de uma perspectiva androcêntrica, que se caracterizou pela falta de sensibilização para as dimensões sociais complexas (Burck & Daniel, 1994).

Nesse sentido, trazer abertamente para o debate questões de raça entre docentes ainda é discriminado e reprimido (Arora, 2019). À vista disso, Philip Messent, terapeuta familiar, sugere, no contexto da supervisão, “virar a câmera para si mesmo”, pois ao reconhecer as próprias intersecções, enquanto homem, branco, inglês, de classe média e profissional sênior,

---

<sup>18</sup> Elsa Jones (1994) refere-se à situação econômica, o empobrecimento das mulheres, após a dissolução conjugal, devido a desvalorização no mercado de trabalho, baixa remuneração, responsabilidade pelo sustento da família, ausência de pagamento referente aos alimentos dos filhos.

ele ampliou a compreensão dos impactos nas vidas das pessoas e no desenvolvimento do seu trabalho terapêutico, bem como a necessidade de considerar a pluralidade de perspectivas culturais que moldam o “jeito” de ser de cada terapeuta, evitando, assim, uma postura colonizadora (Messent, 2017, p. 34).

Apesar de a prática da TF ainda se mostrar negligente com relação à raça, vemos trabalhos de diversas/os teóricas/os buscando desenvolver uma sensibilidade social das/os terapeutas a partir das experiências relacionadas à própria origem sócio-histórica e social, como o uso de questionário sobre o papel das/os profissionais nos silenciamentos sobre raça nas salas de terapia (Hernandez, 2019; Watson, 2019), já que não escutar é silenciar, e escutar é um ato ético e político (Mcarthy & Byrne, 2019).

A importância de reconhecer os efeitos da branquitude e negritude para o desenvolvimento do self do terapeuta de modo a desafiar os próprios preconceitos e os contextos de opressão na clínica tem sido evidenciado. Para entender os impactos do racismo nas famílias, Peggy MCintosh (2019) sugere o uso do genograma familiar, a partir de uma perspectiva racial, para compreender como as crenças e os estereótipos circulam nas gerações.

Através da metáfora da “mochila invisível”, a autora reflete e fala da própria branquitude e conveniência em manter os privilégios como forma de proteção no mundo. Nessa proposta, a autora compartilha uma lista com 46 situações cotidianas em que percebe vantagens pela sua branquitude, e nos inspira à autorreflexão sobre nossos privilégios de classe, raça/etnia, idade, sexualidade, nacionalidade, capacidade física. Para exemplificar, selecionamos algumas situações do exercício que Mcintosh propõe: “5. Posso fazer compras sozinha a maior parte do tempo, com a certeza de que não serei seguida ou assediada”; “6. Posso ligar a televisão ou abrir a primeira página do jornal e ver pessoas da minha raça amplamente representadas”; “8. Posso ter certeza de que meus filhos receberão materiais curriculares que atestam a existência

de sua raça”; “10. Posso ter certeza de que minha voz será ouvida em um grupo no qual sou o único membro de minha raça”<sup>19</sup> (2019, p. 218-220, tradução nossa).

Nesse caminho, Manijeh Daneshpour (2023), destaca as contribuições das perspectivas feministas e pós-modernas para a construção de uma clínica política e mais sensível às questões de gênero, classe, raça/etnia. Os seus estudos recentes focam na postura ativa das/os profissionais na despatologização das questões sociais, e na promoção de maior justiça e equidade social. Para tanto, a autora percebe ser fundamental o trabalho do self do/a terapeuta para consciência crítica das próprias intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade, entre outras, para que desenvolva habilidades e favoreça às pessoas maior compreensão sobre as suas próprias experiências e os efeitos das relações de poder para novas escolhas e ações.

Pensando ainda na psicoterapia<sup>20</sup>, Daneshpour (2023) descreve, a partir das leituras de Herlihy e Corey (2013), alguns caminhos para uma prática que reconheça as relações hierárquicas de poder, inclusive no contexto terapêutico entre terapeuta e cliente, já que o profissional, especialmente aquele que é homem, cisgênero, branco, heterossexual e de classe média, pode ser visto como um “especialista” e ainda gozar de privilégios decorrentes dos seus marcadores sociais. Ressalta-se ainda a importância de uma postura de cuidado para não sobrepor, mas desafiar os próprios entendimentos, julgamentos atravessados por questões morais, e evitar a patologização das pessoas e ampliar a compreensão das narrativas a partir dos contextos mais amplos que fazem parte.

A discussão sobre a branquitude e o reconhecimento dos privilégios e implicações na TF também têm se mostrado relevantes para uma prática clínica mais comprometida com

---

<sup>19</sup> Texto original: 5. *I can go shopping alone most of the time, pretty well assured that I will not be followed or harassed*; 6. *I can turn on the television or open to the front page of the paper and see people of my race widely represented*; 8. *I can be sure that my children will be given curricular materials that testify to the existence of their race*; 10. *I can be pretty sure of having my voice heard in a group in which I am the only member of my race*” (McIntosh, 2019, p. 218-220).

<sup>20</sup> Utilizamos no texto “psicoterapia” para prática exclusiva das/os profissionais com graduação em psicologia e “terapia” para atuação prática exercida por diversos profissionais com formação em TF.

transformação social (Chin & Miller, 2022; Cottrell-Boyce, 2021; Kliman et al, 2019;). Por outro lado, segundo Dolan-Del Vecchio (2019), a polêmica em torno da inclusão da justiça social na TF já perdura mais de 30 anos, e polarizou o debate entre um grupo que apoia um trabalho mais sensível às questões sociais e outro que prefere permanecer alheio.

O autor aponta uma visão sexista e heterossexista de algumas práticas tradicionais, e cita como exemplos a estratégia do terapeuta Salvador Minuchin de sugerir “flertar”, através de elogios direcionados às pacientes mulheres, como forma de provocar mobilização na dinâmica da família no contexto terapêutico, além de ignorar situações de violências nos atendimentos e partir do pressuposto de que há responsabilidade igualitária entre os membros da família/casal sobre os problemas, sem reconhecer as relações de poder que afetam as vidas das pessoas nas esferas privadas e contextos mais amplos (Dolan Del Vecchio, 2019)

Nesse sentido, outro tema em destaque nos debates atuais, mas que ganhou visibilidade apenas no final da década de 1980, refere-se às famílias formadas por pessoas LGBTQIA+. Elijah Nealy (2019), no trabalho clínico com famílias LGBTQ, descreve alguns pontos de atenção, como, por exemplo, ter conhecimento sobre os conceitos relacionados às identidades de gênero como transgênero, transexual, cisgênero, e termos que se referem às sexualidades, como lésbica, gay, pansexual, assexual. Sugere não simplificar o entendimento de que todos os desafios das famílias se referem às questões de gênero e sexualidade, e promover espaços para dialogar sobre as influências dos fatores estressores, como violências, homofobia, transfobia, perdas significativas de apoio e convivência, já que muitas vezes a revelação sobre a identidade de gênero e sexualidade ocasiona sofrimento psíquico nas vidas das pessoas.

Assim, os trabalhos com famílias LGBTQIA+ exigem sensibilidade para reconhecer as questões relacionadas à discriminação e preconceito, evitar imposições de modelos heteronormativos e abrir diálogos para negociar e ampliar formas de pensar as finanças, as

divisões das tarefas domésticas, decisão de ter filhos, modos de relacionamentos, entre outras questões (Nichols & Schwartz, 2007).

As diferentes configurações familiares, como a família monoparental, também têm sido evidentes nas discussões na TF (Nichols & Schwartz, 2007). Outros pontos destacados pelos autores dizem respeito à importância de fortalecer redes de apoio, legitimar a maternagem, cuidar das satisfações pessoais e buscar incentivar a inclusão do outro responsável pelas/os filhas/os, considerando o lugar majoritário ocupado pelas mulheres no cuidado com os/as filhos/as.

As discussões têm mostrado caminhos para desenvolvimento de uma prática sensível, que engloba ter clareza a respeito das próprias crenças e suposições para desafiar os valores dominantes como a cisheteronormatividade<sup>21</sup>, e recursos para engajar conversas terapêuticas que produzam novos entendimentos sobre ser “família” e “casal” (Green, 2019) Norma Akamatsu (2019) sugere o que ela chama de “inventariarmos” as nossas próprias localizações sociais e reconhecermos que podemos ocupar lugares de privilégios e opressão, simultaneamente.

Sua compreensão pessoal, enquanto terapeuta nipo-americana, contribuiu para trazer “o mundo de volta à terapia” nas conversas com seus clientes. Segundo Akamatsu, é fundamental reconhecer as próprias localizações sociais. Esse cenário, dá clareza sobre os valores e suposições pessoais do/a terapeuta, as escolhas das práticas profissionais, e desenvolve habilidades para incluir essas temáticas nas conversas terapêuticas de modo a desnaturalizar as relações de poder vivenciadas pelas pessoas (Akamatsu, 2019).

---

<sup>21</sup> O conceito da cisheteronormatividade está ligado ao discurso hegemônico da heteronormatividade que defende a relação binária entre sexo/gênero. O termo *cis* se relaciona com a ideia de cisgênero, ou seja, as pessoas que se identificam com o “gênero” segundo o qual foram designadas no nascimento a partir da genitália. Esse termo é utilizado como crítica para apontar as violências e opressões vivenciadas pelas identidades não cisgêneras. Ver Letícia Nascimento (2021).

Em relação ao marcador social da raça, Kenneth Hardy e Christiana Awosan (2019), a partir trabalhos com casais heterossexuais negros, sublimam a relevância de habilidades terapêuticas para desenvolver conversas sobre os impactos das relações de opressão, como o racismo na vida conjugal, quando, por exemplo, as temáticas não são explicitadas pelas pessoas, mas se apresentam nas entrelinhas.

Os estudos articulando gênero, poder e justiça social no contexto das terapias propostas por Daneshpour (2023) enfatizam a postura ativa do/a terapeuta na problematização dos modelos normativos, como a heterossexualidade. Ela considera que, nas relações homossexuais, há impactos da discriminação e preconceito, muitas vezes dentro da própria família, sendo fatores estressores externos que afetam a saúde e os relacionamentos sociais.

Diante disso, o trabalho com a pessoa do/a terapeuta, aliado ao reconhecimento dos efeitos das intersecções sociais, favorece reflexão crítica e desenvolvimento pessoal e profissional com relevantes reflexos nos atendimentos (Daneshpour, 2023), pois se reconhecermos nossas localizações sociais, teremos mais capacidade para percebermos nossos privilégios e opressão (Mcgoldrick & Hardy, 2019).

Dessa maneira, os teóricos da TF têm destacado que o contexto terapêutico é um espaço político importante para desconstruir valores dominantes, tornando-se fundamental utilizar estratégias na prática, já que a branquitude das/os terapeutas, por ser invisível, naturaliza privilégios e impede de olhar para as diversas localizações e opressões sociais vivenciadas pelas pessoas (Kliman et al, 2019).

No Brasil, terapeutas familiares com visão construcionista têm adotado uma postura relacional com as/os clientes, e entendem a intervenção não como uma ação diretiva das/os terapeutas, mas um recurso para explorar e produzir novos sentidos juntos com as/os clientes. O foco passa a ser nos processos dialógicos e não em técnicas fechadas (Martins et al, 2014).

Dentro da proposta construcionista, o recurso da autorrevelação também se mostra útil na prática clínica, pois permite o compartilhamento de experiências de vida e narrativas dos próprios/os terapeutas com seus clientes, com o objetivo de ampliar possibilidades e entendimentos nas conversações terapêuticas, oferecendo espaço seguro para que as pessoas possam transitar e desafiar discursos hegemônicos que geram sofrimento (Martins & Guanaes-Lorenzi, 2017).

Assim, ao considerar os processos relacionais na produção de contextos discursivos múltiplos, o recurso da adoção de uma lente interseccional<sup>22</sup> na terapia se mostra potente para ampliação das experiências das pessoas, e aberturas para conversas sobre poder e privilégios na terapia (Dolan-Del Vecchio, 2019). Na prática, implica no reconhecimento da interseccionalidade pelos próprios profissionais com relação às suas ações, mas também com relação aos discursos que circulam no campo e os seus efeitos em sistemas sociais mais amplos (Bava, 2019).

### **2.1.2 Supervisão e formação de profissionais na TF**

A participação predominante dos homens (Burck & Daniel, 1994) e a ausência de mulheres na consolidação da TF foram evidenciadas por Virginia Satir, Peggy Papp, Mara Selvini, Kitty LePerriere, as quais encontraram resistência em relação às suas reivindicações nas instituições e associações da TF (Mcgoldrick & Hardy, 2019). Diante disso, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Rachel Hare-Mustin, Kerrie James, Deborah McIntyre, Marianne Walters, Betty Carter, Peggy Papp e Olga Silverstein desenvolveram trabalhos e

---

<sup>22</sup> Refere-se ao conceito da “interseccionalidade”, que consiste em uma ferramenta teórica metodológica desenvolvida dentro do movimento feminismo negro para apontar as opressões simultâneas vivenciadas pelas mulheres negras, como o racismo, sexismo, classismo, entre outros. O termo foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw na década de 1980. Ver Akotirene (2019).

eventos importantes como o *Women's Project*<sup>23</sup> e o *Stonehenge*<sup>24</sup>, que contribuíram para pensar os caminhos para o desenvolvimento de uma perspectiva feminista na TF.

Marianne Walters (1994), terapeuta de família feminista, reconheceu que, apesar da proposta e dos esforços da TF em focar na família e em todos os seus membros como um sistema, os valores de subestimação das mulheres eram tão intrínsecos e naturalizados em diversas dimensões do cotidiano que a visão dos teóricos era restrita. Desse modo, as terapeutas feministas encontraram muita resistência:

Alguns terapeutas achavam que não deveria ser permitido às terapeutas de família feministas fazer terapia de família, porque elas iriam passar sermões em seus pacientes; outros argumentavam que uma teoria feminista é a antítese da 'neutralidade' e 'objetividade' da teoria dos sistemas (Walters, 1994, p. 28).

Preocupadas em consolidar uma terapia de família com perspectiva feminista, o "Projeto Feminino do Sudoeste"<sup>25</sup> (Urry, 1994), desenvolvido no contexto estadunidense, apresentou alguns pressupostos para orientar as/os profissionais como: a necessidade de reconhecer e combater os efeitos das hierarquias de poder e discursos dominantes nas dinâmicas familiares; identificação das chamadas bases de poder dos membros da família, como, por exemplo, a linguagem, o poder relacional, força, poder econômico, afetivo e doméstico (Schneider, 1994, p.135), sexualidade e fertilidade (Urry, 1994, p.118); contestar a ideia da neutralidade ao considerar que as categorias como raça, idade, sexo, entre outras, assim como identificar como valores e crenças das/os terapeutas influenciam sua prática e produzem impactos nas famílias;

---

<sup>23</sup> O *Women's Project* foi desenvolvido por Betty Carter, Marianne Walters, Peggy Papp e Olga Silverstein no ano de 1977, com o objetivo de refletir as questões de gênero na TF, criticar a ideia dos papéis das mulheres nas famílias e as implicações das suposições de terapeutas homens na manutenção do sexismo.

<sup>24</sup> Colóquio organizado por Monica McGoldrick, Froma Walsh e Carol Anderson, realizado em 1984 em Connecticut, com a participação de 47 terapeutas familiares expoentes que buscaram discutir o papel das mulheres nas famílias, questões de gênero, teoria, prática, treinamento, e pesquisa no campo da TF. Ver McGoldrick e Walsh (2017).

<sup>25</sup> Segundo Urry (1990), o "Projeto Feminino do Sudoeste" foi fundado em 1986 como um fórum de debates sobre questões da terapia familiar e "feminismo".

valorização das experiências, narrativas, recursos e habilidades das mulheres no contexto terapêutico (Urry, 1994).

A aproximação do movimento construcionista social e a busca por uma postura mais relacional na construção do conhecimento trouxeram fôlego para incluir nas discussões da TF as questões de raça e racismo, entre outros marcadores da diferença (Pendry, 2012). A inclusão de uma perspectiva cultural de fato ocorreu a partir da década de 1990, quando as instituições admitiram ausência de profissionais com perspectivas culturais diversas na TF, e reconheceram que era fundamental considerar as questões culturais e de gênero para compreensão ampliada do sistema familiar.

Para corrigir a falta de diversidade cultural na própria docência, adotaram políticas para concessão de bolsas de estudos e formação (Mcgoldrick & Hardy, 2019). Para inclusão de diversas perspectivas socioculturais na TF, surgiram, no campo internacional, mobilizações para disponibilizar bolsas a terapeutas afrodescendentes, asiáticos e latino-americanos nas instituições de TF (Mcgoldrick & Hardy, 2019).

No Brasil, ações dessa natureza são limitadas, e poucos institutos oferecem programas de bolsas, como o ITFSP. Percebemos que o perfil das/os terapeutas de família no país, representantes das associações regionais e corpo docente dos institutos de formação são majoritariamente mulheres brancas, de classe média, e principalmente da região sul e sudeste.<sup>26</sup> Desse modo, entendemos que se há pouca inclusão de perspectivas socioculturais diversas, o modelo hegemônico de TF se mantém.

A preocupação em incluir essas temáticas na formação das/os terapeutas colocou em destaque o trabalho da supervisão na TF, já que falar sobre raça/etnia e cultura eram

---

<sup>26</sup> Não encontramos levantamento em relação as características sociais, econômicas e culturais das/os profissionais na TF. Mas, a partir da observação das próprias páginas institucionais que apresentam fotografias do corpo docente dos cursos e das pessoas responsáveis pelas associações regionais e ABRATEF, a minha percepção é de que são formadas majoritariamente por mulheres, brancas e de classe média. Esse cenário se repete em relação a equipe de organização e participantes de congressos, workshops e jornadas dos quais participei nos últimos 5 anos.

consideradas temas secundários, referentes aos contextos específicos das famílias, e, portanto, tomados como irrelevantes em relação às questões consideradas centrais de uma prática clínica permeada de valores androcêntricos, racistas e sexistas, conforme o terapeuta familiar Nick Pendry (2012).

Depois de entender que essas questões eram marginalizadas, o segundo passo foi pensar em como iniciar as conversas e reflexões sobre relações de opressão, localizações sociais e seus efeitos nas vidas nas pessoas e no contexto da clínica, assumindo uma responsabilidade ética e política das/os supervisoras no contexto da supervisão (Pendry, 2012, 2017). Diversos recursos foram propostos pelo autor, como o uso de questões autorreflexivas, filmes e livros, e ainda compartilhamento das suas próprias localizações sociais (homem, indígena, negro e membro de uma família britânica) como estratégias para as/os supervisionados refletirem sobre as próprias questões de “raça”<sup>27</sup> e desenvolverem sensibilidade cultural (Pendry, 2017, p. 26).

Apesar de ser ainda invisibilizada, vemos, então, que a inserção da temática das questões de raça/etnia e cultura na prática clínica tem sido destacada na literatura internacional. Estudos recentes demonstram preocupação com o desenvolvimento das/os profissionais da área da saúde mental (Pendry, 2017; Daneshpour, 2017). Chin, Hughes e Miller (2022) ressaltam a inclusão de uma perspectiva decolonial para combater as discriminações por raça, e adoção de uma postura clínica que se inicia com a tomada da consciência das/os terapeutas sobre suas próprias localizações sociais. Outro estudo realizado com estagiários/as de psicologia mostrou a importância da consciência dos próprios preconceitos para o desenvolvimento pessoal e profissional, e sobretudo, como os privilégios da branquitude podem influenciar relações assimétricas no contexto terapêutico e reprodução de práticas racistas (O’Driscoll et al, 2016).

---

<sup>27</sup> O autor utiliza raça entre aspas considerando o conceito uma construção social que produz efeitos classificatórios nas pessoas – superiores e inferiores –, e garante privilégios para alguns grupos e opressão para outros.

Nessa direção, é emergente a discussão sobre a importância dos/as terapeutas desenvolverem uma sensibilidade de gênero para abordar essas questões com os/as clientes a partir da própria reflexão de como o gênero afeta suas vidas (Mui-Teng Quek; Eppler & Morgan, 2016).

Sendo assim, os espaços de supervisão podem reproduzir relações de desigualdade e opressão social quando não há reconhecimento dos efeitos das relações de poder, como racismo, sexismo, heterossexismo e classismo, e as/os supervisoras/os pela posição de poder em relação as/os supervisionadas/os possuem responsabilidade para promover conversas colaborativas sobre essas questões (Pendry, 2017; Daneshpour, 2023), considerando de forma respeitosa as diversas posições e visões de mundo (Messent, 2017).

Ainda que seja evidente a importância de discussões sobre uma sensibilidade multicultural, na prática terapêutica das formações em TF no contexto estadunidense, por exemplo, essa temática ainda é considerada um apêndice, pois se considera a família burguesa branca como referência, o que produz uma cegueira cultural e marginalização das experiências múltiplas das pessoas. Nesse sentido, falta consenso sobre a responsabilidade social e ética das/os terapeutas frente às relações de opressão, porque a lente que persiste é da branquitude, numa psicoterapia orientada “por”, “para” e “sobre” brancos (Hardy & Mcgoldrick, 2019, p. 580).

Além da evidente preocupação em como superar essa lacuna nas formações dos terapeutas, outro ponto de destaque aqui é a insuficiência da inclusão de referências bibliográficas sobre a temática nas formações como estratégia, quando o próprio corpo docente e os cargos nas instituições da TF ainda representam a perspectiva da branquitude (Hardy & Mcgoldrick, 2019).

Assim, pensar caminhos a partir de diálogos abertos para compreender os efeitos da interseccionalidade dos marcadores sociais nas vidas dos clientes, terapeutas e docentes,

reconhecer a herança cultural (genograma cultural<sup>28</sup>) e adotar uma postura de não neutralidade e comprometida com promoção de justiça social pode contribuir para inclusão de uma perspectiva cultural nos campos teóricos, da prática e na pesquisa para ampliar e desafiar os valores hegemônicos<sup>29</sup>.

Assim, o legado das teóricas feministas na TF foi alertar para a inclusão das questões de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros, na compreensão das relações familiares, para não incorrer no risco de simplificar problemas sociais para a esfera familiar:

As dificuldades da vida familiar não podem, portanto, ser reduzidas ou universalizadas como problemáticas abstratas de organização. Tampouco se resolve o problema recorrendo ao truísmo de que a família existe em um ambiente social e é um ‘sistema aberto’. O que é necessário é uma teoria que particularize essas relações para que suas implicações clínicas se tornem manifestas. Caso contrário, como argumentará uma seção posterior deste artigo, inevitavelmente nos tornaremos participantes involuntários do que Betty Friedan chamou há vinte anos de ‘o problema sem nome’ (Goldner, 1985, p. 3).

Os debates impulsionados pelas feministas foram fundamentais para repensar o desenvolvimento da TF, e para despertar a sensibilidade social para combater as desigualdades e injustiças sociais. Desse modo, colocar em discussão a formação dos profissionais que atuam nos atendimentos de famílias mostrou-se fundamental (Rampage & Avis, 1998), já que, desde a década de 1980, as teóricas feministas na TF apontaram o desafio de pensar em estratégias para não contribuir para a invisibilidade do gênero no contexto terapêutico, evitando uma postura normativa (Goldner, 1985).

---

<sup>28</sup> O genograma cultural explora nas histórias das pessoas os aspectos sócio-histórico e cultural, como as influências das questões de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, entre outros (Hardy & Laszloffy, 1995).

<sup>29</sup> Vale destacar que discussões atuais têm incluído, além das influências dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos nas vidas das pessoas, a dimensão ambiental, mostrando que o desequilíbrio e as ameaças globais produzem desigualdades sociais que afetam saúde, moradia, trabalho e educação de modos diferentes, como as situações pobreza e violências (Watson et al, 2020).

No entanto, as discussões levantadas pelas/os terapeutas feministas e da terceira geração têm mostrado que a proposta não é o desenvolvimento de uma nova prática de TF com técnicas predefinidas, mas incorporar perspectivas socioculturais e inspirar para formas diversas de trabalho sensíveis às questões sociais e seus efeitos nas vidas das pessoas e no contexto terapêutico. Assim, conforme a visão socioconstrucionista, que considera múltiplas realidades possíveis e vê o conhecimento como algo que as pessoas fazem juntas, as abordagens que se aproximam desse entendimento também compreendem a possibilidade de uma pluralidade de práticas na clínica<sup>30</sup>, valorizando, portanto, a revisão, reconstrução e criatividade, como nos estimulam Mary Gergen e Kenneth Gergen (2010): “criar práticas eficazes para amenizar as diferenças, cruzando fronteiras e estabelecendo novas relações” (p.110).

## **2.2 Dialogando com perspectivas pós-modernas: construcionismo social e as contribuições para a prática clínica**

Para discutir as contribuições das perspectivas pós-modernas para a prática clínica, importante situar o contexto do Construcionismo e o conceito de “pós-moderno” que consideramos neste trabalho.

Mary J. Spink (2010) denomina de “Modernidade Tardia” o período pós-moderno até os dias atuais, que implica nova visão de mundo, uma postura reflexiva que ocorre dentro e fora da ciência, e que provoca questionamentos e desconstrução do que é posto como verdade e hegemônico. Podemos situar aqui as perspectivas construcionistas.

Anthony Giddens (2002), sociólogo britânico, nos ajuda entender os efeitos da globalização e dos meios de comunicação nas relações cotidianas e na própria constituição da

---

<sup>30</sup> Ver “Construcionismo Social e Práticas Colaborativo-Dialógicas: Contextos de ações transformadoras” organizado por Marilene A. Grandesso (2019), que apresenta discussões teóricas e práticas a partir de uma diversidade de autores/as, experiências e contextos, incluindo o Brasil.

“autoidentidade”, ou seja, a compreensão reflexiva do indivíduo sobre suas escolhas que marca a sua biografia. Para ele, diferentemente do momento anterior que foi marcado por um “eu” mais estável e passivo decorrente das tradições impostas pelas instituições modernas como forma de controle e regulação da sociedade, o novo momento reflexivo acerca dos pressupostos baseados em “verdades” propiciou uma abertura para possibilidades de escolhas, experiências e narrativas, principalmente em função da interconexão global facilitada pela mídia (Giddens, 2002).

Esses questionamentos colaboraram para destradicionalização das instituições modernas como família, casamento, trabalho e sexualidade (Giddens, 1993, 1995, 2020), partindo do entendimento de que há sistemas de poder mais amplos que regulam comportamentos e modos de vida hegemônicos como legítimos e subjugam outras maneiras de existência, gerando preconceito, discriminação e violência.

Para Giddens (1995), a reflexividade da modernidade permitiu questionar as tradições e abalar as estruturas e as verdades impostas pelas instituições, ressaltando a importância do debate político. Esse movimento da sociedade pós-tradicional possibilitou o reconhecimento de outros modos de vida e de relações sociais.

À vista disso, temáticas sobre maternidade, casamento, direitos e reprodução sexual também têm uma trajetória na pauta feminista (Piscitelli, 2009). Elas buscam discutir como as instituições sociais sustentam ideologias que impõem arranjos familiares normativos em detrimento de outros modos possíveis (Narvaz & Koller, 2005), marginalizando, por exemplo, escolhas legítimas de mulheres de não casar e/ou não ter filhos (Gonçalves, 2017).

A definição sobre o surgimento do construcionismo social não é pacífico na Psicologia, como nos lembram Emerson Rasera e Marisa Japur (2018). Ele apresenta diversas discussões, críticas e conceituações por ter relações com movimentos que ocorreram em áreas diversas do

conhecimento, como na Filosofia, na Sociologia e no campo político como forma de empoderamento de grupos sociais (Spink, 2013).

Apesar de não ser o propósito do trabalho realizar um levantamento das origens e seu desenvolvimento, cumpre destacar as contribuições das perspectivas construcionistas nos campos teóricos, epistêmicos e metodológicos. Suas críticas frente à ciência tradicional provocaram reflexões para novos caminhos para a produção de conhecimento, de modo a superar as formas hegemônicas e assumir um posicionamento mais ativo frente às mudanças sociais (Spink, 2013).

Ainda que existam posições heterogêneas acerca da conceituação do construcionismo social, elas apresentam alguns pontos em comum, como a valorização do contexto histórico e cultural na produção do conhecimento que é, segundo essa perspectiva, localizado e está continuamente em processo de (re)construção a partir dos processos sociais. Portanto, o conhecimento é considerado ação social, prática crítica e reflexiva (Rasera & Japur, 2018). Na Psicologia, os autores denotam algumas implicações para isso: a importância da linguagem nos processos de produção de conhecimento que se dá através das interações sociais, desconstruções da lógica essencialista para compreensão dos fenômenos sociais e a crítica à ideia de uma realidade objetiva independente do sujeito.

Nesse ponto, Gergen (2010) apresenta algumas premissas básicas para compreender a perspectiva construcionista. O primeiro pressuposto é o de que todos os nossos conhecimentos que temos sobre o mundo são construções sociais decorrentes de processos relacionais, ou seja, construímos os significados através das relações sociais. Assim, o conhecimento é contextualizado, e mesmo que, em um primeiro momento, pareça evidente, pode ser questionado e reconstruído. Esse é o convite construcionista da estranheza e questionamento de tudo que é dado como verdade universal e estável sobre o mundo para buscar novas possibilidades e renovação: “tudo que consideramos real é resultado de uma construção social.

Ou seja. De maneira mais contundente, nada é real, a menos que as pessoas concordem que assim o seja” (Gergen, 2010, p. 20).

O construcionismo social enquanto movimento contribuiu e continua contribuindo para muitos questionamentos e inquietações em diversas áreas do conhecimento, principalmente por provocar um olhar reflexivo para a própria ciência tradicional e os modos de produção de conhecimento. Essa perspectiva nos estimula a tomar um lugar de estranhamento e suspeição em relação a tudo que é posto como “verdade”, “certeza” e “natural”, ou seja, explorar a realidade muitas vezes limitante que nos é imposta diante de verdades que são múltiplas. Nesse sentido, questões como a objetividade e a relação sujeito x objeto da pesquisa são colocados em discussão.

Ainda nessa discussão, Gergen (2010) ressalta a existência de valores embutidos nos discursos, que são relacionados às tradições de grupos e comunidades específicas, fazendo com que os conhecimentos produzidos não sejam neutros, mas atravessados por perspectivas, suposições e interesses. E, desse modo, o autor defende um pluralismo do conhecimento, já que o que se entende por verdade – com “v” minúsculo – trata-se de conhecimento localizado, decorrente de negociações dos grupos que possuem valores e modos de vida específicos, os quais são múltiplos, válidos legítimos: “a verdade só pode ser encontrada dentro da comunidade” (Gergen, 2010, p. 29).

Em síntese, as ideias construcionistas apoiam a abertura para construção de diálogos permanentes para que reconheçam a pluralidade das verdades, e de forma colaborativa e corresponsável, possam desenvolver novos conhecimentos e ampliar possibilidades. O foco para compreensão dos fenômenos sociais deixa de ser o indivíduo, e passa a ser os processos relacionais, ou seja, o que as pessoas fazem juntas dialogicamente (Gergen, 2010).

Desta forma, a perspectiva construcionista propõe refletirmos criticamente sobre os efeitos dos valores e tradições presentes nos contextos que estamos inseridos, e questionarmos

se essas escolhas privilegiam determinados grupos e exclui outros, como os subalternizados. O olhar construcionista nos provoca ainda a desenvolver uma sensibilidade social diante dos impactos das verdades nas nossas vidas e nas relações sociais para estarmos abertos para legitimar e considerar outras realidades possíveis, de modo a reconhecer a multiplicidade de vozes e problematizar as desigualdades de poder.

O construcionismo social valoriza ainda uma posição política para ampliação do olhar para questionamentos mais complexos de questões sociais, e possibilidades de reconstrução de sentidos e promoção de agenciamento das pessoas (Gergen, 2010).

Na área da saúde mental, é fundamental problematizar como os discursos que circulam no domínio comum sobre os transtornos mentais a partir de conhecimentos científicos geram, por exemplo, conhecimentos limitados e individualizantes sobre as pessoas. Daí decorre a importância de ampliar as perspectivas para outros entendimentos alternativos a partir de uma visão relacional que possibilite novas formas de ação e desnaturalização dos discursos dominantes (Gergen, 2010).

O movimento construcionista na Psicologia colocou em xeque a presunção de neutralidade do/a terapeuta no contexto terapêutico e contribuiu para desenvolvimento de práticas que consideram a relação horizontal entre terapeuta e cliente, ambos construtores de conhecimento e sentidos a partir das interações sociais. A presença ativa da/o terapeuta é elevada para outro patamar, reconhecendo que ela/e faz escolhas o tempo todo, o que o implica considerar sua responsabilidade, questões éticas e políticas no processo terapêutico.

A perspectiva construcionista abriu espaço para uma prática clínica transformadora e comprometida com a desconstrução dos discursos hegemônicos ao reconhecer a linguagem e o contexto social na construção de conhecimento sobre o mundo. Partindo do pressuposto que a linguagem não representa a realidade, mas constrói realidades (Gergen, 1985), as discussões sobre a construção social do conceito de família buscam ampliar a ideia da família normativa

para uma pluralidade de sentidos de famílias construídos a partir de processos relacionais e que são localizados em tempo e espaço específicos (Martins et al, 2015).

Os construcionistas criticaram a visão essencialista dos sistemas de diagnósticos, que são convenções sociais que objetivam sustentar interesses de grupos como da indústria farmacêutica, ao problematizar a ideia de um padrão de estágios de desenvolvimento das pessoas. A visão construcionista na TF contribuiu também para que a própria ideia de “gênero” fosse desconstruída no contexto terapêutico, evidenciando as influências das desigualdades sociais nas experiências das pessoas de modo a desafiar os discursos dominantes, favorecendo novos entendimentos e dinâmicas relacionais (Knudson-Martin & Laughlin, 2005). Nessa empreitada, as teóricas feministas contemporâneas dialogam com o construcionismo social pela crítica à ciência empírica tradicionalmente demarcada por conhecimentos construídos por homens sobre as mulheres, e nos ajudam a pensar os efeitos das relações de gênero (Borges & Canuto, 2013).

Por outro lado, Gergen (2009) afirma que o construcionismo social enquanto crítica à ciência positivista encontra dificuldades de aceitação na psicologia, pois coloca a pesquisa psicológica como objeto de pesquisa e questionamento. O movimento construcionista reconhece que o conhecimento não representa o reflexo da realidade, pois são construídos a partir dos processos de intercâmbios sociais, atravessados por lentes, proposições e convenções linguísticas compartilhadas e em constante transformação. Segundo o autor, as descrições e explicações que construímos sobre o mundo representam ação social, pois irão sustentar, reproduzir entendimentos, conceitos e padrões sociais (Gergen, 2009, p. 306).

Ao refletir sobre a própria prática da psicoterapia enquanto construção social, Sheila McNamee (1996) aponta a mudança de uma perspectiva individual, característica da ciência moderna, para uma visão mais relacional. O foco nos processos relacionais como construtores de sentidos sobre o mundo busca a desnaturalização de uma identidade fixa e de que as pessoas

possuem qualidades intrínsecas e, portanto, seriam portadoras de déficits que devem ser corrigidos (McNamee, 1996, 2017).

Essa postura filosófica, como assevera McNamee, impactou o desenvolvimento da psicoterapia, especialmente da TF. Inicialmente, os trabalhos pioneiros sobre os sistemas familiares buscavam uma visão sistêmica das famílias, ou seja, alternando o foco da patologização dos indivíduos para as dinâmicas de funcionamentos das famílias e casais. Posteriormente, houve a inclusão da/o terapeuta no próprio sistema familiar e a valorização da linguagem na construção dos sentidos e realidades múltiplas entre clientes e terapeutas (McNamee, 1996, 2017).

Não há um método único de prática de terapia construcionista social, segundo McNamee (2015), já que a própria psicoterapia consiste em um processo de construção social entre cliente e terapeuta, e as diversas abordagens do campo *psi* pelo uso da linguagem também constroem conhecimentos e perspectivas nos contextos terapêuticos. Porém, a autora ressalta que as práticas colaborativas e dialógicas guardam importante aproximação com a postura construcionista.

As teóricas feministas se aproximaram das perspectivas construcionistas pela crítica à ciência empírica tradicionalmente atravessadas por interesses e valores dominantes, portanto uma postura reflexiva e crítica na produção de conhecimento e abertura para desnaturalização de conceitos normativos.

Em relação às contribuições construcionistas no contexto terapêutico, podemos destacar maior sensibilidade social na atuação do profissional para reconhecer a pluralidade de realidades que são construídas em um contexto sócio-histórico e cultural e o próprio contexto da terapia como uma possibilidade de construção de novos sentidos (Gergen, 2010). Dentro dessa perspectiva, destacam-se três abordagens que aproximam do Construcionismo social: a Terapia Narrativa, a Terapia Breve e as Práticas Colaborativas e Dialógicas.

A inserção das perspectivas construcionistas na clínica, como demonstram Martins et al (2013), ocorreu através de grupos diversos de terapeutas de famílias que alicerçaram seus estudos nas bases construcionistas através dessas práticas inovadoras. Esse intercâmbio permitiu maior enriquecimento e desenvolvimento de pesquisas teóricas, metodológicas e práticas múltiplas para (re)pensar a atuação das/os profissionais (Martins et al, 2013).

A Terapia Narrativa, desenvolvida no final da década de 1980 na Austrália e Nova Zelândia, e representada respectivamente por Michael White e David Epston, promoveu discussões valiosas sobre o potencial da Terapia como espaço político para desconstruções e questionamentos de crenças e discursos dominantes (White, 1995; Yuen, 2020).

O pensamento feminista influenciou a Terapia Narrativa, assim como a TF, por promover questionamentos sobre os conceitos de família, parentalidade, relacionamentos e os efeitos das relações de poder nas famílias, como as situações de violências de gênero e infantil (Denborough, 2009; White, 1995), o que provocou o desafio de repensar o lugar político na terapia e, portanto, novas práticas terapêuticas atentas às questões de raça/etnia, classe, gênero, e contextos sociais mais amplos.

O reconhecimento do contexto social na prática, uma consciência política e aliada às influências de ideias feministas, como os trabalhos de Cheryl White que desafiavam o campo ao denunciar as desigualdades de gênero, contribuíram para questionar valores e práticas sociais opressoras (Russel & Carey, 2007).

Essa abordagem, localizada dentro das ideias pós-estruturalistas, não está interessada em investigação e produção de diagnóstico de comportamentos compreendidos deficientes devido a uma estrutura interna da pessoa, explorando a história para além do problema e reconhecendo outros aspectos de dimensão histórica e cultural que concorrem para as experiências singulares das pessoas (Russel & Carey, 2007).

Nomear e reconhecer o “problema” como externo à pessoa, recurso chamado de “externalização do problema”, permite ampliar a compreensão das influências dos discursos dominantes, como também novas formas de resolução para além da mudança “interna” de cada um (White, 2011). A terapia narrativa busca resgatar as histórias de resistência, respostas e ações aos atos de violência relacionados com abuso de poder, pois parte do entendimento que a pessoa não é apenas a situação vivida, pois tem habilidades e outras histórias além do trauma experienciado (White, 2016).

Há diversos trabalhos inspiradores que buscam contestar e reconhecer os efeitos das relações de poder, como racismo, homofobia, transfobia, cisheteronormatividade, entre outros, nas vidas das pessoas, como a exploração das experiências não-monogâmicas (Visschedijk, 2015); a articulação de questões de gênero, cultura e violência (Durish, 2007); saúde mental e a despatologização das pessoas (Siu-Wai, 2004; Brown, 2019; Lester, 2013); experiências de opressão no sistema de saúde mental das pessoas afro-americanas (Jackson, 2002); e o processo de revelação sobre a sexualidade (Hammoud-Beckett, 2007).

Dentre as práticas pós-modernas, a terapia breve pretende mudar o foco das conversas sobre os problemas das pessoas – que são paralisantes e limitantes para contextos conversacionais – para a exploração das descobertas dos recursos, habilidades geradoras de novas alternativas de ação diante dos problemas, num caminho de transformações. Apresenta uma visão prospectiva e não nos acontecimentos do passado com o objetivo de encontrar a causa do problema (Gergen, 2010). Também chamada de “terapia focada na solução” (Shazer, 1985, 1994), ela apresenta ênfase na linguagem, na construção de sentidos a partir das experiências singulares em um processo colaborativo e relacional, que implica, portanto, na valorização e flexibilidade de uma amplitude de técnicas e recursos para reconhecimento das potencialidades e processos de mudanças (Martins et al, 2013).

Tom Andersen (2020) desenvolveu, a partir da sua prática clínica na psiquiatria na Noruega, durante os anos de 1980, uma proposta de atendimento que chamou de “equipe reflexiva”, pela qual um grupo de profissionais, após a escuta da conversa terapêutica de uma família com um membro da equipe, atrás de um espelho, compartilhava com toda a família suas percepções, com o objetivo de contribuir para reflexões úteis para a família. Essa nova prática inovadora, denominada “processos reflexivos”, valorizava uma relação horizontal entre terapeuta e cliente, utilizando a linguagem da família e abandonando a ideia do profissional como especialista sobre as experiências das pessoas, numa abertura para a multiplicidade de entendimentos possíveis a partir da proposta da inclusão de toda equipe no sistema terapêutico.

As propostas das “práticas colaborativas e dialógicas” defenderam a postura “do não saber” (Goolishian & Anderson, 2020) do profissional na prática clínica, que consiste em adotar um posicionamento de curiosidade frente ao outro e suas histórias e valorizar os recursos, as experiências e os conhecimentos. Denotam uma horizontalidade no processo terapêutico e a construção dialógica de abertura para novos entendimentos (Gergen, 2010). Trata-se de um processo dialógico que demanda esforço, participação e colaboração recíproca entre terapeuta e cliente, e a não imposição de julgamentos e pressupostos do/a próprio/a terapeuta às experiências dos clientes.

Lara Souza (2018) reflete sobre as contribuições da perspectiva construcionista social para a psicologia, ao articular o “Aconselhamento Psicológico”, pensado a partir das abordagens pós-modernas como a Terapia Narrativa, Terapia Focada na Solução e Terapia Colaborativa. A autora considera que a aproximação do Aconselhamento Profissional da perspectiva construcionista, possibilita contextos de conversas generativos para produção de novos sentidos para o sofrimento e possibilidades de transformações.

Nesse caminho, ampliando as reflexões para articular a prática clínica e a pesquisa, Gabriela Ravagnani (2019) discute, em sua tese de doutorado, o uso integrativo de teorias e

recursos técnicos diversos na prática clínica cotidiana em TF. Em sua pesquisa, a autora destaca que a disponibilidade da/o terapeuta para escolhas e incorporação de diferentes teorias e técnicas pautadas em uma postura colaborativa, autorreflexiva e com sensibilidade social pode ser útil para a construção de processo terapêutico e promoção de transformação junto com os/as clientes.

Os diálogos propostos pelas ideias construcionistas permitiram o surgimento de diversas abordagens no campo da terapia que buscavam, de modo convergente, a ampliação das possibilidades de ação e superação da postura psicologizante e patologizante das práticas clínicas tradicionais, que localizavam o problema na própria pessoa, casal e família, explorando os processos relacionais na construção de novos sentidos e permitindo um posicionamento político do profissional para olhar para questões sociais mais amplas (McNamee & Gergen; 2020).

Na TF, grupos de terapeutas que se aproximaram das ideias construcionistas, como Harlene Anderson e Harold Goolishian (1988), se afastaram dos entendimentos das famílias e casais como sistemas que buscam a estabilidade (homeostase, herança da influência da Cibernética), e adotaram uma visão processual da conversação como conjunto de recursos para mudanças, sem almejar um ideal imposto pelo terapeuta (Hoffman, 2020), num reconhecimento dos valores e pressupostos dos terapeutas para evitar a reprodução de relações de opressão em suas práticas com seus clientes.

Posições mais descentralizadas de poder nas sessões entre profissional e cliente (Anderson & Goolishian, 2020), por meio das quais o terapeuta é especialista na construção de espaços mais colaborativos e dialógicos, e não um detentor de saber sobre a vida do outro, também impactaram a postura do/a terapeuta. Isso se dá porque o objetivo da terapia, na visão construcionista, não é buscar a causa dos problemas e a “Verdade”, mas favorecer abertura para novos sentidos sobre as histórias e assim, alternativas de escolhas e ação.

A terapia com perspectiva construcionista apresenta maior aproximação, relação de confiança e valorização das experiências e saber das pessoas, questionando de forma crítica as noções de estrutura, mito familiar, estabilidade, alianças na família para uma multiplicidade de histórias e novos sentidos frente aos problemas. Desta forma, Hoffman (2020) salienta a importância da postura crítica do profissional, a qual ela denomina de “ética da participação” para olhar com cuidado as relações de hierarquia de poder que, muitas vezes, estão encobertas nos discursos sociais.

Laura Fruggeri (2020) destaca como a perspectiva construcionista tem propiciado questionamentos teóricos e metodológicos em relação à psicoterapia, mas também quanto à sua própria função social e responsabilidade do terapeuta na coconstrução. A autora destaca as discussões críticas das visões diretivas, estratégicas e instrutivas dentro de um modelo estrutural presentes nas abordagens tradicionais como a sistêmica, onde o conhecimento do profissional é considerado privilegiado. Dessa maneira, as ideias construcionistas contestam o suposto “poder transformador” delegado aos terapeutas como especialistas, oriundos da lógica biomédica de diagnóstico e busca da “causa” e origem dos problemas, e deslocam para os processos sociais que sustenta esse modo de funcionamento das relações.

De acordo com William Lax (2020), os trabalhos dos terapeutas de perspectivas pós-modernas trouxeram mudanças significativas na TF, a qual, apesar da superação da visão individualista e essencialista do sujeito, ainda guardava concepções de estruturas familiares, visão do terapeuta como observador da família e dotado de conhecimento privilegiado e especialista. Dentre as mudanças percebidas, o autor destaca que a terapia é considerada como um sistema do qual o terapeuta faz parte, compartilhando suas ideias com as famílias sem objetivos pré-definidos, ou seja, preocupando-se com o processo terapêutico enquanto interrelacional e aberto na construção de múltiplas narrativas.

A vertente construcionista permitiu pensarmos uma multiplicidade de formas de pesquisa e atuação na prática clínica, incentivando a criatividade para acolher uma pluralidade de contextos (Gergen, 2010). Apesar de guardar cada uma sua especificidade (Martins et al, 2013), essas práticas pós-modernas propõem repensar a postura do/a profissional, buscando superar a lógica psicologizante e individualizante na compreensão dos indivíduos, e, a partir de uma leitura relacional, ampliar novas possibilidades de entendimentos dos fenômenos sociais, reconhecendo a historicidade dos discursos e do caráter político do potencial das mudanças sociais do contexto micro para o macrosocial.

Assim, com os debates pós-modernos, o reconhecimento da complexidade dos fenômenos sociais, a contestação da “verdade” e a superação da ideia de especialistas, as/os terapeutas passaram a transitar entre diferentes práticas com liberdade, sem a filiação à uma escola ou teoria exclusiva com objetivo de adequar o próprio modelo teórico, “modelo único”, às famílias e casais, como ocorreu com a primeira geração de terapeutas da TF (Nichols & Schwartz, 2007, p. 283).

Entretanto, a abertura construcionista para adoção de uma postura crítica e reflexiva frente aos discursos normativos, traz uma questão: É possível articular política e terapia?

Diversos autores reconhecem que a terapia enquanto construção social não é politicamente neutra (Hare-Mustin & Marecek, 1988), pois na posição de terapeuta, o/a profissional estará sustentando um discurso ou promovendo questionamentos para transformação. À vista disso, o artigo recente publicado no *Jornal Europeu de Psicoterapia e Aconselhamento*, pelos autores Pedro Martins et al. (2023), com título inspirador “Colaboração e política: um terapeuta pode trabalhar de forma coerente enquanto é informado por práticas dialógicas colaborativas e narrativas? (tradução nossa), faz um convite importante para reflexão sobre a complexidade de abordar gênero na prática clínica, mas a possibilidade de adotar uma postura colaborativa e política no contexto terapêutico.

Assim, compreendemos que a terapia apoiada no construcionismo dialoga com as perspectivas de gênero e sociocultural, pois ambas reconhecem que é fundamental uma prática que desafie as relações de poder, responsável e sensível às questões sociais e comprometidas com a justiça social.

### **2.3. A produção de conhecimento enquanto prática**

Nosso estudo dialoga com as perspectivas feministas epistêmicas contemporâneas (Harding, 2019; Haraway, 2009), pelo posicionamento crítico frente à suposta neutralidade e objetividade da ciência tradicional, e por entender que o conhecimento é sempre localizado e parcial, podendo ser revalidado e reconstruído. A pesquisa se apoia ainda na abordagem socioconstrucionista (Gergen, 1985, 2009) e na noção de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (PD)<sup>31</sup>, por adotar os pressupostos construcionistas de que o conhecimento é uma prática social, algo que as pessoas fazem juntas, e não representação fiel da realidade, mas uma construção social coletiva situada em um contexto sócio-histórico e cultural.

Para começar a entender as PD enquanto perspectiva teórica e metodológica, vale resgatar a distinção dos termos “práticas discursivas” e “discurso”, proposta por Spink e Medrado (2013). O primeiro refere-se à construção coletiva de sentidos das diversas situações do cotidiano através da linguagem e das relações sociais; portanto, considera-se uma pluralidade de sentidos, cuja análise fundamenta-se no material interativo. Por outro lado, o termo discurso diz respeito à linguagem institucionalizada de um determinado campo de saber e contexto histórico que apresenta certa “regularidade”:

---

<sup>31</sup> Utilizamos a sigla PD em referência a abordagem teórica-metodológica das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado pela Professora Dra. Mary Jane P. Spink

Discurso, linguagem social ou *speech genre* são conceitos que focalizam, portanto, o habitual gerado pelos processos de institucionalização. O conceito de *práticas discursivas* remete, por sua vez, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade (Spink & Medrado, 2013, p. 26).

Assim, as PD compreendem a “linguagem em uso”, as narrativas, as argumentações e os diálogos que ocorrem a partir das unidades básicas da linguagem na produção de sentidos - os repertórios interpretativos (Spink & Medrado, 2013, p. 28), ou seja, o conteúdo: os termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem; os enunciados e vozes, que correspondem à dinâmica da interanimação dialógica<sup>32</sup> entre os interlocutores que podem estar presentes ou não na produção de sentidos; *speech genres* ou gêneros de fala, que consistem no modo mais ou menos habitual que orientam os enunciados em determinado contexto (Spink & Medrado, 2013, p. 23).

Vale ressaltar que as PD não se resumem somente às “produções orais”. Os textos escritos e o material oriundo da mídia, internet, televisão e rádio também são considerados, segundo Mary Jane Spink (2014), “atos de fala”, “linguagem em ação”, pois produzem aberturas para diálogos. São PD importantes para indicar a pluralidade dos sentidos que circulam em diferentes contextos, considerando a dimensão temporal: “o tempo longo, que marca os conteúdos culturais definidos ao longo da história da civilização; o tempo vivido, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização, e o tempo curto, marcado pelos processos dialógicos” (Spink & Medrado, 2013, p. 31).

Essa abordagem teórica-metodológica possui coerência com a perspectiva construcionista por assumir também crítica frente à representação objetiva da realidade, já que

---

<sup>32</sup> O conceito se refere ao encadeamento de enunciados e respostas, ou seja, o jogo dialógico entre o que é dito por um locutor e a resposta que provoca na outra pessoa destinatária. Essa interação social através da linguagem produz sentidos sobre o mundo (Bakhtin, 1994).

considera as práticas discursivas “linguagem em ação”, performativas na construção de múltiplos sentidos e modos de posicionamento no mundo pelas pessoas (Spink & Medrado, 2013). Para Mary Jane Spink (2010, p. 9) “conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas”, coletivamente através da linguagem, portanto, uma construção social. A produção de conhecimento não está, pois, restrita à ciência, uma vez que produzimos sentidos sobre o mundo através das práticas sociais nas diversas situações do cotidiano (Spink & Medrado, 2013).

Desse modo, assumindo a longa e heterogênea trajetória do conceito de gênero, a pesquisa propõe analisar as PD sobre gênero na TF no Brasil, considerando a “multiplicidade de vozes” (Spink & Menegon, 2013) presentes. Como já mencionado, partimos de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e comparativo documental (Gil, 2018), a partir da análise de duas fontes de informações que compõem o corpus da pesquisa: 1) os conteúdos programáticos dos cursos de formação em TF vinculados à ABRATEF e 2) as publicações da Revista Nova Perspectiva Sistêmica (RNPS).

Considerando que documentos são construções linguísticas – “atos de fala impressos” (Spink & Medrado, 2013), eles constituem importantes fontes de informações por apresentarem, além da linguagem social comum do seu campo de conhecimento, informações sobre os repertórios linguísticos, os posicionamentos e entendimentos múltiplos sobre gênero na TF, isto é, “podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia” (P. Spink, 2013, p.112).

Segundo Mary Jane Spink (2010, 2013), a análise a partir desta perspectiva permite compreender os posicionamentos, perspectivas e ideologias das instituições ao longo do tempo, os pontos que possuem em comum, de caráter habitual, mas também a diversidade de sentidos produzidos. Como aponta Peter Spink (2013, p. 112), “tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir”.

Nesse entendimento, os conteúdos programáticos dos cursos de formação em TF e a RNPS, revista científica expressiva na produção de conhecimento na TF no Brasil, representam fontes de informações importantes para refletir sobre as produções de sentidos de gênero que transitam, já que possuem papel fundamental na circulação das produções discursivas, que implica na reprodução de posicionamentos, valores e perspectivas, bem como, denotam as inquietações, interesses das/os terapeutas e pesquisadores.

#### **2.4 Fronteiras entre o Construcionismo Social e as Perspectivas de Gênero e Feminista na Ciência**

É possível acompanhar diversas vertentes do movimento feminista que surgiram a partir da década de 1980, como o feminismo negro, com bell hooks (2022[1982]), Patricia Hill Collins (2019[1990]), Sueli Carneiro (2019[2003]) e Lélia González (2019[1992,1993],2020[1984]); lésbico, com Monique Wittig (2022[1992]) e Audre Lorde (2021[1984]); decolonial, com Gloria Anzaldúa (2019[1987]) e María Lugones (2019[2010]); interseccional, com Kimberlé Crenshaw (1989), Conceição Nogueira (2017), Collins & Sirma Bilge (2021) e Carla Akotirene (2021[2019]); e o Transfeminismo, com Letícia Nascimento (2021) e Emi Koyama (2003). Ao reivindicarem um lugar político no “feminismo” hegemônico, elas mostraram que as experiências das mulheres não eram universais e suas demandas não eram discutidas na pauta das feministas brancas, ocidentais e da classe média, como o *best seller* “A mística feminina” publicado em 1963 pela estadunidense Betty Friedan, que acendeu e colocou em debate a insatisfação das mulheres brancas e burguesas com a restrição à vida doméstica e a limitação nos papéis de mãe e esposa.

Esses apontamentos mostraram não apenas o sexismo na Ciência, mas a presença do colonialismo na academia e relações de opressão atravessada por questões de gênero, raça/etnia,

classe, sexualidade, nacionalidade, entre outras, que silenciava as realidades das mulheres negras, indígenas, asiáticas, latinas, lésbicas e dos países em desenvolvimento.

A partir da década de 1970, surgiram teóricas problematizando o privilégio de valores androcêntricos nas produções de conhecimento da ciência moderna, estimulando ainda o desenvolvimento de novas epistemologias e campos de estudos. As críticas do “sujeito” subalterno e oprimido de Gayatri Spivak (2021[1985]) evidenciou a colonização do conhecimento, a suposta neutralidade da Ciência e a exclusão dos espaços acadêmicos.

Donna Haraway (2009[1985]), em seu texto clássico *Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, alia seus estudos da biologia e feministas para propor discutir as questões de gênero, sexualidade, raça a partir da metáfora do ciborgue, aproximando-se da ideia de que somos “híbridos e fabricados”, em um processo constante da construção da subjetivação. Propõe a desconstrução da lógica binária ao criticar os discursos normativos. Sugere habitarmos as fronteiras como forma de subversão e transgressão aos espaços limitados e impostos a todos nós.

Haraway desenvolveu o conceito “objetividade feminista”, e considerou que os interesses políticos e ideológicos perpassam a produção de conhecimento como forma de garantir privilégios das classes dominantes. Portanto, para a teórica feminista, o conhecimento é sempre localizado, interessado e limitado: “A visão é sempre uma questão do poder de ver” (Haraway, 2009, p. 25).

A epistemologia feminista contribui para considerarmos os sujeitos múltiplos, posicionamento e adoção de uma lente crítica frente às realidades sociais que são heterogêneas e atravessadas por questões de gênero e outros sistemas de poder. Partindo dos questionamentos de Donna Haraway, podemos perguntar quais são os posicionamentos e responsabilidades da TF frente aos fenômenos sociais apresentados em nossas práticas: “Como ver? De onde ver?”

Quais limites da nossa visão? Ver para quê? Ver com quem? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? (Haraway, 2009, p. 28).

Apesar das resistências no meio acadêmico, não restam dúvidas da importância da produção de conhecimentos situados e parciais como nos ensinou Donna Haraway (2009) Reconhecer que o conhecimento é interessado e não é neutro fortalece o desenvolvimento de epistemologias críticas e sensíveis às questões de gênero.

A problematização proposta pelas teóricas feministas encontra-se nas margens, nas entrelinhas e nas brechas dos discursos hegemônicos, numa tentativa de cruzar fronteiras e promover rupturas. Lauretis (2019, p. 149) ainda nos inspira a refletir: “Novamente, então, reescrevo: se a desconstrução do gênero inevitavelmente causa a (re)construção, a pergunta é, em que termos e no interesse de quem está sendo feita essa des-construção?”.

Nessa direção, Domitila Gonzaga, Carla Guanaes-Lorenzi e Conceição Nogueira (2022) apontam alguns tensionamento e a importância da aproximação do construcionismo social e da pesquisa feminista enquanto epistemologias, por convidar para desconstruções de discursos hegemônicos, muitos produzidos inclusive na Psicologia e, portanto, um fazer científico comprometido na promoção de novas ações e transformação social.

Portanto, a pesquisa feminista construcionista social, dado seu caráter político e crítico, postura de abertura para o reconhecimento da pluralidade de realidades e saberes, permite maior reflexão para compreensão do mundo, considerando a complexidade e especificidades dos fenômenos sociais que se apresentam além da dimensão relacional, superando as limitações do essencialismo e individualismo, já que a própria inclusão da perspectiva de gênero amplia os efeitos das múltiplas opressões sociais vivenciadas pelas pessoas (Gonzaga et al, 2022)

Além da crítica à ciência hegemônica, o conceito de gênero possui um papel importante na história do movimento feminista, principalmente a partir da “segunda onda”, onde passou a ser problematizado no campo teórico por feministas intelectuais, constituindo uma categoria

fundamental para tensionar os discursos geradores de opressões políticas e sociais, como assinala Guacira Lopes Louro, historiadora, pesquisadora e teórica brasileira (2022).

Os primeiros estudos de gênero apresentaram discussões acerca das condições de vida das mulheres, numa tentativa de visibilizar as experiências que até então eram ignoradas. Porém, as temáticas sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero tinham aspecto apenas descritivo, mas sem um tensionamento político e de problematização das premissas dominantes (Scott, 2007).

Nas discussões propostas pelas teóricas feministas estadunidenses, gênero foi adotado como crítica às determinações sexuais, mostrando como estas são também atravessadas pela cultura, e produzem concepções rígidas e hierarquizadas. Buscaram, portanto, superar a visão dualista de gênero/sexo (Scott, 2017).

O conceito de gênero aparece também nos estudos para denotar os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, marcado pelas diferenças sexuais e construídos socialmente. Para Scott (2007), essa visão de gênero também pouco problematizou e promoveu mudanças nas relações de gênero.

Por outro lado, a partir da chamada “terceira onda”, teóricas feministas reivindicam uma multiplicidade de experiências– como das mulheres negras, latinas, asiáticas, lésbicas, cujas demandas não estavam na pauta das feministas brancas, burguesas e ocidentais. A perspectiva interseccional emerge para mostrar como os marcadores sociais, como raça, etnia, classe, sexualidades, entre outros, produzem relações de opressão e exclusão simultaneamente.

Portanto, o conceito de gênero está sempre em transformação. Esse breve panorama demonstra como gênero constitui um campo complexo de estudos, apresentando-se como um conceito que vem sendo reconstruído ao longo da história nas tentativas de compreensão das relações sociais, principalmente dentro dos movimentos feministas (Scott, 2007).

Nesse sentido, é importante destacar que Scott (2007[1989]) apresenta gênero como uma categoria útil para análise das relações sociais, pois ele organiza as interações sociais a partir de relações de poder imbricadas às diferenças sexuais que são reproduzidas culturalmente. Dessa forma, o foco é a visão relacional, numa leitura complexa e ampla dos processos que produzem as desigualdades sociais e nos processos que sustentam esses modos de relações (Scott, 2017, p.20).

## **.5. Os estudos do gênero na Psicologia e na TF**

A Psicologia representa um importante campo de saber e (re)produção de conhecimento, que foi marcada por uma visão androcêntrica e sexista no seu desenvolvimento, e que até hoje sustenta valores e perspectivas que reproduzem relações de poder que subjuguem realidades e perspectivas de grupos minoritários como mulheres, população negra, indígena, entre outras (Harding, 2019; Borges, 2014).

Vale ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) sinalizou preocupação com os efeitos de discriminação como o racismo em 2002 (Resolução CPF N° 018/2002), com a LGBTfobia (Resoluções N° 01/1999; 01/2018 e 08/2022) e violência de gênero (Resolução CPF N° 07/2020) em meados dos anos 2000, lembrando que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, completou 60 (sessenta anos) em 2022.

Assim, ainda persistem abordagens psicológicas hegemônicas que privilegiam discursos dominantes com visão psicologizante e essencialista das pessoas, sem considerar como causa do sofrimento psíquico os contextos sociais mais amplos e complexos. A exclusão da homossexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do rol da CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) ocorreu somente em 1990, e a transexualidade, seguindo essa trajetória, foi reclassificada da categoria

“transtornos mentais” para “incongruência de gênero” relacionada à saúde sexual apenas no ano de 2018. Como se nota, são mudanças relativamente recentes.

A problematização do conceito de gênero atravessou praticamente todas as áreas do conhecimento, principalmente as ciências humanas e sociais, onde pesquisadoras feministas formaram núcleos, departamentos e grupos de pesquisa (Louro, 2022). A psicologia apresenta diferentes epistemologias que influenciaram a construção de discursos sobre gênero e sexualidades que circulam nas instituições como conhecimentos que (re)produzem formas de comportamentos e de estar no mundo (Borges et al, 2013; Nogueira, 2001).

A visão essencialista predominou na Psicologia até metade do século XX, apresentando a concepção de gênero atrelado à diferença sexual (“natureza”), considerando, portanto, o gênero como estável, intrínseco e de caráter determinista. Posteriormente, predominou a abordagem de socialização, ligada à cultura, fruto de um modelo empírico e dicotômico que considera os processos sociais na construção das identidades rígidas de homens e mulheres. As influências de pensamentos pós-modernos contribuíram para a desconstrução do “gênero”, apontando críticas ao essencialismo, à objetividade da ciência tradicional, e considerando que todo conhecimento é construído a partir dos processos sociais e mediados pela linguagem sendo, portanto, situado, imparcial e limitado (Borges et al, 2009, 2013).

Dessa forma, os debates que circundam as questões de gênero na Psicologia não são homogêneos e têm provocado discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas em diferentes áreas do conhecimento, principalmente com as problematizações tensionadas pelas diferentes propostas dos movimentos feministas ao longo da sua história (Curado & Jacó-Vilela, 2021; Santos et al, 2016).

As discussões propostas pela perspectiva feminista mostram que, as questões de gênero estão presentes e permeiam todos os aspectos de nossas vidas e do cotidiano (Azerêdo, 2010). É notório o interesse pelo campo dos estudos do gênero nos últimos anos no Brasil.

Nesse sentido, Pizzinato et al (2020) realizaram um estudo de análise de produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade no periódico da Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, vinculada ao CPF (Conselho Federal de Psicologia), entre os anos de 1995 e 2019. Os autores mostram o crescimento dos estudos de gênero como efeitos de marcos legais e políticas públicas relacionados às questões de gênero e sexualidade na produção de conhecimento na Psicologia no país, que colocaram em evidência muitas questões, como a promulgação da Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha), a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que reconheceu a união estável para casais homossexuais e citam Resoluções importantes do CPF (Conselho Federal de Psicologia), já citadas acima.

Outra questão evidenciada na pesquisa consiste na associação dos estudos de gênero às temáticas “restritas” das mulheres, numa lacuna dos estudos com propostas interseccionais. Os autores ainda nos alertam que quando há avanço surgem também resistências institucionais e retrocessos, como a exclusão em 2014 das discussões de gênero dos currículos escolares, como resposta às pressões de grupos conservadores<sup>33</sup> (Pizzinato et al, 2020).

A necessidade da abordagem de questões de gênero e sexualidade nos currículos de formação da psicologia como forma de combater as desigualdades e injustiças sociais, além das implicações para os diversos contextos da psicologia, têm sido evidenciados (Borges et al, 2013), visto que os discursos acadêmicos reconhecidos como “saber científico”, influenciam as práticas psicológicas que impactam as vidas das pessoas (Narvaz, 2009).

Porém, trata-se ainda de um tema marginal (Borges & Canuto, 2013; Adelman, 2003), devido ao preconceito e estigma do feminismo e feministas associados à militância política (Narvaz & Koller, 2006; 2007). Narvaz (2009), em sua pesquisa sobre os discursos de gênero

---

<sup>33</sup> A elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) gerou polêmicas ao debater a inserção de questões de identidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, pois grupos conservadores, principalmente políticos da bancada evangélica, consideram a temática uma ameaça às instituições familiares. Essa discussão culminou na retirada dos termos gênero, orientação sexual e educação sexual no plano em vigência.

que circundam os espaços acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre os anos de 1995 e 2006, revelou invisibilidade da temática de gênero pela baixa produção acadêmica e localizados predominantemente em áreas de conhecimento coordenadas por mulheres reconhecidas pelos posicionamentos feministas na academia.

Em um estudo recente, Jacy Correa Curado e Ana Maria Jacó-Vilela (2021) exploraram a dimensão da inclusão do gênero enquanto categoria de análise na Psicologia, a partir de uma pesquisa bibliográfica em uma base de dados entre os anos de 1980 a 2016. As autoras concluíram que, dos 153 artigos encontrados, há prevalência de temáticas referentes às experiências das mulheres no trabalho, saúde e educação, questionamentos característicos da segunda onda do feminismo. Houve, portanto, poucos artigos com posturas críticas teóricas e metodológicas com articulação do gênero e a psicologia.

Nessa perspectiva, Santos et al (2016) apresentaram um estudo acerca das produções sobre gênero e feminismo no periódico científico *Psicologia & Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em um recorte temporal (1996-2010). Apesar do movimento crescente no campo de estudos de gênero na Psicologia no Brasil, dentre os 36 artigos analisados, foram identificadas perspectivas de gênero heterogêneas, temáticas preocupadas em descrever as experiências individuais das mulheres e/ou homens sem problematização das relações de poder. Diante disso, conclui-se pela importância da adoção da perspectiva de gênero para análise política e crítica dos fenômenos sociais e a emergência desses estudos não apenas na psicologia, mas outras áreas das ciências humanas e sociais.

Os debates recentes na Psicologia suscitam reflexões sobre a construção de uma clínica política e ética atenta aos discursos hegemônicos que contribuem para a marginalização dos sujeitos, como a população LGBTQIA+ (Melo & Morato, 2022). Por outro lado, os autores denotam a importância de reconhecer as especificidades que permeiam as experiências singulares como as situações de violências, discriminação e preconceito na prática clínica.

Nesse caminho, Madalena Leite e Ramiro Catelan (2020) reconhecem os efeitos da discriminação e preconceito na saúde mental das pessoas “LGB”, e discutem na pesquisa a importância de uma “terapia familiar afirmativa” para atendimento dessas pessoas, respeitando as suas especificidades, sem impor um modelo heteronormativo. Apontam para o desenvolvimento do/a terapeuta e a inclusão de habilidades e competências sensíveis às perspectivas culturais diversas.

Ao buscarem problematizar os estudos de gênero, homossexualidade e a Psicologia, Antonio César Santos e Holanda de Menezes (2022) apontam os efeitos da heteronormatividade compulsória na Psicologia e a postura patologizante e psicologizante sobre “corpos e relações”. Denotam a importância da visibilidade dos estudos de gênero e sexualidade aliados à perspectiva feminista e decolonial no meio acadêmico, para refletir sobre suas práticas e considerar uma leitura crítica e política sobre essas questões. Apontam ainda alguns caminhos possíveis para a Psicologia, como a construção de espaços de resistência e de legitimação de múltiplos processos de subjetivação.

Em outro estudo, foi analisado os discursos sobre gênero na Psicologia a partir das produções acadêmicas oferecidas pelos programas de graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), entre os anos de 1993 e 2008. As autoras concluíram, após a análise de 9 dissertações e 63 trabalhos na graduação, que o conhecimento produzido no campo *psi* ainda apresenta viés essencialista e normativo de gênero e sexualidade, e advertem sobre a inclusão da perspectiva de gênero nos currículos na formação, pesquisa e extensão (Borges et al, 2009; 2013).

Articulando o “feminismo” na terapia familiar, Bárbara Guahyba, Patrícia Scheeren e Olga Faceto (2019), a partir de vinhetas de casos clínicos discutem temas como homossexualidade e conflitos familiares, e possibilidades de “manejo clínico afirmativo”,

denotando a importância da inclusão da perspectiva feminista na TF, como forma de questionar a visão tradicional de família e combater as inúmeras situações de violências nas famílias.

Nessa direção, a reflexão sobre os discursos sobre gênero nas abordagens terapêuticas na Psicologia e a adoção de uma prática feminista crítica tem sido descrita como fundamental para desconstruir discursos hegemônicos que produzem relações hierárquicas de poder que afetam, principalmente, as mulheres (Narzaz & Koller, 2007).

Desse modo, as discussões sobre a importância da inclusão dos estudos de gênero na Psicologia, suscitaram ainda mais os questionamentos da nossa pesquisa, em compreender como gênero tem sido incorporado na TF, considerando a negligência das perspectivas de gênero e sociocultural na sua trajetória. Assim, partimos o mapeamento dos sentidos de gênero dos institutos de formação vinculados à ABRATEF, já que são responsáveis pela formação dos futuros/as terapeutas e das publicações em duas revistas expoentes no campo.

### 3 A escolha da ABRATEF como ponto de partida

Para a compreensão das práticas discursivas sobre gênero que circulam em contexto da TF, elegemos, inicialmente, o levantamento dos conteúdos programáticos dos cursos de especialização e formação dos institutos formadores (cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e cursos de formação em TF), vinculados à ABRATEF, visto que esta associação nacional apresenta grande protagonismo no fortalecimento, divulgação e disseminação de conhecimento na TF no Brasil.

A ABRATEF, conforme seu estatuto<sup>34</sup>, é uma Organização da Sociedade Civil, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos e econômicos e de interesse público, cujos objetivos consistem na divulgação da TF, em seus contextos de atuação e práticas diversas, através do fomento de cursos de formação e especialização em todo o país, promoção de eventos, congressos, estudos, pesquisas, revistas especializadas, divulgação de livros, filmes, vídeos, e realização de intercâmbios de conhecimentos no Brasil e exterior. Para tanto, a ABRATEF regulamenta a criação e funcionamentos das associações regionais em todo o território brasileiro, conforme regras do seu regimento interno, e possui até o momento, 12 associações regionais inscritas e filiadas presentes em 12 estados brasileiros, conforme quadro a seguir, elaborado a partir das informações disponibilizadas no site da ABRATEF<sup>35</sup>.

#### Quadro 7

*Associações Regionais filiadas à ABRATEF por estado brasileiro*

<b>Estado</b>	<b>Associação Regional</b>
Bahia	ARTEF (Associação Regional de Terapia Familiar).
Ceará	ACTF (Associação Cearense de Terapia Familiar).
Espírito Santo	ATEFES (Associação de Terapia Familiar do Espírito Santo).

<sup>34</sup> O estatuto da ABRATEF está disponível no link <https://abratef.org.br/2022/documentos>.

<sup>35</sup> Link disponível em: <https://abratef.org.br/2022/>.

Goiás	ATFAGO (Associação de Terapia Familiar de Goiás).
Mato Grosso	ATFMT (Associação de Terapia Familiar do Mato Grosso).
Minas Gerais	ATF MINAS (Associação de Terapia Familiar de Minas Gerais).
Santa Catarina	ACATEF (Associação Catarinense de Terapia Familiar)
São Paulo	APTF (Associação Paulista de Terapia Familiar)
Rio de Janeiro	ATF-RJ (Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro).
Rio Grande do Sul	AGATEF (Associação Gaúcha de Terapia Familiar).
Pernambuco	APETEF – (Associação Pernambucana de Terapia Familiar).
Paraná	APRTF (Associação Paranaense de Terapia Familiar).

Destaca-se que cada associação regional possui autonomia para promoção de ações, regulamentação e vinculação dos institutos e núcleos formadores localizados na extensão do seu estado, que formam juntos uma rede crescente e potente no desenvolvimento da TF junto à ABRATEF. A capilaridade e expressividade da ABRATEF através das associações regionais presentes em grande parte dos estados brasileiros. Somente no estado de São Paulo, por exemplo, a associação regional APTF (Associação Paulista de Terapia Familiar) possui um total de 16 institutos e núcleos de formação ativos em diversas cidades paulistas, como podem ser visualizadas na imagem a seguir, retirada do site da instituição<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Link disponível em: <https://abratef.org.br/2022/sobre-a-abratef/regionais/>

## Figura 1

*Associações filiadas à ABRATEF e suas localizações regionais*



Com objetivo de deliberar a formação em TF no Brasil, a ABRATEF elaborou, através da Comissão de Formação do Conselho Deliberativo e Científico e de profissionais formadores em Terapia Familiar e de Casal, o documento denominado “Documento Mínimo Norteador de Formação” (2008), disponível no Anexo A desta dissertação, pelo qual estabelece critérios mínimos curriculares para a formação em TF. Este documento esclarece que os próprios institutos formadores possuem responsabilidade e discricionariedade para definição do seu programa, desde que alinhados com a associação regional vinculada.

O referido documento (2008) apresenta os seguintes critérios mínimos para formação em TF: bases teóricas e epistemológicas, avaliação, carga horária e requisitos para tornar-se

formador em TF e de Casal. O quadro abaixo, elaborado a partir de informações disponíveis no documento referido, sintetiza o conteúdo programático para cursos de formação em TF no Brasil.

### Quadro 8

*Conteúdo Programático para os cursos de formação em TF estabelecido pela ABRATEF*

1. Bases epistemológicas e teóricas
2. História da Terapia Familiar
3. Originadores e Escolas precursoras
4. Metodologias de Intervenção no Processo Terapêutico
5. Trabalho com a pessoa do terapeuta: família de origem do terapeuta e desenvolvimento de habilidades pessoais
6. Prática do atendimento: Simulação/Observação/Atendimento ao vivo/ Atendimento do aluno/Supervisão

Cabe ressaltar que este último documento, produzido no ano de 2008, ainda não foi atualizado<sup>37</sup>, apesar de a ABRATEF expressar reconhecimento da importância da discussão contínua sobre a temática da formação e apesar da existência de comissão específica para essas questões, a “Comissão de Formação do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF”.

Embora seja explícito no documento norteador o compromisso de visibilidade e disponibilidade do documento no site da ABRATEF e das associações regionais, conseguimos acessar o documento somente através do site da associação regional APTF<sup>38</sup>, o que evidencia que a exigência de esforço medido pelas quantidades de “cliques” para acessar o documento de domínio público, não o torna tão visível e acessível como se propõe (P. Spink et al, 2013).

De qualquer maneira, o documento orientador se apresenta de forma genérica, conforme a própria proposta de ser apenas um “norteador”, facultado aos cursos de formação e especialização elaborarem seus programas, visto que possuem autonomia e perspectivas

<sup>37</sup> Solicitamos informações à ABRATEF (gestão 2022) quanto à existência de documentos recentes, porém não recebemos retorno. Assim, as informações utilizadas na pesquisa foram coletadas nos sites institucionais da ABRATEF e regionais, atualizadas em junho de 2023.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://aptf.org.br/wp-content/uploads/2021/07/norteador.pdf>

diversas. Contudo, as limitações podem abrir brechas para invisibilidade das questões de gênero, já que as instituições podem ou não se comprometer com a incorporação dessas discussões. Então, uma pergunta se coloca: será que há formas de garantir a discricionariedade de cada instituição e ao mesmo tempo, uma formação politicamente comprometida?

Desse modo, a proposta ampla do documento já provoca reflexão sobre seus efeitos na formação dos/as futuros/as terapeutas familiares. Será que as perspectivas de gênero e socioculturais estão sendo inseridas ou negligenciadas nas formações em TF? Como a ABRATEF pode contribuir na inserção desse debate, sendo uma associação nacional localizada em um campo de perspectivas tão plurais? Dito isso, resta justificada a nossa dificuldade de delimitar o “campo” da TF, já que ele se apresenta entrelaçado por institutos com propostas múltiplas, terapeutas com abordagens diferentes que fazem parte ou não da ABRATEF, mas realizam atendimentos junto às famílias e casais.

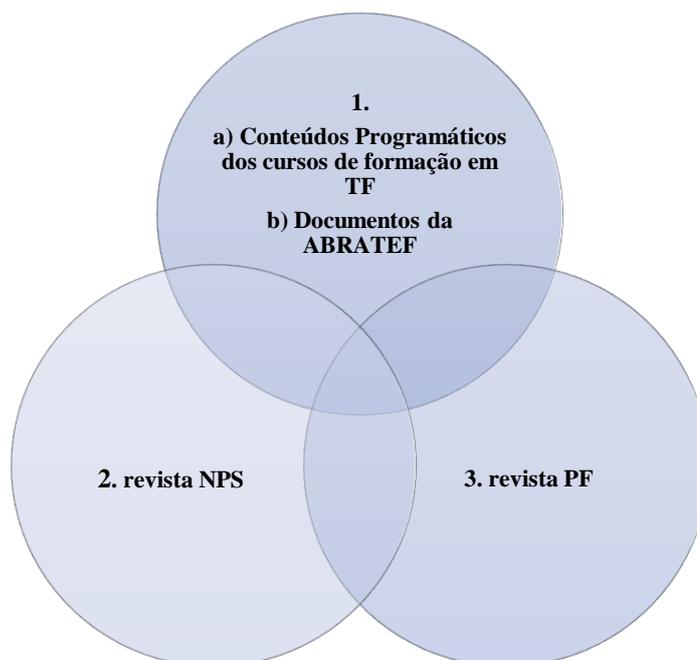
De todo modo, entendemos que as pessoas que possuem interesse ou atuação profissional transitam nesses lugares. Portanto, para buscar compreender os sentidos de gênero em contexto da TF, construímos nosso campo-tema (Spink, 2013) a partir dos documentos apresentados a seguir.

### 3.1 Sentidos de gênero em contexto da TF

Para análise dos sentidos sobre gênero que transitam na TF, nosso *corpus* da pesquisa é constituído a partir de 3 (três) bases de informações: 1) os conteúdos programáticos dos cursos de formação em TF no Brasil; 2) as publicações da revista RNPS; e 3) as publicações da revista PF. Como bem destacou Peter Spink (2013), não há um lugar específico que possa ser chamado de campo, mas assumimos que o campo-tema é construído, e que nós pesquisadoras/es fazemos parte dele, pois, ao pesquisar estamos ao mesmo tempo relatando e produzindo um mundo possível também. Assim, considero útil apresentar a imagem da construção do nosso *corpus* da pesquisa, os lugares que escolhemos dialogar e buscar garimpar os sentidos de gênero na TF.

#### Figura 2

*Construção do corpus da pesquisa – campo-tema*



### 3.2 Os conteúdos programáticos dos cursos de formação como fonte de informações

A seleção dos conteúdos programáticos que compuseram o *corpus* da pesquisa foi realizada em duas etapas. Primeiramente, identificamos os institutos e núcleos formadores a partir do site institucional da ABRATEF, e de forma complementar nas páginas eletrônicas das associações regionais. Assim, percebemos que as informações se apresentavam de forma divergente, pois alguns institutos indicados nas associações regionais não constavam na ABRATEF, e vice-versa. Por exemplo, o instituto da PUC-Minas está incluído no site da APTF (SP), porém não há informação sobre ele no site da ABRATEF. Então, para padronizar a fonte das informações, e buscar a mais atualizada, optamos em adotar as referências contidas no site da ABRATEF da gestão 2022. Na sequência, realizamos o levantamento e encontramos um total de 48 institutos formadores, apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 1**

*Total de institutos e núcleos formadores por associação regional*

<b>Associação Regional/ Sigla Estado</b>	<b>Institutos Formadores</b>	<b>Núcleos Formadores</b>	<b>Total</b>
1 APTF (SP)	16	0	16
2 ACATEF (SC)	2	0	2
3 ACTF (CE)	1	0	1
4 ARTEF (BA)	1	0	1
5 AGATEF (RS)	4	0	4
6 APETEF (PE)	1	0	1
7 APRTF (PR)	5	0	5
8 ATEFE (ES)	1	0	1
9 ATFAGO (GO)	4	0	4
10ATFMT (MT)	0	0	0
11 ATFMINAS (MG)	3	0	3
12 ATF-RJ (RJ)	10	0	10
Total de Institutos: 48			

Na primeira etapa, buscamos acesso aos conteúdos programáticos mais completos a partir do contato direto com cada instituto. Então, foram encaminhadas solicitações formais,

via correio eletrônico *e-mail* para cada instituição vinculada às associações regionais e ABRATEF, contendo uma breve apresentação da pesquisa e objetivo geral do referido estudo.

Dos 48 institutos, foram encaminhadas 46 (quarenta e seis) solicitações, uma vez que 2 (dois) institutos não foram localizados os seus dados de contatos. Apesar de uma segunda solicitação posterior, fortalecendo o convite para importância da colaboração na pesquisa, percebemos um baixo interesse dos institutos em contribuir com a nosso estudo. Dessas solicitações efetivadas, recebemos retorno de apenas 3 (três) institutos, que identificamos como “CP 1; CP 2; CP 3”.

Assim, para dar seguimento ao levantamento das informações, efetuamos a busca dos conteúdos programáticos através dos sites dos institutos e encontramos o total de 27. Porém, muitos desses documentos apresentam informações simplificadas e limitadas como valor da mensalidade, carga horária, disciplinas, corpo docente e/ou objetivos, sem especificação das bases teóricas, epistêmicas, metodológicas e referências bibliográficas da proposta do curso.

Ao todo, o nosso banco de dados foi composto por 30 (trinta) conteúdos programáticos, a maioria, como já mencionado anteriormente, disponibilizado e coletado através dos sites dos institutos (total de 27), acrescidos dos documentos recebidos via correio eletrônico (total de 3). Estabeleceu-se, então, o seguinte:

## **Tabela 2**

*Conteúdos programáticos acessados a partir dos sites dos institutos e recebidos via email*

<b>Solicitações encaminhadas aos institutos e núcleos via email</b>	<b>Conteúdos Programáticos recebidos</b>	<b>Conteúdos Programáticos disponíveis e coletados nos sites</b>	<b>Institutos sem informação (site, CP indisponível)</b>	<b>Total de Conteúdos Programáticos utilizados em nosso banco de dados</b>
46	3	27	16	30

A segunda etapa incluiu a leitura integral dos 3 conteúdos programáticos recebidos por email, e dos 27 documentos disponíveis nos sites institucionais. Para seleção, consideramos os seguintes critérios de inclusão (e/ou):

- conteúdos programáticos referentes a cursos ativos no momento da pesquisa;
- documentos com informações suficientes em relação às bases teóricas, epistêmicas, metodológicas e referências bibliográficas.

Descartamos os conteúdos programáticos seguindo os critérios de exclusão estabelecidos (e/ou):

- conteúdos programáticos referentes a institutos que estejam com cursos suspensos no momento;
- documentos com informações insuficientes de acordo com os critérios de inclusão.

Assim, foram selecionados 4 (quatro) conteúdos programáticos para a análise documental, 3 (três) recebidos por email e 1 (um) disponível no site, conforme o quadro a seguir:

### **Quadro 9**

*Conteúdos programáticos selecionados para análise*

<b>Instituto de formação/especialização em TF</b>
CP 1
CP 2
CP 3
CP 4

Cabe ressaltar que nosso objetivo não é tecer críticas às instituições, e sim contribuir para o desenvolvimento de uma TF comprometida com as questões éticas e políticas. Assim, para preservar a identificação desses institutos, utilizaremos as siglas - CP 1, CP 2, CP 3 e CP 4 para referência aos conteúdos programáticos analisados.

Composto nosso banco de dados com os 4 (quatro) conteúdos programáticos, realizamos a leitura dos documentos na íntegra e construímos um quadro com 4 colunas para sintetizar as informações mais relevantes para atingir os objetivos do nosso estudo, que ficou organizado da seguinte forma: (1) especificidade do curso (Pós- Graduação Lato Sensu ou curso de formação); (2) a perspectiva adotada; (3) descrição das disciplinas e (4) principais autores/as referenciados.

### Quadro 10

#### *Informações dos conteúdos programáticos*

Tipo do curso/localidade		Abordagem	Disciplinas	Referências Perspectiva gênero/feminista
1	Pós Lato Sensu Região Sul	Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensamento Sistêmico e contexto sistêmico atual</li> <li>• Cibernética</li> <li>• Conceitos de família, ciclo vital</li> <li>• Escolas Sistêmicas</li> <li>• Instrumentos de Abordagem familiar</li> <li>• Intervenção Familiar no contexto da violência</li> <li>• Ética, a família e seus contextos</li> <li>• Sociodrama</li> <li>• Instrumentos de abordagem familiar-genograma</li> <li>• Intervenção familiar no contexto jurídico</li> <li>• Sexualidade no ciclo vida: infância, adolescência, vida adulta e idosos</li> <li>• Psicossomática, segredos e intervenção familiar</li> <li>• Rodas de conversa dialógicas e suas intervenções</li> <li>• Aplicação de técnicas complementares</li> </ul>	Não informadas

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem sistêmica e sexualidade</li> <li>• Metodologia</li> <li>• Teoria e Intervenção Familiar</li> <li>• Terapia de Família</li> <li>• Terapia de Casal</li> </ul>	
2	Pós Lato Senu Região Sul	Sistêmica e Psicanalítica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação em terapia de família e casal</li> <li>• Escolas da Terapia de Família Psicanalítica</li> <li>• Escolas da Terapia de Família Sistêmica</li> <li>• Fundamentos da Clínica de Família e Casal</li> <li>• Psicoterapia de casal</li> <li>• Diferentes campos de atuação com famílias e casais</li> <li>• Pressupostos da articulação das diferentes abordagens</li> </ul>	Não identificamos
3	Pós Lato Senu Região Sudeste	Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História da terapia familiar e Introdução ao Pensamento Sistêmico</li> <li>• História Social da Família</li> <li>• Teoria Geral dos Sistemas</li> <li>• Ciclo Vital das famílias</li> <li>• Teoria da Comunicação</li> <li>• Enfoque narrativo, estrutural, estratégico, intergeracional</li> <li>• Aspectos antropológicos e espiritualidade na TFS</li> <li>• Família de origem/família atual do terapeuta</li> </ul>	Walsh, Froma, Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade. Porto Alegre. Artmed. 2016

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pragmática da terapia familiar e de casal</li> <li>• O processo da escolha do cônjuge</li> <li>• Família e processos legais</li> <li>• Dupla carreira-temas práticos do convívio conjugal</li> <li>• Amor conjugal e sexualidade</li> <li>• Família, dependência química e outras compulsões</li> <li>• O divórcio e as novas configurações familiares</li> </ul>	
4	Pós-Graduação Lato Sensu Região Sudeste	Não identificado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A família de origem e nuclear do terapeuta: Escola de Bowen</li> <li>• A família e os transtornos na infância e adolescência</li> <li>• A família, os transtornos mentais e as doenças no envelhecimento</li> <li>• Abordagem transgeracional de Murray Bowen</li> <li>• Aspectos jurídicos da família</li> <li>• Genograma</li> <li>• Intervenção a famílias com adolescentes</li> <li>• Intervenção a famílias com crianças</li> <li>• Modelo estrutural estratégico: Aspectos teóricos e práticos</li> <li>• Modelo sistêmico intrapsíquico "Metaconceitos"</li> </ul>	<p>Walsh, Froma, Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade. Porto Alegre. Artmed. 2016</p> <p>Sena, T.. (2010). Os relatórios Masters &amp; Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. Revista Estudos Feministas, 18(1), 221–240. <a href="https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100014">https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100014</a></p> <p>FOCAULT, Michael. A história da sexualidade. A vontade de Saber. 11ª e. Rio de Janeiro: Graal, 1990</p> <p>GARCIA, O.R.Z. Revisitando a tese: Sexualidades femininas e prazer sexual - uma abordagem de gênero. Saúde e Transform Soe. 2016;7(3):17-21.</p>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ciclo vital e a família diante da perda</li> <li>• O suicídio e a dependência química na família</li> <li>• Práticas Narrativas e Colaborativas</li> <li>• Técnicas e recursos na terapia de casal e família</li> <li>• Teoria Familiar Sistêmica</li> <li>• A escolha do cônjuge e o contrato conjugal</li> <li>• Casais em crise. Lealdades invisíveis, intimidade e infidelidade</li> <li>• Casais em situação de separação e novas configurações familiares</li> <li>• Casais em situação de violência, risco e os segredos no casal</li> <li>• Comunicação no casal</li> <li>• O casal e a saúde mental</li> <li>• Sexualidade no relacionamento conjugal</li> <li>• Subsistema conjugal e a função parental</li> <li>• Terapia de casal: Fundamentos teóricos para uma prática efetiva</li> </ul>	
--	--	--	--	--

O CP 1 não apresenta nenhuma disciplina específica que expresse a temática de gênero ou perspectiva sociocultural, mas não podemos concluir se há ou não uma lacuna na formação, já que as questões de gênero poderiam estar inseridas dentro de alguma disciplina. Ao mesmo tempo, analisando também a ementa completada disciplina “Intervenção familiar no contexto

da violência”, por exemplo, as temáticas apresentadas – “o conceito de violência doméstica e suas nuances; as diversas perspectivas da violência doméstica; análise transgeracional de violência familiar; técnicas de intervenção” – também não fazem a menção aos estudos de gênero para compreensão da violência na sua complexidade. Outro ponto importante é que também não identificamos a apresentação da perspectiva feminista na TF.

Percebemos a mesma tendência no CP 2 na disciplina “Psicoterapia de casal”, que poderia abordar de modo interdisciplinar os estudos de gênero, mas isso também não fica explícito, ainda que haja previsão de discussão de temas como violência geracional e psicológica. As referências não indicaram autores/as que articulem as questões de gênero e/ou a perspectiva feminista na TF.

No CP 3, as disciplinas que abordam, por exemplo, a história da TF, história social da família, nas práticas pós-modernas, família e aspectos legais não apresentaram inclusão das questões de gênero. A disciplina “Dupla carreira – temas práticos do convívio conjugal”, aborda na ementa temáticas como maternidade, paternidade, profissionalização da mulher, conflitos conjugais, parentalidade, mas não cita gênero, apesar de apontar uma referência que explora brevemente questões culturais e de gênero em um dos capítulos. Por outro lado, na disciplina sobre sexualidades, não são utilizados autores/as pós-estruturalistas como Foucault e Butler para ampliar os discursos. A ementa, por exemplo, trata de temáticas como: aconselhamento pastoral, aconselhamento cristão e sexualidade e a Bíblia.

E por fim, o CP 4 apresentou uma vasta lista de referências básicas, mas não a ementa completa do curso. Mesmo assim, pudemos perceber que não há referências que trazem a questão de gênero e/ou sexualidade. Desse modo, não identificamos também nenhuma disciplina destinada aos estudos de gênero e/ou sociocultural neste curso.

Atentas ao ensinamento de Peter Spink (2013, p. 116) de que “o sentido se produz nas entrelinhas das práticas discursivas”, buscamos explorar como o conceito de gênero circula nos

documentos dos cursos de formação e especialização em TF. Ele tem algum protagonismo? Pelo que pudemos constatar nos conteúdos programáticos, não. Se o conceito de gênero é problematizado como uma categoria importante para analisar os fenômenos sociais, bem como os seus efeitos nas relações, isso ainda está nas margens.

Notamos também que os institutos apresentam propostas diferentes, desde as escolhas das temáticas até as abordagens, demonstrando que possuem discricionariedade para construir seus programas, postura alinhada com o documento de orientação mínima da ABRATEF. Isso por um lado se mostra como uma oportunidade para enriquecer a TF, mas, por outro lado, não há direcionamento para incorporar essas discussões fundamentais, podendo contribuir para as lacunas.

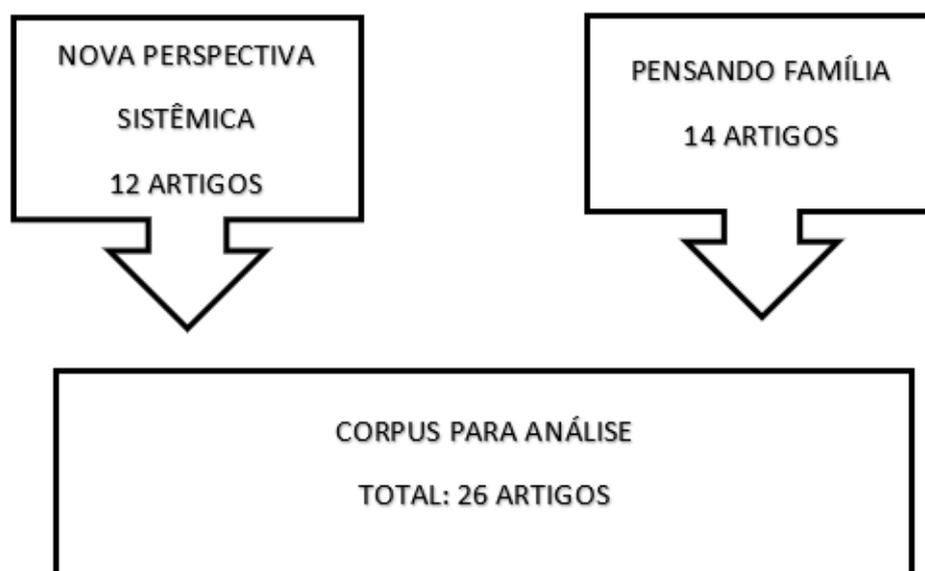
### **3.3 Revista *Nova Perspectiva Sistêmica* e Revista *Pensando Famílias* como fontes de informações**

Considerando o baixo retorno dos institutos na disponibilização dos conteúdos programáticos, optamos por trabalhar com três fontes de informação como forma de enriquecer nossos materiais para análise e alcançar os objetivos da pesquisa. Assim, além dos conteúdos programáticos dos cursos de formação e especialização em TF apresentados, fizemos o levantamento dos artigos publicados em dois periódicos expressivos na TF: a Revista Nova Perspectiva Sistêmica (RNPS) e a Revista Pensando Famílias (PF). A escolha desses materiais se alinha ao que Spink e Medrado (2013, p. 38) nos ensinaram sobre a dupla função do contexto midiático: circular conhecimento e (re)produzir novos sentidos e conhecimentos.

Apresentaremos, no primeiro momento da nossa análise, os artigos da RNPS, e em seguida da revista PF. Para melhor visualização dos artigos das revistas que compuseram nosso corpus, apresentamos o esquema do corpus a seguir:

**Figura 3**

*Publicações das revistas RNPS e PF analisadas*



### 3.4 Explorando sentidos de gênero na RNPS

A RNPS surgiu em 1991 e possui mais de 30 anos de existência. Reconhecida pela ABRATEF, a revista é vinculada ao Instituto Noos, uma organização da sociedade civil sem

fins lucrativos. Vale lembrar que o instituto Noos foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1994 pelos psicólogos Carlos Eduardo Zuma e Jorge Bergallo, e pelos psiquiatras André Souza Rego e Helena Julia Monte, os quais se aproximaram devido à formação em Terapia Familiar, interesses em comum na promoção de saúde e desejo na divulgação de conhecimento teórico e prático das terapias sistêmicas com base na perspectiva construcionista. Posteriormente, esse encontro culminou na incorporação da Revista *Nova Perspectiva Sistêmica* ao Instituto, e juntos possuem grande relevância no Brasil.

Atualmente, o Instituto Noos, com sede no estado de São Paulo, promove cursos de aprimoramento e formação continuada para terapeutas familiares e outros/as profissionais, com fundamento nas bases teóricas e epistemológicas do construcionismo social, como as práticas pós-modernas, sendo pioneiro no desenvolvimento de cursos de grupos reflexivos sobre gênero, com a proposta de combater a violência contra a mulher no contexto brasileiro. Possui também uma editora – Editora NOOS – responsável pela publicação de muitas obras, cartilhas e manuais alinhadas com o Construcionismo social e Abordagem Sistêmica, de autores/as que são referência no Brasil, como Carla Guanaes-Lorenzi, Emerson Rasera, Marisa Japur, Murilo Moscheta, e pela tradução de autores/as internacionais como Mary Gergen, Kenneth J. Gergen, Peter Rober, Sheila Mcnamee e Tom Andersen.

De acordo com o editor Adriano Beiras (2019), a RNPS busca promover diálogos generativos a partir da produção de conhecimento científico e compartilhamento de uma prática clínica atenta às questões sociais relevantes da atualidade para desenvolvimento da TF.

A escolha da RNPS como fonte de informações para nossa pesquisa se deu também porque ela é voltada para publicação de artigos desenvolvidos a partir das experiências da prática clínica dos/as profissionais. Essa postura está alinhada com a perspectiva construcionista social que considera o/a terapeuta e o/a cliente como construtores de conhecimento no processo terapêutico. Assim, compartilhar o conhecimento produzido na

prática, no meio acadêmico ou profissional, é fundamental para o desenvolvimento teórico e prático da TF (Rasera; Guanaes-Lorenzi, 2021).

As produções científicas enquanto construções linguísticas, ou “fala impressa”, representam, pois, práticas discursivas importantes na circulação e (re)produção de sentidos sobre os fenômenos sociais. A análise a partir desse recurso metodológico permite ainda apontar uma perspectiva temporal dos sentidos construídos acerca de um fenômeno, do que é habitual, diferente, controverso e as mudanças percebidas ao longo do tempo (Mirim, 2013).

O corpo editorial da RNPS é composto por profissionais de grande reconhecimento no contexto da TF no Brasil, muitos/as inclusive da academia, que dialogam com o construcionismo social e práticas pós-modernas, inclusive associados/as do *The Taos Institute*<sup>39</sup>, instituto formado por profissionais expoentes do construcionismo social que existe desde a década de 1990, comprometidos/as em produzir e compartilhar conhecimento teórico e da prática com representantes em vários países.

Percebemos também que estão vinculados/as a instituições diversas e localizados/as em diferentes regiões do país, fortalecendo ainda mais a escolha da revista.

A RNPS comemorou três décadas e permanece ativa com publicações quadrimestrais (abril, agosto e dezembro), buscando divulgar o conhecimento e oferecendo amplo alcance a inúmeros/as leitores/as, através de assinatura digital, mas disponibilizando também acesso de edições antigas de forma gratuita em sua página eletrônica<sup>40</sup>, devido à política livre para democratizar o conhecimento. Vale destacar que a RNPS apresentou indexação por diversos bancos de dados – DOAJ, PePSIC, BVS-PSI, MIAR Universitat Barcelona, Latindex, Clase, REDIB, Psycodoc, Periódicos CAPES, Google Scholar, Sumários.org e DIADORIM, elevando a qualidade da revista enquanto produção de conhecimento científico. Recentemente, em

---

<sup>39</sup> Link: [Home - Instituto Taos \(taosinstitute.net\)](http://taosinstitute.net).

<sup>40</sup> Acesso à revista pelo endereço eletrônico: <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps>.

janeiro de 2023, a RNPS foi classificada no novo Qualis Capes como B1. Dessa forma, a seriedade e reconhecimento da RNPS sustenta nossa escolha como fonte de informações para a pesquisa.

Para o levantamento dos artigos da RNPS, realizamos a busca no banco de dados nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), considerando que ele representa um importante indexador de revistas científicas na área da Psicologia no Brasil, e engloba também, desde 2006, onze países da América Latina. Portanto, mostrando-se uma base de dados referência para estudantes e profissionais da área da Psicologia e afins.

Justificada nossa escolha da revista RNPS, partimos para seleção dos artigos para compor o nosso corpus da pesquisa. Para tanto, fizemos uma busca com o termo “gênero” no periódico PePSIC que englobou os títulos, resumos e palavras-chave das publicações. Vale destacar que não localizamos a informação da data de inclusão da RNPS na base de dados do PePSIC, portanto não estabelecemos recorte temporal. Desse modo, encontramos um total de 16 (dezesseis) artigos entre os anos de 2017 a 2021, conforme a quadro a seguir:

### **Quadro 11**

#### *Artigos da RNPS localizados na base de dados da PePSIC*

	<b>Artigos</b>
1	Mourão, Thais Helena Ramos Queiroz, & Batista, Kevin Samuel Alves. (2021). Grupo "diálogos de paz": atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as mulheres. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 30(70), 93-107. <a href="https://dx.doi.org/10.38034/nps.v30i70.602">https://dx.doi.org/10.38034/nps.v30i70.602</a>
2	Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. de F. (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(68), 61–75. <a href="https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606">https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606</a>
3	Silva, Gabriela Martins, & Gonzaga, Domitila Shizue Kawakami. (2020). Psicologização do machismo e romantização da violência de gênero no filme <i>Wifi Ralph</i> . <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(68), 76-90. <a href="https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i68.561">https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i68.561</a>
4	Morena, G. (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 30(69), 113–116. <a href="https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/655">https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/655</a>

5	Luna, I. J. (2021). Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(68), 46–60. <a href="https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.585">https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.585</a>
6	Coelho, Ingrid Mesquita, Souza, Daniel Cerdeira de, & Silva, Iolete Ribeiro da. (2020). Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(67), 56-69. <a href="https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.559">https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.559</a>
7	Maffioletti Cavaler, C., & Maffioletti Macarini, S. (2020). Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(66), 60–73. <a href="https://doi.org/10.38034/nps.v29i66.516">https://doi.org/10.38034/nps.v29i66.516</a>
8	Leifert, M. G. M. (2020). Tecendo redes, construindo pontes: atendimento a uma família migrante na clínica de família do Instituto Noos. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 29(67), 128–131. <a href="https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/594">https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/594</a>
9	Gonzaga, Domitila Kawakami, & Guanaes-Lorenzi, Carla. (2019). Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 28(65), 82-97. <a href="https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.539">https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.539</a>
10	Lordello, Silvia Renata, Souza, Lara, & Coelho, Letícia de Amorim Mota. (2019). Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 28(65), 68-81. <a href="https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.538">https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.538</a>
11	Passarela, Cassia de Freitas Teixeira, Stroher, Lucy Mary Cavalcanti, & Costa, Liana Fortunato. (2019). As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 28(64), 47-60. <a href="https://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n64a04">https://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n64a04</a>
12	Sánchez, L. P., De Ávila, M. R., Castañeda, G. C., Perelis, C. S., Correio, R. de J. Z. P., & Moreno, S. D. L. (2019). La jubilación y la sororidad femenina: una propuesta de trabajo desde las prácticas colaborativas dialógicas y las narrativas. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 27(62), 34–54. <a href="https://doi.org/10.38034/nps.v27i62.443">https://doi.org/10.38034/nps.v27i62.443</a>
13	Figueiredo, Mariana Grasel de, & Diniz, Gláucia Ribeiro Starling. (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 27(60), 100-110. <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412018000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412018000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
14	Lenzi, Tema, & Lenzi, Bruno. (2018). O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 27(60), 71-86. <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412018000100006&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412018000100006&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
15	Teixeira, Marina Sidrim. (2017). Percepções dos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro sobre a questão de gênero. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 26(59), 119-122. <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412017000300012&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-78412017000300012&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
16	Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. (2017). Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social. <i>Nova Perspectiva Sistêmica</i> , 26(59), 52–70. <a href="https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/316">https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/316</a>

O segundo passo foi uma leitura prévia dos artigos encontrados para decidir pela inclusão ou não de cada um no nosso banco de publicações, conforme os objetivos da pesquisa.

Assim, conforme os critérios de inclusão (artigos em português publicados na RNPS, indexados na PePSIC, e que apresentem a palavra gênero no título/resumo e/ou palavras-chave) e exclusão (artigos repetidos, e/ou que não discutam o termo gênero, e/ou que não apresentem informações em relação ao referencial teórico/metodológico), foram selecionados 12 (doze) publicações.

Dentre os 4 (três) trabalhos excluídos, 2 apresentaram notas breves sobre outros estudos para uma coluna denominada “ECOS” da revista: o texto da Gabriella Morena, que se refere a um artigo (Adriano Beiras et al, 2020) já incluído no corpus da pesquisa, e o texto da Marina Sidrim Teixeira, que embora possua temática relevante, não apresentou referências, informações teóricas e metodológicas utilizadas na pesquisa original.

Do mesmo modo, o artigo intitulado “Tecendo redes, construindo pontes: atendimento a uma família migrante na clínica de famílias do Instituto Noos” de autoria de Adriana Lima e Leonora Corsini, apesar da discussão da interculturalidade e do contexto de uma família migrante em situações de violências (intrafamiliar e doméstica) e vulnerabilidade social, não discute, direta ou indiretamente, questões de gênero. E por fim, como o nosso objetivo é compreender o contexto brasileiro, o artigo “La jubilación y la sororidad femenina: una propuesta de trabajo desde las prácticas colaborativas dialógicas y las narrativas.” (Sánchez, et al, 2019) foi excluído, pois foi publicado em espanhol, e é oriundo de uma universidade do México.

A partir dos 12 artigos selecionados, sistematizamos as informações e construímos um quadro síntese para uma visão analítica das características desses estudos contendo: título; autoria/instituição; tipo de estudo/discussão teórica e/ou prática; perspectivas teóricas e metodológicas; principais referências citadas e ano, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 12***Corpus da pesquisa - banco de publicações da RNPS*

	<b>Título</b>	<b>Autores/as Instituições</b>	<b>Instituições</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Discussões teoria/prática Tipo de estudo</b>	<b>Perspectiva teórica/metodológica Principais referências</b>	<b>Ano</b>
1	Grupo "Diálogos de paz": atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as mulheres.	Mourão, Thais Helena Ramos Queiroz; Batista, Kevin Samuel Alves	1-Escola de Saúde Pública do Ceará-ESP/CE, Fortaleza/CE  2-Faculdade Princesa do Oeste – FPQ/CE, Crateús/CE	Grupo reflexivo; Masculinidades; Violência contra as mulheres; Atuação intersetorial; Atuação psicossocial	Discussão teórica/prática Relato de experiência com o grupo reflexivo “Diálogos de Paz”, realizado no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) Ceará em 2019, junto a homens autores de violências contra as mulheres.	Construtivista-narrativista com perspectiva de gênero  Scott (1995); Saffioti (2001); Butler (2007); Beauvoir (1949/2009); (Daniel Welzer-Lang, 2001); Beiras, A. & Bronz, A. (2016).	2021
2	Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades	Beiras, Adriano, Bronz, Alan and Schneider, Pedro de Figueiredo	1-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina/SC  2-Instituto NOOS, São Paulo/SP  3- MEMOH, São Paulo/SP	Homens; Masculinidades; Espaço virtual; Gênero; Grupos.	Discussão teórica e prática a partir do relato de experiência dos grupos reflexivos de gênero realizados na modalidade online no momento da pandemia do Covid-19.	Construcionismo social Gergen & Gergen (2010); Raser & Japur (2018); Andersen, T. (2002); Conceição Nogueira (2017); Bertalanffy (2013); Bateson (1991); Azevedo,	2020

						Medrado & Lyra (2018); Beiras & Bronz (2016).	
3	Psicologização do machismo e romantização da violência de gênero no filme Wifi Ralph.	Silva, Gabriela Martins; Gonzaga, Domitila Shizue Kawakami	1-Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG.  2-Universidade de São Paulo (USP), SP.	Violência de gênero; Normas de gênero; Construção social; Meios de comunicação de massa; Psicologia social.	Discussão teórica Análise discursiva do filme Wifi Ralph- Quebrando a internet	Perspectiva construcionista Gergen, K. (2015); Shotter (2000) Borges, L.S.& Spink, M.J. (2009); Butler, J. (2013); Crenshaw, K. (2004); Scott, J. (1986) McNamee, S. (2014) Epston, D.; White, M. & Murray, K. (1992).	2020
4	Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto.	Luna, Ivânia Jann	1- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC.	Luto; Grupos reflexivos; Construcionismo social; narrativas	Discussão teórica e prática Metodologia dos grupos reflexivos e de apoio ao Luto (GRAL).  Relato de experiência	Perspectiva construcionista Anderson, H. & Goolishian, H. (1997); Beiras, A.& Bronz, A. (2004) Butler, J. (2015) Sluzki, C.E. (1997); Vasconcellos, M.J. (2010).	2020

5	Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos	Coelho, Ingrid Mesquita, Souza, Daniel Cerdeira de; Silva, Iolete Ribeiro da	1-Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA  2- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC.  3- Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/AM.	Conjugalidade; Família; Filhos; Maternidade; Paternidade	Discussão teórica: descrição das características do relacionamento conjugal de casais sem filhos por opção; razões das escolhas; satisfação conjugal.	Referência teórica: Perspectiva sistêmica Grandesso, M. (2000); Feres Carneiro (1998); Féres-Carneiro & Diniz-Neto (2010); Beauvoir, S. (1980); Butler, J. (2003).	2020
6	Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal.	Cavaler, Camila Maffioletti and Macarini, Samira Mafioletti	1-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC.  2- Academia de Polícia Civil de Santa Catarina – ACADEPOL, Florianópolis/SC	Delegacias da Mulher; Violência conjugal; Prevenção da violência.	Discussão teórica para repensar prática nas delegacias especializadas de atendimento à mulher (DMs) como um espaço também para prevenção à violência conjugal e assistência.	Perspectiva construcionista Kenneth Gergen, 1992 Mediação narrativa: Winslade, J. & Monk, G. (2016); Donna Haraway, 1995; Judith Butler, 2015; Conceição Nogueira 2001a e 2001 b; Lugones, 2014; Beiras, A. & Bronz, A. (2016).	2020
7	Práticas colaborativas de intervenção grupal	Gonzaga, Domitila Kawakami;	1- Programa de Pós-Graduação em Psicologia da	Práticas colaborativas; Processos	Relato de experiência- parte de uma pesquisa- ação sobre práticas	Construcionismo social	2019

	com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade.	Guanaes-Lorenzi, Carla	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), Ribeirão Preto, SP.  2- Programa de Pós-Graduação em Psicologia da (FFCLRP-USP), Ribeirão Preto, SP e Departamento de Psicologia da (FFCLRP-USP), Ribeirão Preto/SP.	grupais; Adolescentes; Sexualidade.	colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. Temáticas discutidas no grupo: gênero, sexualidade, puberdade, métodos contraceptivos, parentalidade/maternidade na adolescência, sexualidade na adolescência, álcool e outras drogas, escolhas e repercursões.	Gergen (2016); Gergen & Ness (2016); Moscheta et al. (2014); Harlene Anderson (2017); Guanaes-Lorenzi (2006); McNamee (2014).	
8	Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem.	Lordello, Silvia Renata, Souza, Lara; Coelho, Letícia de Amorim Mota	Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF.	Sexting; Cyberbullying; Adolescência; Recursos Terapêuticos; Intervenções.	Discussão teórica: Reflexões teóricas a partir do filme “Ferrugem” (2018) - conceitos sexting, cyberbullying, violência de gênero. Recursos terapêuticos, Intervenções, formas de enfrentamento: ações integrativas entre família e escola.	Perspectiva Sistêmica Emerson Rasesa, Marisa Japur, Sheila Mcnamee, Marilene Grandesso, Harlene Anderson, Kenneth Gergen; Narvaz, M.G. & Koller, S.H. (2006). Swim, J.K. & Hayes, L.L. (2009)	2019
09	As violências sofridas por mulheres que	Passarela, Cassia de Freitas Teixeira	1-Secretaria de Estado de Saúde do Distrito	Mulher ofensora sexual; Abuso	Discussão teórica/ Reflexões para pensar a prática nos		2019

	ofenderam sexualmente.	1, Stroher, Lucy Mary Cavalcanti 1; Costa, Liana Fortunato 2.	Federal, Brasília/DF. 2- Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF.	sexual; Violência; Vitimização.	atendimentos de mulheres que ofenderam sexualmente; refletir sobre as especificidades no atendimento clínico direcionados para mulheres ofensoras e homens ofensores. -Recurso psicodramático na intervenção Pesquisa documental Prontuários de uma instituição pública – mulheres em atendimento psicossocial oriundas do serviço da justiça/saúde		
10	Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista.	Figueiredo, Mariana Grasel de; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling	1- Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF  2- Instituto de Psicologia- Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF	terapia sistêmica feminista; gênero; casamento; carreira.	Discussão teórica Discutem as contribuições da terapia com base na perspectiva sistêmica problematizando as questões de gênero para promoção de relações mais igualitárias. Pensar uma prática clínica atenta as desigualdades de	Perspectiva de gênero e sistêmica feminista´  Goodrich et al., (1990); Walters, (1994); Goodrich, Rampage, Elluman & Hasltea, (1990); Carter & McGoldrick, (2001); Sistêmica:	2018

					gênero que produz efeitos em diversas áreas: contexto da família, trabalho e nas relações, principalmente das mulheres. Trabalho teórico	Minuchin, (2008); Féres-Carneiro, (2012); Narvaz & Koller, (2007); Diniz, (2003); Zanello, (2016), Scott, (1995).	
11	O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais.	Lenzi, Tema; Lenzi, Bruno	1- Movimento-Clínica e Escola de Psicologia Sistêmica, Florianópolis/SC	prática sexual; sexualidade; construcionismo social; terapia de casal; terapia dialógica colaborativa.	Discussão teórica Relato de experiência Reflexão sobre recursos para a prática dialógica colaborativa para atendimento de pessoas que vivenciam sofrimento em relação as práticas sexuais.	Construcionista social, Conceição Nogueira (2001); Sheila McNamee & Kenneth Gergen (1999); Rasera, E. et al. (2014); Guacira Louro (2004,2000); Shotter, J. (1993); Foucault (2001, 2004, 2004, 2007); Kenneth Gergen (1994, 2009); Lenise Borges (2014); Borges, L. et al. (2013); Harlene Anderson (2009); Tom Andersen (2002);	2018
12	Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura	Lordello, Silvia Renata Magalhães; Costa, Liana Fortunato	1-Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPSICCC/UN B)	gravidez; maternidade; violência sexual; intervenção grupal.	Discussão teórica e prática Relato de experiência de uma intervenção grupal com mulheres que tiveram gestação	Perspectiva construcionista social Andersen (1999); Anderson (2011,2012);	2017

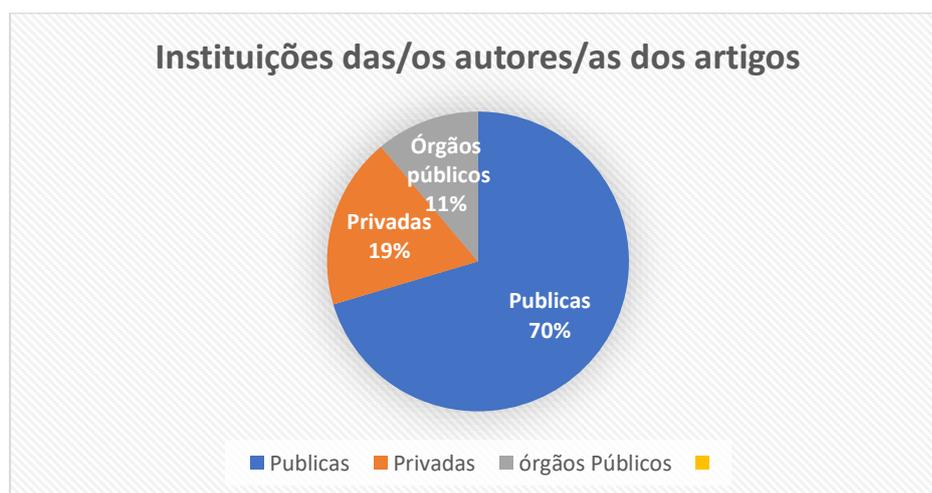
	construcionista social				decorrente de violência sexual.  Pesquisa-ação Intervenção Grupal Pesquisa qualitativa	Barbosa & Guanaes-Lorenzi (2015); Rasera & Guanaes-Lorenzi (2010); Gergen & Gergen (2010); Grandesso (2009, 2012); Anderson & Goolishian (1998); Rasera & Japur (2007); Paula-Ravagnani, McNamee, Rasera & Guanaes-Lorenzi (2016), White (2002, 2012); White & Epston (1990); Zanello (2014); Nogueira (2001).	
--	------------------------	--	--	--	--	--	--

Essa síntese já nos mostra informações significativas dos artigos para mapearmos o contexto das publicações de gênero na RNPS, que será apresentado e discutido a seguir: as instituições dos/as autoras/es; perfil acadêmico das/os autores/as; as principais temáticas discutidas; as perspectivas teóricas e metodológicas dos estudos e as referências utilizadas.

Levando em consideração a autoria dessas publicações, percebe-se que 19 autoras/es apresentam vínculo com universidades públicas (70%), 5 autoras/es com instituições públicas, privadas (19%) e 3 autoras/es (11%) com órgãos públicos (área da saúde e de segurança pública), conforme o gráfico abaixo:

### Gráfico 1

*Instituições (públicas, privadas) e órgãos públicos das autoras/es dos artigos publicados na RNPS*



Esses dados evidenciam que o debate da temática de gênero circula de forma mais expressiva nas universidades públicas em comparação com as instituições privadas. Além disso, percebemos, conforme aponta o levantamento dos estudos de gênero na Psicologia de Jacy Curado e Ana Maria Jacó-Vilela (2021), que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

e a Universidade de Brasília (UNB) lideram as universidades públicas que mais publicam sobre gênero, 29% cada uma, como podemos verificar no gráfico 2.

Vale lembrar que no estudo citado (Curado & Jacó-Vilela, 2021), a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), localizada no estado de São Paulo, apesar do importante Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, também não aparece no ranking das universidades que mais publicam sobre gênero nas revistas da psicologia, justamente em razão de o referido núcleo estar vinculado ao IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – que oferece graduação em Ciências Sociais, Filosofia e História, e não em Psicologia. Todavia, o periódico *Cadernos Pagu* aceita trabalhos oriundos de diversas áreas do conhecimento, inclusive da Psicologia.

Importante ressaltar, que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEPP) possui um grupo de trabalho denominado “Gênero e Psicologia” que é comprometido com a promoção de novas pesquisas sobre gênero na Psicologia.

Contudo, a concentração de publicações na RNPS de autores/as oriundos/as da UFSC e UNB pode estar relacionada com importantes núcleos de estudos de gênero que suscitam essas discussões, como o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) vinculado à UFSC, que existe desde 1991 e vem desenvolvendo estudos sobre gênero e sexualidade. Hoje, ele é coordenado pelas professoras Dra. Miriam Pillar Grossi e Dra. Alinne de Lima Bonetti. Vinculada à UFSC, existe a Revista *Estudos Feministas*, que centraliza muitos estudos de gênero.

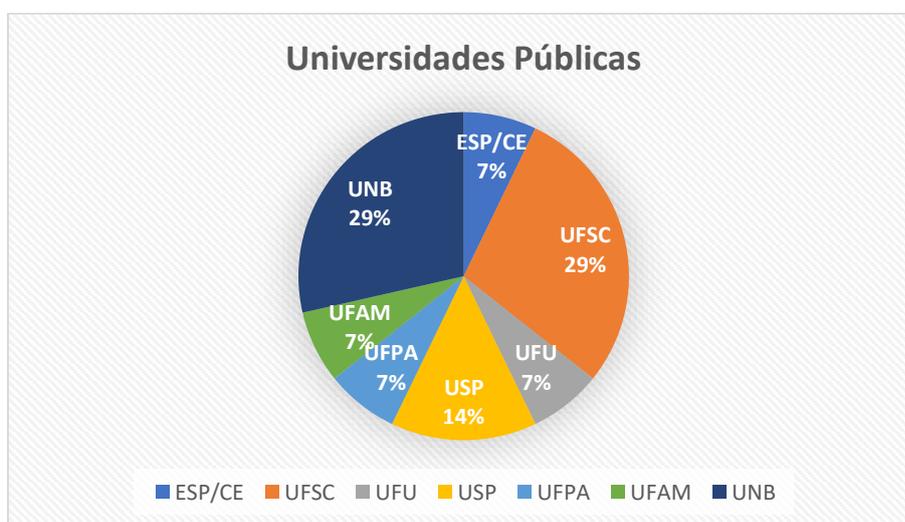
Na UNB, há o núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG) e diversos grupos de pesquisa, como o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPHERG); o Núcleo de Estudos de Gênero e Psicologia Clínica do Laboratório de Saúde Mental e Cultura (NEGENPSIC), coordenado pela profa. Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz; o grupo Saúde Mental e Gênero

(IP), coordenado pela profa. Dra. Valeska Zanello que tem contribuído enormemente para a disseminação de conhecimento sobre saúde mental e gênero para além dos espaços acadêmicos.

Outro aspecto relevante é a análise do corpo do conselho editorial da RNPS, constituído majoritariamente por pesquisadoras/es de instituições públicas, dentre elas a UFSC, representada por Renata Orlandi, Mariana Trajano, Raquel Guedes Pimentel Pilon, Bruno Lenzi, David Tiago Cardoso, Elisângela Boing, Joyce Lucia Abreu Pereira Oliveira, e o próprio coordenador editorial da revista, Adriano Beiras, que aponta interesse nos estudos de gênero em seu currículo lattes.

## Gráfico 2

*Instituições públicas das/os autoras/es dos artigos publicados na RNPS*



O gráfico 3, a seguir, mostra as temáticas identificadas nos artigos analisados.

## Gráfico 3

*Temáticas dos artigos publicados na RNPS*



Identificamos que o conceito de gênero é utilizado para compreensão do fenômeno da violência de gênero, que se apresentou como uma temática dominante. O tema da violência de gênero é crescente nas pesquisas, considerando que ganhou visibilidade a partir dos movimentos feministas (Narvaz & Koller, 2007), aliados à mobilização diante das estatísticas alarmantes de casos de violência (Minayo, 1994; 2005; 2006) e das conquistas na legislação brasileira, como a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) em 2006 e a Lei do Feminicídio no ano de 2015 (Lei nº 13.104). Esses marcos jurídicos, segundo Pizzinato et al (2020), fomentaram discussões dentro e fora da academia, principalmente a partir dos anos de 2010, convidando os/as pesquisadores/as a novos questionamentos sobre a violência, inclusive na Psicologia.

A prevalência da temática da violência articulada aos estudos de gênero também foi verificada no levantamento entre os anos de 1980 a 2016 realizado por Curado e Jacó-Vilela (2021), numa articulação que se mostra fundamental (Zanello, Fiuza & Costa, 2015; Pedrosa & Zanello, 2016; Medeiros & Zanello, 2018). Esse panorama de discussões sobre violência de gênero também se repete na RNPS como pudemos identificar, seja discutindo grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência (Mourão & Batista, 2021; Beiras et al, 2020), violência sexual (Lordello & Magalhães, 2017; Passarela et al, 2019), violência de gênero na

mídia (Silva & Gonzaga, 2020), nos contextos das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) (Maffioletti & Maffioletti, 2020) e violência de gênero cibernética (Lordello, Souza & Coelho, 2019).

Para compreender a violência, é necessário articular com outras opressões, além do gênero, como já nos mostraram as teóricas feministas (Collins e Bilge, 2021; Nogueira, 2017) que para compreender a violência de gênero é fundamental adotar uma perspectiva interseccional para problematizar os efeitos das múltiplas opressões e discriminações de raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, nacionalidade, dentre outros marcadores sociais da diferença.

Mas, notamos que os artigos que apresentam discussão sobre violência de gênero (Mourão & Batista, 2021; Silva & Gonzaga, 2020; Maffioletti & Maffioletti, 2020; Lordello, Souza & Coelho, 2019; Passarela et al., 2019; Lordello & Costa, 2017), não adotam uma perspectiva interseccional. Apenas reconhecem a existência de múltiplas opressões que devem ser observadas, sem desenvolver uma compreensão mais complexa dos efeitos das opressões. O distanciamento de uma leitura interseccional também foi percebido no estudo de Pizzinato et al. (2020).

O que percebemos, então, é que o conceito de gênero articulado com o tema da violência aparece para discussão de temas como masculinidade hegemônica, sexismo, objetificação da mulher, machismo, estereótipos de gênero e relações de poder entre homens e mulheres.

Em segundo lugar, o gênero é vinculado ao campo da sexualidade (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019; Lenzi & Lenzi, 2018) para desestabilizar discursos hegemônicos e refletir sobre outros modos de vivenciar a sexualidade e de se posicionar no mundo, para além do modelo heteronormativo e binário (Butler, 2018; Gonçalves e Mello, 2010; Louro, 2002). Em seguida, o conceito de gênero é atrelado aos temas como maternidade/paternidade (Coelho et al, 2020);

casamento/carreira das mulheres (Figueiredo & Diniz, 2018); masculinidades (Beiras et al, 2020) e processos de luto (Luna, 2020).

Outro ponto analisado refere-se às perspectivas teóricas e metodológicas dos artigos. Dos 12 artigos analisados, 7 trabalhos (Beiras et al, 2021; Coelho et al, 2020; Luna, I., 2020; Maffioletti & Maffioletti, 2020; Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019; Lenzi & Lenzi, 2018; Lordello & Costa, 2017) se apoiaram no construcionismo social e/ou em práticas pós-modernas como perspectiva teórica e/ou metodológica, ao dialogarem com autores/as referências na área, como: Kenneth Gergen, Mary Gergen, Tom Andersen, Sheila McNamee, John Shotter, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Carla Guanaes-Lorenzi, Emerson Rasera, Marisa Japur, Marilene Grandesso, Carlos SluzMichael White, David Epston e John Winslade. Destacamos que 2 artigos que se situaram na perspectiva sistêmica (Gregory Bateson, Luddwig von Bertalanffy, Salvador Minuchin, Terezinha Féres-Carneiro) também utilizaram referências do construcionismo social.

Autores pós-estruturalistas são coerentes com as propostas construcionistas, por se situarem dentro de um paradigma pós-moderno que considera o conhecimento uma prática discursiva (Grandesso, 2011). Assim, identificamos que Foucault foi citado para problematizar novas formas de práticas sexuais entre casais (Lenzi & Lenzi, 2018), e a teórica Judith Butler foi referenciada para discutir as relações de gênero nos trabalhos de Silva e Gonzaga (2020); Luna (2020), Mourão e Batista (2021), Coelho et al (2020) e Maffioletti & Maffioletti, (2020).

Referências de estudos feministas estão presentes em 9 artigos (Mourão et al, 2021; Beiras et al, 2020; Coelho al, 2020; Luna, I., 2020; Maffioletti & Maffioletti,2020; Lordello, Souza & Coelho, 2019; Figueiredo & Diniz, 2018; Lenzi & Lenzi, 2018). Dentre as autoras com perspectiva feminista destacadas nesses trabalhos, temos Judith Butler, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Donna Haraway, Heleieth Saffioti, Lenise Santana Borges, Conceição Nogueira,

Martha Giudice Narvaz, Silvia Helena Koller, Valeska Zanello e Glaucia Ribeiro Starling Diniz, esta última também autora de um artigo (Figueiredo & Diniz, 2018).

Todavia, localizamos apenas um artigo (Figueiredo & Diniz, 2018) que incorpora referências de autoras feministas da TF, como: Marianne Walters, Thelma Jean Goodrich, Cheryl Rampage, Barbara Ellman & Kris Hasltea; Betty Carter & Monica McGoldrick. A baixa citação pode nos apontar que essas autoras são pouco incorporadas nos debates na TF no Brasil, apesar das contribuições críticas para refletir essas temáticas recorrentes como maternidade, paternidade, casamento e carreira nos atendimentos de famílias e casais.

Importante salientar que trabalhos que abordaram o tema da masculinidade hegemônica (Beiras et al, 2020; Mourão et al, 2021), aliados ao construcionismo social e teóricas feministas, apontaram referências de autores do campo dos estudos das masculinidades, como Benedito Medrado, Jorge Lyra, Daniel Welzer-Lang, Adriano Beiras e Alan Bronz, os dois últimos também autores de artigos que fazem parte do corpus da pesquisa.

Outro ponto importante é que apesar da maioria dos trabalhos promover diálogos a partir do conceito de gênero para a problematização das relações de poder, muitos não consideram a interseccionalidade como uma perspectiva teórica/metodológica para compreender a complexidade dos fenômenos sociais, como por exemplo, a violência. Alguns artigos (Mourão et al, 2021; Beiras et al, 2020; Silva & Gonzaga, 2020; Luna, I., 2020) fazem referência a autoras que discutem a perspectiva interseccional, como Conceição Nogueira e Kimberlé Crenshaw, reconhecendo as múltiplas formas de opressão de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, mas não avançando nas discussões.

As publicações mostram interesse na articulação das discussões do campo teórico e da prática, já que identificamos 6 artigos que abordam essa proposta, principalmente compartilhando suas experiências para discutir possibilidades de trabalho, consonante com a perspectiva construcionista. Dentre eles, 5 abordaram propostas relacionadas aos processos

grupais: luto (Luna, 2020), gênero (Mourão & Batista, 2021; Beiras et al., 2020), adolescentes (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019), mulheres vítimas de violência sexual (Lordello & Costa, 2017), e um artigo que discutiu a prática sexual com casais (Lenzi & Lenzi, 2018).

Considerando o contexto terapêutico e a pesquisa um modo de construção social, verificamos também que, esses estudos se apoiaram em relatos de experiências dos/as autores/as como forma de compartilhar as experiências e inspirar outras práticas, e não buscar generalização. Assim as escolhas dos caminhos metodológicos se mostram alinhados com a epistemologia construcionista que incluem os/as pesquisadores/as nos processos de construção dos sentidos (Spink & Menegon, 2013).

Por outro lado, é importante ressaltar que apenas dois artigos – o que aborda a prática dos grupos reflexivos de gênero (Mourão & Batista, 2021; Beiras et al, 2020) e o artigo que trata dos grupos com adolescentes para discutir sobre sexualidade (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019) – reconhecem o conceito de gênero como uma categoria importante para analisar a temática proposta. Nos outros trabalhos, as questões de gênero levantadas se mostram úteis apenas para sustentar os argumentos dos conceitos estudados, como, por exemplo, maternidade, paternidade e violência de gênero. O gênero é então incorporado como acessório e não está no cerne da discussão, demonstrando que carecem discussões que articulem de modo efetivo a teoria e prática sobre o conceito de gênero.

Observamos, nessa primeira análise, que muitos dos achados em levantamentos na psicologia, aqui já discutidos, se repetem na RNPS: a prevalência de autores/as vinculados às universidades públicas e da temática da violência, a presença de estudos de gênero e das perspectivas pós-modernas para sustentar as discussões, e acima de tudo, tentativas de aberturas de fissuras para questionar o que é nos dado como única verdade.

Na segunda parte da análise, assumindo a perspectiva construcionista de que “construir gênero é um processo, não uma resposta” (Hare-Mustin & Marecek, 1988), com uma longa

história (Piscitelli, 2009), vamos agora apresentar os conceitos de gênero que identificamos nos artigos da RNPS que compuseram nosso corpus de análise.

A partir da nossa discussão introdutória sobre gênero, sobre as contribuições dos estudos feministas e sobre como eles têm sido incorporados nos estudos da TF para compreender as relações e os fenômenos sociais que se apresentam, construímos, nessa última etapa do trabalho analítico, 3 (três) categorias para identificar os discursos sobre gênero na RNPS.

A primeira categoria nomeamos de **categoria analítica**. Os artigos alocados nesta categoria apresentam discussões a partir do entendimento do sentido de gênero como uma categoria que estrutura relações assimétricas de poder e produz efeitos nas diversas situações cotidianas e de modo relacional, como propostos pelos estudos feministas (Gonçalves, 1998; Pinto, 2004; Piscitelli, 2009; Scott, 2019, 1995). Desse modo, “gênero” como articulado nessa categoria se aproxima da ideia de “conceito útil” como proposto por Scott (2019[1995]) para problematizar os efeitos das relações de poder com base nas construções culturais das diferenças entre homens e mulheres a partir dos corpos (Butler, 2018). A importância de assumir essa perspectiva, como aponta Araújo (2005), reside no fato de utilizarmos lentes para questionamentos sobre a relação das diferenças de gênero e a reprodução de desigualdades para a construção de outras possibilidades, já que devido ao seu caráter relacional, afetam não somente as relações entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres e entre os homens.

A segunda categoria, denominada **categoria empírica**, abarcou os artigos que reconhecem o conceito de gênero como uma construção social e cultural atrelada à ideia dos papéis sociais e estereótipos de gênero com foco nas diferenças sociais entre homens e mulheres, mas sem discutir as relações de poder, e seus efeitos nas vidas das pessoas. Importante resgatar que muitos desses estudos são considerados como “estudos sobre as

mulheres” e possuem caráter descritivo, sendo o gênero considerado quase como sinônimo para “temática das mulheres” (Araújo, 2005).

Os estudos alocados nessa categoria se aproximam da perspectiva da chamada segunda onda do movimento feminista, que focou no debate do binarismo (masculino/feminino) com base na diferenciação sexual, ou seja, crítica à naturalização de comportamentos, crenças, e características atribuídas de modo diferente aos homens (virilidade, força, agressividade) e mulheres (cuidado, maternidade, passividade), sustentando desigualdades sociais. Vale destacar que essas ideias foram criticadas pelas teóricas contemporâneas dos estudos de gênero (mais próximas da categoria analítica), por serem restritas e buscarem uma construção identitária das mulheres (Suely Kofes, 2005), e ao mesmo tempo se afastarem do enfoque nas relações de gênero, que implicam os processos relacionais entre os homens e mulheres (Araújo, 2005).

A terceira categoria, denominada **categoria genérica**, correspondeu aos trabalhos que de algum modo dialogam com o conceito de gênero de modo abrangente, considerando posicionamentos concomitantes das categorias analítica e empírica ao longo do texto.

Para nortear nossa análise, construímos um quadro (14) com 5 colunas: (1) Título/autoria; (2) “categoria analítica”; (3) “categoria empírica”; (4) “categoria genérica” e (5) repertórios interpretativos. Em cada coluna das categorias – analítica, empírica e genérica, foram colocados trechos dos artigos que representam os sentidos de gênero.

Na coluna 5, colocamos recortes dos trechos destacados nas categorias que correspondem aos repertórios interpretativos identificados (Spink & Medrado, 2013), ou seja, conteúdos, termos, conceitos, descrições que sustentam as construções discursivas sobre gênero a partir dos trechos dos artigos selecionados. Orientamos nossas escolhas a partir das seguintes perguntas:

- a) Como os/as autores/as explicam o conceito de gênero?

- b) Qual objetivo do termo gênero no artigo?
- c) Quais possíveis efeitos ao reconhecer gênero no fenômeno discutido?

### Quadro 13

*Quadro para análise dos repertórios interpretativos sobre gênero nas publicações da RNPS*

<b>REVISTA NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA</b>				
Artigos	(1) Categoria analítica Relação de poder	(2) Categoria empírica Estereótipos/papeis sociais	(3) Categoria genérica Abrangente	(4) Repertórios a) Como explicam b) Qual objetivo c) Qual efeito

### Quadro 14

#### Repertórios interpretativos sobre gênero nas publicações da RNPS

REVISTA NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA				REPERTÓRIOS		
Artigos	CITAÇÃO			a) Como nomeiam	b) Objetivos	c) Efeitos
	Categoria analítica	Categoria empírica	Categoria genérica			
<p>“Grupo "Diálogos de paz": atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as mulheres” (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz &amp; Batista, Kevin Samuel Alves, 2021).</p>	<p>“A categoria “gênero” tem sido amplamente estudada e difundida nas últimas décadas, devido a sua importância em <u>analisar</u> como os <u>papéis de gênero</u>, definições associadas às <u>feminilidades e masculinidades</u>, são <u>socialmente construídos</u> com interesses de <u>perpetuar relações de poder hegemônicas</u> e historicamente impostas... Nesse modelo, os <u>homens se constituem como detentores privilegiados de poder</u>, já as <u>mulheres são subjugadas</u> ao lugar de <u>submissão e dependência</u>, em diversos âmbitos...” (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz &amp; Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 94).</p>			<p>categoria de gênero</p> <p>estudos de gênero</p>	<p>analisar como os papéis de gênero, definições associadas às feminilidades e masculinidades, são socialmente construídos com interesses de perpetuar relações de poder hegemônicas e historicamente impostas</p> <p>abordar os discursos de poder culturalmente produzidos e reproduzidos,</p>	<p>evitando, assim, uma apropriação do discurso de gênero em aplicações práticas de atuação despolitizadas e reducionistas, as quais compreendem o debate de forma</p>

<p>“Esse aporte teórico se aproxima dos <u>estudos de gênero</u> ao abordar os <u>discursos de poder culturalmente produzidos e reproduzidos</u>, evitando, assim, uma apropriação do <u>discurso de gênero</u> em aplicações práticas de atuação despolitizadas e <u>reducionistas</u>, as quais compreendem o debate de <u>forma binária e restrita ao ambiente doméstico</u>. Portanto, utiliza-se como referência a perspectiva pós-estruturalista de <u>desconstrução do feminino e do masculino...</u>” (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz &amp; Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 98).</p> <p>“Ao falar sobre <u>masculinidades</u>, é preciso afirmar que essas não existem de forma independente, mas sim <u>relacional</u> (Scott, 1995). Assim, percebe-se que ao longo do tempo, com as <u>mudanças na definição de feminilidade</u>, decorrentes de <i>lutas feministas</i>, são gerados <u>questionamentos ao padrão de masculinidade socialmente imposto</u>. A partir dessa prerrogativa, <u>gerar reflexões sobre os papéis de</u></p>				<p>são gerados questionamentos ao padrão de masculinidade socialmente imposto</p> <p>gerar reflexões sobre os papéis de gênero aprendidos</p>	<p>binária e restrita ao ambiente doméstico.</p> <p>permite rearranjos e reconfigurações</p>
---	--	--	--	---	--

	<u>gênero</u> aprendidos <u>permite rearranjos e reconfigurações.</u> ” (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz & Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 101).					
“Práticas colaborativas de intervenção grupal com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade” (Gonzaga, Domitila Kawakami & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019).	<p>" Por fim, acreditamos que um ponto que merece destaque são os <u>discursos</u> a respeito de <u>gênero</u>, sobre viabilidades e impedimentos que as pessoas têm ao serem inseridas em alguma delas. Durante nossos encontros, buscamos <u>problematizar compreensões comuns</u> que se tem a respeito dos <u>papéis de homens e mulheres</u> e, também, possibilidades de as pessoas se encaixarem em <u>outras categorias resistentes</u> à norma heterossexual.” (Gonzaga, Domitila K. &amp; Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).</p> <p>“as meninas do Geração Jovem demonstravam maior abertura do que os meninos, com <u>discursos mais flexíveis</u> em relação às <u>possibilidades de gênero</u>, desde a viabilidade de não haver <u>papéis pré-definidos de homens e mulheres</u>, até a possibilidade de pessoas <u>transitarem por outras categorias de gênero</u> que não estas duas. A maior parte dos</p>			discursos a respeito de gênero,	problematizar compreensões comuns que se tem a respeito dos papéis de homens e mulheres	sobre viabilidades e impedimentos que as pessoas têm ao serem inseridas em algumas delas possibilidades de as pessoas se encaixarem em outras categorias resistentes à norma heterossexual.

	<p>meninos do grupo ainda se identificava com os <u>discursos hegemônicos</u> acerca do que são os <u>papéis sociais de homens e de mulheres</u> e, em suas falas, demonstraram mais dificuldades de aceitar outros formatos de sexualidade que não heterossexuais.” (Gonzaga, Domitila K. &amp; Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).</p> <p>“...Esta maneira de entender <u>gênero</u> é alocada <u>historicamente</u> e <u>interculturalmente</u>, apresentando as <u>diferenças de gênero</u> por lentes de <u>processos sociais</u> e <u>diferenças de hierarquias de poder</u> entre as pessoas.” (Gonzaga, Domitila K. &amp; Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).</p> <p>“Circunscrevemos <u>gênero</u> como parte de um processo de <u>construção social</u>, na qual <u>estamos todas/os envolvidas/os</u>, muitas vezes de maneira não percebida, uma vez que somos <u>“genderizados”</u> por <u>sólidas estruturas de poder...</u>” (Gonzaga, Domitila K. &amp; Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).</p>			<p>Circunscrevemos gênero como parte de um processo de construção social,</p> <p>dinâmicas de poder</p>		<p>todas/os envolvidas/os, muitas vezes de maneira não percebida, uma vez que somos “genderizados” por sólidas estruturas de poder...”</p>
--	---	--	--	---	--	--

	<p>“...Estes momentos foram importantes e desafiadores para lidar com dinâmicas de poder entre as profissões (médicos e agentes comunitárias de saúde, por exemplo) e também de gênero (p.e. médico homem e enfermeira gestora mulher). (Gonzaga, Domitila K. &amp; Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 88).</p>					
<p>“Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades” (Beiras, Adriano; Bronz, Alan &amp; Schneider, Pedro de Figueiredo, 2020).</p>	<p>“É mister destacar a importância de que ambos os tipos de iniciativas trabalhem o <u>gênero como uma categoria analítica</u>, incorporem os <u>estudos teóricos</u> sobre <u>masculinidades</u>, movimento de homens e suas relações com as <u>teorias feministas</u>... é fundamental que iniciativas estejam alinhadas à ideia de <u>equidade de gênero</u>, ao desenvolvimento de empatia com as <u>vivências das mulheres</u> e ao <u>fortalecimento dos direitos humanos, no lugar de focar exclusivamente na experiência de homens entre homens...</u>” (Beiras, A.; Bronz, A. &amp; Schneider, P., 202, p. 62).          “O público-alvo do MEMOH é constituído por</p>			<p>Gênero como categoria analítica</p>	<p>incorporem os estudos teóricos sobre masculinidades, movimento de homens e suas relações com as teorias feministas</p>	<p>iniciativas estejam alinhadas à ideia de equidade de gênero, ao desenvolvimento de empatia com as vivências das mulheres e ao fortalecimento dos direitos humanos, no lugar de focar exclusivamente na experiência de homens entre homens.</p>

	<p>“<u>homens comuns</u>”, porém considerando <u>interseccionalidades</u> (Nogueira, 2017), ou seja, <u>homens brancos, negros, gay, homens trans</u>. O que queremos destacar quando falamos de “comuns” tem mais o sentido de <u>não especialistas</u>, não acadêmicos e, também, não autores de violência, no caráter jurídico – uma distinção importante para os participantes dos grupos reflexivos de gênero encaminhados pela Lei Maria da Penha.” (Beiras, A.; Bronz, A. &amp; Schneider, P.,202, p. 68).</p> <p>“...Os <u>“homens incomodados”</u>, como também são chamados os participantes dos grupos reflexivos do MEMOH, são homens que <u>se reconhecem machistas</u> em algum nível (sejam eles brancos, negros, gays, homens trans, entre outras interseccionalidades) e/ou que reproduzem comportamentos que não querem mais, mas <u>não sabem muito bem o que fazer para mudar</u>, com quem falar etc...” (Beiras, A.; Bronz, A. &amp; Schneider, P.,202, p. 69).</p>					
--	---	--	--	--	--	--

<p>“Psicologizaçã ão do machismo e romantização da violência de gênero no filme Wifi Ralph” (Silva, Gabriela Martins &amp; Gonzaga, Domitila Shizue Kawakami, 2020).</p>	<p>Essas iniciativas são importantes, pois a <u>construção cultural do que é ser homem</u> traz as <u>marcas do machismo</u> e da <u>masculinidade normativa ou hegemônica</u>, que <u>valoriza a competitividade</u>, a <u>dominação</u> e a <u>força</u>, influenciando, por sua vez, a adoção de práticas de risco por meninos e homens...” (Silva, G.M. &amp; Gonzaga, D.S.K.,2020, p. 78).</p> <p>“...Ao mesmo tempo em que o filme nos convida à <u>desconstrução dos sentidos e performances hegemônicos de gênero</u>, especialmente dos <u>femininos</u>, nos convida, também, à compreensão de <u>comportamentos típicos machistas</u> e de <u>relações abusivas entre homens e mulheres</u> como <u>atribuições subjetivas e individuais</u>, decorrentes do excesso de amor...” (Silva, G.M. &amp; Gonzaga, D.S.K.,2020, p. 86).</p> <p>“...conceituamos <u>gênero</u> como um <u>processo socialmente construído</u>, portanto, <u>não</u></p>			<p>construção cultural</p> <p>conceituamos gênero como um processo socialmente construído</p>	<p>As expressões culturalmente consideradas como “tipicamente” masculinas (tal como a força e a competitividade) ou femininas (maior sensibilidade e proposição ao diálogo) são produzidas, reproduzidas e sustentadas em um ciclo de interações entre as</p>	<p>desconstrução dos sentidos e performances hegemônicos de gênero,</p> <p>compreensão de comportamentos típicos machistas e de relações abusivas entre homens e mulheres como atribuições subjetivas e individuais</p>
--	---	--	--	---	---	---

	<p><u>biologicamente definido</u>. As <u>expressões culturalmente</u> consideradas como “<u>tipicamente</u>” <u>masculinas</u> (tal como a <u>força</u> e a <u>competitividade</u>) ou <u>femininas</u> (maior <u>sensibilidade</u> e propensão ao diálogo) são <u>produzidas</u>, <u>reproduzidas</u> e sustentadas em um ciclo de <u>interações</u> entre as <u>pessoas</u>, e por <u>expectativas sociais</u> e <u>padrões</u> que se estabelecem por essas interações. As interações, por sua vez, respondem aos <u>aspectos estruturais de gênero</u>, que influenciam na manutenção dos <u>comportamentos genderizados...</u>” (Silva, G.M. &amp; Gonzaga, D.S.K.,2020, p. 78 e 79).</p> <p>“A partir dos pressupostos da pesquisa construcionista social, entendemos que o mundo se faz a partir de como o <u>nomeamos</u> e como agimos com estas nomeações. Portanto, para nós, é importante que palavras específicas sejam eleitas, justamente pelo <u>caráter político</u> que se tem, a partir das possibilidades de ações que essas palavras evocam...” (Silva, G.M. &amp;</p>				<p>pessoas, e por expectativas sociais e padrões que se estabelecem por essas interações.</p>	<p>aspectos estruturais de gênero, que influenciam na manutenção dos comportamentos genderizados.</p>
--	---	--	--	--	---	---

	Gonzaga, D.S.K.,2020, p. 86).					
<p>“Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto” (Luna, Ivânia Jann, 2020).</p>	<p>“No que diz respeito aos <u>estudos de gênero</u>, a <u>visão pós-estruturalista</u> de Judith Butler é um importante fundamento teórico do GRAL na medida em que se <u>problematizam os estereótipos</u> e maneiras unívocas de <u>compreender as vivências</u> e necessidade de luto nos corpos, nos <u>comportamentos</u>, dramatizações e <u>performances</u> a partir de <u>normas binárias de gênero</u>. Assim sendo, as normas de gênero definem modos de <u>entender como natural e correto um modo feminino e/ou masculino</u> de enlutar-se” (Luna, Ivânia Jann, 2020, p. 50).</p> <p>“... também são pertinentes as discussões sobre <u>interseccionalidade</u> e os <u>marcadores sociais da diferença</u> como <u>raça, etnia ou orientação sexual</u>, entre <u>outros</u>, e que afetam as <u>vivências individuais e coletivas</u> de luto. Especialmente no que tange ao <u>racismo institucional</u> e à <u>violência estrutural</u> em torno das <u>pessoas negras</u>, Teixeira (2020) assinala que a</p>			estudos de gênero	problematizam os estereótipos e maneiras unívocas de compreender as vivências e necessidade de luto nos corpos, nos comportamentos, dramatizações e performances a partir de normas binárias de gênero.	

	<p>vulnerabilidade dos pais enlutados em situação violenta é anterior, durante e posterior à morte dos filhos. Sendo assim, a autora destaca as <u>experiências de exclusão e subordinação</u> tanto das relações parentais quanto do luto decorrente da perda de filhos no que diz respeito ao reconhecimento social da importância do vínculo e o sofrimento vivido pelo seu rompimento por pais e mães. Em muitos casos, estes são acusados de não terem protegido os filhos de uma situação de risco, por exemplo, tráfico de drogas, comportamento violento etc” (Luna, Ivânia Jann, 2020, p. 50).</p>					
<p>“Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos” (Coelho, Ingrid Mesquita; Souza, Daniel</p>	<p>“A falta de desejo pela maternidade/paternidade é apontada por sete participantes como motivo para não terem filhos, apesar de os mesmos argumentarem outros fatores para a decisão. Foi observado que as respostas dadas por mulheres demonstravam culpabilidade pela ausência do desejo de serem mães.” (Coelho, Ingrid M.; Souza,</p>					

<p>Cerdeira de &amp; Silva, Iolete Ribeiro da, 2020).</p>	<p>Daniel C. de &amp; Silva, Iolete R. da., 2020, p.62).</p> <p>“A culpa descrita pode estar associada ao fato de a decisão <u>desviar</u> daquilo que é <u>tido como “normal”</u> dentro da sociedade por conta do mito do amor materno...aliado à noção de norma de procriação da conjugalidade... Além disso, pode se relacionar com as <u>expectativas de gênero feminino</u>, que teria como <u>norma</u> a maternidade <u>compulsória</u> para mulheres...” (Coelho, Ingrid M.; Souza, Daniel C. de &amp; Silva, Iolete R. da., 2020, p.62).</p> <p>“O fato de a carreira profissional estar presente como argumento para a não maternidade na maioria das mulheres entrevistadas e não ser citado pelos homens pode estar relacionado aos <u>estereótipos de gênero</u>, onde a mãe tem quase por completo a responsabilidade pela criação dos filhos e é <u>cobrada socialmente</u> para <u>executar esse papel</u> como prioridade na sua vida, enquanto que os homens não sofrem essas cobranças tanto quanto as mulheres. Logo,</p>			<p>expectativas de gênero</p> <p>estereótipos de gênero,</p>	<p>desigualdades de gênero,</p>	
---	--	--	--	--	---------------------------------	--

<p>devido às <u>desigualdades de gênero</u>, o impacto na carreira profissional dos pais é menos significativo do que o impacto na carreira das mães” (Coelho, Ingrid M.; Souza, Daniel C. de; &amp; Silva, Iolete R. da., 2020, p.63).</p> <p>“Os quatro participantes que relataram não serem cobrados para ter filhos eram homossexuais. Os mesmos afirmam: ... <u>nunca fomos cobrados</u>, acho que a sociedade prefere assim, já que somos um casal homoafetivo por isso estamos “inaptos” para sermos pais. (homem, 55 anos, bibliotecário) ... acho que <u>não é esperado</u> que um casal homossexual tenha filhos, por isso <u>ninguém nunca perguntou</u>. (mulher, 26 anos, acadêmica de letras) ...O <u>modelo de família</u> considerado <u>padrão</u> é o heterossexual. Paternidade/ maternidade de casais homossexuais <u>fogem desse padrão</u>.” (Coelho, Ingrid M.; Souza, Daniel C. de &amp; Silva, Iolete R. da., 2020, p.66).</p> <p>“Portanto, faz-se necessário <u>confrontar</u> os/as jovens</p>					<p>confrontar os/as jovens sobre padrões violentos naturalizados em nossa cultura, problematizando a própria produção das masculinidades e feminilidades e a forma como se organizam socialmente</p>
---	--	--	--	--	--

	<p>sobre <u>padrões violentos naturalizados</u> em nossa cultura, <u>problematizando a própria produção das masculinidades e feminilidades</u> e a forma como se <u>organizam socialmente</u> como instrumentos de violência. A complexidade dessas <u>problematizações</u> faz com que a intervenção com esse grupo vá além de palestras e campanhas, organizando-se a partir dos grupos reflexivos de gênero.” (Coelho, Ingrid M.; Souza, Daniel C. de &amp; Silva, Iolete R. da., 2020, p.68).</p>					
<p>“Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal” (Cavaler, Camila Maffioletti; Macarini, Samira Maffioletti, 2020).</p>	<p>“Para iniciar esta seção, é preciso situar nosso ponto de partida epistemológico para pensar o <u>termo gênero</u>, sendo aqui entendido a partir dos <u>estudos de Butler (2015)</u>, que afirma que este é a <u>estilização repetida dos corpos</u>, uma <u>performance social continuamente repetida</u>, pautada nas <u>normas sociais</u> que, por meio dos <u>discursos</u>, <u>definem de forma binária a constituição das identidades</u>. O gênero é, portanto, uma <u>construção social</u>, ou seja, um <u>sistema social que organiza interações</u>, <u>atribui sentidos e governa o acesso ao poder e</u></p>			<p>é a estilização repetida dos corpos, uma performance social continuamente repetida, pautada nas normas sociais que, por meio dos discursos, definem de forma binária a constituição das identidades.</p> <p>construção social, ou seja, um sistema social que organiza interações, atribui sentidos e governa o acesso ao poder e aos recursos.</p>		

<p><u>aos recursos</u>. Logo, <u>não é um atributo individual</u>, pois não existe nas pessoas, mas sim na <u>relação social</u> (Nogueira, 2001b). As <u>performances de gênero</u> são reguladas de maneira <u>local, regional e global</u> e, portanto, <u>não são fixas ou universais</u>, mas dependem da <u>cultura</u> em que o sujeito está inserido.” (Maffioletti &amp; Maffioletti, 2020, p.63)</p> <p>“No caso das violências conjugais, o que observamos é um sistema histórico que deu aos <u>homens poderes sobre as mulheres</u> e fez da agressão um importante eixo para a <u>manutenção</u> dessas <u>relações</u>...Os <u>discursos</u> que ditaram <u>verdades</u> sobre o “ser mulher” foram construídos em <u>diferentes contextos</u> (Nogueira, 2001b), como as leis, as instituições religiosas, familiares e educacionais, além das mídias e demais espaços de circulação que instituíram <u>como legítima a dominação dos homens sobre as mulheres</u>...” (Maffioletti &amp; Maffioletti, 2020, p.63).</p> <p>“...Ressaltamos, portanto, que a violência conjugal é um produto do <u>funcionamento social</u> que <u>organiza as</u></p>				<p>sistema histórico que deu aos homens poderes sobre as mulheres e fez da agressão um importante eixo para a manutenção dessas relações</p>	
---	--	--	--	--	--

	<p><u>relações</u> a partir de <u>hierarquias de gênero</u>; logo, a mudança nos <u>padrões violentos</u> não pode ser pensada na esfera individual, mas focar sua atenção na <u>estrutura de poder</u> que a mantém... (Maffioletti &amp; Maffioletti, 2020, p.64).</p>					<p>mudança nos padrões violentos não pode ser pensada na esfera individual, mas focar sua atenção na estrutura de poder que a mantém</p>
<p>“Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista” (Figueiredo, Mariana Grasel &amp; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018).</p>	<p>“...Decorre daí a importância de <u>problematizar</u> a <u>dimensão de gênero</u>, uma vez que as <u>construções sociais</u> acerca das atividades que cabem a um e outro sexo foram <u>produzidas socialmente</u> e <u>demarcam lugares de experiência distintos</u> para homens e mulheres, tanto da <i>esfera pública</i> quanto na <u>vida privada</u>, ou seja, no casamento, na família, no mundo do trabalho...Articulamos nessa reflexão conceitos das <u>teorias de gênero</u> e pressupostos da terapia sistêmica feminista...” (Figueiredo, Mariana Grasel &amp; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018, p. 101).</p> <p>“<u>Gênero</u>, por sua vez, pode ser definido como <u>o código de conduta</u> que rege a <u>organização social das relações entre homens e mulheres...</u>Segundo Scott</p>			<p>Gênero, por sua vez, pode ser definido como o código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres</p>	<p>problematizar a dimensão de gênero... construções sociais acerca das atividades que cabem a um e outro sexo foram produzidas socialmente e demarcam lugares de experiência distintos para homens e mulheres.</p>	

	<p>(1995), gênero fundamenta-se nas <u>atribuições culturais feitas ao sexo masculino e feminino</u> que estabelecem <u>padrões e expectativas para mulheres e homens</u> em cada <u>cultura</u>. É, conforme a autora, um <u>elemento constitutivo de relações sociais</u> baseadas em <u>diferenças percebidas entre os sexos</u>. O <u>gênero é a principal forma de significar as relações de poder</u>. As mudanças ocorridas nas <u>relações sociais</u> correspondem às <u>transformações</u> nessas <u>representações de poder</u>. A <u>teoria de gênero</u> aponta a importância do estabelecimento de <u>condições igualitárias entre homens e mulheres</u> nos <u>diferentes contextos</u> e destaca que ambos são sujeitos ativos na sociedade, independente dos <u>estereótipos atribuídos aos sexos...</u>" (Figueiredo, Mariana Grasel &amp; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018, p. 102).</p> <p>"...No casamento, o <u>gênero</u> é o <u>princípio organizador</u> mais importante (Diniz, 2003). O</p>			<p>gênero fundamenta-se nas atribuições culturais feitas ao sexo masculino e feminino que estabelecem padrões e expectativas para mulheres e homens em cada cultura</p> <p>O gênero é a principal forma de significar as relações de poder.</p> <p>Teoria de gênero</p> <p>o gênero é o princípio organizador... estabelecem sua dinâmica relacional.</p>		<p>a importância do estabelecimento de condições igualitárias entre homens e mulheres nos diferentes contextos e destaca que ambos são sujeitos ativos na sociedade</p>
--	---	--	--	---	--	---

	<p><u>‘ser esposa e ser esposo’</u> exige de homens e mulheres o cumprimento de <u>atribuições de gênero definidas previamente pela sociedade</u> e gera <u>expectativas</u> que recaem sob a <u>forma como os cônjuges estabelecem sua dinâmica relacional.</u>” ...” (Figueiredo, Mariana Grasel &amp; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018, p. 110).</p> <p>“As críticas feministas à terapia familiar buscaram contribuir para um novo <u>posicionamento generificado</u> dos/as terapeutas de casais e famílias...” (Figueiredo, Mariana Grasel &amp; Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018, p. 114).</p>					<p>contribuir para um novo <u>posicionamento generificado</u> dos/as terapeutas de casais e famílias</p>
<p>“Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem” (Lordello, Silvia Renata et al., 2019).</p>			<p>“...A literatura destaca que nestes <u>discursos de culpabilização das mulheres vítimas de violências</u> é recorrente o desvio de responsabilidade do verdadeiro agressor, contribuindo para a <u>manutenção de silenciamentos, de submissões diante dos abusos sofridos e para a naturalização de papéis estereotipados</u> de</p>			

			<p><u>gênero</u> (Hasinoff, 2017; Narvaz &amp; Koller, 2006).” (Lordello, Silvia Renata, et al., 2019, p. 73).</p> <p>“...Enfraquecer esse movimento de objetificação do corpo feminino com uma <u>reflexão de gênero</u> abrangente discutida nas escolas, poderia ser um trabalho interventivo e de promoção de saúde desejável. Essa intervenção pouparia muito sofrimento às vítimas e evitaria relacionamentos abusivos tardiamente identificados pelos envolvidos...” (Lordello, Silvia Renata, et al., 2019, p. 76).</p> <p>“Outro aspecto a ser ressaltado nos dados apresentados pela SaferNet (2019) é o <u>gênero das vítimas de exposição de imagens íntimas</u>. Em 65,8% dos casos atendidos pela ONG em 2018, a vítima era mulher...”</p>	reflexão de gênero	Enfraquecer esse movimento de objetificação do corpo feminino
--	--	--	--	--------------------	---

			(Lordello, Silvia Renata, et al., 2019, p. 69).			
“O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais” (Lenzi, Tema & Lenzi, Bruno, 2018).	“Hoje temos novos movimentos sociais conquistando espaço na <u>construção de saberes</u> sobre sexualidade, como feministas e minorias sexuais <u>revitalizando o diálogo</u> com <u>novas concepções, discursos</u> e ética...A teoria Queer, como uma voz participante deste movimento, pretende <u>desarranjar e subverter noções e expectativas para o gênero e a sexualidade...</u> Não nos interessamos mais por <u>diferenças sexuais orgânicas</u> , nos <u>engajamos no processo de como são nomeados estes corpos e sujeitos...</u> ” Lenzi, Telma & Lenzi, Bruno, 2018, p. 74).				revitalizando o diálogo com novas concepções, discursos e ética.	desarranjar e subverter noções e expectativas para o gênero e a sexualidade
“Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social”. (Lordello, Silvia Renata Magalhães &			“A violência sexual está associada à ideia de <u>desigualdade de poder</u> . Os danos psicológicos causados, intra ou extrafamiliares, podem se apresentar mais evidentes ou menos perceptíveis, mas é consenso que estão sempre presentes...” (Lordello, Silvia		Desigualdade de poder	

<p>Costa, Liana Fortunato, 2017).</p>			<p>Renata M. &amp; Costa, Liana F., 2017, p. 53).</p> <p>“De acordo com Azevedo e Arrais (2006), é preciso desculpabilizar as mães quando não correspondem ao mito do amor materno, que é decorrente de uma <u>construção cultural</u> e da <u>idealização</u> da maternidade...”</p> <p>(Lordello, Silvia Renata M. &amp; Costa, Liana F., 2017, p. 62).</p> <p>“...O <u>patriarcado</u> que ainda <u>vigora</u> mantém as <u>mulheres ocupando o lugar de presas</u> numa <u>sociedade que treina o homem para ser predatório</u>, sobretudo no plano da sexualidade e a <u>mulher para ser objeto sexual...</u>” (Lordello, Silvia Renata M. &amp; Costa, Liana F., 2017, p. 59).</p> <p>“Os encontros abordaram conteúdos diversos, como revelações pessoais de sua história de violência e gravidez</p>	<p>Construção cultural</p>	<p>Patriarcado</p>	
---------------------------------------	--	--	--	----------------------------	--------------------	--

			<p>indesejada, desenvolvimento do feto, desvinculação do bebê da imagem do agressor, relações afetivas com o bebê, comunicação intrauterina, inseguranças e medos do período gravídico, relacionamento com mãe, parceiro e familiares, propostas de criação de filhos, aspectos transgeracionais, emoções no parto e puerpério, entre outros temas apontados pelas grávidas como necessários para uma vivência saudável de sua gravidez...” (Lordello, Silvia Renata M. &amp; Costa, Liana F., 2017, p. 57).</p> <p>“De acordo com Zanello (2014), a legitimação social da violência passa pelas <u>construções sociais de feminino e masculino</u> que foram internalizadas a partir dos <u>modelos impostos pela cultura patriarcal</u>. As mulheres internalizam que a</p>	<p>Construções sociais de feminino e masculino</p>	<p>Cultura patriarcal</p>	
--	--	--	---	--	---------------------------	--

			<p>violência sexual pode ser decorrente de uma falha sua por despertarem os homens em seus desejos, erroneamente vistos pela cultura patriarcal, como incontroláveis...” (Lordello, Silvia Renata M. &amp; Costa, Liana F., 2017, p. 58).</p>			
<p>As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente. (Passarela, Cassia de Freitas, Stroher, Lucy Mary Cavalcanti &amp; Costa, Liana Fortunato, 2019).</p>			<p>“Porém, a mulher vitimizadora sexual sofreu maior número de violências do que as mulheres ofensoras não sexuais. Esses achados têm relação intensa com <u>preconceitos de gênero</u>, apontando uma <u>posição social da mulher como submissa, dominada e violentada...</u>” (Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.49).</p> <p>“A compreensão das características socioambientais (condições de infraestrutura, saneamento, proximidade de criminalidade) e da presença da violência</p>	preconceitos de gênero	posição social da mulher como submissa, dominada e violentada	

		<p>na comunidade vem recebendo atenção no sentido de que essas características são também fatores de risco e aumento da vitimização... Além disso, há concordância de que a violência atinge mais agressivamente a mulher (ou a menina ou a adolescente), e deve ser estudada em separado em seus efeitos, em relação à violência que atinge o homem...” (Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.53).</p> <p>“Por isso, o fato de cometerem violência sexual com um parceiro habitual (relação conjugal ou estável) indica uma possível <u>dependência e submissão</u> dessa mulher, trazendo para o centro da <u>discussão</u> uma <u>dimensão de gênero</u> presente...” (Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.54).</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>“...A presença do <u>preconceito</u> de que <u>mulheres são sempre cuidadoras</u> existe em relação à sociedade e em relação às próprias ofensoras, já que elas não reconhecem o abuso como violência e justificam que não podem ser vistas como agressoras, pois são as mães...Os <u>preconceitos de gênero</u> influenciando negativamente a identificação da violência cometida por mulheres podem se mostrar impactante no contexto jurídico e clínico...” (Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.54-55).</p> <p>“...A abordagem a essa mulher é complexa e específica, não podendo se negligenciar a <u>influência do gênero</u> em sua <u>constituição psíquica emocional e social</u>, bem como na resposta social apresentada a este problema...”</p>			
--	--	--	--	--	--

			<p>(Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.57).</p> <p>“Concluiu-se que o <u>gênero</u> modera esses três fatores na <u>vitimização</u> pela <u>violência</u> ...No que diz respeito à violência sexual, a menina permanece mais tempo em família, e isto aumenta as possibilidades de vitimização e revitimização. O que ainda ocorre em desvantagem com relação ao sexo feminino é o fato de que as mulheres acabam por se associar com homens violentos, como foi descrito por todas as cinco participantes...”</p> <p>(Passarela, Cassia de F., Stroher, Lucy Mary C. &amp; Costa, Liana F., 2019, p.53-54).</p>			
--	--	--	---	--	--	--

### 3.4.1 Dos repertórios interpretativos sobre gênero na RNPS

Nessa etapa da análise, identificamos os repertórios interpretativos a partir de 3 (três) perguntas orientadoras: a) como os/as autores/as explicam e nomeiam o conceito de gênero?; b) qual objetivo do uso do termo gênero no artigo? e c) quais possíveis efeitos ao reconhecer gênero no fenômeno discutido?

Para tanto, agrupamos os repertórios interpretativos identificados a partir das categorias: analítica e genérica. Vale destacar que não identificamos artigos que se encaixam na categoria empírica, ou seja, publicações que apresentam exclusivamente caráter descritivo e utilizam gênero para discutir papéis sociais e estereótipos de gênero, mas sem considerar as relações de poder.

Assim, em relação as nomeações, como os/as autores/as explicam o conceito de gênero, percebemos que os artigos que se enquadram na categoria analítica promovem articulação com gênero a partir da ideia de relação de poder, ou seja, como ele organiza e estrutura as relações sociais de modo assimétrico, garantindo privilégios para algumas pessoas com base em atribuições rígidas impostas para homens e mulheres, mas que produzem efeitos para todas as pessoas (Scott, 1995).

Dessa forma, percebemos na análise dos repertórios interpretativos, nomeações diversas para se referir ao termo “gênero”, confirmando que não há um consenso sobre a definição e considerando a polissemia do conceito (Scott, 1995; Piscitelli, 2009). Assim, as palavras destacadas, na categoria analítica, denotam o sentido de gênero enquanto categoria socialmente e culturalmente construída com o objetivo de organizar as relações hierárquicas de poder. À vista disso, encontramos os seguintes termos para significar “gênero”: “categoria de gênero”, “discursos”, “construção social”, “dinâmicas de poder”, “categoria analítica”, “construção cultural” “, “expectativas de gênero”, “estereótipos de gênero”, “performance

social”, “sistema social”, “código de conduta”, “atribuições culturais”, “teoria de gênero”, “princípio organizador”, “forma de significar as relações de poder”.

Em relação ao objetivo do conceito, ou seja, a intenção de incorporar as questões de gênero nos artigos, resgatamos os verbos “analisar”, “abordar”, “gerar”, “problematizar”, “refletir”, “incorporar” e “revitalizar”. Fica visível, portanto, que esses trabalhos adotam o conceito para desafiar e questionar os discursos hegemônicos, e os efeitos das relações de opressão marcadas pelo gênero, o que corrobora a escolha da perspectiva construcionista e muitas referências aos estudos feministas.

E por fim, em relação aos efeitos do uso do conceito de gênero, percebemos que os/as autores/as demonstram a importância de assumir a perspectiva de gênero e as implicações de se utilizar o conceito para enfrentar a desigualdade social, a objetificação da mulher, a violência de gênero, garantir o cumprimento dos direitos humanos e ampliar novas possibilidades de se relacionar no mundo. Sendo assim, os verbos que encontramos demonstram esse compromisso político, e apontam para essa direção: “evitar”, “confrontar”, “pensar”, “problematizar”, “focar”, “contribuir”, “enfraquecer”, “desarranjar” e “subverter”.

Já na categoria genérica, identificamos que o termo gênero é nomeado e explicado a partir de diferentes ideias como “construção social”, “preconceitos de gênero” e “gênero das vítimas”, denotando este último um sentido de “sexo biológico”.

Interessante notar que, em relação aos objetivos da incorporação do conceito de gênero nos estudos analisados, notamos que reconhecem o sentido do gênero vinculado ao sentido de “patriarcado”, “cultura patriarcal”, “posição social da mulher” e “cultura patriarcal”, ainda muito vinculados a uma leitura de estereótipos, e, portanto, descritiva (Araújo, 2005).

Diferentemente da categoria analítica, não identificamos efeitos do uso do conceito de gênero na categoria genérica, já que não buscaram desconstruir noções naturalizadas e ampliar entendimentos. Desse modo, é possível perceber que alguns estudos ainda não avançaram nas

problematizações de gênero, o que gera discussões, muitas vezes limitadas e sem valer-se da potência do conceito para compreensão dos fenômenos na sua complexidade. Essa percepção está presente em outros estudos (Curado & Jacó-Vilela, 2021; Santos et al., 2016), evidenciando a necessidade de fomentar os estudos de gênero nas diversas áreas do conhecimento de modo interdisciplinar, inclusive na TF.

De todo modo, percebemos que os repertórios interpretativos de gênero identificados na categoria analítica são coerentes com matrizes teóricas construcionistas e perspectivas feministas, pois adotam um posicionamento crítico frente às desigualdades sociais e buscam desconstruir discursos normativos, ampliar novos sentidos e possibilidades de entendimento sobre o mundo e as relações. Principalmente, os repertórios relacionados aos objetivos e efeitos do conceito de gênero nas publicações evidenciam a ênfase na promoção de novas leituras, questionamentos e transformação social.

Já os repertórios interpretativos destacados na categoria genérica dos artigos na RNPS, estão relacionados com papéis sociais e estereótipos de gênero com ênfase nas experiências das mulheres, sem uma discussão dos efeitos das relações de gênero. Desse modo, o conceito de gênero é utilizado, muitas vezes, como sinônimo de “mulheres”. À vista disso, percebemos poucas referências à perspectiva construcionista e aos estudos de gênero nessas publicações.

### **3.4.2 Análise dos artigos da RNPS a partir das categorias: analítica e genérica**

Apresentamos no subtópico a seguir, a análise dos artigos da RNPS a partir das categorias identificadas: analítica e genérica.

#### ***3.4.2.1 Categoria Analítica***

Dentro da categoria analítica, o artigo “Grupo “Diálogos de paz”: atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as mulheres” (Mourão et al, 2021), a partir de uma abordagem teórica e metodológica “construtivista-narrativista com perspectiva de gênero”, reflete sobre a importância de grupos reflexivos para homens autores de violência (HAV) na promoção de contextos de diálogo para problematizar as questões de gênero, masculinidades e os fenômenos das violências (violência de gênero, violência interpessoal entre os homens). Para tanto, os autores enfatizam a construção social dos papéis de gênero a partir de teóricas clássicas com perspectiva feminista, como Joan Scott, Heleieth Safiotti e Simone Beauvoir para explicar as desigualdades sociais. Na sequência, abordam a importância do debate de gênero no combate à opressão, objetificação das mulheres, desconstrução da masculinidade hegemônica, dialogando com Daniel Welzer Lang, Foucault, Judith Butler e se ancorando na metodologia de grupos reflexivos de gênero de perspectiva construcionista de Adriano Beiras e Alan Bronz, como nos trechos a seguir:

*A categoria “gênero” tem sido amplamente estudada e difundida nas últimas décadas, devido a sua importância em analisar como os papéis de gênero, definições associadas às feminilidades e masculinidades, são socialmente construídos com interesses de perpetuar relações de poder hegemônicas e historicamente impostas... Nesse modelo, os homens se constituem como detentores privilegiados de poder, já as mulheres são subjugadas ao lugar de submissão e dependência, em diversos âmbitos [...] (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz & Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 94).*

*Esse aporte teórico se aproxima dos estudos de gênero ao abordar os discursos de poder culturalmente produzidos e reproduzidos, evitando, assim, uma apropriação do discurso de gênero em aplicações práticas de atuação despolitizadas e reducionistas, as quais compreendem o debate de forma binária e restrita ao ambiente doméstico. Portanto, utiliza-se como referência a perspectiva pós-estruturalista de desconstrução*

*do feminino e do masculino [...] (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz & Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 98).*

*Ao falar sobre masculinidades, é preciso afirmar que essas não existem de forma independente, mas sim relacional (Scott, 1995). Assim, percebe-se que ao longo do tempo, com as mudanças na definição de feminilidade, decorrentes de lutas feministas, são gerados questionamentos ao padrão de masculinidade socialmente imposto. A partir dessa prerrogativa, gerar reflexões sobre os papéis de gênero aprendidos permite rearranjos e reconfigurações (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz & Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 101).*

Em relação à perspectiva interseccional, os/as autores/as não a adotam como categoria analítica (Collins, Patricia H.; & Bilge, Sirma, 2021), mas assinalam os efeitos dos marcadores sociais das diferenças como raça/etnia, classe, sexualidade nas múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres (plural), assim como nas expressões das masculinidades e relações entre os homens, como destacado abaixo:

*Consequentemente, a manifestação da violência, principalmente contra as mulheres, não ocorre de forma homogênea, pois assim como as masculinidades se apresentam de formas díspares — devido aos **atravessamentos de classe social, grau de instrução, raça, etnia, sexualidade** — as mesmas variantes também operam na produção das desigualdades e opressões perpetradas sobre diferentes mulheres e com diferentes intensidades (Mourão, Thais Helena Ramos Queroz & Batista, Kevin Samuel Alves, 2021, p. 95).*

As autoras Domitila Gonzaga e Carla Guanaes-Lorenzi (2019), no artigo intitulado “Práticas colaborativas de intervenção grupal com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade”, apresentam um relato de experiência a partir de uma prática de intervenção grupal apoiadas nos pressupostos das práticas dialógicas-colaborativas (Harlene Anderson, Carla

Guanaes-Lorenzi, Sheila McNamee) e do construcionismo social (Kenneth Gergen, Ottar Ness, Murilo Moscheta). Elas reconhecem que falar sobre sexualidade e gênero no âmbito da educação ainda é um tabu no cenário brasileiro, e mostram possibilidades de práticas para abordar essas questões de forma colaborativa, responsiva e ética com as pessoas. Adotando uma perspectiva construcionista e os debates de gênero, buscam sustentar a problematização e renegociação de discursos universais sobre o mundo, sobre as pessoas e relações, considerando as experiências de cada um e as interações sociais como abertura para produção de novos conhecimentos.

Nesse estudo, o conceito de gênero, enquanto uma relação de poder, é articulado para discutir questões da sexualidade em vários momentos: desconstrução dos discursos dominantes sobre papéis sociais de homens e mulheres que produzem efeitos em todas as pessoas; reflexão sobre a construção da identidade de gênero, a heterossexualidade compulsória e vivências da sexualidade na adolescência, como nos trechos destacados abaixo:

*Por fim, acreditamos que um ponto que merece destaque são os discursos a respeito de gênero, sobre viabilidades e impedimentos que as pessoas têm ao serem inseridas em alguma delas. Durante nossos encontros, buscamos problematizar compreensões comuns que se tem a respeito dos papéis de homens e mulheres e, também, possibilidades de as pessoas se encaixarem em outras categorias resistentes à norma heterossexual (Gonzaga, Domitila K. & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).*

*[...] as meninas do Geração Jovem demonstravam maior abertura do que os meninos, com discursos mais flexíveis em relação às possibilidades de gênero, desde a viabilidade de não haver papéis pré-definidos de homens e mulheres, até a possibilidade de pessoas transitarem por outras categorias de gênero que não estas duas. A maior parte dos meninos do grupo ainda se identificava com os discursos hegemônicos acerca do que são os papéis sociais de homens e de mulheres e, em suas falas, demonstraram*

*mais dificuldades de aceitar outros formatos de sexualidade que não heterossexuais* (Gonzaga, Domitila K. & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).

*Esta maneira de entender gênero é alocada historicamente e interculturalmente, apresentando as diferenças de gênero por lentes de processos sociais e diferenças de hierarquias de poder entre as pessoas* (Gonzaga, Domitila K. & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).

*Circunscrevemos gênero como parte de um processo de construção social, na qual estamos todas/os envolvidas/os, muitas vezes de maneira não percebida, uma vez que somos “genderizados” por sólidas estruturas de poder [...] (Gonzaga, Domitila K. & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 93).*

*[...] Estes momentos foram importantes e desafiadores para lidar com dinâmicas de poder entre as profissões (médicos e agentes comunitárias de saúde, por exemplo) e também de gênero (p.e. médico homem e enfermeira gestora mulher)* (Gonzaga, Domitila K. & Guanaes-Lorenzi, Carla, 2019, p. 88).

Os autores Adriano Beiras, Alan Bronz e Pedro Schneider (2021), no artigo “Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades”, apresentaram uma discussão teórica e prática a partir do relato de experiência dos grupos reflexivos de gênero realizados na modalidade online devido a pandemia do Covid-19. Resgatam no estudo as propostas teóricas e epistemológicas que fundamentam a metodologia dos grupos, o construcionismo social (Gergen, K. & Gergen, M., 2010; Raserá, E. & Japur, M. 2018; Andersen, T., 2002), teoria sistêmica (Bertalanffy, V. L., 2013; Bateson, G., 1991); estudos sobre masculinidades (Azevedo M.; Medrado, B. & Lyra, J., 2018; Beiras, A. & Bronz, A. (2016) e perspectiva feminista (Nogueira, 2017), como aportes para discutir a desconstrução da masculinidade dominante, refletir novas formas de se relacionar e de se

posicionar no mundo a partir de uma perspectiva de gênero relacional, como expresso no recorte a seguir:

*É mister destacar a importância de que ambos os tipos de iniciativas trabalhem o gênero como uma categoria analítica, incorporem os estudos teóricos sobre masculinidades, movimento de homens e suas relações com as teorias feministas... é fundamental que iniciativas estejam alinhadas à ideia de equidade de gênero, ao desenvolvimento de empatia com as vivências das mulheres e ao fortalecimento dos direitos humanos, no lugar de focar exclusivamente na experiência de homens entre homens. (Beiras, A.; Bronz, A. & Schneider, 2021, p. 62).*

Sobre a perspectiva interseccional, os autores adotam o termo “interseccionalidade”, fazendo referência à teórica Conceição Nogueira, mas com um sentido de pluralidade do grupo, e não como reconhecimento das múltiplas relações de opressão, como podemos verificar nos trechos destacados:

*O público-alvo do MEMOH é constituído por “homens comuns”, porém considerando interseccionalidades (Nogueira, 2017), ou seja, homens brancos, negros, gay, homens trans. O que queremos destacar quando falamos de “comuns” tem mais o sentido de não especialistas, não acadêmicos e, também, não autores de violência, no caráter jurídico – uma distinção importante para os participantes dos grupos reflexivos de gênero encaminhados pela Lei Maria da Penha (Beiras, A.; Bronz, A. & Schneider, 2021, p. 68).*

*[...] Os “homens incomodados”, como também são chamados os participantes dos grupos reflexivos do MEMOH, são homens que se reconhecem machistas em algum nível (sejam eles brancos, negros, gays, homens trans, entre outras interseccionalidades) e/ou que reproduzem comportamentos que não querem mais, mas*

*não sabem muito bem o que fazer para mudar, com quem falar etc* (Beiras, A.; Bronz, A. & Schneider, 2021, p. 69).

Em outro momento, articulam os efeitos dos marcadores sociais (raça, classe, gênero, entre outros) nas relações estabelecidas nos próprios grupos, e mencionam algumas estratégias, como “líder da rodada”, grupos e facilitadores mistos, para construções de relações mais horizontais entre os participantes, expressos da seguinte forma:

*A intenção é construir uma relação de parceria que garanta cumplicidade e crie um ambiente seguro para troca. Algo que é repetido em todo início de encontro (a primeira parte do disparador de conversa), principalmente entre o Caseiro e os demais, para reduzir o risco de reforçarmos os já cristalizados desequilíbrios de poder entre as diferentes configurações de gênero, classe, raça etc. presentes em nossa sociedade* (Beiras, A.; Bronz, A. & Schneider, 2021, p. 70).

No artigo “Psicologização do machismo e romantização da violência de gênero no filme *Wifi Ralph*”, de autoria de Gabriela Martins Silva e Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (2020), as autoras se dedicam a identificar os sentidos de gênero presentes no filme. Dessa forma, assumem uma perspectiva de gênero para problematizar os papéis sociais, analisando as atitudes dos/as personagens que em alguns momentos desafiam os padrões sociais e ampliam novas possibilidades – personagens mulheres associadas à coragem, poder, liderança e solidariedade entre elas –, e outras cenas que reproduzem discursos de poder – violência de gênero. A partir de alguns recortes do filme, articulam críticas para a importância de desnaturalização da violência de gênero, que denominam de “psicologização do machismo e romantização da violência de gênero”, muitas vezes associada a um comportamento individual do homem camuflado por sentimentos como ciúmes, amor, cuidado, carência, insegurança, mas que está relacionado, segundo as autoras, com desigualdade de poder que afeta homens e mulheres, como vemos nos trechos a seguir:

[...] a construção cultural do que é ser homem traz as marcas do machismo e da masculinidade normativa ou hegemônica, que valoriza a competitividade, a dominação e a força, influenciando, por sua vez, a adoção de práticas de risco por meninos e homens (Silva. & Gonzaga, 2020, p. 78).

Ao mesmo tempo em que o filme nos convida à desconstrução dos sentidos e performances hegemônicos de gênero, especialmente dos femininos, nos convida, também, à compreensão de comportamentos típicos machistas e de relações abusivas entre homens e mulheres como atribuições subjetivas e individuais, decorrentes do excesso de amor (Silva & Gonzaga, 2020, p. 86).

Assim, as autoras, a partir de uma perspectiva construcionista (Gergen, K., 2015; Shotter, 2000; McNamee, S., 2014) e feminista (Butler, J., 2013; Scott, J., 1986), adotam o conceito de gênero para desconstruir discursos hegemônicos que mantêm relações de opressão e desigualdade, como o sexismo. E por outro lado, evidenciam a importância do processo de nomeação dos fenômenos sociais, pelo seu caráter político ao qual a palavra nos convida a refletir, conforme destacado abaixo:

[...] conceituamos gênero como um processo socialmente construído, portanto, não biologicamente definido. As expressões culturalmente consideradas como “tipicamente” masculinas (tal como a força e a competitividade) ou femininas (maior sensibilidade e proposição ao diálogo) são produzidas, reproduzidas e sustentadas em um ciclo de interações entre as pessoas, e por expectativas sociais e padrões que se estabelecem por essas interações. As interações, por sua vez, respondem aos aspectos estruturais de gênero, que influenciam na manutenção dos comportamentos genderizados (Silva & Gonzaga, 2020, p. 78-79).

A partir dos pressupostos da pesquisa construcionista social, entendemos que o mundo se faz a partir de como o nomeamos e como agimos com estas nomeações. Portanto,

*para nós, é importante que palavras específicas sejam eleitas, justamente pelo caráter político que se tem, a partir das possibilidades de ações que essas palavras evocam* (Silva & Gonzaga, 2020, p. 86).

Por fim, Gabriela Martins Silva e Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (2020) chamam atenção para o papel da mídia em muitas vezes reproduzir preconceito e discriminação em relação ao gênero, classe, idade, raça/etnia, entre outros, através de conteúdos relacionados com racismo, sexismo, capacitismo, etarismo. Nesse caminho, a perspectiva interseccional não se mostra como foco na análise da mídia, sendo inclusive apontada como limitação do texto, como expresso a seguir:

*Mas é em relação a Ralph que o preconceito de classe se torna explícito... Essas observações sinalizam para importantes limitações do presente texto e para aspectos que precisam ser cada vez mais denunciados nos conteúdos midiáticos. Tal como vemos acontecer com a desnaturalização dos sentidos hegemônicos de gênero, crescentemente presente nos filmes e livros infantis, é preciso, também, que nos atentemos na produção de conteúdos, tanto midiáticos quanto acadêmicos, que sejam antirracistas e anticlassistas (Silva & Gonzaga, 2020, p. 87).*

Seguindo a análise, outro artigo discute a importância da construção de conversas sobre o luto em contexto grupal a partir da metodologia da proposta reflexiva de gênero de Adriano Beiras e Alan Bronz e uma perspectiva construcionista (Anderson, H. & Goolishian, H., 1997). Intitulado “Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto”, de Ivânia Jann Luna (2020), aborda formas de intervenções em contexto grupal que ofereçam espaços de escuta, compartilhamento das experiências do luto da pessoa enlutada para reconstrução de sentidos e promoção de mais autonomia e protagonismo. Interessante notar que a autora dialoga com Judith Butler para desconstrução dos estereótipos dos modos normativos de luto – modo de enlutar-se masculino relacionado com pensamentos

e ações e um modo feminino experienciado através das emoções, como enfatizado no trecho abaixo:

*No que diz respeito aos estudos de gênero, a visão pós-estruturalista de Judith Butler é um importante fundamento teórico do GRAL na medida em que se problematizam os estereótipos e maneiras unívocas de compreender as vivências e necessidade de luto nos corpos, nos comportamentos, dramatizações e performances a partir de normas binárias de gênero. Assim sendo, as normas de gênero definem modos de entender como natural e correto um modo feminino e/ou masculino de enlutar-se (Luna, Ivânia Jann, 2020, p. 50).*

Nesse sentido, Ivânia Luna (2020) propõe por uma metodologia de grupos que reflita sobre formas múltiplas, singulares e legítimas de experienciar o luto, perpassando crenças, valores e culturas, e reconhecendo que os marcadores sociais da diferença (gênero, classe, etnia/raça, orientação sexual, entre outros) influenciam o luto, como bem expresso no texto da autora:

*[...] também são pertinentes as discussões sobre interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença como raça, etnia ou orientação sexual, entre outros, e que afetam as vivências individuais e coletivas de luto. Especialmente no que tange ao racismo institucional e à violência estrutural em torno das pessoas negras, Teixeira (2020) assinala que a vulnerabilidade dos pais enlutados em situação violenta é anterior, durante e posterior à morte dos filhos. Sendo assim, a autora destaca as experiências de exclusão e subordinação tanto das relações parentais quanto do luto decorrente da perda de filhos no que diz respeito ao reconhecimento social da importância do vínculo e o sofrimento vivido pelo seu rompimento por pais e mães. Em muitos casos, estes são acusados de não terem protegido os filhos de uma situação de risco, por exemplo, tráfico de drogas, comportamento violento etc. (Luna, Ivânia Jann, 2020, p. 50).*

O sexto artigo incluído na categoria analítica, com o título “Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos” (Coelho, Ingrid M.; Souza, Daniel C. de & Silva, Iolete R. da, 2020), dialogou com uma abordagem sistêmica e apresentou uma pesquisa qualitativa com 10 casais (heterossexuais e homossexuais). O conceito de gênero é desenvolvido pelas autoras a partir da ideia de estereótipos e expectativas direcionadas aos homens e mulheres, e o quanto afeta as escolhas de cada um pela não maternidade e paternidade. Discutiram ainda os desafios de subverter a heteronormatividade para todas as pessoas que fazem outras escolhas.

Desse modo, reconhecem as contribuições do movimento feminista (Simone de Beauvoir e Judith Butler), e debatem as transformações na sociedade, as configurações familiares, a experiência da sexualidade, as ideologias como o mito da maternidade e da reprodução atrelada ao casamento heteronormativo que ainda persistem como norma e impactam de modos diferentes, homens e mulheres. Os achados da pesquisa apontaram preconceito e discriminação em relação aos casais homossexuais, mas não foi explorada a perspectiva interseccional. As autoras perceberam que as desigualdades de gênero geram senso de culpabilização nas mulheres pela escolha da não maternidade, maior cobrança social, e escolha profissional em detrimento da maternidade, já que sentem mais responsáveis pela criação e educação dos filhos. E em relação aos homens, a estabilidade financeira mostrou-se um fator relevante para a decisão da paternidade, associada a ideia do papel de provedor (masculinidade hegemônica), como nas passagens do texto a seguir:

*A falta de desejo pela maternidade/paternidade é apontada por sete participantes como motivo para não terem filhos, apesar de os mesmos argumentarem outros fatores para a decisão. Foi observado que as respostas dadas por mulheres demonstravam culpabilidade pela ausência do desejo de serem mães (Coelho et al, 2020, p. 62).*

*A culpa descrita pode estar associada ao fato de a decisão desviar daquilo que é tido como “normal” dentro da sociedade por conta do mito do amor materno...aliado à noção de norma de procriação da conjugalidade... Além disso, pode se relacionar com as expectativas de gênero feminino, que teria como norma a maternidade compulsória para mulheres (Coelho et al, 2020, p. 62).*

*O fato de a carreira profissional estar presente como argumento para a não maternidade na maioria das mulheres entrevistadas e não ser citado pelos homens pode estar relacionado aos estereótipos de gênero, onde a mãe tem quase por completo a responsabilidade pela criação dos filhos e é cobrada socialmente para executar esse papel como prioridade na sua vida, enquanto que os homens não sofrem essas cobranças tanto quanto as mulheres. Logo, devido às desigualdades de gênero, o impacto na carreira profissional dos pais é menos significativo do que o impacto na carreira das mães (Coelho et al, 2020, p. 63).*

*Os quatro participantes que relataram não serem cobrados para ter filhos eram homossexuais. Os mesmos afirmam: ... nunca fomos cobrados, acho que a sociedade prefere assim, já que somos um casal homoafetivo por isso estamos “inaptos” para sermos pais. (homem, 55 anos, bibliotecário) ... acho que não é esperado que um casal homossexual tenha filhos, por isso ninguém nunca perguntou. (mulher, 26 anos, acadêmica de letras) [...] O modelo de família considerado padrão é o heterossexual. Paternidade/ maternidade de casais homossexuais fogem desse padrão (Coelho et al, 2020, p. 66).*

*Portanto, faz-se necessário confrontar os/as jovens sobre padrões violentos naturalizados em nossa cultura, problematizando a própria produção das masculinidades e feminilidades e a forma como se organizam socialmente como instrumentos de violência. A complexidade dessas problematizações faz com que a*

*intervenção com esse grupo vá além de palestras e campanhas, organizando-se a partir dos grupos reflexivos de gênero* (Coelho et al, 2020, p. 68).

O sétimo artigo, “Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal” (Maffioletti Cavaler, Camila, & Maffioletti Macarini, Samira (2020), propôs, fundamentado na perspectiva construcionista (Kenneth Gergen) e feminista (Conceição Nogueira, Donna Haraway, Judith Butler, e Maria Lugones), compreender a complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres para construção de mecanismos mais eficazes.

Portanto, o conceito de gênero é adotado para problematizar os estereótipos de gênero, partindo do entendimento de que a violência de gênero representa uma estratégia para manutenção das relações hierárquicas de poder dos homens sobre as mulheres, e buscando problematizar os efeitos disso nos modos das interações sociais. Com esse objetivo, as autoras refletem sobre como fazer das delegacias especializadas nos atendimentos às mulheres, um lugar também para a ressignificação das relações de gênero e superar a dicotomia agressor versus vítima, sinalizando a importância da capacitação dos agentes públicos para não (re)vitimizar a mulher em situação de violência e promover espaços para sensibilização e desconstrução dos discursos normativos, possibilidades para novos sentidos e significados sobre a violência e formas de relacionamentos mais equitativas, como nos trechos retirados do texto abaixo:

*Para iniciar esta seção, é preciso situar nosso ponto de partida epistemológico para pensar o termo gênero, sendo aqui entendido a partir dos estudos de Butler (2015), que afirma que este é a estilização repetida dos corpos, uma performance social continuamente repetida, pautada nas normas sociais que, por meio dos discursos, definem de forma binária a constituição das identidades. O gênero é, portanto, uma construção social, ou seja, um sistema social que organiza interações, atribui sentidos*

*e governa o acesso ao poder e aos recursos. Logo, não é um atributo individual, pois não existe nas pessoas, mas sim na relação social (Nogueira, 2001b). As performances de gênero são reguladas de maneira local, regional e global e, portanto, não são fixas ou universais, mas dependem da cultura em que o sujeito está inserido (Maffioletti & Maffioletti, 2020, p. 63).*

*No caso das violências conjugais, o que observamos é um sistema histórico que deu aos homens poderes sobre as mulheres e fez da agressão um importante eixo para a manutenção dessas relações... Os discursos que ditaram verdades sobre o “ser mulher” foram construídos em diferentes contextos (Nogueira, 2001b), como as leis, as instituições religiosas, familiares e educacionais, além das mídias e demais espaços de circulação que instituíram como legítima a dominação dos homens sobre as mulheres (Maffioletti & Maffioletti, 2020, p. 63).*

*[...] Ressaltamos, portanto, que a violência conjugal é um produto do funcionamento social que organiza as relações a partir de hierarquias de gênero; logo, a mudança nos padrões violentos não pode ser pensada na esfera individual, mas focar sua atenção na estrutura de poder que a mantém (Maffioletti & Maffioletti, 2020, p. 64).*

O oitavo artigo incluído nesta categoria, com o título “Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista” (Figueiredo, Mariana Grasel & Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, 2018), apresentam uma discussão teórica sobre a vivência de mulheres no casamento e na carreira profissional a partir da perspectiva sistêmica feminista (Marianne Walters; Thelma Jean Goodrich, Cheryl Rampage, Barbara Ellman & Kris Hasltea; Betty Carter & Monica McGoldrick), com uma reflexão sobre uma prática clínica atenta as desigualdades de gênero.

As autoras resgatam os debates levantados pelo movimento feminista e, a partir de algumas teóricas (Gláucia Diniz, Joan Scott, Martha Giudice Narvaz & Sílvia Helena

Koller, Valeska Zanello), discutem a divisão sexual do trabalho, relações hierárquicas de poder (privilégios dos homens), os efeitos dos estereótipos de gênero expressos nos desafios vivenciados pelas mulheres na esfera do trabalho e nas divisões das tarefas domésticas.

Dessa forma, gênero é central no artigo para discutir os efeitos em diversos contextos, inclusive a prática clínica dos/as terapeutas familiares, e é apontado pelas próprias autoras enquanto “teorias de gênero”, conforme os trechos que se seguem:

*Decorre daí a importância de problematizar a dimensão de gênero, uma vez que as construções sociais acerca das atividades que cabem a um e outro sexo foram produzidas socialmente e demarcam lugares de experiência distintos para homens e mulheres, tanto da esfera pública quanto na vida privada, ou seja, no casamento, na família, no mundo do trabalho...Articulamos nessa reflexão conceitos das teorias de gênero e pressupostos da terapia sistêmica feminista (Figueiredo & Diniz, 2018, p. 101).*

*Gênero, por sua vez, pode ser definido como o código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres...Segundo Scott (1995), gênero fundamenta-se nas atribuições culturais feitas ao sexo masculino e feminino que estabelecem padrões e expectativas para mulheres e homens em cada cultura. É, conforme a autora, um elemento constitutivo de relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é a principal forma de significar as relações de poder. As mudanças ocorridas nas relações sociais correspondem às transformações nessas representações de poder. A teoria de gênero aponta a importância do estabelecimento de condições igualitárias entre homens e mulheres nos diferentes contextos e destaca que ambos são sujeitos ativos na sociedade, independente dos estereótipos atribuídos aos sexos (Figueiredo & Diniz, 2018, p. 102).*

*No casamento, o gênero é o princípio organizador mais importante (Diniz, 2003). O 'ser esposa e ser esposo' exige de homens e mulheres o cumprimento de atribuições de gênero definidas previamente pela sociedade e gera expectativas que recaem sob a forma como os cônjuges estabelecem sua dinâmica relacional (Figueiredo & Diniz, 2018, p. 110).*

*As críticas feministas à terapia familiar buscaram contribuir para um novo posicionamento generificado dos/as terapeutas de casais e famílias (Figueiredo & Diniz, 2018, p. 114).*

O último artigo incluído nessa categoria, “O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais”, os autores Telma Lenzi e Bruno Lenzi (2018), fundamentados na perspectiva construcionista (Sheila McNamee, Kenneth Gergen, John Shotter, Harlene Anderson, Tom Andersen e Emerson Raser), problematizam através de uma discussão teórica e prática os discursos hegemônicos sobre sexualidade (monogamia, heterossexualidade compulsória), mostrando que são frutos de construções sócio-históricas e relações de poder como forma de controle e regulação social, e assim, produzem sofrimento, culpabilização e insatisfação sexual quando as pessoas não correspondem ao modelo normativo.

Os autores propõem o conceito “sexo dialógico”, como um recurso terapêutico potente conversacional para que as pessoas possam refletir, ressignificar, ampliar conhecimentos e possibilidades de práticas sexuais a partir das próprias experiências. O conceito de gênero surge para discutir as “perspectivas de gênero” e sexualidade normativa. Nessa proposta, os autores buscam articular o construcionismo social, estudos de gênero e sexualidade (Conceição Nogueira, Guacira Louro, Judith Butler, Lenise Borges e Foucault), conforme o trecho elencado abaixo:

*Hoje temos novos movimentos sociais conquistando espaço na construção de saberes sobre sexualidade, como feministas e minorias sexuais revitalizando o diálogo com novas concepções, discursos e ética...A teoria *Queer*, como uma voz participante deste movimento, pretende desarranjar e subverter noções e expectativas para o gênero e a sexualidade... Não nos interessamos mais por diferenças sexuais orgânicas, nos engajamos no processo de como são nomeados estes corpos e sujeitos (Lenzi & Lenzi, 2018, p. 74).*

### **3.4.2.2 Categoria genérica**

Nesta categoria que nomeamos como genérica, reunimos os artigos que de alguma forma tangenciaram em seus estudos as duas categorias (analítica e empírica), de modo vago e/ou difuso, o que que dificultou a classificação em uma das categorias – analítica ou empírica. A nossa classificação mostra a polissemia da palavra gênero e os diferentes sentidos incorporadas nos trabalhos. Do total dos 12 artigos analisados da RNPS, identificamos 3 publicações nessa categoria.

O artigo das autoras Silvia Renata Lordello, Lara Souza e Letícia de Amorim Mota Coelho (2019), intitulado “Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme *Ferrugem*”, realizou, a partir de uma perspectiva sistêmica e construcionista, uma discussão teórica que buscou entender os efeitos do sexismo nas relações entre os jovens e os fenômenos recentes de sexting e cyberbullying, e traçar alguns caminhos para o seu enfrentamento.

Para tanto, as autoras exploram os efeitos do sexismo como forma de opressão, ao apresentarem estatísticas de maior prevalência de vítimas mulheres nestes crimes; abordam os seus impactos na saúde mental principalmente, das adolescentes (depressão, ansiedade, ideação suicida); apontam comportamentos sexistas como re-vitimização ao culpabilizar as mulheres

pelos abusos sofridos; discutem a reprodução de estereótipos que buscam desqualificar moralmente e humilhar as mulheres para sustentar relações de desigualdade de gênero.

As referências de autores/as do Construcionismo social, como Emerson Rasesa, Marisa Japur, Sheila Mcnamee, Marilene Grandesso, Harlene Anderson e Kenneth Gergen, são destacados para um cenário de psicoterapia que favoreça a construção de diálogos e novos significados “com” os/as adolescentes.

Todavia, o conceito de gênero não é explorado no texto. Ele aparece em um momento denotando a importância de “reflexão de gênero”, mas não fica evidente um posicionamento das autoras em relação a ele. Entendemos que as autoras se valem do termo sexismo para problematizar a masculinidade hegemônica, a objetificação da mulher, os fenômenos da violência de gênero e as temáticas contemporâneas como sexting e cyberbullying. Em outro momento, o termo gênero é utilizado como sinônimo de “sexo” para apresentar as estatísticas da vitimização desses crimes. Para tanto, destacamos os trechos a seguir:

*A literatura destaca que nestes discursos de culpabilização das mulheres vítimas de violências é recorrente o desvio de responsabilidade do verdadeiro agressor, contribuindo para a manutenção de silenciamentos, de submissões diante dos abusos sofridos e para a naturalização de papéis estereotipados de gênero (Hasinoff, 2017; Narvaz & Koller, 2006) (Lordello, Souza & Coelho, 2019, p. 73).*

*Enfraquecer esse movimento de objetificação do corpo feminino com uma reflexão de gênero abrangente discutida nas escolas, poderia ser um trabalho interventivo e de promoção de saúde desejável. Essa intervenção pouparia muito sofrimento às vítimas e evitaria relacionamentos abusivos tardiamente identificados pelos envolvidos (Lordello, Souza & Coelho, 2019, p. 76).*

*Outro aspecto a ser ressaltado nos dados apresentados pela SaferNet (2019) é o gênero das vítimas de exposição de imagens íntimas. Em 65,8% dos casos atendidos pela ONG em 2018, a vítima era mulher. (Lordello, Souza & Coelho, 2019, p. 69).*

O artigo intitulado “As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente” (Passarela, Cassia de Freitas, Stroher, Lucy Mary Cavalcanti & Costa, Liana Fortunato, 2019) traz um recorte de uma pesquisa documental para discutir o cenário comum marcado por experiências de sofrimento e de violências (física, sexual, psicológica, abandono, negligência) vivenciadas ao longo da vida pelas mulheres que cometeram ofensa sexual. Abordam a desqualificação da violência cometida pelas mulheres, devido ao lugar do cuidado atribuído a elas, que afeta na não responsabilização perante a justiça e muitas vezes na psicopatologização das mulheres como pessoas com transtornos mentais.

O artigo não articula com as teóricas feministas e com a perspectiva construcionista. Assim como a perspectiva interseccional não se apresenta no artigo para discutir o fenômeno da violência. O conceito de gênero surge de modo diverso, acompanhando as discussões sobre os estereótipos de gênero sem problematizar as relações de poder e seu caráter relacional, como na explicação dos crimes cometidos pelas mulheres com parceiros, ressaltando os estereótipos de submissão e dependência dessas mulheres, como nos trechos a seguir:

*Porém, a mulher vitimizadora sexual sofreu maior número de violências do que as mulheres ofensoras não sexuais. Esses achados têm relação intensa com preconceitos de gênero, apontando uma posição social da mulher como submissa, dominada e violentada (Passarela et al, 2019, p. 49).*

*A compreensão das características socioambientais (condições de infraestrutura, saneamento, proximidade de criminalidade) e da presença da violência na comunidade vem recebendo atenção no sentido de que essas características são também fatores de risco e aumento da vitimização... Além disso, há concordância de que a violência atinge*

*mais agressivamente a mulher (ou a menina ou a adolescente), e deve ser estudada em separado em seus efeitos, em relação à violência que atinge o homem (Passarela et al, 2019, p. 53).*

*Por isso, o fato de cometerem violência sexual com um parceiro habitual (relação conjugal ou estável) indica uma possível dependência e submissão dessa mulher, trazendo para o centro da discussão uma dimensão de gênero presente. (Passarela et al, 2019, p. 54).*

*A presença do preconceito de que mulheres são sempre cuidadoras existe em relação à sociedade e em relação às próprias ofensoras, já que elas não reconhecem o abuso como violência e justificam que não podem ser vistas como agressoras, pois são as mães...Os preconceitos de gênero influenciando negativamente a identificação da violência cometida por mulheres podem se mostrar impactante no contexto jurídico e clínico (Passarela et al, 2019, p. 54-55).*

*A abordagem a essa mulher é complexa e específica, não podendo se negligenciar a influência do gênero em sua constituição psíquica emocional e social, bem como na resposta social apresentada a este problema (Passarela et al, 2019, p. 57).*

*Concluiu-se que o gênero modera esses três fatores na vitimização pela violência ...No que diz respeito à violência sexual, a menina permanece mais tempo em família, e isto aumenta as possibilidades de vitimização e revitimização. O que ainda ocorre em desvantagem com relação ao sexo feminino é o fato de que as mulheres acabam por se associar com homens violentos, como foi descrito por todas as cinco participantes (Passarela et al, 2019, p. 53-54).*

As autoras Silvia Lordello e Liana Costa, no artigo “Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social” (2017), apresentam, a partir de um relato de experiência, uma proposta de intervenção grupal com

mulheres que tiveram gestação decorrente de violência sexual fundamentadas no construcionismo social e nas práticas pós-modernas (Tom Andersen, Harlene, Kenneth Gergen, Harol Goolishian, Sheila McNamee, Emerson Raserá, Marisa Japur, Carla Guanaes-Lorenzi, Marilene Grandesso, Michael White e David Epston). O objetivo das autoras é possibilitar, além de um espaço para acolher o sofrimento psíquico das mulheres, desconstruir discursos normativos e produzir novos significados e entendimentos sobre a violência, gestação e a maternidade.

As autoras mencionam a relação das desigualdades de poder com a violência sexual, mas não tomam o gênero como categoria central para compreender o fenômeno da violência sexual e o mito materno, por exemplo. Apontam a relação dos estereótipos com o patriarcado, conforme os trechos a seguir:

*A violência sexual está associada à ideia de desigualdade de poder. Os danos psicológicos causados, intra ou extrafamiliares, podem se apresentar mais evidentes ou menos perceptíveis, mas é consenso que estão sempre presentes (Lordello & Costa, 2017, p. 53).*

*De acordo com Azevedo e Arrais (2006), é preciso desculpabilizar as mães quando não correspondem ao mito do amor materno, que é decorrente de uma construção cultural e da idealização da maternidade (Lordello & Costa, 2017, p. 62).*

*.O patriarcado que ainda vigora mantém as mulheres ocupando o lugar de presas numa sociedade que treina o homem para ser predatório, sobretudo no plano da sexualidade e a mulher para ser objeto sexual (Lordello & Costa, 2017, p. 59).*

Ademais, percebemos que gênero não aparece nos temas de discussão dos encontros com as mulheres vítimas de violência sexual, como vemos no trecho a seguir:

*Os encontros abordaram conteúdos diversos, como revelações pessoais de sua história de violência e gravidez indesejada, desenvolvimento do feto, desvinculação do bebê da*

*imagem do agressor, relações afetivas com o bebê, comunicação intrauterina, inseguranças e medos do período gravídico, relacionamento com mãe, parceiro e familiares, propostas de criação de filhos, aspectos transgeracionais, emoções no parto e puerpério, entre outros temas apontados pelas grávidas como necessários para uma vivência saudável de sua gravidez (Lordello & Costa, p. 57).*

As autoras apresentam um diálogo com Michael White (2002), ao relacionar a dimensão política da desigualdade social com os seus efeitos nas vidas das pessoas, como a (re)vitimização e culpabilização pela própria violência vivenciada. Nessa direção, discorrem sobre a naturalização da violência a partir das construções socioculturais do feminino e masculino, como mostra o recorte abaixo:

*De acordo com Zanello (2014), a legitimação social da violência passa pelas construções sociais de feminino e masculino que foram internalizadas a partir dos modelos impostos pela cultura patriarcal. As mulheres internalizam que a violência sexual pode ser decorrente de uma falha sua por despertarem os homens em seus desejos, erroneamente vistos pela cultura patriarcal, como incontroláveis (Lordello & Costa, 2017, p. 58).*

A partir dessa análise, observamos que 9 (nove) artigos identificados na categoria analítica, apresentam discussões sobre o conceito de gênero relacionado com a noção de relação de poder, considerando que alguns trabalhos mostram maior aproximação de autores/as construcionistas (Kenneth Gergen, John Shotter), pós-estruturalistas (Foucault, Judith Butler) e dos estudos de gênero (Joan Scott, Daniel Welzer-Lang). Vale destacar que, alguns artigos exploram as questões de gênero, reconhecem seus efeitos e outros, apontam apenas a importância da sua desconstrução para relações mais igualitárias sem avançar na análise da complexidade do seu impacto.

Como vimos, os artigos alocados na categoria analítica, o conceito de gênero é utilizado para desafiar padrões e problematizar temas como violência, luto, sexualidade, maternidade e paternidade, entre outros.

Na categoria genérica, identificamos 3 (três) artigos que de alguma forma tangenciam em seus estudos as duas categorias (analítica e empírica), de modo vago e/ou difuso. Percebemos que o conceito de gênero não é central nas discussões. Em um dos trabalhos que aborda a gravidez decorrente de violência sexual (Lordello & Costa, 2017), temáticas como a violência de gênero e o “mito materno” são discutidos com foco nos papéis sociais e estereótipos de gênero, sem explorar as relações de poder.

### **3.5 Explorando sentidos de gênero na Revista *Pensando Famílias***

A revista PF é vinculada ao instituto de formação de terapeutas de família e casal DOMUS – Centro de Terapia, Individual, Casal e Família, que está localizado na cidade de Porto Alegre – RS. Segundo Suely Teitelbaum (2010), o DOMUS foi fundado em 1990 por um médico, uma assistente social e quatro psicólogas: Dirceu de Conto, Claudia Giongo, Heloísa Fernandes, Helena Centeno Hintz, Nira Lopes Acquaviva e Marli Kath Sattler. O instituto participou ativamente da fundação da ABRATEF e da AGATEF, das quais é membro associado até hoje.

Desde então, busca ser uma referência na formação em TF, e vale destacar que foi reconhecido como curso de especialização pelo CFP em 2003 e em 2011 pelo MEC (Ministério da Educação). Além disso, disponibiliza atendimentos clínicos individuais para casais e famílias. Há diversos cursos, workshops, grupos de estudo oferecidos pelo DOMUS que articulam a TF com temáticas como sexualidade, drogadição, violência familiar, trabalho social e comunidades e mediação de conflitos.

Buscando ampliar suas trocas e conhecimento, o instituto estabeleceu um acordo com a *Rede Europea y Latinoamericana de Escuelas Sistêmicas – RELATES*, possibilitando aos/as alunos/as associados/as a realização de intercâmbio em outras escolas latino-americanas e europeias durante a formação.

A revista PF teve sua primeira publicação em 1999, e possui como objetivo difundir conhecimento local, nacional e internacional sobre as temáticas das famílias (Teitelbaum, 2010). A revista PF possui qualis A4, e conta com edições bianuais, apresentando indexação em diversos bancos de dados como Index Psi Periódicos (BVS – Psi), CLASE (UNAM - Universidade Autónoma de Mexico), LILACS (Literatura Latinoamericana em Ciências da Saúde -Bireme/OPAS), e desde 2013, no PePSIC, onde realizamos nossa busca.

Dessa forma, o percurso sólido do instituto Domus sinaliza compromisso em produzir conhecimento teórico e prático na área da TF, e sendo assim, nos assegura na escolha de compor nosso corpus de análise a partir de publicações da revista PF.

O mesmo procedimento de busca utilizado para as publicações da RNPS no PePSIC foi utilizado para a revista PF. Realizamos o levantamento das publicações da PF a partir da definição dos termos “gênero” no referido banco de dados, sem estabelecer qualquer critério de refinamento. Nessa primeira etapa, encontramos um total de 17 (dezessete) publicações entre os anos de 2013 a 2022.

### **Quadro 15**

*Artigos da PF localizados na base de dados da PePSIC*

	<b>Artigos</b>
1	Medtler, Jéssica, & Cúnico, Sabrina Daiana. (2022). Violência contra a mulher: onde começa e quando termina?. <i>Pensando famílias</i> , 26(1), 198-213. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2022060000015&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2022060000015&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
2	Zanchetta, Nayara Pantaleão, & Hintz, Helena Centeno. (2022). Educação permanente na atenção básica: contribuições da Teoria Sistêmica frente à violência conjugal. <i>Pensando famílias</i> , 26(1), 189-197. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de

	<a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2022060000014&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2022060000014&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
3	Krenkel, Scheila, & Crepaldi, Maria Aparecida. (2021). Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica. <i>Pensando famílias</i> , 25(2), 208-223. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2021000200015&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2021000200015&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
4	Fávaro, Mariana, Rückl, Sarah Cristina Zanghellini, Sanches, Mário Antônio, & Simão-Silva, Daiane Priscila. (2020). O lugar do desejo de aborto na parentalidade: uma reflexão bioética. <i>Pensando famílias</i> , 24(2), 75-89. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2020000200007&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2020000200007&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
5	Bustamante, Vania. (2019). Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida. <i>Pensando famílias</i> , 23(1), 89-104. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2019000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2019000100008&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
6	Franco, Débora Augusto, Magalhães, Andrea Seixas, & Féres-Carneiro, Terezinha. (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. <i>Pensando famílias</i> , 22(2), 154-171. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000200011&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000200011&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
7	Zerbinati, João Paulo, & Bruns, Maria Alves de Toledo. (2018). A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer?. <i>Pensando famílias</i> , 22(2), 37-51. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000200004&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000200004&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
8	Gonçalves, Angélica Lopes, Caramaschi, Sandro, & Feijó, Marianne Ramos. (2018). Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo. <i>Pensando famílias</i> , 22(1), 29-43. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000100004&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2018000100004&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
9	Campos, Maria Teresa de Assis, De Tilio, Rafael, & Crema, Izabella Lenza. (2017). Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. <i>Pensando famílias</i> , 21(1), 146-161. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2017000100012&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2017000100012&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
10	Feijó, Marianne Ramos, Goulart Júnior, Edward, Nascimento, Jéssica Mendes do, & Nascimento, Nashila Beatriz do. (2017). Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. <i>Pensando famílias</i> , 21(1), 105-119. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2017000100009&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2017000100009&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
11	von Muhlen, Bruna Krimberg, & Sattler, Marli. (2016). Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal. <i>Pensando famílias</i> , 20(2), 192-201. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000200014&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000200014&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .

12	Santos, Lais Rocha, & Cerqueira-Santos, Elder. (2016). Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais. <i>Pensando famílias</i> , 20(2), 85-98. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000200007&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000200007&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
13	Ceberio, Marcelo Rodriguez. (2016). El doble vínculo en la violencia filio parental: entre la trampa relacional con los hijos e la trampa social. <i>Pensando famílias</i> , 20(1), 03-28. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000100002&amp;lng=pt&amp;tlng=es">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2016000100002&amp;lng=pt&amp;tlng=es</a> .
14	Botton, Andressa, Cúnico, Sabrina Daiana, Barcinski, Mariana, & Strey, Marlene Neves. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. <i>Pensando famílias</i> , 19(2), 43-56. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2015000200005&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2015000200005&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
15	Verza, Fabiana, Sattler, Marli Kath, & Strey, Marlene Neves. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. <i>Pensando famílias</i> , 19(1), 46-60. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2015000100005&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2015000100005&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
16	Gradvohl, Silvia Mayumi Obana, Osis, Maria José Duarte, & Makuch, Maria Yolanda. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. <i>Pensando famílias</i> , 18(1), 55-62. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2014000100006&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2014000100006&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .
17	Goulart Júnior, Edward, Feijó, Marianne Ramos, Cunha, Érica Vidal da, Corrêa, Bruna Janerini, & Gouveia, Paula Alessandra do Espírito Santo. (2013). Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. <i>Pensando famílias</i> , 17(1), 110-122. Recuperado em 05 de fevereiro de 2024, de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2013000100011&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-494X2013000100011&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a> .

Adotamos os mesmos critérios de inclusão e exclusão que utilizamos na RNPS. Após leitura dos resumos dos 17 (dezessete) artigos levantados, seguimos para seleção das publicações para compor nosso banco de publicações. Dessa forma, tivemos como critérios inclusão: artigos em português publicados na revista PF, indexados na PePSIC, e que apresentem a palavra “gênero” no título/resumo/palavras-chave e/ou texto. E os critérios de exclusão foram: artigos repetidos, e/ou que não abordam a temática gênero, e/ou que não apresentem informações em relação ao referencial teórico/metodológico. Assim, conforme os

critérios de inclusão e exclusão, o artigo de autoria de Marcelo Rodriguez Ceberio (2016) foi excluído por estar escrito em espanhol. Nosso corpus da revista PF foi formado por 16 (dezesseis) publicações.

Percebemos que no levantamento dos artigos da RNPS no banco de dados da PePsic, não havia publicações referente a 2022, porém encontramos artigos que discutem gênero disponíveis na revista eletrônica da RNPS. Desse modo, para evitar incoerência na análise entre as revistas, optamos em excluir do nosso corpus dois artigos da PF publicados em 2022 (Medtler & Cúnico, 2022; Zanchetta & Centeno, 2022). Assim, nosso corpus da revista PF foi formado por 14 (quatorze) publicações.

Para mapear o perfil das publicações da revista PF, elaboramos o quadro (17) abaixo com as seguintes informações: título; autoria, instituição vinculada; tipo de estudo/discussão teórica e/ou prática; perspectivas teóricas e metodológicas; principais referências citadas e ano de publicação.

## Quadro 16

## Corpus da pesquisa- banco de publicações da PF

	<b>Título</b>	<b>Autores/as Instituições</b>	<b>Instituições</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Discussões teoria/prática Tipo de estudo</b>	<b>Perspectiva teórica/metodológica Principais referências</b>	<b>Ano</b>
1	Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica	Krenkel, Scheila, & Crepaldi, Maria Aparecida	-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (I, II). -Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis-SC (I, II)	Clínicas-escola, Terapia sistêmica, Características sociodemográficas	Pesquisa quantitativa, descritiva e documental Discussão teórica O estudo apresentou a análise de 315 fichas cadastrais de pessoas atendidas pela clínica-escola de um instituto de Terapia Relacional Sistêmica/ RS para traçar o perfil sociodemográfico para melhor atendimento das pessoas que buscam os serviços de psicologia.	Terapia relacional sistêmica: Carter, B.; McGoldrick, M. (1995); Cerveny, C.M.O. et al. (2002); Féres- Carneiro, T.; Magalhães, A.S. (2008); Sluzki, C.E. (2003).	2021
2	O lugar do desejo de aborto na parentalidade: uma reflexão bioética	Mariana Fávaro; Sarah Cristina Zanghellini Rückl; Mário Antônio Sanches; Daiane Priscila Simão-Silva	I Faculdades Pequeno Príncipe (FPP) II Hospital Psiquiátrico San Julian III Universidade Federal do Paraná (UFPR) IV Pontifícia Universidade	Aborto, Parentalidade, Gênero, Condições socioeconômicas, Bioética.	Discussão teórica Pesquisa quantitativa que faz parte do projeto denominado “Planejamento da Parentalidade no contexto da Bioética”.  O estudo transversal exploratório-descritivo objetivou analisar o risco	Não há referências sócioconstrucionistas, sistêmica ou de gênero.  Feminismo: Laiany Rose Souza Santos, 2015; Lia Zanotta Machado, 2017.	2020

			Católica do Paraná (PUCPR) V Instituto para Pesquisa do Câncer - IPEC Guarapuava		do desejo de aborto a partir da aplicação de um instrumento com 1608 pessoas no estado do Paraná. Discutiram a partir de correlações com planejamento familiar, construção da parentalidade, questões sociais e de gênero, fatores de risco. Concluíram que não há um perfil demográfico do aborto, mas perceberam a importância de reconhecer a complexidade do aborto para a atuação profissional.		
3	Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida	Vania Bustamante	Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia	Cuidado, Paternidade, Bebês, Gênero, Família.	Pesquisa qualitativa Discussão teórica O estudo buscou compreender a participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida a partir de visitas domiciliares realizadas durante um ano em duas famílias atendidas pela Unidade de Saúde da Família de um bairro periférico na cidade de Salvador. A autora	Método originário da formação psicanalítica (posição de observador do pesquisador). Teoria Geral do Cuidado (Bustamante & Callum, 2014).  Scott (1995)	2019

					articulou o cuidado paterno com as questões de gênero, a divisão sexual do trabalho, e como afeta também as relações cotidianas das famílias, como as divisões das tarefas domésticas e as definições dos papéis sociais.		
4	Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família	Débora Augusto Franco; Andrea Seixas Magalhães; Terezinha Féres-Carneiro	I Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Belford Roxo II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio	Família, Conflitos conjugais, Violência de gênero, Violência doméstica.	Discussão teórica As autoras buscaram investigar o fenômeno da violência doméstica relacionada com o rompimento conjugal a partir de entrevistas realizadas com 12 pessoas (10 homens e 2 mulheres) que vivem conflitos relacionados com a guarda compartilhada e alienação parental. Discutiram a violência de gênero a partir das relações de poder, e reconhecendo como fenômeno multideterminado e muitas vezes, naturalizada. Concluíram com o estudo a importância de desconstruir os discursos	Saffioti, H. (1994,2004); Beauvoir (1949/2016); Foucault, M. (1985);  Abordagem sistêmica: Diniz, G.R.S. (2013,2015); Ponciano & Féres-Carneiro (2017);	2018

					que reproduzem situações de violência em diversos espaços, construção de estratégias para proteção da saúde mental das pessoas envolvidas, principalmente dos filhos, e rompimento desses ciclos.		
5	A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer?	João Paulo Zerbinati; Maria Alves de Toledo Bruns	I Grupo de pesquisa SexualidadeVida-USP/CNPq	Família, Transexualidade, Revisão integrativa.	Os autores realizaram uma revisão integrativa na literatura internacional de publicações que abordam a temática das famílias de crianças transexuais. Ressaltaram a vulnerabilidade da população trans e os impactos na saúde mental e a importância do apoio familiar para superar a expressão de gênero e sexualidade para além dos modelos normativos. Por outro lado, os achados apontaram poucos estudos.	Butler (2003, 2014); Paul Preciado (2015); Stuart Hall (2002); Berenice Bento (2006). Algumas referências da abordagem psicanalítica (Winnicott, 1990; Zimmerman, D.E.,2010).	2018

6	Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo	Angélica Lopes Gonçalves; Sandro Caramaschi; Marianne Ramos Feijó	I Universidade Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências – UNESP- Bauru- SP	Conjugalidade, Orçamento doméstico, Gênero, Intergeracionalidade.	<p>Pesquisa qualitativa. Entrevistas realizadas com 7 casais heterossexuais.</p> <p>O artigo propôs descrever as percepções de casais em relação às dificuldades em lidar com a gestão do orçamento doméstico. Os achados mostram a prevalência de divergência quanto a autonomia de cada cônjuge na decisão de compra dos produtos, mas também a influência de questões culturais, gênero, ciclo vital e padrões intergeracionais nos conflitos conjugais.</p>	Referência da abordagem sistêmica: Borszomwnyi-Nagy & Spark (1973); Cervený & Berthoud (1997, 2002); Féres-Carneiro (1998); Watzlawick & Jackson (2011); Macedo, R. M. S. (2009).	2018
7	Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica.	Maria Teresa de Assis Campos; Rafael De Tili; Izabella Lenza Crema	I Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; II HUBRIS – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidade e Violência de Gênero - UFTM	Sexualidade, Identidade de gênero, Família.	<p>Discussão teórica</p> <p>Os autores através de uma revisão integrativa da literatura sobre as temáticas da sexualidade, gênero e família buscaram levantar os estudos realizados sobre essas questões e como tem sido abordado. Discutiram a partir dos 28 artigos selecionados, que o ideal da família tradicional</p>	Beauvoir (1980); Butler (2003); Sexualidade: Foucault (1993, 2014).	2017

					burguesa ainda persiste apesar das mudanças na contemporaneidade. Concluíram que os estudos apontam a família como relevante no desenvolvimento da sexualidade e da identidade de gênero dos filhos seja na reprodução dos papéis de gênero e construção da subjetividade das pessoas.		
8	Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro.	Marianne Ramos Feijó; Edward Goulart Júnior; Jéssica Mendes do Nascimento; Nashila Beatriz do Nascimento	I Departamento de Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Bauru - UNESP	Conflito, Trabalho, Família, Organizações, Saúde do trabalhador.	Discussão teórica Revisão narrativa sobre a temática do conflito trabalho- família na base de dados da Scielo (2010-2015). Pesquisa qualitativa e descritiva a partir de 18 artigos. Os autores perceberam poucos estudos que abordam o conflito trabalho-família. Porém, puderam concluir a partir do levantamento e análise das publicações encontradas que as questões relacionadas a desigualdade de gênero e o	Pensamento sistêmico e as organizações: Feijó, M.R., 2017. Relações de poder e conflitos familiares: Santos, M.R.R.; Costa, L.F., 2010.	2017

					fator tempo representam fatores relevantes nos conflitos do trabalho-família, bem como a importância de políticas e práticas de gestão dentro das organizações atentas à essas questões e na promoção de saúde dos/as colaboradores/as.		
9	Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal	Bruna Krimberg von Muhlen; Marli Sattler	I Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS	Relações conjugais, Relações de gênero, Terapia de casal, Satisfação conjugal e empoderamento das mulheres.	Revisão de literatura Discussão teórica sobre os efeitos das hierarquias de gênero nas relações conjugais e a importância de construção de relações mais igualitárias para maior satisfação conjugal. Dialogaram brevemente no estudo com a teoria do espaço consciente (Burlae, 2004) para refletir sobre a violência de gênero, o empoderamento das mulheres e a psicologia feminista como uma terapia politicamente implicada na mudança social.	Psicologia feminista (Knudson-Martin et al., 2015; Narvaz & Koller, 2007; Neves & Nogueira, 2003; Pinto, J.P., 2011; Swain, T.N., 2004).	2016

10	Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais.	Lais Rocha Santos; Elder Cerqueira-Santos	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Infidelidade, Traição, Relacionamentos, Modernidade, Revisão integrativa.	Discussão teórica Pesquisa mista – análise qualitativa e quantitativa Revisão integrativa na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Psi-Brasil) sobre o fenômeno da infidelidade conjugal. O estudo discutiu as relações de gênero, assim como as influências da tecnologia e novos modos de relacionamentos com o fenômeno da infidelidade	Giddens (1993); Bauman (2004)	2016
11	Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero.	Andressa Botton; Sabrina Daiana Cúnico; Mariana Barcinski; Marlene Neves Strey	I Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Cachoeira do Sul II Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) III Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e	Estereótipos de gênero, Família, Transgeracionalidade.	Discussão teórica Revisão de literatura Buscaram compreender as influências dos estereótipos de gênero e papéis sociais na parentalidade. Perceberam que apesar das novas configurações familiares e transformações advindas na contemporaneidade, muitos padrões tradicionais e papéis sociais ainda estão presentes nas famílias e são transmitidos	Scott (1995), Butler (2008); Louro (2010), (Narvaz & Koller, 2006 <sup>a</sup> ,2006b,2006c).	2015

			Tecnológico - CNPq		transgeracionalmente e perpetuados nas relações com os filhos.		
12	Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar	Fabiana Verza; Marli Kath Sattler; Marlene Neves Strey	I Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS II DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família	Monoparentalidad e feminina, Família, Terapia familiar.	Discussão teórica e prática Levantamento da literatura sobre monoparentalidade feminina e a TF. Análise do discurso. Pesquisa qualitativa exploratória-descritiva a partir de um relato de caso de uma mãe atendida por uma instituição de TF no RS. As autoras buscaram compreender como as questões de gênero impactam as famílias monoparentais femininas e as possibilidades de atuação profissional junto à essas famílias. Ressaltaram a importância da visibilidade dos efeitos da cultura, gênero, raça nas famílias.	Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009); McGoldrick (2003); Goodrich et al., 1989); Sorg (2007); Ravazzola (1990, 2009); Narvaz & Koller (2006); Strey (2007); Walter (1996b).  Sistêmica: Andolfi & Angelo (1989); Minuchin & Nichols (1995); Féres- Carneiro & Magalhães (2011);	2015

13	Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade.	Silvia Mayumi Obana Gradvohl; Maria José Duarte Osis; Maria Yolanda Makuch	I Professora do curso de Psicologia da Universidade São Francisco (USF – Campinas e Itatiba) II Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas – Universidade Estadual de Campinas (FCM-UNICAMP) SP - Brasil III Universidade Paris Diderot (Paris 7) IV Bolsa Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de	Maternidade, Maternagem, Mulher.	Discussão teórica sobre a construção social e novas possibilidades de maternidade e maternagem.	Gênero: Szapiro & Carneiro, 2008; Scavone (2001); Araújo & Scalon (2005).	2014
----	--	--	--	----------------------------------	---	---	------

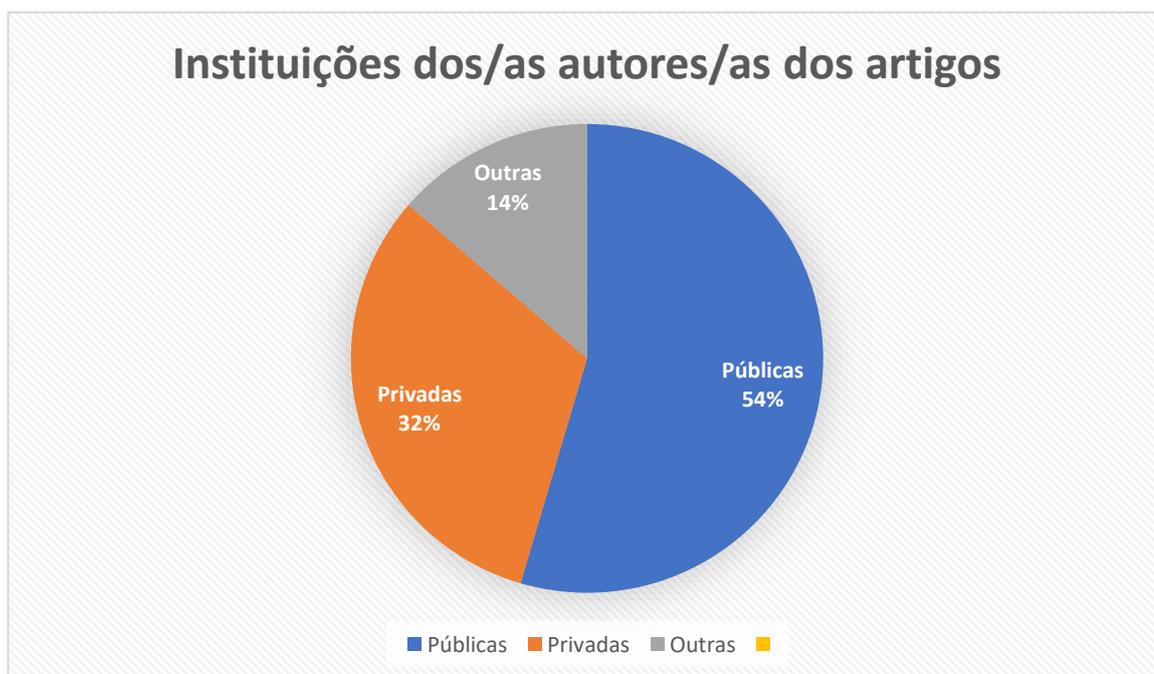
			Nível Superior PDSE/CAPES				
14	Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações.	Edward Goulart Júnior; Marianne Ramos Feijó; Érica Vidal da Cunha; Bruna Janerini Corrêa; Paula Alessandra do Espírito Santo Gouveia	Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Bauru (FC/Unesp)	Família, Trabalho, Organização, Equilíbrio, Responsabilidades.	Discussão teórica sobre as mudanças na sociedade contemporânea, e os impactos na saúde das pessoas decorrentes das demandas de novas formas de organização do contexto do trabalho e das famílias. Discutiram também, as desigualdades de gênero e os desafios das mulheres no enfrentamento do desequilíbrio entre as exigências do trabalho e família que refletem nas duplas/triplas jornadas e desigualdade salarial. Destacam que o desequilíbrio afeta a qualidade de vida das pessoas, as relações familiares, mas também para as organizações.	Perspectiva sistêmica: Feijó, M. (2010); Hintz, H.C. (2001); Macedo, R. (2007); Sluzki, C.A. (1997).	2013

O quadro (17) acima, organizado com as informações referentes aos dados acadêmicos dos/as autoras/es e instituições vinculadas, as principais temáticas discutidas, as perspectivas teóricas e metodológicas dos estudos e as referências utilizadas, nos permite delinear um perfil das publicações que abarcam gênero da revista PF, assim como já realizado com a RNPS, para traçarmos paralelamente um cenário comparativo entre as revistas.

No que diz respeito às universidades dos/as autores/as, vemos que 54% dos/as autores/as se vinculam a instituições públicas, 32% a instituições privadas e 14% instituições comunitárias. Isso ocorre em virtude de muitos/as autores/as possuírem vínculos junto a instituições públicas e privadas (Krenkel & Crepaldi, 2021; Fávaro et al,2020), além de notarmos de haver publicações de em coautoria com variação na vinculação de cada autor/a (Botton et al, 2015; Gradwohl et al, 2014).

#### Gráfico 4

*Instituições públicas das/os autoras/es dos artigos publicados na revista PF*

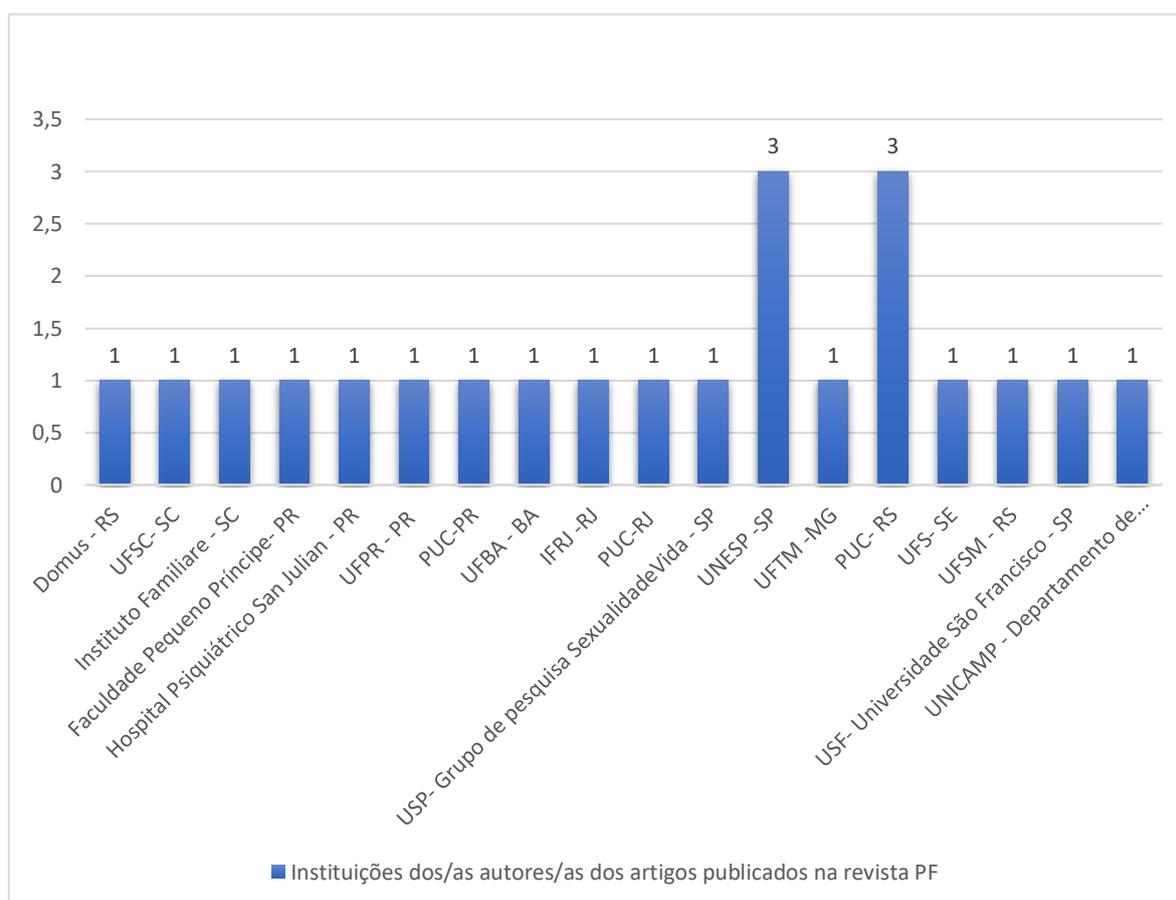


Notamos uma maior diversidade de instituições privadas (Domus, Instituto Familiare, , Faculdade Pequeno Príncipe, Hospital Psiquiátrico San Julian), comunitárias ( PUC-RS, PUC-

PR, PUC-RJ) e públicas (IFRJ, UFBA, UFSC, UFPR, UFTM, UFSM, UFS, USP, UNICAMP), mas o predomínio é de instituições da região sul do país, provavelmente em razão de a revista pertencer a uma instituição localizada na cidade de Porto Alegre-RS. O gráfico abaixo mostra essa distribuição:

### Gráfico 5

*Instituições públicas das/os autoras/es dos artigos publicados na revista PF*



Do total dos/as 37 autores/as dos 14 artigos da PF analisados, apenas 8 expressam interesse na temática de gênero nos currículos cadastrados na plataforma Lattes, do CNPq. Dentre os/as autores/as, podemos destacar: Maria Teresa de Assis Campos (UFTM); Rafael de Tilio (LEPESEGE/UFTM); Bruna Krimberg Von Muhlen (PUC-RS); Andressa Botton, (UFSM); Sabrina Daiana Cúnico (PUC-RS); Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski,

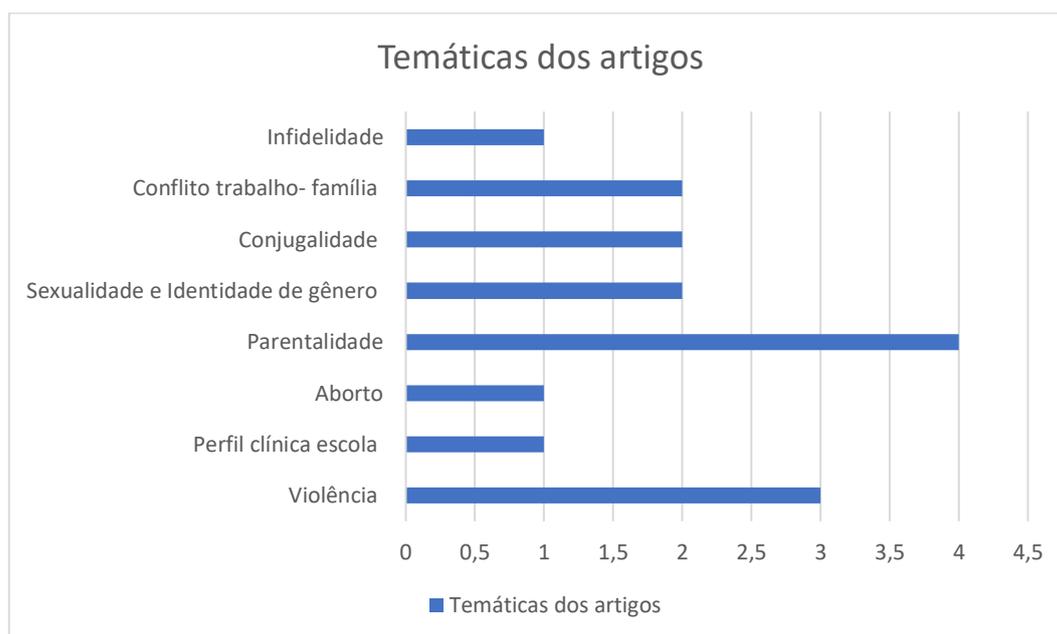
(PUC-RS); Fabiana Verza (PUC- RS); Maria José Duarte Osis (FCM- UNICAMP) e Débora Augusto Franco (IFRJ).

É interessante verificar que 3 autores/as participam de grupos de estudos sobre gênero, e as demais se interessam por temáticas como violência, direitos humanos, sexualidades e saúde sexual, mostrando aproximação com as questões de gênero para compreender a complexidade de diversos fenômenos sociais.

No que concerne às temáticas dos artigos da PF, verificamos diversidade de temas, porém todos articulam com o tema “família”: parentalidade, perfil da clínica-escola, conflito trabalho, conjugalidade, infidelidade, violência, sexualidade e identidade de gênero, como demonstramos no gráfico a seguir:

### Gráfico 6

*Temáticas dos artigos da revista PF*



Diferente das publicações da RNPS, que a temática da violência se destacou, na PF, foi mais expressivo temas voltados para parentalidade (Fávaro et al.,2020; Bustamante, 2019; Verza et al., 2015; Gradwohl et al., 2014).

Em relação aos artigos que abordam questões da parentalidade, como a participação paterna no cuidado dos bebês (Bustamante, 2019); a construção da parentalidade e papéis parentais (Botton et al, 2015); a monoparentalidade feminina (Verza et al, 2015) e maternidade e maternagem (Gradvohl, 2014), o termo gênero é utilizado para discutir demandas da contemporaneidade, e que são coerentes com os temas dos congressos da Abratef (VI, VIII e X), já abordados anteriormente, que buscaram refletir sobre as novas formas de construção de famílias e ampliação das possibilidades do exercício da parentalidade.

Nesta direção, os artigos voltados para sexualidade e identidade de gênero (Zerbinatti & Bruns, 2018; Campos et al, 2017) buscaram articular gênero para refletir para além dos modelos hegemônicos e a influência e a importância do apoio das famílias.

Nos artigos que discutem orçamento doméstico (Gonçalves et al, 2018), conflitos trabalho-família (Goulart Júnior et al, 2014; Feijó et al, 2017), relações conjugais (Von Muhlen & Sarler, 2016), infidelidade na modernidade (Santos & Santos, 2016), aborto (Fávaro et al, 2020) e o perfil das pessoas que buscam atendimento em uma clínica-escola na região sul (Krenkel & Crepaldi, 2021), o conceito de gênero comparece, de modos diferentes, para problematizar essas questões, como veremos na sequência da discussão deste capítulo.

Mas antes de finalizar essa primeira análise do perfil dos artigos da PF, importante destacar que, diferentemente dos artigos da RNPS a qual, pela filiação à perspectiva construcionista, adota referências que dialogam com o contrucionismo social e as chamadas práticas pós-modernas, na análise dos artigos da PF percebemos certo distanciamento desses debates – a interseccionalidade, por exemplo, não foi mencionada em nenhum dos artigos.

Em relação às referências pós-estruturalistas, alguns artigos apresentaram nas discussões autores/as como Judith Butler e Foucault (Campos et al, 2017; Franco et al, 2018; Zerbinatti & Bruns, 2018; Botton et al, 2015). E quanto aos estudos de gênero, autoras como Joan Scott (Bustamante, 2019) e Heleieth Saffioti (Medtler & Cunico, 2022) foram citadas. Por

fim, algumas publicações utilizaram referências de teóricas que abordam uma perspectiva feminista na psicologia, como Silvia Koller, Martha Narvaz, Conceição Nogueira, Sofia Neves (Von Muhlen et al, 2016; Zanzhetta et al, 2022; Botton et al, 2015).

### **3.5.1 Dos repertórios interpretativos sobre gênero na PF**

Seguindo o percurso da análise, como já apresentado em relação aos artigos da RNPS, elaboramos um novo quadro com 5 colunas contendo as seguintes informações: (1) Título/autoria; (2) “categoria analítica”; (3) “categoria empírica”; (4) “categoria genérica”. Na coluna (5) identificamos os repertórios interpretativos que buscaram responder as perguntas: a) como os/as autores/as explicam o conceito de gênero; b) qual objetivo do termo gênero no artigo?; c) qual possíveis efeitos ao reconhecer gênero no fenômeno discutido?

Na categoria analítica, localizamos 7 artigos com uma multiplicidade de repertórios interpretativos utilizados para nomear o termo “gênero”, como nos alertou Piscitelli (2009): ‘relações de gênero”; “desigualdade de gênero”; “estudos sobre gênero”; “papeis de gênero”; “questões de gênero”; “noção de gênero”; “identidade de gênero”; “estereótipos de gênero”; “dicotomia do gênero”; “modelos de gênero”.

Em relação aos objetivos, encontramos diversas palavras/verbos para explicar o uso do termo gênero nas discussões propostas, principalmente para problematizar os papeis sociais e estereótipos de gênero: “ampliar”; “refletir”; “colaborar”; “compreender”; “sustentar”; “problematizar”; “analisar”; “possibilitar”; “transcender”; “afastar”; “construir”; “identificar”; “demarcar”. Portanto, percebemos que os artigos se aproximam do conceito de gênero para visibilizar e discutir os efeitos das desigualdades de gênero nas vidas das pessoas.

No que tange aos efeitos do conceito de gênero, os/as autores/as utilizam gênero para ampliar os debates e propor novas leituras. Os verbos destacados representam essa ideia de transformação: “desconstruir”; “desnaturalizar”; “redistribuir”; “responsabilizar”.

Na categoria empírica identificamos 5 artigos que predominantemente apresentaram discussões sobre os papéis sociais e estereótipos de gênero para refletir sobre as experiências e perspectivas das mulheres, focando nas diferenças entre homens e mulheres.

Assim, observamos nos artigos alguns repertórios interpretativos utilizados para nomear gênero e que reforçam essa concepção: “desigualdade de gênero”; “construção social dos gêneros”; “estereótipos de gênero”; “questões de gênero”; “papel de gênero” e “relações de gênero”.

No que se refere aos repertórios interpretativos relacionados ao objetivo da inclusão do conceito de gênero nos artigos, localizamos as palavras/verbos que denotam essa posição: “reorganizar”; “compreender”; “romper”; “intensificar”; “promover”; “transmitir”; “reproduzir”; “atribuir”; “considerar”; “revelar”; “esperar”; “conceber”; “construir”; “sustentar”; “distribuir”. Nota-se que estes repertórios buscam muito mais explicar as desigualdades de gênero, e pouco problematizam para promover transformação, como vimos nos artigos da categoria analítica.

E quanto aos repertórios interpretativos que representam a importância de reconhecer o conceito de gênero, encontramos apenas um artigo (Goulart Júnior et al., 2013) que traz os efeitos de adotar o conceito: “mudança visão”; “sustentar novas práticas relacionais”.

E por fim, classificamos 2 artigos na categoria genérica. Desse modo, gênero transitou como sinônimo de “sexo” – homens e mulheres, e para discutir estereótipos de gênero como vemos nos repertórios interpretativos destacados: “questões de gênero”; “identidade de gênero”.

No que diz respeito aos repertórios interpretativos relacionados ao objetivo do conceito de gênero nos trabalhos, identificamos expressões que foram usadas mais para fortalecer as dicotomias entre homens e mulheres do que problematizar os efeitos do marcador social do

gênero nas relações, como podemos perceber nos repertórios destacados: “posição polarizada”; “direções opostas”; “mulheres unidas”; “superar o estigma”; “discutir questões sociais”.

### 3.5.2 Análise dos artigos da PF a partir das categorias: analítica, empírica e genérica

Seguindo o caminho metodológico da RNPS, realizamos a análise dos artigos a partir de 3 (três) categorias do uso do termo gênero:

Na segunda etapa da análise dos artigos da PF, buscamos compreender como o conceito de gênero é utilizado pelos/as autores/as. Percorremos o mesmo caminho analítico que trilhamos com os artigos da RNPS. Então, apenas para resgatar brevemente, procuramos relacionar cada artigo com 3 (três) categorias para identificar os discursos sobre gênero.

a) **categoria analítica:** o conceito de gênero é adotado para buscar explicar e problematizar relações assimétricas de poder que produzem efeitos nas vidas das pessoas de modo relacional fundamentadas em construções históricas e culturais das diferenças entre homens e mulheres (Scott, 2019, 1995; Piscitelli, 2009).

b) **categoria empírica:** o termo gênero aparece aqui com ênfase mais descritiva e de destacar os papéis sociais e estereótipos de gênero com base nas diferenças, especialmente entre homens e mulheres, porém sem avançar nas discussões das relações de poder (Araújo, 2005; Kofes, 2005).

c) **categoria genérica:** os artigos que apresentam sentidos de gênero relacionados com as duas categorias anteriores de forma concorrente, sem posicionamento explícito do uso do conceito gênero.

Seguimos o percurso já apresentado em relação aos artigos da RNPS, e elaboramos um quadro com 5 colunas contendo as seguintes informações: (1) Título/autoria; (2) “categoria analítica”; (3) “categoria empírica”; (4) “categoria genérica”. E na coluna (5) enquadrados os repertórios interpretativos que buscaram responder as perguntas: a) como os/as autores/as

explicam o conceito de gênero; b) qual objetivo do termo gênero no artigo?; c) quais são os possíveis efeitos ao reconhecer gênero no fenômeno discutido?

**Quadro 17***Repertórios interpretativos sobre gênero nas publicações da PF*

REVISTA PENSANDO FAMÍLIAS				REPERTÓRIOS		
Artigos	CITAÇÃO			a) Como nomeiam	b) Objetivos	c) Efeitos
	Categoria analítica	Categoria empírica	Categoria genérica			
Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica (Krenkel, Scheila, & Crepaldi, Maria Aparecida, 2020).		...Todas as fichas de triagens referentes ao referido período fizeram parte desta pesquisa, incluindo as que, eventualmente, não tiveram todas as informações preenchidas. As características sociodemográficas que fizeram parte deste estudo referiram-se a: <u>gênero</u> , idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar mensal, configuração familiar, fase do ciclo vital, experiência anterior com psicoterapia (sim ou não), encaminhamento/ indicação, queixa e tipo de atendimento (individual, casal, família) (Krenkel &		Gênero	As características sociodemográficas que fizeram parte deste estudo referiram-se a: <u>gênero</u> , idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar mensal...	

		<p>Crepaldi, 2021, p.211-212).</p> <p>... Em todas as faixas etárias houve predomínio do <u>gênero feminino</u>, exceto a de 0-9 anos... (Krenkel &amp; Crepaldi, 2021, p.213).</p> <p>... Por outro lado, os resultados desta pesquisa convergem para o que aponta o IBGE (2014), no que tange à prevalência da depressão no <u>gênero feminino</u>, em idade adulta e em pessoas com ensino superior completo (Krenkel &amp; Crepaldi, 2021, p.218).</p>		<u>gênero feminino</u>		
<p>O lugar do desejo de aborto na parentalidade: uma reflexão bioética (Fávaro et al, 2020).</p>			<p>...Para o presente estudo foram consideradas ainda as seguintes variáveis quantitativas: “planejou a gravidez do seu primeiro filho”; “<u>identificação de gênero</u>”; “avaliou as condições econômicas para cuidar do bebê-antes da gravidez do primeiro filho” e</p>	<p>“<u>identificação de gênero</u>”</p>	<p>as <u>variáveis</u> que poderiam indicar potenciais <u>fatores de risco demográficos</u> para o desejo de aborto</p>	

		<p>“idade da primeira gravidez ou engravidou alguém pela primeira vez”. Essas foram consideradas, dentro do instrumento de avaliação do planejamento familiar, as variáveis que poderiam indicar potenciais fatores de risco demográficos para o desejo de aborto... (Fávaro et al., 2020, p. 78).</p> <p>Quanto ao <u>gênero</u>, neste estudo não houve diferença estatística entre desejo de aborto entre homens e mulheres. Vale ressaltar que o fato de praticamente 75% dos entrevistados eram do sexo feminino, portanto, não sendo possível generalizar que homens e mulheres desejam o aborto de igual forma (Fávaro et al., 2020, p. 84).</p>	gênero	<p>neste estudo não houve diferença estatística entre desejo de aborto entre homens e mulheres.</p>	
--	--	---	--------	---	--

<p>Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida (Bustamante, 2019).</p>	<p>Ao mesmo tempo, considerando a complexidade do objeto, e visando <u>ampliar</u> a teoria geral sobre o cuidado, inclui-se no presente estudo a <u>reflexão sobre cuidado e relações de gênero</u> (Bustamante, 2019, p. 91).</p> <p>Compreendendo <u>gênero</u> como “... elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 21), e nesse sentido “uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 21), diversos estudos apontam a persistência da divisão sexual do trabalho, ou seja, “... a imputação aos homens do trabalho produtivo e às mulheres do trabalho doméstico (ou reprodutivo)” (Bruschini &amp; Ricoldi, 2012, p. 266), com uma maior valorização do trabalho masculino.</p> <p>Para refletir sobre as <u>desigualdades de gênero</u> é importante</p>			<p><u>relações de gênero</u></p> <p>Gênero</p> <p><u>desigualdades de gênero</u></p>	<p><u>ampliar</u> a teoria geral sobre o cuidado, inclui-se no presente estudo a <u>reflexão sobre cuidado e relações de gênero</u></p> <p><u>gênero</u> como “... elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 21), e nesse sentido “uma forma primeira de <u>significar as relações de poder</u>” (p. 21),</p> <p>que indicam que mães com filhos dedicam 25,9 horas semanais aos cuidados com a casa, contra 15,5 horas dos homens com filhos...</p> <p><u>fenômeno relacional</u></p> <p>construído cotidianamente nas relações entre homens e mulheres, reforçado pelos serviços de saúde que os assistem, e</p>	
---	--	--	--	--	--	--

	<p>trazer dados atuais, como algumas estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2010, que indicam que mães com filhos dedicam 25,9 horas semanais aos cuidados com a casa, contra 15,5 horas dos homens com filhos... (Bustamante, 2019, p. 92).</p> <p>Os dados apresentados levam a argumentar que a persistência da divisão sexual do trabalho e do cuidado com os filhos não é apenas uma disposição dos homens, mas um <u>fenômeno relacional</u> construído cotidianamente nas relações entre homens e mulheres, reforçado pelos serviços de saúde que os assistem, e transmitido aos bebês desde o início da vida (Bustamante, 2019, p. 100).</p>				transmitido aos bebês desde o início da vida...	
Violência Doméstica e Rompimento Conjugal (Franco et al, 2018).	Para Silva, Coelho e Njaine (2014), a violência presente no fim da relação conjugal estaria associada às <u>relações de poder</u> e à				<u>relações de poder</u> e à distinção entre as características culturais atribuídas a homens e mulheres, especialmente no que	

	<p>distinção entre as características culturais atribuídas a homens e mulheres, especialmente no que tange às peculiaridades biológicas da diferença entre os sexos. Para os autores, o uso do poder masculino sobre as mulheres estaria na base da violência exercida sobre elas, o que se dá por meio de estratégias de domínio e controle da relação conjugal (Franco et al., 2018, p. 155).</p> <p>Os <u>estudos sobre gênero</u> podem colaborar para a compreensão desse conceito em uma perspectiva socio-histórica...Além disso, torna-se importante compreender a <u>dimensão relacional da violência</u>, concebendo-a como uma forma de expressão e um jogo de forças no qual a mulher pode ser vítima e, paradoxalmente, cúmplice.</p> <p>A <u>noção de gênero</u>, por sua vez, é da ordem da</p>			<p><u>estudos sobre gênero</u></p> <p><u>noção de gênero</u></p>	<p>tange às peculiaridades biológicas da diferença entre os sexos...</p> <p>...podem <u>colaborar</u> para a <u>compreensão</u> desse conceito em uma perspectiva socio-histórica...</p> <p><u>compreender</u> a <u>dimensão relacional</u> da violência, concebendo-a como uma forma de expressão e um jogo de forças no qual a mulher pode ser vítima...</p> <p>... é da ordem da cultura e difere do conceito de sexo, o qual corresponde às características físicas/biológicas denominadas masculinas e femininas ...associada à ideia de feminino como fragilidade ou submissão, o que ainda hoje serve para justificar preconceitos</p>	
--	--	--	--	--	---	--

	<p>cultura e difere do conceito de sexo, o qual corresponde às características físicas/biológicas denominadas masculinas e femininas (Beauvoir, 1949/2016; Diniz, 2013, 2017) ... a <u>noção de gênero</u> no imaginário social está associada à ideia de feminino como fragilidade ou submissão, o que ainda hoje serve para justificar preconceitos. Por outro lado, a ideia de masculino, ao longo dos séculos, esteve associada à racionalização, domínio e força.</p> <p>...Por esse motivo, torna-se importante ampliar a compreensão sobre a violência nas relações afetivas, já que uma ampla gama de fatores contribui para a ocorrência desse fenômeno, tais como a <u>desigualdade de gênero</u>, a banalização de manifestações agressivas no âmbito da vida privada dentre outros relacionados ao contexto social e</p>			<p><u>desigualdade de gênero</u></p>	<p>...torna-se importante <u>ampliar a compreensão</u> sobre a violência nas relações afetivas...</p>	
--	--	--	--	--------------------------------------	---	--

	interacional do casal e das famílias...					
A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? (João Paulo Zerbinati; Maria Alves de Toledo Bruns, 2018)	<p><u>Gênero é definido pelo modo como o sujeito se percebe enquanto uma identidade sexual no decorrer de seu processo de subjetivação e identificação com os genitores na interface com os processos de socialização, construção de códigos sociais, modelos sociais de masculinidades e feminilidades, entre outras (Bruns, 2013). Segundo a perspectiva de Butler (2003a), <u>gênero é uma “coalizão aberta”</u> que permite múltiplas convergências e divergências. Nesse sentido, há uma crítica quanto ao entendimento do sexo e gênero como uma característica natural e binária. Butler (2003a) e Preciado (2015) apontam para a necessidade de uma compreensão de <u>gênero que se afaste da normativa ligada ao</u></u></p>			<u>gênero</u>	<p><u>Gênero é definido pelo modo como o sujeito se percebe enquanto uma identidade sexual no decorrer de seu processo de subjetivação e identificação com os genitores na interface com os processos de socialização, construção de códigos sociais, modelos sociais de masculinidades e feminilidades, entre outras...</u></p> <p><u>...gênero é uma “coalizão aberta”</u> que permite múltiplas convergências e divergências. <u>...crítica</u> quanto ao <u>entendimento do sexo e gênero como uma característica natural e binária...</u></p> <p><u>... compreensão de gênero que se afaste da normativa ligada ao sexo biológico e/ou ao desejo afetivossexual...</u></p>	

	<p><u>sexo biológico e/ou ao desejo afetivossexual.</u> Nesse sentido, “<u>gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas,</u> mas gênero pode muito bem ser o <u>aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados</u>” (Butler, 2014, p. 253). Assim como compreende Zerbinati e Bruns (2018a), a <u>desconstrução do gênero possibilita um processo criativo e original de identificação e subjetivação,</u> ou seja, abre caminho para complexas possibilidades de ser e existir no mundo. O transitar por entre os modelos de sexo e gênero expressa mais uma possibilidade de ser e existir no mundo (Zerbinati &amp; Bruns, 2018, p.38).</p>				<p><u>...gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas...</u></p>	<p><u>...o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados...</u></p> <p><u>...a desconstrução do gênero possibilita um processo criativo e original de identificação e subjetivação,</u> ou seja, abre caminho para complexas possibilidades de ser e existir no mundo...</p>
<p>Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um</p>	<p>É sabido que não são apenas os recursos materiais que contribuem para a</p>			<p><u>Papeis de gênero</u></p>	<p><u>papéis construídos em torno de gênero afetam homens e mulheres e</u></p>	

<p>estudo qualitativo (Gonçalves; Caramaschi; Feijó, 2018),</p>	<p>manutenção da desigualdade e da dependência nas relações, já que <u>papéis</u> <u>construídos em torno de gênero</u> afetam homens e <u>mulheres</u> e influenciam a relação entre eles... (Gonçalves et al., 2018, p. 30).</p> <p>As <u>questões de gênero</u> também podem interferir na gestão do orçamento, isto é, a maneira como cada cônjuge internalizou os papéis sociais esperados para as pessoas conforme o seu sexo biológico. Uma das definições de gênero é “o conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformam as condições biológicas da diferença em normas sociais...” (Gonçalves et al., 2018, p. 31).</p> <p>Na terapia de casal, as <u>questões de gênero</u> podem emergir por intermédio de conflitos. Estes impulsionados por</p>			<p><u>Questões de gênero</u></p> <p><u>questões de gênero</u></p> <p><u>Padrões socialmente</u> <u>construídos em torno</u> <u>de gênero</u></p>	<p>influenciam a relação entre eles...</p> <p>como cada cônjuge <u>internalizou os papéis</u> <u>sociais</u> esperados para as pessoas conforme o seu sexo biológico. Uma das definições de gênero é “o conjunto de regras segundo as quais as sociedades <u>transformam as condições biológicas da diferença em normas</u> <u>sociais</u>...”</p> <p>...conflitos. Estes impulsionados por crenças preconceituosas ou pela assunção de comportamentos estereotipados que <u>sustentam o</u> <u>desequilíbrio de poder</u> entre os cônjuges...</p> <p>expectativas sobre os comportamentos de homens e mulheres</p>	
---	--	--	--	--	--	--

	<p>crenças preconceituosas ou pela assunção de comportamentos estereotipados que sustentam o desequilíbrio de poder entre os cônjuges (Gonçalves et al., 2018, p. 31).</p> <p><u>Padrões socialmente construídos em torno de gênero</u> resultam em expectativas sobre os comportamentos de homens e mulheres, como mostram os resultados discutidos a seguir. A questão de gênero ainda é fortemente marcada pelo modelo patriarcal, ou seja, aquele em que tanto o sexo masculino como o feminino têm seus papéis sociais delimitados pelas funções de acordo com as expectativas culturais... (Gonçalves et al., 2018, p. 35).</p>					
<p>Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica</p>	<p>Dentre as identidades possíveis há a <u>Identidade de Gênero</u> que está atrelada à identificação dos sujeitos com as</p>			<p><u>Identidade de Gênero</u></p>	<p>...<u>identificação</u> dos sujeitos com as características e papéis a serem <u>desempenhados</u> pelos</p>	



	<p>o processo de tornar-se homem ou mulher é atravessado por um processo de socialização apoiado numa suposta naturalização de elementos biológicos... (Campos, Tilio e Crema, 2017, p. 147).</p> <p>Assim como as <u>relações (práticas) de gênero</u>, os discursos que <u>as sustentam também são demarcados por relações de poder</u>, sendo importante compreender as condições materiais de produção dos mesmos, desvelando quem, como, quando, onde e para quem são produzidos... (Campos, Tilio e Crema, 2017, p. 147).</p>					
<p>Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. (Marianne Ramos Feijó; Edward Goulart Júnior; Jéssica, 2017).</p>		<p>...Para os autores, concomitante a esse movimento de redefinição de papéis masculinos e femininos no contexto familiar, há também a reorganização das <u>funções exercidas pelos dois gêneros</u> no âmbito profissional, agora contando com papéis múltiplos que precisam ser</p>		<p><u>Gêneros</u></p>	<p>reorganização das <u>funções exercidas pelos dois gêneros</u> no âmbito profissional...</p>	

		<p>conciliados pelos indivíduos, sem que haja um desequilíbrio entre os dois âmbitos da vida do sujeito (Feijó, et al., 2017, p. 106).</p> <p>...indicaram que o <u>papel familiar e doméstico</u> ainda é predominantemente <u>atribuído às mulheres</u>, por questões culturais; quando a mulher é mais...exigida no trabalho, ela tem a tendência de sentir maiores níveis do conflito trabalho-família do que os homens na mesma situação... (Feijó, et al., 2017, p. 109-110).</p> <p>...O estudo de Matias et al. (2011) reafirma a <u>desigualdade de gênero</u> como um dos elementos essenciais na compreensão da interação trabalho-família... Feijó, et al., 2017, p.110).</p>		<p><u>desigualdade de gênero</u></p>	<p>um dos elementos essenciais na compreensão da interação trabalho-família</p>	
--	--	---	--	--------------------------------------	---	--

<p>Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal (Bruna Krimberg von Muhlen Marli Sattler, 2016).</p>	<p>...interesse de estudar a influência das <u>questões de gênero</u> nas relações de casais, tendo como enfoque a constatação de que muitas vezes as mulheres não percebem, mas não conseguem transcender alguns espaços, pois são cativas por <u>normas sociais sexistas</u> (von Muhlen &amp; Sattler, 2016. P. 192).</p> <p>Os <u>estereótipos de gênero</u> estão presentes em todas as relações sociais, e consequentemente <u>influenciam nas relações conjugais</u> também. Há muitos estudos que associam gênero a casais, mas não há estudos específicos sobre como empoderar as mulheres nas relações, evitando possíveis consequências danosas, além de tornar as relações mais satisfatórias para ambos os cônjuges (von Muhlen &amp; Sattler, 2016. P. 193).</p> <p>O <u>conceito de gênero</u> deve ser entendido</p>			<p><u>questões de gênero</u></p> <p><u>estereótipos de gênero</u></p> <p><u>conceito de gênero</u></p> <p><u>estudos de gênero</u></p>	<p>as mulheres não percebem, mas <u>não conseguem transcender</u> alguns espaços, pois são cativas por <u>normas sociais sexistas</u></p> <p><u>influenciam nas</u> relações conjugais</p> <p>entendido como <u>relacional</u>, sendo uma construção cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e sobre as relações que são socialmente construídas.</p>	<p>permitem <u>refletir</u> como valores culturais, morais e éticos <u>influenciam</u> a vida das mulheres (Colling, 2004), e dos homens...</p> <p><u>Focar na redistribuição de cada</u></p>
---	--	--	--	--	---	---

	<p>como <u>relacional</u>, sendo uma <u>construção cultural</u>, elaborada sobre as <u>diferenças sexuais</u> e sobre as <u>relações</u> que são <u>socialmente</u> <u>construídas</u>. Neste sentido a sociedade constrói concepções e funções diferentes para mulheres e homens. Assim, os <u>estudos de gênero</u> permitem <u>refletir</u> como <u>valores culturais</u>, <u>morais</u> e <u>éticos</u> <u>influenciam a vida das mulheres</u> (Colling, 2004), e dos homens... (von Muhlen &amp; Sattler, 2016. p. 193).</p> <p>...Focar <u>na redistribuição de cada</u> <u>responsabilidade de gênero</u> e numa nova <u>estrutura cultural de divisões igualitárias de trabalho</u>, enquanto ajudava famílias a assumir novas responsabilidades na manutenção de deveres domésticos, parentalidade, emprego, e finanças, era um dos objetivos... (von</p>					<p><u>responsabilidade de gênero</u> e numa nova <u>estrutura cultural de divisões</u> <u>igualitárias de trabalho</u>,</p>
--	--	--	--	--	--	---

	Muhlen & Sattler, 2016. p. 195).					
<p>Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais. (Lais Rocha Santos; Elder Cerqueira-Santos, 2016).</p>		<p>...Aparecem principalmente as questões em torno de uma legitimação, pois apesar da infidelidade ser um fenômeno experimentado por homens e mulheres, os caminhos percorridos por ambos tendem a ser completamente diferenciados. Tais diferenças aparecem nas relações afetivo-sexuais, sustentadas justamente por uma <u>construção social dos gêneros, fomentada por estereótipos de gênero</u>. Pode-se dizer que tais questões modelam as práticas sexuais, as formas de relacionamento e romper com esse constructo ainda se mostra uma tarefa árdua...(Santos &amp; Santos, 2016, p.87).</p>		<p><u>construção social dos gêneros,</u></p> <p><u>estereótipos de gênero</u></p> <p><u>gênero</u></p>	<p>apesar da infidelidade ser um fenômeno experimentado por homens e mulheres, os <u>caminhos percorridos por ambos tendem a ser completamente diferenciados</u></p> <p>tais questões modelam as práticas sexuais, as formas de relacionamento e <u>romper com esse constructo</u></p> <p><u>a questão de mulheres...transgressão das normas</u></p>	

		<p>Isso foi percebido no estudo de <u>Arent (2009)</u>, quando a mesma analisa a questão de mulheres frequentadoras de um “Clube das Mulheres”, que encontram na transgressão das normas socialmente tradicionais e destinadas a seu <u>gênero</u> certa libertação, um estado de prazer mesmo sem a concretização do ato da infidelidade...(Santos &amp; Santos, 2016, p.87).</p> <p>...A pesquisa recai também sobre um debate já proposto nesse sentido, referente às <u>questões de gênero</u>, principalmente quanto a permissividade da infidelidade masculina...(Santos &amp; Santos, 2016, p.95).</p>		<p><u>questões de gênero</u></p>	<p><u>socialmente tradicionais</u> e destinadas a seu <u>gênero</u> certa libertação</p> <p>permissividade da infidelidade masculina</p>	
<p>Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. (Andressa Botton; Sabrina Daiana Cúnico; Mariana Barcinski; Marlene Neves Strey, 2015).</p>	<p>...refletir sobre os aspectos do fenômeno transgeracional em relação aos <u>estereótipos de gênero</u>, isto é, às construções sociais que discorrem sobre quais seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1995)...pretendemos <u>analisar como o exercício da paternidade e da maternidade são influenciados por estes</u></p>			<p>estereótipos de gênero</p>	<p>às construções sociais que discorrem sobre quais seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres</p> <p>... <u>analisar como o exercício da paternidade e da maternidade são influenciados por estes mesmos estereótipos...</u></p>	

	<p>mesmos estereótipos, bem como <u>compreender a prática dos papéis parentais no cenário familiar de acordo com os aspectos de gênero</u> (Botton et al., 2015, p. 44).</p> <p>... nossa intenção com esta escrita não é negar as diferenças biológicas que estão visíveis ... meninos corresponderem ao gênero masculino e das meninas ao gênero feminino. O que intentamos é <u>problematizar as construções sociais</u> feitas sobre elas, que acabam prejudicando as individualidades de cada sujeito e as formas de uso do seu corpo, retirando a autonomia sobre as escolhas de homens e mulheres que optam por não seguirem padrões tradicionais ligados ao sexo físico em seus modos de ser e viver (Botton et al., 2015, p. 46).</p>			<p><u>dicotomias do gênero</u></p>	<p><u>compreender a prática dos papéis parentais no cenário familiar de acordo com os aspectos de gênero</u></p> <p>provocam as relações verticais e de dominação do masculino opressor sobre o feminino oprimido. São tais relações desiguais...</p> <p><u>gerando tais preconceitos.</u></p>	<p><u>problematizar as construções sociais</u></p>
--	--	--	--	------------------------------------	--	--

	<p>Essa compreensão baseia-se em conhecidas reflexões sobre essa temática, como a de Scott (1995), que afirma serem as <u>dicotomias do gênero</u> que provocam as relações verticais e de dominação do masculino opressor sobre o feminino oprimido. São tais relações desiguais... (Botton et al., 2015, p. 46).</p> <p>As <u>construções sociais</u> normatizadas que demarcam uma característica como possibilidade de usufruto por apenas um dos sexos, <u>gerando tais preconceitos, desigualdades, dominações e opressões</u> já citados, são exemplos de estereótipos de gênero... (Botton et al., 2015, p. 46).</p> <p>...<u>papéis sociais relacionados ao gênero</u> e tidos como adequados devemos exercer, assim como quais – os</p>			<p><u>papéis sociais relacionados ao gênero</u></p> <p><u>modelos de gênero</u></p> <p><u>estereótipos de gênero</u></p>	<p><u>desigualdades, dominações e opressões</u></p> <p>a existência gendrada de homens e mulheres na atualidade e os valores sociais que são atribuídos a essas diferenças</p> <p>a <u>possibilitar</u> uma maior flexibilidade no exercício dos <u>papéis</u></p>	
--	---	--	--	--	--	--

	<p>masculinos – são mais valorizados socialmente... (Botton et al., 2015, p. 47).</p> <p>Considerando, então, a existência gendrada de homens e mulheres na atualidade e os valores sociais que são atribuídos a essas diferenças, é previsível que pais e mães imprimam <u>modelos de gênero</u> de forma patriarcal nas crianças... (Botton et al., 2015, p. 50).</p> <p>A partir de uma abordagem de gênero...compreender de que forma o desempenho da paternidade e da maternidade são influenciados por estereótipos...As argumentações aqui tecidas visaram apontar para o fato de que as relações desiguais entre homens e mulheres no cenário familiar implicam na reprodução de relações de poder ... ficam aparentes para as crianças através das vivências e exemplos transcorridos no</p>				<p><u>parentais</u> dentro da família</p>	
--	---	--	--	--	---	--

	<p>cotidiano (Botton et al., 2015, p. 52).</p> <p>...E é nesse contexto de busca pela superação dos <u>estereótipos de gênero</u> no ambiente familiar que argumentamos em favor de uma educação não sexista, não mais baseada e sustentada em padrões normativos e preconcebidos, de modo a possibilitar uma maior flexibilidade no exercício dos papéis parentais dentro da família... (Botton et al., 2015, p. 53).</p>					
<p>Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar (Fabiana Verza; Marli Kath Sattler; Marlene Neves Strey, 2015).</p>		<p>... o papel de <u>gênero</u>...as <u>consequências sociais, econômicas e psicológicas derivadas das famílias de único genitor ainda consistem em uma problemática feminina</u>, visto que é com as mulheres que os filhos costumam ficar. <u>Questões de gênero intensificam tal problemática uma vez que as mulheres acabam reduzindo o acesso a melhores condições de vida para dar conta da criação dos filhos...</u> A feminização da pobreza...desigualdade salarial entre homens e</p>		<p><u>papel de gênero</u></p> <p><u>Questões de gênero</u></p>	<p>...as consequências sociais, econômicas e psicológicas derivadas das famílias de único genitor ainda consistem em uma <u>problemática feminina</u>...</p> <p>...intensificam tal problemática uma vez que <u>as mulheres acabam reduzindo o acesso a melhores condições de vida para dar conta da criação dos filhos...</u></p>	

	<p>mulheres... (Verza et al., 2015, p. 48).</p> <p>No que tange as <u>relações de gênero... as interações familiares promovem a construção de ideologias e estereótipos de gênero que são transmitidos transgeracionalmente</u>. Isso implica em consequências importantes sobre como <u>os papéis de gênero serão vivenciados em cada família e reproduzidos na sociedade...</u> (Verza et al., 2015, p. 48).</p> <p>O legado de que as mulheres são as “rainhas do lar” deixou heranças nas <u>relações de gênero e ainda interferem na organização de alguns ambientes domésticos...</u> (Verza et al., 2015, p. 54).</p> <p>A posição social que as mulheres ocupam e a divisão sexual do trabalho ainda não são <u>igualitárias...A violência de gênero se manifesta em atitudes discriminatórias e relações de poder desigual onde os direitos e a dignidade das mulheres são violados sob as mais diferentes formas de</u></p>		<p><u>relações de gênero</u></p> <p><u>estereótipos de gênero</u></p> <p><u>relações de gênero</u></p> <p><u>A violência de gênero</u></p>	<p><u>...interações familiares promovem a construção de ideologias...</u></p> <p><u>transmitidos transgeracionalmente</u></p> <p><u>...os papéis de gênero serão vivenciados em cada família e reproduzidos na sociedade...</u></p> <p><u>interferem na organização de alguns ambientes domésticos</u></p> <p><u>...relações de poder desigual onde os direitos e a dignidade das mulheres são violados sob as mais diferentes formas de opressão...</u></p>	
--	---	--	--	--	--

		<p>opressão... (Verza et al., 2015, p. 54).</p> <p>...O mesmo ocorre com as <u>questões de gênero</u>, que <u>revelaram o quanto ser mãe, mulher e chefe de família ainda é uma tarefa hercúlea e cheia de desafios</u>. O protagonismo feminino na condução de uma família envolve aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional das mulheres (Verza et al., 2015, p. 54).</p>		<p><u>questões de gênero</u></p>	<p><u>revelaram o quanto ser mãe, mulher e chefe de família ainda é uma tarefa hercúlea e cheia de desafios...</u></p>	
<p>Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade (Silvia Mayumi Obana Gradvohl, Maria José Duarte Osis e Maria Yolanda Makuch, 2014).</p>		<p>Já a menor participação dos homens nas <u>tarefas domésticas é atribuída ao fato de que estas atividades ainda são consideradas essencialmente femininas</u>, permanecendo ainda a <u>segregação por gênero...</u> (Gradvohl et al., 2014, p. 59).</p> <p>...maior <u>participação dos homens nos cuidados ao filho</u>, tem possibilitado a desintegração de <u>antigos estereótipos paternos e maternos</u>, favorecendo a paternidade participativa... <u>espera-se do homem não apenas o sustento financeiro da família, como na família patriarcal, mas</u></p>		<p><u>segregação por gênero</u></p>	<p><u>tarefas domésticas é atribuída ao fato de que estas atividades ainda são consideradas essencialmente femininas</u></p> <p>desintegração de <u>antigos estereótipos paternos e maternos</u></p> <p><u>espera-se do homem não apenas o sustento financeiro da família, como na família patriarcal, mas uma paternidade que se expresse também nos cuidados educacionais</u></p>	

		<p><u>uma paternidade que se expresse também nos cuidados educacionais e afetivos com os filhos...</u> (Gradwohl et al., 2014, p. 59)</p> <p>...Nesse sentido, a <u>maternagem começa a ser concebida como uma tarefa a ser exercida independente do gênero...</u> (Gradwohl et al., 2014, p. 59)</p>			<p><u>e afetivos com os filhos</u></p> <p><u>maternagem começa a ser concebida como uma tarefa a ser exercida independente do gênero</u></p>	
<p>Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. (Edward Goulart Júnior; Marianne Ramos Feijó; Érica Vidal da Cunha; Bruna Janerini Corrêa; Paula Alessandra do Espírito Santo Gouveia, 2013).</p>		<p>...Se por um lado <u>as mulheres sofrem com a desigualdade, com a desproporção entre sua remuneração e a remuneração masculina e com o acúmulo de tarefas e responsabilidades...</u> muitos <u>homens sofrem com a pressão relacionada ao sustento da família e com a manutenção de sua imagem perante os demais. Deles ainda se espera que sejam fortes, bons provedores, que resolvam os problemas e consertem o que não está em bom funcionamento...Poucas famílias constroem e sustentam padrões de relação com melhor distribuição e rodízio de papéis, sem que um espere do outro ações e</u></p>		<p><u>visão de gênero estereotipada</u></p>	<p><u>Poucas famílias constroem e sustentam padrões de relação com melhor distribuição e rodízio de papéis, sem que um espere do outro ações e</u></p>	

		<p><u>comportamentos típicos da visão de gênero estereotipada...</u>(Goulart Júnior et al., 2013, p. 112).</p> <p><u>...É preciso haver uma mudança na visão de mulheres e, especialmente, dos homens a respeito da divisão de trabalhos relacionados ao cuidado com a casa e com os filhos para que haja transformação social que sustente novas práticas relacionais e novas políticas públicas...</u>(Goulart Júnior et al., 2013, p. 119).</p>			<p><u>comportamentos típicos da visão de gênero estereotipada</u></p>	<p><u>mudança na visão de mulheres e, especialmente, dos homens a respeito da divisão de trabalhos relacionados ao cuidado com a casa e com os filhos para que haja transformação social que sustente novas práticas relacionais e novas políticas públicas</u></p>
--	--	--	--	--	---	---

### 3.5.2.1 Categoria analítica

A autora Vania Bustamante (2019), no trabalho “Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida”, buscou compreender a participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida a partir de visitas domiciliares realizadas durante um ano em duas famílias atendidas pela Unidade de Saúde da Família de um bairro periférico na cidade de Salvador. Articulou o cuidado paterno com as questões de gênero, a divisão sexual do trabalho e os efeitos nas relações cotidianas das famílias, como as divisões das tarefas domésticas e as definições dos papéis sociais.

Importante destacar que a autora problematiza a valorização da família heteronormativa tanto nas pesquisas quanto nas diversas áreas de atenção à saúde. E para discorrer sobre o cuidado paterno, faz articulações com as relações de gênero adotando o conceito de Joan Scott (1995), a partir da ideia de pensar os efeitos das relações de poder, como desigualdades para além do cuidado e refletir sobre novas formas do exercício da paternidade, como podemos depreender abaixo:

*Ao mesmo tempo, considerando a complexidade do objeto, e visando ampliar a teoria geral sobre o cuidado, inclui-se no presente estudo a reflexão sobre cuidado e relações de gênero (Bustamante, 2019, p. 91).*

*Compreendendo gênero como “... elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 21), e nesse sentido “uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 21), diversos estudos apontam a persistência da divisão sexual do trabalho, ou seja, “... a imputação aos homens do trabalho produtivo e às mulheres do trabalho doméstico (ou reprodutivo)” (Bruschini & Ricoldi, 2012, p. 266), com uma maior valorização do trabalho masculino [...] (Bustamante, 2019, p. 91).*

*Para refletir sobre as desigualdades de gênero é importante trazer dados atuais, como algumas estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2010, que indicam que mães com filhos dedicam 25,9 horas semanais aos cuidados com a casa, contra 15,5 horas dos homens com filhos [...] (Bustamante, 2019, p. 92).*

*Os dados apresentados levam a argumentar que a persistência da divisão sexual do trabalho e do cuidado com os filhos não é apenas uma disposição dos homens, mas um fenômeno relacional construído cotidianamente nas relações entre homens e mulheres, reforçado pelos serviços de saúde que os assistem, e transmitido aos bebês desde o início da vida (Bustamante, 2019, p. 100).*

As autoras Débora Augusto Franco, Andrea Seixas Magalhães e Terezinha Féres-Carneiro, no artigo “Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família” (2018), investigaram o fenômeno da violência doméstica relacionada com o rompimento conjugal a partir de entrevistas realizadas com 12 pessoas (10 homens e 2 mulheres) que vivem conflitos relacionados com a guarda compartilhada e alienação parental. Discutem, a partir de uma perspectiva sistêmica, a violência de gênero a partir das relações de poder, e a reconhecem como fenômeno multideterminado e, muitas vezes, naturalizado.

No artigo, concluíram, dialogando com Beauvoir, Saffioti e Foucault, pela importância de desconstruir os discursos que reproduzem situações de violência em diversos espaços, construção de estratégias para proteção da saúde mental das pessoas envolvidas, principalmente dos filhos, e rompimento desses ciclos. Os trechos a seguir representam essa discussão:

*Para Silva, Coelho e Njaine (2014), a violência presente no fim da relação conjugal estaria associada às relações de poder e à distinção entre as características culturais atribuídas a homens e mulheres, especialmente no que tange às peculiaridades biológicas da diferença entre os sexos. Para os autores, o uso do poder masculino sobre as mulheres estaria na base da violência exercida sobre elas, o que se dá por meio de estratégias de domínio e controle da relação conjugal (Franco et al, 2018, p. 155).*

*A noção de gênero, por sua vez, é da ordem da cultura e difere do conceito de sexo, o qual corresponde às características físicas/biológicas denominadas masculinas e femininas (Beauvoir, 1949/2016; Diniz, 2013, 2017) ...a noção de gênero no imaginário social está associada à ideia de feminino como fragilidade ou submissão, o que ainda hoje serve para justificar preconceitos. Por outro lado, a ideia de masculino, ao longo dos séculos, esteve associada à racionalização, domínio e força (Franco et al, 2018, p. 156).*

*Por esse motivo, torna-se importante ampliar a compreensão sobre a violência nas relações afetivas, já que uma ampla gama de fatores contribui para a ocorrência desse fenômeno, tais como a desigualdade de gênero, a banalização de manifestações agressivas no âmbito da vida privada dentre outros relacionados ao contexto social e interacional do casal e das famílias [...] (Franco et al., 2018, p. 157).*

A perspectiva sistêmica adotada no estudo reconhece o que chamam de “dimensão relacional da violência”, ou seja, o fenômeno da violência percebido como uma estratégia conjugal ou padrão de interação, como no trecho a seguir:

*Os estudos sobre gênero podem colaborar para a compreensão desse conceito em uma Perspectiva sócio-histórica [...]. Além disso, torna-se importante compreender a dimensão relacional da violência, concebendo-a como uma forma de expressão e um jogo de forças no qual a mulher pode ser vítima e, paradoxalmente, cúmplice (Franco et al, 2018, p. 156).*

Prosseguindo nossa análise, o artigo “A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer?”, de autoria de João Paulo Zerbinati e Maria Alves de Toledo Bruns, apresenta uma revisão integrativa na literatura internacional de publicações que abordam a temática das famílias de crianças transexuais. Os autores ressaltaram, no estudo, a vulnerabilidade da população trans, os impactos na saúde mental e a importância do apoio

familiar para superar a expressão de gênero e sexualidade para além dos modelos normativos. Por outro lado, os achados apontaram poucos estudos sobre a temática.

O conceito de gênero, a partir de alguns autores citados como Judith Butler e Paul Preciado, é utilizado no artigo para desconstruir o modelo binário de gênero e ampliar a ideia para outras formas de expressões de identidade de gênero, como a transexualidade. O artigo apresenta diversas explicações, mostrando o potencial do conceito, conforme o trecho abaixo:

*Gênero é definido pelo modo como o sujeito se percebe enquanto uma identidade sexual no decorrer de seu processo de subjetivação e identificação com os genitores na interface com os processos de socialização, construção de códigos sociais, modelos sociais de masculinidades e feminilidades, entre outras (Bruns, 2013). Segundo a perspectiva de Butler (2003a), gênero é uma “coalizão aberta” que permite múltiplas convergências e divergências. Nesse sentido, há uma crítica quanto ao entendimento do sexo e gênero como uma característica natural e binária. Butler (2003a) e Preciado (2015) apontam para a necessidade de uma compreensão de gênero que se afaste da normativa ligada ao sexo biológico e/ou ao desejo afetivossexual. Nesse sentido, “gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (Butler, 2014, p. 253). Assim como compreende Zerbinati e Bruns (2018a), a desconstrução do gênero possibilita um processo criativo e original de identificação e subjetivação, ou seja, abre caminho para complexas possibilidades de ser e existir no mundo. O transitar por entre os modelos de sexo e gênero expressa mais uma possibilidade de ser e existir no mundo (Zerbinati & Bruns, 2018, p. 38).*

Outro artigo, “Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo” (Gonçalves; Caramaschi; Feijó, 2018), realizou entrevistas com 7 casais heterossexuais, descrevendo as percepções de casais em relação às dificuldades de lidar com a gestão do

orçamento doméstico. Os achados mostram a prevalência de divergência quanto à autonomia de cada cônjuge na decisão de compra dos produtos, mas também a influência de questões culturais, gênero, comunicação, ciclo vital e repetição de padrões intergeracionais nos conflitos conjugais.

Em relação ao conceito de gênero, ele aparece aqui para discutir as desigualdades de poder, os papéis de gênero, a complementaridade desses papéis, a perspectiva relacional e os conflitos conjugais em relação ao orçamento doméstico a partir de uma perspectiva sistêmica, como podemos observar no recorte a seguir:

*É sabido que não são apenas os recursos materiais que contribuem para a manutenção da desigualdade e da dependência nas relações, já que papéis construídos em torno de gênero afetam homens e mulheres e influenciam a relação entre eles... (Gonçalves et al, 2018, p. 30).*

*As questões de gênero também podem interferir na gestão do orçamento, isto é, a maneira como cada cônjuge internalizou os papéis sociais esperados para as pessoas conforme o seu sexo biológico. Uma das definições de gênero é “o conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformam as condições biológicas da diferença em normas sociais (Gonçalves et al, 2018, p. 31).*

*Na terapia de casal, as questões de gênero podem emergir por intermédio de conflitos. Estes impulsionados por crenças preconceituosas ou pela assunção de comportamentos estereotipados que sustentam o desequilíbrio de poder entre os cônjuges (Gonçalves et al, 2018, p. 31).*

*Padrões socialmente construídos em torno de gênero resultam em expectativas sobre os comportamentos de homens e mulheres, como mostram os resultados discutidos a seguir. A questão de gênero ainda é fortemente marcada pelo modelo patriarcal, ou seja, aquele em que tanto o sexo masculino como o feminino têm seus papéis sociais*

*delimitados pelas funções de acordo com as expectativas culturais...* (Gonçalves et al, 2018, p. 35).

Avançando na nossa análise, o artigo “Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica” (Maria Teresa de Assis Campos, Rafael De Tilio e Izabella Lenza Crema mostra, através de uma revisão integrativa da literatura sobre sexualidade, gênero e família, como essas questões têm sido abordadas.

Os autores discutiram, a partir de 28 artigos selecionados, que o ideal da família tradicional burguesa ainda persiste apesar das mudanças na contemporaneidade. Concluíram que os estudos apontam a família como relevante no desenvolvimento da sexualidade e da identidade de gênero dos filhos, seja na reprodução dos papéis de gênero, seja na construção da subjetividade das pessoas. Os recortes do texto representam discussão do conceito de gênero articulado com sexualidade, ideia de papéis sociais e relações de poder no contexto da família:

*Dentre as identidades possíveis há a Identidade de Gênero que está atrelada à identificação dos sujeitos com as características e papéis a serem desempenhados pelos gêneros na sociedade e cultura em que estão inseridos (Campos et al, 2017, p. 146).*

*Quando os operadores conceituais sexualidade e gênero são problematizados é possível considerar que as famílias e seus diversos modelos (Dessen, 2010) exercem papel importante no desenvolvimento biopsíquico e social, no desenvolvimento da sexualidade das suas crianças e adolescentes, sendo responsáveis por transmitir valores e distribuir papéis que perpassam e mantêm as normas socialmente construídas e que regem as relações de gênero (Foucault, 2014) (Campos et al, 2017, p. 146).*

*[...] gêneros são cultural e historicamente construídos, resultando em relações sociais compulsórias aos sujeitos. Dessa maneira, o processo de tornar-se homem ou mulher é atravessado por um processo de socialização apoiado numa suposta naturalização de elementos biológicos (Campos et al 2017, p. 147).*

*Assim como as relações (práticas) de gênero, os discursos que as sustentam também são demarcados por relações de poder, sendo importante compreender as condições materiais de produção dos mesmos, desvelando quem, como, quando, onde e para quem são produzidos (Campos et al, 2017, p. 147).*

No artigo “Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal”, de autoria de Bruna Krimberg von Muhlen e Marli Sattler (2016), as autoras discutem os efeitos das hierarquias de gênero nas relações conjugais e a importância de construção de relações mais igualitárias para maior satisfação conjugal. Dialogam brevemente no estudo com a teoria do espaço consciente (Burlae, 2004) para refletir sobre a violência de gênero, o empoderamento das mulheres e a psicologia feminista como uma terapia politicamente implicada na mudança social.

O conceito de gênero é utilizado para debater os estereótipos e papéis de gênero e os obstáculos para empoderamento das mulheres. Vale destacar que as autoras reconhecem os efeitos relacionais do gênero, mas não avançam na discussão das relações de poder, como podemos perceber a seguir:

*[...] interesse de estudar a influência das questões de gênero nas relações de casais, tendo como enfoque a constatação de que muitas vezes as mulheres não percebem, mas não conseguem transcender alguns espaços, pois são cativas por normas sociais sexistas (Von Muhlen & Sattler, 2016, p. 192).*

*Os estereótipos de gênero estão presentes em todas as relações sociais, e conseqüentemente influenciam nas relações conjugais também. Há muitos estudos que associam gênero a casais, mas não há estudos específicos sobre como empoderar as mulheres nas relações, evitando possíveis conseqüências danosas, além de tornar as relações mais satisfatórias para ambos os cônjuges (Von Muhlen & Sattler, 2016, p. 193).*

*O conceito de gênero deve ser entendido como relacional, sendo uma construção cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e sobre as relações que são socialmente construídas. Neste sentido a sociedade constrói concepções e funções diferentes para mulheres e homens. Assim, os estudos de gênero permitem refletir como valores culturais, morais e éticos influenciam a vida das mulheres (Colling, 2004), e dos homens (Von Muhlen & Sattler, 2016, p. 193).*

*[...] Focar na redistribuição de cada responsabilidade de gênero e numa nova estrutura cultural de divisões igualitárias de trabalho, enquanto ajudava famílias a assumir novas responsabilidades na manutenção de deveres domésticos, parentalidade, emprego, e finanças, era um dos objetivos* (Von Muhlen & Sattler, 2016, p. 195).

O artigo “Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero” (Andressa Botton; Sabrina Daiana Cúnico; Mariana Barcinski; Marlene Neves Strey, 2015) apresenta uma revisão de literatura para compreender as influências dos estereótipos de gênero e papéis sociais na parentalidade. As autoras perceberam, com o estudo, que, apesar das novas configurações familiares e transformações advindas na contemporaneidade, muitos padrões tradicionais e papéis sociais ainda estão presentes nas famílias e são transmitidos transgeracionalmente e perpetuados nas relações com os filhos.

As autoras reconhecem os diversos significados do conceito de gênero, as contribuições dos estudos de gênero contemporâneo (Judith Butler, Joan Scott e Guacira Louro) e o empregam para discorrer sobre os papéis sociais e os estereótipos de gênero – “homem provedor financeiro e a mulher provedora afetiva”, e os efeitos no exercício da parentalidade.

*[...] o objetivo do presente artigo é refletir sobre os aspectos do fenômeno transgeracional em relação aos estereótipos de gênero, isto é, às construções sociais que discorrem sobre quais seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1995)...pretendemos analisar como o exercício da paternidade e da maternidade são influenciados por estes mesmos estereótipos, bem como compreender a prática dos*

*papéis parentais no cenário familiar de acordo com os aspectos de gênero* (Botton et al, 2015, p. 44).

[...] *nossa intenção com esta escrita não é negar as diferenças biológicas que estão visíveis [...] meninos corresponderem ao gênero masculino e das meninas ao gênero feminino. O que intentamos é problematizar as construções sociais feitas sobre elas, que acabam prejudicando as individualidades de cada sujeito e as formas de uso do seu corpo, retirando a autonomia sobre as escolhas de homens e mulheres que optam por não seguirem padrões tradicionais ligados ao sexo físico em seus modos de ser e viver* (Botton et al, 2015, p. 46).

*Essa compreensão baseia-se em conhecidas reflexões sobre essa temática, como a de Scott (1995), que afirma serem as dicotomias do gênero que provocam as relações verticais e de dominação do masculino opressor sobre o feminino oprimido. São tais relações desiguais [...]* (Botton et al, 2015, p. 46).

*As construções sociais normatizadas que demarcam uma característica como possibilidade de usufruto por apenas um dos sexos, gerando tais preconceitos, desigualdades, dominações e opressões já citados, são exemplos de estereótipos de gênero* (Botton et al, 2015, p. 46).

[...] *papéis sociais relacionados ao gênero e tidos como adequados devemos exercer, assim como quais – os masculinos – são mais valorizados socialmente* (Botton et al, 2015, p. 47).

*Considerando, então, a existência gendrada de homens e mulheres na atualidade e os valores sociais que são atribuídos a essas diferenças, é previsível que pais e mães imprimam modelos de gênero de forma patriarcal nas crianças* (Botton et al, 2015, p. 50).

*A partir de uma abordagem de gênero...compreender de que forma o desempenho da paternidade e da maternidade são influenciados por estereótipos [...]* As argumentações

*aqui tecidas visaram apontar para o fato de que as relações desiguais entre homens e mulheres no cenário familiar implicam na reprodução de relações de poder [...] ficam aparentes para as crianças através das vivências e exemplos transcorridos no cotidiano (Botton et al, 2015, p. 52).*

*[...] E é nesse contexto de busca pela superação dos estereótipos de gênero no ambiente familiar que argumentamos em favor de uma educação não sexista, não mais baseada e sustentada em padrões normativos e preconcebidos, de modo a possibilitar uma maior flexibilidade no exercício dos papéis parentais dentro da família (Botton et al, 2015, p. 53).*

### **3.5.2.2 Categoria empírica**

Seguindo nossa análise, o trabalho das autoras Scheila Krenkel e Maria Aparecida Crepaldi (2020) com o título “Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica”, realizou uma pesquisa quantitativa de cunho descritivo e documental a partir da análise de 315 fichas cadastrais de pessoas atendidas pela clínica-escola de um instituto de Terapia Relacional Sistêmica localizada no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo foi traçar o perfil sociodemográfico para aperfeiçoar o atendimento das pessoas que buscam os serviços de psicologia.

Nessa discussão teórica, as autoras empregam o termo gênero como o sentido de “sexo” para diferenciar homens e mulheres para levantar o perfil sociodemográfico da clientela da clínica-escola. Fica evidente, apesar da importância do estudo, que os achados que mostram a prevalência da busca de atendimento pelas mulheres poderiam ser enriquecido se fosse adotado uma perspectiva de gênero para refletir sobre a saúde mental, como apontam outros estudos (Zanello, 2010, 2014, 2018). Os trechos a seguir representam o conceito de gênero utilizado pelas autoras:

[...] *Todas as fichas de triagens referentes ao referido período fizeram parte desta pesquisa, incluindo as que, eventualmente, Caracterização da Clientela da Clínica-Escola de um Instituto de Terapia Relacional Sistêmica - Krenkel, Crepaldi 212 Pensando Famílias, 25(2), dez. 2021, (208-223). não tiveram todas as informações preenchidas. As características sociodemográficas que fizeram parte deste estudo referiram-se a: gênero, idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar mensal, configuração familiar, fase do ciclo vital, experiência anterior com psicoterapia (sim ou não), encaminhamento/ indicação, queixa e tipo de atendimento (individual, casal, família) (Krenkel & Crepaldi, 2021, p. 211-212).*

[...] *Em todas as faixas etárias houve predomínio do gênero feminino, exceto a de 0-9 anos [...]* (Krenkel & Crepaldi, 2021, p. 213).

[...] *Por outro lado, os resultados desta pesquisa convergem para o que aponta o IBGE (2014), no que tange à prevalência da depressão no gênero feminino, em idade adulta e em pessoas com ensino superior completo* (Krenkel & Crepaldi, 2021, p. 218).

Outro ponto importante que notamos até aqui é a ausência de uma perspectiva interseccional e feminista para compreender os impactos dos marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade, nacionalidade, entre outros, na saúde mental e violência. Essa lacuna também foi verificada em uma pesquisa sobre os estudos de gênero na Psicologia (1980-2016) realizada por Pizzinato et al (2020), que mostrou que há ainda longo caminho para percorrermos.

No artigo intitulado “Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro” (Feijó; Goulart Júnior; Nascimento e Nascimento, 2017), os autores apresentam uma revisão narrativa sobre a temática do conflito trabalho-família na base de dados da Scielo (2010-2015).

A partir de 18 artigos analisados, os autores perceberam poucos estudos que abordam o conflito trabalho-família. Porém, concluíram, através de uma perspectiva sistêmica, que a

desigualdade de gênero e o fator “tempo” representam questões relevantes nos conflitos entre trabalho-família, bem como a importância de políticas e práticas de gestão organização. Nos trechos a seguir, gênero é adotado para ressaltar as diferenças entre os papéis sociais – masculino e feminino e os impactos da desigualdade no contexto familiar e do trabalho:

[...] *Para os autores, concomitante a esse movimento de redefinição de papéis masculinos e femininos no contexto familiar, há também a reorganização das funções exercidas pelos dois gêneros no âmbito profissional, agora contando com papéis múltiplos que precisam ser conciliados pelos indivíduos, sem que haja um desequilíbrio entre os dois âmbitos da vida do sujeito* (Feijó et al, 2017, p. 106).

[...] *indicaram que o papel familiar e doméstico ainda é predominantemente atribuído às mulheres, por questões culturais; quando a mulher é mais Conflito Trabalho-família ...exigida no trabalho, ela tem a tendência de sentir maiores níveis do conflito trabalho-família do que os homens na mesma situação* (Feijó et al, 2017, p. 109-110).

[...] *O estudo de Matias et al. (2011) reafirma a desigualdade de gênero como um dos elementos essenciais na compreensão da interação trabalho-família* (Feijó et al, 2017, p. 110).

As autoras Lais Rocha Santos e Elder Cerqueira-Santos, no artigo “Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais” (2016), apresentam uma revisão integrativa na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Psi-Brasil) sobre o fenômeno da infidelidade conjugal. Discutem gênero para pensar os estereótipos de gênero, as influências da tecnologia, as práticas sexuais, novos modos de relacionamentos, ressaltando as diferenças entre a experiências “masculina e feminina”, como podemos verificar abaixo:

[...] *Aparecem principalmente as questões em torno de uma legitimação, pois apesar da infidelidade ser um fenômeno experimentado por homens e mulheres, os caminhos percorridos por ambos tendem a ser completamente diferenciados. Tais diferenças aparecem nas relações afetivo-sexuais, sustentadas justamente por uma construção*

*social dos gêneros, fomentada por estereótipos de gênero. Pode-se dizer que tais questões modelam as práticas sexuais, as formas de relacionamento e romper com esse constructo ainda se mostra uma tarefa árdua (Santos & Santos, 2016, p. 87).*

*Isso foi percebido no estudo de Arent (2009), quando a mesma analisa a questão de mulheres frequentadoras de um “Clube das Mulheres”, que encontram na transgressão das normas socialmente tradicionais e destinadas a seu gênero certa libertação, um estado de prazer mesmo sem a concretização do ato da infidelidade (Santos & Santos, 2016, p. 87).*

*[...] A pesquisa recai também sobre um debate já proposto nesse sentido, referente às questões de gênero, principalmente quanto a permissividade da infidelidade masculina (Santos & Santos, 2016, p. 95).*

Continuando a análise, no artigo “Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar” (Fabiana Verza; Marli Kath Sattler; Marlene Neves Strey, 2015), as autoras apresentam um levantamento da literatura sobre monoparentalidade feminina e a TF. Nessa pesquisa exploratória-descritiva a partir de um relato de caso de uma mãe atendida por uma instituição de TF no RS, as autoras buscaram compreender como as questões de gênero impactam as famílias monoparentais femininas e as possibilidades de atuação profissional na TF junto à essas famílias. porém o conceito de gênero não demonstra ser elemento central para ampliar a discussão da monoparentalidade.

Além disso, destacam o papel de gênero para refletir sobre os impactos sociais, econômicos e psicológicos para as famílias monoparentais, como a feminização da pobreza e a inequidade salarial entre homens e mulheres. Discutem ainda a importância de refletir a prática na TF para atendimentos dessas famílias, como podemos perceber nos recortes abaixo:

*[...] o papel de gênero...as consequências sociais, econômicas e psicológicas derivadas das famílias de único genitor ainda consistem em uma problemática feminina, visto que é com as mulheres que os filhos costumam ficar. Questões de gênero intensificam tal*

*problemática uma vez que as mulheres acabam reduzindo o acesso a melhores condições de vida para dar conta da criação dos filhos... A feminização da pobreza...desigualdade salarial entre homens e mulheres (Verza et al, 2015, p. 48).*

*No que tange as relações de gênero... as interações familiares promovem a construção de ideologias e estereótipos de gênero que são transmitidos transgeracionalmente. Isso implica em consequências importantes sobre como os papéis de gênero serão vivenciados em cada família e reproduzidos na sociedade (Verza et al, 2015, p. 48).*

*[...] famílias monoparentais ainda podem ser vistas ou percebidas como famílias incompletas ou deficitárias já que não representam o ideal social de modelo familiar... Cabe aos profissionais da Terapia Familiar trabalhar no sentido de desmistificar essas representações sociais, que povoam o imaginário de muitas pessoas e podem interferir negativamente no funcionamento de muitas famílias e nas intervenções de muitos profissionais (Verza et al, 2015, p. 49).*

*O legado de que as mulheres são as “rainhas do lar” deixou heranças nas relações de gênero e ainda interferem na organização de alguns ambientes domésticos (Verza et al, 2015, p. 54).*

*A posição social que as mulheres ocupam e a divisão sexual do trabalho ainda não são igualitárias...A violência de gênero se manifesta em atitudes discriminatórias e relações de poder desigual onde os direitos e a dignidade das mulheres são violados sob as mais diferentes formas de opressão (Verza et al, 2015, p. 54).*

*[...] O mesmo ocorre com as questões de gênero, que revelaram o quanto ser mãe, mulher e chefe de família ainda é uma tarefa hercúlea e cheia de desafios. O protagonismo feminino na condução de uma família envolve aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional das mulheres (Verza et al, 2015, p. 54).*

As autoras Silvia Mayumi Obana Gradvohl, Maria José Duarte Osis e Maria Yolanda Makuch, no artigo “Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade”, discutem brevemente sobre a construção social e novas possibilidades de maternidade e maternagem, problematizando a pressão cultural para a maternidade e o mito do amor materno. O conceito de gênero surge para discutir os efeitos dos estereótipos de gênero na maternidade e paternidade, como vemos a seguir:

*Já a menor participação dos homens nas tarefas domésticas é atribuída ao fato de que estas atividades ainda são consideradas essencialmente femininas, permanecendo ainda a segregação por gênero [...] (Gradvohl, Osis & Makuch, 2014, p. 59)*

*Embora ainda incipiente, nota-se que a maior participação dos homens nos cuidados ao filho, tem possibilitado a desintegração de antigos estereótipos paternos e maternos, favorecendo a paternidade participativa... espera-se do homem não apenas o sustento financeiro da família, como na família patriarcal, mas uma paternidade que se expresse também nos cuidados educacionais e afetivos com os filhos [...] Gradvohl, Osis & Makuch, 2014, p. 59).*

*[...] Nesse sentido, a maternagem começa a ser concebida como uma tarefa a ser exercida independente do gênero [...] (Gradvohl, Osis & Makuch, 2014, p. 59)*

Na categoria empírica, identificamos, pois, 6 artigos que predominantemente apresentaram discussões articulando os papéis sociais e estereótipos de gênero para refletir sobre as experiências e perspectivas das mulheres, focando nas diferenças entre homens e mulheres.

Assim, localizamos nos artigos alguns repertórios interpretativos utilizados para nomear gênero e que reforçam essa concepção: “destino de gênero”; “desigualdade de gênero”; “construção social dos gêneros”; “estereótipos de gênero”; “questões de gênero”; “papel de gênero” e “relações de gênero”.

No que se refere aos repertórios interpretativos relacionados ao objetivo da inclusão do conceito de gênero nos artigos, encontramos as palavras/verbos que denotam essa posição: “suportar”; “reorganizar”; “compreender”; “romper”; “intensificar”; “promover”; “transmitir”; “reproduzir”; “atribuir”; “considerar”; “revelar”; “esperar”; “conceber”; “construir”; “sustentar”; “distribuir”. Nota-se que estes repertórios buscam muito mais explicar as desigualdades de gênero, e pouco problematizam para promover transformação, como vimos nos artigos da categoria analítica.

E quanto aos repertórios interpretativos que representam a importância de reconhecer o conceito de gênero, encontramos apenas um artigo (Goulart Júnior et al., 2013) que traz os efeitos de adotar o conceito: “mudança visão”; “sustentar novas práticas relacionais”.

### ***3.5.2.3 Categoria genérica***

O artigo intitulado “O lugar do desejo de aborto na parentalidade: uma reflexão bioética” (Fávaro et al, 2020) analisou, através de um estudo transversal exploratório-descritivo com perspectiva psicanalítica, o risco do desejo de aborto a partir da aplicação de um instrumento com 1608 pessoas no estado do Paraná e o relacionou com planejamento familiar, construção da parentalidade, questões sociais e de gênero e da bioética. Os autores perceberam que não há um perfil demográfico do aborto, mas reconheceram a sua complexidade para a atuação profissional.

Na pesquisa, o conceito de gênero é utilizado como variável quantitativa “identificação de gênero” – 74,2% participantes mulheres e 24,94% participantes homens – ao lado de outras variáveis como condições econômicas e idade para analisar a relação do planejamento familiar, o desejo do aborto e os possíveis fatores de risco. Desse modo, apesar de referências de autoras como Debora Diniz e algumas publicações da Revista Estudos Feministas, gênero não é utilizado para ampliar a discussão sobre os efeitos das relações de poder, aparecendo como

sinônimo de “sexo” para identificar um dado sociodemográfico, como podemos observar no trecho selecionado:

*[...] Para o presente estudo foram consideradas ainda as seguintes variáveis quantitativas: “planejou a gravidez do seu primeiro filho”; “identificação de gênero”; “avaliou as condições econômicas para cuidar do bebê- antes da gravidez do primeiro filho” e “idade da primeira gravidez ou engravidou alguém pela primeira vez”. Essas foram consideradas, dentro do instrumento de avaliação do planejamento familiar, as variáveis que poderiam indicar potenciais fatores de risco demográficos para o desejo de aborto [...] (Fávaro et al, 2020, p. 78).*

*Quanto ao gênero, neste estudo não houve diferença estatística entre desejo de aborto entre homens e mulheres. Vale ressaltar que o fato de praticamente 75% dos entrevistados eram do sexo feminino, portanto, não sendo possível generalizar que homens e mulheres desejam o aborto de igual forma (Fávaro et al, 2020, p. 84).*

E para finalizar a análise do nosso corpus da revista PF, o artigo “Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações” (Goulart Júnior et al, 2013) aborda as mudanças na sociedade contemporânea como a inserção da mulher no mercado de trabalho e os impactos na saúde das pessoas decorrentes das demandas de novas formas de organização do contexto do trabalho e das famílias.

O trabalho discute as desigualdades de gênero, os papéis sociais e os desafios das mulheres no enfrentamento do desequilíbrio entre as exigências do trabalho e família que refletem nas duplas/triplas jornadas e desigualdade salarial que afetam a qualidade de vida das pessoas, as relações familiares e as organizações, mas sem confrontar as relações de poder.

*[...] Se por um lado as mulheres sofrem com a desigualdade, com a desproporção entre sua remuneração e a remuneração masculina e com o acúmulo de tarefas e responsabilidades... muitos homens sofrem com a pressão relacionada ao sustento da família e com a manutenção de sua imagem perante os demais. Deles ainda se espera*

*que sejam fortes, bons provedores, que resolvam os problemas e consertem o que não está em bom funcionamento...Poucas famílias constroem e sustentam padrões de relação com melhor distribuição e rodízio de papéis, sem que um espere do outro ações e comportamentos típicos da visão de gênero estereotipada (Goulart Júnior et al, 2013, p. 112).*

*É preciso haver uma mudança na visão de mulheres e, especialmente, dos homens a respeito da divisão de trabalhos relacionados ao cuidado com a casa e com os filhos para que haja transformação social que sustente novas práticas relacionais e novas políticas públicas (Goulart Júnior et al, 2013, p. 119).*

Dentre os 14 (quatorze) artigos analisados da revista PF, 7 (sete) artigos se localizam na categoria analítica. Identificamos nesses trabalhos, discussões do conceito de gênero atrelado a noção de relação de poder, principalmente temáticas sobre desigualdades entre homens e mulheres e os efeitos em diversos contextos como família e trabalho, violência de gênero, conjugalidade e parentalidade.

Dessa forma, os repertórios interpretativos da categoria analítica relacionados ao objetivo do conceito mostram o seu uso para ampliar entendimentos. Todavia, apesar de poucas referências aos estudos de gênero, dois artigos (Botton et al., 2015 e Bustamante, 2019) que dialogam com a teórica Joan Scott se enquadraram na categoria analítica. Outros 3 artigos (Franco et al., 2018; Zerbinati & Bruns, 2018; Campos et al., 2017) que citaram teóricos pós-estruturalistas como Judith Butler e Foucault também se encaixaram nessa categoria, o que nos leva a depreender que os estudos de gênero e teorias pós-estruturalistas contribuem para essas problematizações. Por outro lado, não encontramos referências relacionadas a perspectiva construcionista nos artigos da PF, já que esses trabalhos adotaram outras perspectivas teóricas como sistêmica e psicanalítica.

Em relação à categoria empírica, os 5 (cinco) artigos identificados apresentam campo de interesses diversos como: infidelidade, maternidade, conflitos do contexto do trabalho e

família, monoparentalidade feminina e perfil da clientela de uma clínica-escola. Porém, o que possuem em comum, é o uso do conceito de gênero não como elemento central na discussão a partir das relações de poder, mas para articular as temáticas com os papéis sociais e estereótipos de gênero ressaltando as experiências com ênfase nas mulheres, como por exemplo a discussão sobre os efeitos do gênero na monoparentalidade (Verza, Sattler & Strey, 2015) e os conflitos que surgem no contexto do trabalho e família em razão da desigualdade de gênero (Feijó, et al., 2017). Importante destacar que, não localizamos referências à perspectiva construcionista e teóricas dos estudos de gênero como Joan Scott e Judith Butler nos artigos analisados nessa categoria.

Nos 2 (dois) artigos que consideramos na categoria genérica, encontramos o termo gênero equivalente ao termo “sexo” (Fávaro et al., 2020) para levantamento de dados estatísticos (homens e mulheres) e relação com o desejo de aborto (Goulart Junior et al., 2013). O conceito aqui, aparece também para discutir estereótipos de gênero com foco nas diferenças entre homens e mulheres, como pudemos observar nos repertórios interpretativos que representam a ideia de oposição.

Outro ponto importante, é a ausência de aberturas para ampliação dos entendimentos ou promoção de mudanças, pois, percebemos posicionamentos ainda, sem clareza, quanto à importância de discutir o conceito de gênero.

### **3.6 Distanciamentos e aproximações: RNPS e PF**

Nessa etapa final, a partir das discussões apresentadas, reconhecendo a importância das revistas RNPS e PF para o desenvolvimento da TF, e as especificidades de cada uma, vale destacar, alguns pontos que as aproximam e alguns que as distanciam, que percebemos com a análise dos artigos das revistas.

Como vimos, grande parte dos artigos publicados na RNPS apresentam diálogo com o construcionismo social e as práticas pós-modernas, considerando que a RNPS e o Instituto Noos

configuram espaços expoentes e difusores de conhecimento dessas perspectivas. Nessa direção, muitos autores/as pós-estruturalistas e teóricas dos estudos de gênero contemporâneas, também estão presentes na maioria das propostas desses trabalhos, visto a coerência teórica e epistêmica com a perspectiva construcionista.

Esta postura é evidente, ao observarmos os repertórios interpretativos de gênero dos artigos da categoria analítica. Em relação aos objetivos e efeitos do conceito de gênero, há reconhecimento das relações de poder e os efeitos nos processos sociais. Assim, os trabalhos de modo geral, buscam desconstruir discursos normativos, naturalizados e limitantes, e promover novas leituras e possibilidades de estabelecer relações e de se posicionar no mundo.

Nesse sentido, percebemos também, maior número de trabalhos com propostas de discussões voltadas para a prática clínica nos artigos da RNPS, considerando o pressuposto construcionista da construção de conhecimento a partir das experiências dos/as profissionais, e a importância de compartilhar e contribuir para o campo. Como os artigos que discutem a metodologia de grupos reflexivos de gênero que abordam a temática da violência e masculinidades, e o artigo que apresenta o trabalho com grupo de adolescentes para discutir sexualidade, representam essa contribuição.

Em relação a revista PF, a perspectiva construcionista, as referências aos estudos de gênero e pós-estruturalistas não são proeminentes, comparando com os artigos da RNPS. Dessa forma, percebemos que os artigos não desenvolvem uma discussão mais crítica e complexa. Nesse sentido, os repertórios interpretativos analisados em relação aos objetivos e efeitos do conceito de gênero também buscam “refletir”, “problematizar” e “ampliar” noções naturalizadas, mas em alguns artigos sugerem uma postura mais contida, como “responsabilizar” as implicações decorrentes do conceito de gênero.

Importante destacar que, a revista PF abarca publicações com diversas abordagens e modelos de trabalho que garante o intercâmbio e enriquecimento para o campo da TF. Por outro

lado, percebemos ausência de trabalhos com discussões voltadas para a prática, tendo em vista a importância de articularmos teoria e prática, como já discutido anteriormente.

Quanto às temáticas, os artigos apresentaram maior interesse pelas questões da parentalidade. Em seguida, conjugalidade, conflito trabalho-família, sexualidade, infidelidade, violência e aborto. Nessas discussões, percebemos referências às teóricas feministas da “segunda onda”, que justamente reivindicaram as injustiças vivenciadas pelas mulheres nas próprias famílias e as reproduções da subordinação da esfera pública na privada (Piscitelli, 2009). Assim, muitos dos artigos considerados da categoria empírica, adotam o conceito de gênero para discutir os papéis sociais, estereótipos de gênero e explicar as desigualdades, mas poucos artigos reconhecem a problemática do poder e a potência da categoria gênero.

Por fim, dois pontos importantes para destacar é a importância de fomentar a produção de conhecimento que articule teoria e prática na TF, e preocupação com a inclusão de outras lentes como a perspectiva interseccional e sociocultural. Como já discutimos no capítulo 2, a literatura internacional mostrou avanço, já que essas questões têm sido incorporadas desde a década de 1980 na TF.

Portanto, a preocupação com a formação dos/as futuros terapeutas e formadores, como o desenvolvimento contínuo de habilidades e competências para leitura de gênero na prática clínica a partir da própria reflexão crítica dos lugares sociais que ocupam, esses debates iluminam alguns caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma TF ética e politicamente comprometida.

## Considerações finais

Buscamos com esta dissertação compreender os sentidos de gênero que transitam em contexto da Terapia Familiar, a partir da análise de documentos e artigos publicados nas revistas *Novas Perspectivas Sistêmicas* e *Pensando Famílias*, reconhecendo desde o início a pluralidade e complexidade desse campo. Essa proposta nos levou a delinear o caminho da pesquisa, a partir da construção do nosso campo-tema (P. Spink, 2003), assumindo, desde o início, nossos posicionamentos teóricos/metodológicos e procurando dialogar com outras vozes e saberes para produção de conhecimento, o que também é uma forma de “relatar o mundo”, mas representa nossa própria versão.

Para tanto, apresentamos um resgate das raízes da TF, as principais escolas e autores/as que contribuíram para o desenvolvimento desse campo para refletirmos sobre os desafios, os interesses e as transformações teóricas e metodológicas ocorridas ao longo do tempo. Nos propusemos também a entender como a TF floresceu no Brasil, e fomos garimpando algumas narrativas de terapeutas familiares que se dedicaram a rememorar os principais acontecimentos e coadjuvantes dessas histórias.

Exploramos o conceito de gênero para refletir sobre sua trajetória e suas contribuições para diversas áreas do conhecimento, inclusive para Psicologia e TF, e como os estudos de gênero e perspectivas feministas podem nos ajudar a compreender os fenômenos sociais na complexidade que se apresentam, ratificando a importância dos estudos de gênero e as perspectivas feminista e interseccional.

A partir de uma breve revisão na literatura internacional sobre a temática da TF e gênero, percebemos um avanço relevante nas discussões no campo teórico e da prática clínica. Estes estudos sinalizaram também a inclusão dos marcadores sociais não só do gênero, mas raça/etnia, classe, nacionalidade, sexualidade, dentre outros, no reconhecimento dos efeitos das relações de poder em diversos âmbitos, como familiares. Nessa discussão, apresentamos

algumas práticas pós-modernas e suas contribuições na abertura para construção de novas possibilidades de se relacionar e posicionar no mundo para além dos modelos normativos, inclusive repensar o papel político do/a terapeuta no contexto terapêutico.

Observamos, com a análise dos artigos das revistas RNPS e PF, a prevalência de discussões teóricas que se aproximam da categoria analítica para problematizar as relações de poder e desigualdade de gênero de modo relacional, e que buscam compreender temáticas como violência de gênero, maternidade, paternidade e conjugalidade.

Contudo, entendemos que ainda carecem publicações que articulem a prática profissional, o que contribuiu para ainda não havermos superado a tensão e avançado no desenvolvimento de práticas sensíveis às questões de gênero na TF. Essa realidade se repete em eventos como congressos e workshops da área, os quais, embora apresentem temas e demandas da contemporaneidade, ainda reproduzem debates apenas no campo teórico, o que mostra uma questão importante para refletirmos.

Nossos achados evidenciam que a perspectiva construcionista favorece essas discussões, e fomenta a produção de conhecimento através da articulação das experiências dos/as terapeutas com teoria/prática, já que pressupõe que a própria terapia é uma construção social e, portanto, não há pretensão de desenvolver um modelo único de terapia para ser replicado, mas como fonte de inspiração e reflexão.

Importante destacar, o distanciamento de uma leitura interseccional para compreensão dos fenômenos em grande parte dos trabalhos e documentos analisados, o que evidencia a necessidade de incorporar essa perspectiva para reconhecimento dos impactos das múltiplas formas de opressão, como racismo, sexismo, etarismo, entre outras, nos processos relacionais e no campo da saúde mental.

Nesse ponto, as discussões mostraram ser fundamental o desenvolvimento da percepção do/a próprio/a terapeuta sobre suas localizações sociais, como, por exemplo, perceber os efeitos da branquitude e dos seus privilégios, bem como outras marcas identitárias.

Além disso, a análise dos conteúdos programáticos que constituíram nosso *corpus* apontou para a ausência de referências de estudos de gênero, perspectiva feminista e interseccional nos cursos de formação em TF, situação que é partilhada nos cursos de Psicologia que consideram ainda temas específicos e não central para o desenvolvimento profissional.

Vimos, pois, que a inclusão de questões de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade na TF pouco avançou no Brasil. Em relação às referências bibliográficas, percebemos que os teóricos fundadores das diversas escolas de TF ainda são centrais nos cursos de formação, sem a devida incorporação de debates promovidos pela chamada terceira geração de terapeutas familiares sensíveis a uma visão sociocultural. Por outro lado, observamos que há, inclusão de perspectivas pós-modernas nos debates, principalmente nos artigos da RNPS, com propostas para pensar a postura do/a terapeuta mais horizontal e relacional com os/as clientes alinhado com os pressupostos do construcionismo social.

Diante disso, nos perguntamos se estamos repetindo as críticas americanas de pouca diversidade no corpo docente e de terapeutas familiares, e como isso pode afetar a formação dos/as futuros/a terapeutas e da própria TF. Ficamos com algumas perguntas: Uma maior inclusão de terapeutas multiculturais poderia enriquecer nossa prática? Como poderíamos mudar esse cenário? Será que a sensibilização dos formadores de terapeutas para essas questões pode ser uma alternativa mais promissora?

Outro fato interessante é que o documento da ABRATEF se mostrou também genérico ao orientar sobre os conteúdos programáticos dos cursos de formação em TF. Sendo assim, precisamos repensar o quanto isso contribuiu para a invisibilização das questões de gênero. De todo modo, pode ser um caminho refletirmos se a ABRATEF e as associações regionais

poderiam colaborar para suprir essas lacunas, garantindo discricionariedade para as instituições em relação aos conteúdos programáticos, mas ao mesmo tempo colaborar para incorporação desses debates.

Portanto, observamos que há congruência entre os resultados encontrados nas duas estratégias de levantamento de informações – documentos e artigos da RNPS e PF. Os resultados mostram que há pouca incorporação de referências dos estudos de gênero e perspectiva feminista, inclusive as contribuições das teóricas feministas na TF são imperceptíveis. De tal modo, encontramos muitos repertórios interpretativos de gênero utilizados de forma genérica e descritiva que pouco favorecem uma problematização das questões apresentadas, permanecendo o foco nas dinâmicas familiares, bem próximo da história inaugural da TF.

Por outro lado, encontramos artigos que buscaram refletir a partir do conceito de gênero e promover novas construções de significados em relação a novos modos de maternidade, paternidade, masculinidades e de relacionamentos. De modo especial, as discussões no campo da prática que articularam as perspectivas construcionistas e feministas apresentaram um posicionamento mais crítico frente às mudanças sociais e abertura para superar os discursos hegemônicos.

Contudo, considerando que a RNPS incentiva publicações a partir da experiência da prática clínica, percebemos escassez de temáticas como machismo, sexismo, etarismo, classismo, LGBTfobia. Será que temos ausência dessas questões por que elas estão distantes dos nossos espaços clínicos? Se sim, como poderíamos incluí-las? Os resultados indicam a importância de revisitarmos o desenvolvimento da prática clínica, e olharmos para quem está “dentro” e quem está “fora” desses estudos, e refletirmos sobre as lentes que usamos para expandir ou não os limites do nosso campo de visão (Haraway, 2009). Nesse sentido, como nos alertam McDowell et al (2023), não há espaço para “cegueira” frente às relações de opressão e

desigualdade social na atuação da saúde mental, pois se não nos posicionarmos ativamente, fomentaremos injustiças sociais através das nossas práticas profissionais.

Almejamos, ao dialogar com outros saberes como ciências sociais, filosofia, antropologia e direito, construir pontes para ampliar nosso debate, e superar rupturas como sugere María Elvira Díaz-Benitez (2020). Segundo a autora, essas coalizões entre áreas do conhecimento, apesar dos atritos e divergências, demonstram que não há hierarquia, e denotam a importância dos seus entrelaçamentos e intercâmbios para construção de conhecimentos contextualizados e atuações mais coletivas de enfrentamento.

A TF, com crescimento expressivo e com possibilidades de atuações em diversas áreas, como jurídica, educacional, assistência social, entre outras, como já explorado, representa um campo fundamental de ação política e enfrentamento das discriminações, opressões e desigualdades sociais. Nutrir essas discussões e adotar um posicionamento crítico contribui para reflexividade em relação as reproduções de desigualdades e opressões sociais que atravessam diversas dimensões sociais, inclusive as produções teóricas e prática da TF. Abrir pequenas fissuras e romper fronteiras pode ser um caminho para resistência e desconstrução de discursos normativos que continuam a relegar populações às margens da sociedade.

Com a nossa pesquisa, almejamos desencadear questionamentos que colaborem com uma prática que reconheça as nossas questões sociais, econômicas, culturais e políticas, de modo a incentivar a criatividade, o compartilhamento de experiências entre os/as profissionais, e ultrapassarmos a universalização e importação arbitrária de conhecimento sem apreciação crítica e reflexiva.

Reconhecemos os limites desta pesquisa, mas entendemos a importância de uma análise futura considerando as especificidades locais para uma compreensão mais ampla da TF no contexto brasileiro. Em todo o caso, esperamos que os questionamentos levantados durante

o trabalho possam inspirar novas perguntas e pesquisas, e possibilitar um diálogo aberto e contínuo.

## Referências

- Aarntzen, Lianne; Derks, Belle; Van Steenbergen, Elianne; Van Der Lippe, Tanja (2023). When work–family guilt becomes a women's issue: Internalized gender stereotypes predict high guilt in working mothers but low guilt in working fathers. *British Journal of Social Psychology*, 62, 12-29. <https://doi.org/10.1111/bjso.12575>.
- Adelman, Miriam (2003). Das margens ao centro: Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. *Estudos Feministas* 11(1), 284-288. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100020>.
- Adrião, Karla G.; Borelli, Mariana; Coelho, Ísis (2014). Reflexões sobre o uso da interseccionalidade na interface com os processos de subjetivação no campo da saúde mental: questões de gênero, classe e geração na formação em psicologia. In Zanello, V., & Andrade, A. P. M (Org.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p. 107-129). Editora Appris.
- Akamatsu, Norma N. (2019). Teaching about racism and the implications for practice. In McGoldrick, M., & Hardy, K. V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3. ed. (p. 512-526). The Guilford Press.
- Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais (D. Ribeiro, coord.). Editora Jandaíra.
- Allen, Katherine R. (2016). Feminist Theory in Family Studies: History, Reflection, and critique. *J Fam Theory Rev*, 8(2), 207-224. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jftr.12133>
- Allen, Katherine R., & Goldberg, Abbie E. (2019). Lesbian women disrupting gendered, heteronormative discourses of motherhood, marriage, and divorce. *Journal of Lesbian Studies*, 24(1), 12-24. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1615356>.

- Allen, Sarah H. E., & Mendez, Samuel N. (2018). Hegemonic Heteronormativity: Toward a New Era of Queer Family Theory. *J Fam Theory Rev*, 10(1), 70-86.  
<https://doi.org/10.1111/jftr.12241>.
- Alvarez, S. E. (2003). Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 533–540.
- Amorim, Luiza Maria (2008). Virilidade e Envelhecimento. In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 602-611). Editora Roca.
- Andersen, Tom (1999). *Processos Reflexivos*. Instituto Noos.
- Andersen, Tom (2020). Reflexões sobre a reflexão com as famílias. In McNamee, S.; Gergen, K.J. (Org.) *A terapia como construção social*. 2. ed. (C. O. Dornelles, trad.) (p. 92-111). Instituto Noos.
- Anderson, Harlene (1997). *Conversation, language and possibilities – a postmodern approach to therapy*. Basic Books.
- Anderson, Harlene; & Goolishian, Harold (2020). O cliente é o especialista. In McNamee, S., & Gerg, K.J (Org.). *A terapia como construção social*. 2. ed. (C. O. Dornelles, trad.) (p. 53-71). Instituto Noos.
- Andrade, Ana Paula Muller de. (2014) (Entre)laçamentos possíveis entre gênero e saúde mental. In Zanella, V.; Andrade, A.P.M.de (Org.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p. 59-81). Editora Appris.
- Araújo, Maria de Fátima. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41–52. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200004>.

- Arora, Kiran Shahreen Kaur (2019). Brown in América: Living with racial and religious Bias. In McGoldrick, M., & Hardy, K. V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3. ed. (p. 251-261). The Guilford Press.
- Azerêdo, Sandra (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 175–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>.
- Bakhtin, Michael (2003). Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal* (p. 261-306). Ed. Martins Fontes.
- Barral, Daniel de C., & Zanello, Valeska (2021). Os estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. *Psicologia Política*, 21(52), 672-689.
- Batista, Marianna Queiroz; & Zanello, Valeska (2016). Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. *Estudos de Psicologia* 21(4), 403–414.
- Bava, Saliha (2019). Hyperlinked Identity: A generative resource in a divisive world. In McGoldrick, M., & Hardy, K. V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3. ed. (p. 318-336). The Guilford Press.
- Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. de F. (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61–75. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>.
- Benatti, Ana. Paula; Campeol, Ângela R.; Machado, Mônica. S. E Pereira, Caroline. R. (2021). Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41(spe3). <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>.
- Bernardes, Jefferson de S. (2011). História. In Strey, M. N. et al (Org.). *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. 15. ed. (p. 19-35). Ed. Vozes.

- Block, Donald. A., & Rambo, Anne (1998). O início da terapia familiar: temas e pessoas. In Elkaim, M. (Org.). *Panorama das Terapias Familiares*. Vol. 1 (Heller, E. C., trad.). Ed. Summus.
- Borges, Lenise Santana; & Canuto, Alice de Alencar Arraes (2009). (Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a psicologia. *Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*, 1 (1), 146-157.
- Borges, Lenise Santana; & Canuto, Alice de Alencar Arraes (2013). Entre diálogos e ações: dos “feminismos” ao implicar-se “feminista”. *Fragments de cultura, Goiânia*, 23(3), 291-305. <http://dx.doi.org/10.18224/frag.v23i3.2951>.
- Borges, Lenise Santana; & Canuto, Alice de Alencar Arraes (2014). Feminismos, Teoria *Queer e Psicologia Social Crítica: (re)contando histórias...Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 280-289.
- Borges, Lenise Santana; Canuto, Alice de Alencar Arraes; Oliveira, Danielle Pontes; Vaz, Renatha Pinheiro (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730–745. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>.
- Borges, Lenise; & Cordeiro, Rosineide (2007). Psicologia Social, Construcionismo y Abordajes Feministas: Diálogos Desconcertantes. *Fermentum*, 17(50), 599-616.
- Botton, Andressa, Cúnico, Sabrina Daiana, Barcinski, Mariana, & Strey, Marlene Neves (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005&lng=pt&tlng=pt).

- Breitman, Stella Galbinski (2008). Gênero e Mediação Familiar uma Interface Necessária. In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 611-618). Editora Roca.
- Brown, Catrina (2019). Speaking of Women's Depression and the Politics of Emotion. *Journal of Women and Social Work*, 34(2), 151-169.  
<https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2021/12/Speaking-of-womens-depression-and-the-politics-of-emotion.pdf>.
- Burck, Charlotte; & Daniel, Gwyn (1994). Feminismo e terapia estratégica: contradição ou complementação. In Perelberg, R. J., & Miller, A. C (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 94-115). Imago Editora.
- Bustamante, Vania (2019). Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida. *Pensando Famílias*, 23(1), 89-104.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2019000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Butler, Catherine (2009). Sexual and gender minority therapy and systemic practice. *Journal of Family Therapy*, 31: 338-358. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2009.00472.x>.
- Butler, Judith (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. (R. Aguiar, trad.). Civilização Brasileira.
- Campos, Ioneide de Oliveira; & Zanello, Valeska (2017). Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(48), 105-117. <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2016v1n48ID11505>.
- Campos, Maria Teresa de Assis, De Tilio, Rafael, & Crema, Izabella Lenza. (2017). Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando Famílias*, 21(1), 146-161.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000100012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100012&lng=pt&tlng=pt).

- Carneiro, Sueli (2019a). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: (Org.) Heloisa Buarque de Hollanda. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (p. 313-323). Bazar do Tempo.
- Carvalho, Andressa; Souza, Carlivane; & Macedo, João Paulo (2020). Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Currículos de Psicologia: Aproximações e Desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201972>.
- Ceberio, Marcelo Rodriguez (2016). El doble vínculo en la violencia filio parental: entre la trampa relacional con los hijos e la trampa social. *Pensando Famílias*, 20(1), 03-28. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000100002&lng=pt&tlng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100002&lng=pt&tlng=es).
- Chin, Jasmine; Hughes, Gillian E Miller, Ashley (2022) Examining our own relationships to racism as the foundation of decolonising systemic practices. ‘No time like the present’. *Journal of Family Therapy*, 44(1), 76– 90. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12384>.
- Cianconi, Paolo; Betrò, Sophia; & Janiri, Luigi (2020). The impact of climate change on mental health: A systematic descriptive review. *Frontiers in Psychiatry*, 11(74). <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.00074>.
- Coelho, Ingrid Mesquita, Souza, Daniel Cerdeira de, & Silva, Iolete Ribeiro da (2020). Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 56-69. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.559>.
- Collins, Patricia Hill; & Bilge, Sirma (2021). *Interseccionalidade* (R., Souza, trad.). Editora Boitempo.

- Combs, Gene (2018). White privilege: What's a Family Therapist to do? *Journal of Marital and Family Therapy*, 45, 61-75. <https://doi.org/10.1111/jmft.12330>.
- Conn, Jane; & Turner, Annie (1994). Trabalhando com mulheres nas famílias. In Perelberg, R. J., & Miller, A. C. (Org.) *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 189-204). Imago Editora.
- Conselho Federal de Psicologia (2023). *Portaria nº 74*, de 28 de junho. Estabelece o uso da sigla LGBTQIA+ no âmbito do Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP nº. 01*, de 22 de março. Estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) sobre as questões relacionadas à orientação sexual e determina que as(os) profissionais da Psicologia contribuam para reflexões que superem os preconceitos.
- Conselho Federal de Psicologia (2002). *Resolução CFP nº. 018*, de 19 de dezembro. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução CFP nº. 01*, de 29 de janeiro. Estabelece normas de atuação profissional de psicólogas(os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.
- Conselho Federal de Psicologia (2020). *Resolução CFP nº. 08*, de 07 de julho. Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.
- Conselho Federal de Psicologia (2022). *Resolução CFP nº. 08*, de 17 de maio. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.
- Cottrell-Boyce, Joe (2021) Addressing White privilege in family therapy: A discourse analysis. *Journal of Family Therapy*, 00: 1-15. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12363>.

- Crenshaw, Kimberlé (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum (p.139-167).
- Curado, Jacy Correa; Jacó-Vilela, Ana Maria (2021). Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-16.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>.
- Damasceno, Marizete. G.; & Zanello, Valeska M. L. (2018). Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464.
- Daneshpour, Manijeh (2023). *Gender, power and global social justice: The Healing Power of Psychotherapy*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Denborough, David (2009). Some reflections on the legacies of Michael White: An Australian perspective. *The Australian and New Zealand Journal of Family Therapy* 30, 92–10.  
<http://dx.doi.org/10.1375/anft.30.2.92>.
- Díaz-Benítez, María Elvira (2020). Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (p. 260-28). Bazar do Tempo.
- Dickerson Victoria (2013). Patriarcado, poder e privilégio: uma visão narrativa/pós-estrutural do trabalho com casais. *Processo familiar* 52(1), 102–114.  
<https://doi.org/10.1111/famp.12018>.
- Diniz, Debora (2012). *O que é deficiência*. Editora Brasiliense.
- Dolan Del Vecchio, Ke (2019). Dismantling White male privilege within family therapy. In McGoldrick, M., & Hardy, K. V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3. ed. (p. 226-236). The Guilford Press.

- Dorfman, Ieda Zamel; Castillo, Gisela W.; Rosa, Maria Fátima. G.; Tartakowsky, Olga; Moraes, Rosane Brusius de; Teitelbaum, Suely (2008). Posição dos Terapeutas de Família Afiliados à Associação Gaúcha de Terapia Familiar sobre o Atendimento de Casais Homossexuais. In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 372-383). Editora Roca.
- Dorlin, Elsa (2021). *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. Ubu Editora.
- Dow, Dawn Marie (2016). Integrated Motherhood: Beyond Hegemonic Ideologies of Motherhood. *Fam Relat*, 78, 180-196. <https://doi.org/10.1111/jomf.12264>.
- Durish, Pat (2007). Honouring Complexity: Gender, culture and violence in the lives of lesbian, gay, bisexual, transgender, queer individuals. In Yuen, A.; & White, C. (Ed.). *Conversation about gender, culture, violence – Narrative Practice. Stories of hope and complexity from women of many cultures* (p. 125-134). Dulwich Centre Publications.
- Dürrbaum, Tina; & Sattler, Frank A. (2020). Minority stress and mental health in lesbian, gay male, and bisexual youths: A meta-analysis. *Journal of LGBT Youth*, 17(3), 298-314. <https://doi.org/10.1080/19361653.2019.1586615>.
- Elkaim, Mony (1990). *Se você me ama, não me ame: abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal* (N. Silva Jr., trad.). Ed Papirus.
- Elkaim, Mony (1998). *Panorama das terapias familiares*. Vol.1 (E. C. Heller, trad.). Ed. Summus.
- Elkaim, Mony (2000). (org.) (2000). *Terapia familiar em transformação* (N. Camacho, trad.). Editora Summus.
- Elkaim, Mony (2008). *Como sobreviver à própria família* (C. Glorion, colab.) (M. A. Doria, trad.). Integrare Editora.

- Farr, Rachel H. (2019) Introduction to the special issue: Social science perspectives on contemporary lesbian family life, 2009–2019. *Journal of Lesbian Studies*, 23(4), 425-438. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1635068>.
- Fávaro, Mariana, Rückl, Sarah Cristina Zanghellini, Sanches, Mário Antônio, & Simão-Silva, Daiane Priscila (2020). O lugar do desejo de aborto na parentalidade: uma reflexão bioética. *Pensando Famílias*, 24(2), 75-89.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000200007&lng=pt&tlng=pt).
- Fedullo, Sandra (2008). Equipe dos Sistemas Humanos. Mães e Filhas: uma pesquisa sobre a transmissão do feminino. In: Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década*. Editora Roca. 580-590.
- Feijó, Marianne Ramos, Goulart Júnior, Edward, Nascimento, Jéssica Mendes do, & Nascimento, Nashila Beatriz do. (2017). Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. *Pensando Famílias*, 21(1), 105-119.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100009&lng=pt&tlng=pt).
- Figueiredo, Mariana Grasel de, & Diniz, Gláucia Ribeiro Starling (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. Nova *Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 100-110.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-78412018000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412018000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Franco, Débora Augusto, Magalhães, Andrea Seixas, & Féres-Carneiro, Terezinha. (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. *Pensando Famílias*, 22(2), 154-171.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000200011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200011&lng=pt&tlng=pt).

- Friedan, Betty. *A mística feminina*. (2022). Trad. De Carla Bitelli e Flávia Yacubian. 4ªed. Ed. Rosa dos Ventos. Rio de Janeiro.
- Evaristo, Conceição (2018). *Olhos d'água*. 2. ed. Pallas Míni.
- Foucault, Michel (2021). *Microfísica do Poder*. Editora Paz e Terra.
- Few-Demo, April L. (2014), Intersectionality as the “New” Critical Approach in Feminist Family Studies: Evolving Racial/Ethnic Feminisms and Critical Race Theories. *J Fam Theory Rev*, 6, 169-183. <https://doi.org/10.1111/jftr.12039>.
- Few-Demo, April L.; Allen, Katherine R. (2020), Gender, Feminist, and Intersectional Perspectives on Families: A Decade in Review. *Journal of Marriage and Family*, 82, 326-345. <https://doi.org/10.1111/jomf.12638>.
- Franco, Mariana H.; Cardoso, Priscila A.; Fajardo, Ananyr P.; & Mello, Eliana D. (2021); Desigualdade de Gênero e Escuta Psi de Mulheres Atendidas na Atenção Básica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225110>.
- Freire, Paulo (2005). *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Paz e Terra.
- Frezza, Rose Mary (2013). Práticas Discursivas e Produção de Sentido: A perspectiva da psicologia social In: Spink, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 1-21). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Fruggeri, Laura (2020). O processo terapêutico como construção social da mudança. In McNamee, S.; Gergen, K.J (Org.). 2. ed. *A terapia como construção social* (C. O. Dornelles, trad.). Instituto Noos. 73-90.

- Gaspodini, Igor. B.; & Falcke, Denise (2018). Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogas/os Brasileiras/os. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 744–757.
- Gergen, Kenneth. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, Kenneth. J. (2009). O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar. INTERthesis*, 6(1), 299-325. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>.
- Gergen, Kenneth. J.; & Gergen, Mary. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo* (G. Fairman, trad.). Instituto Noos.
- Gergen, Kenneth J.; Josselson, Ruthellen; & Freeman Mark (2015). The promises of qualitative inquiry. *Am Psychol* 70(1), 1-9. <https://doi.org/10.1037/a0038597>.
- Gergen, Mary M. (2015). *Positionings in Gendered Relations: From Constructivism to Constructionism*. Taos Institute.
- Giammattei, Shawn V. (2015), Beyond the Binary: Trans-Negotiations in Couple and Family Therapy. *Fam. Proc.*, 54, 418-434. <https://doi.org/10.1111/famp.12167>.
- Giddens, Anthony (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (M. Lopes, trad.). Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Giddens, Anthony (2002). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, trad.). Jorge Zahar.
- Giddens, Anthony; Beck, Ulrich; & Lash, Scott (2012). *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. (M. Lopes, trad.) Editora UNESP.
- Gil, Antonio Carlos (2018). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed.8. reimp. Editora Atlas.
- Goldberg, Abbie E.; Garcia, Randi; & Manley, Melissa H. (2018). Monosexual and nonmonosexual women in same-sex couples' relationship quality during the first five

years of parenthood. *Sexual and Relationship Therapy*, 33(1-2), 190-212.

<https://doi.org/10.1080/14681994.2017.1419561>.

Goldner, Virginia (1985). Feminism ad family therapy. *Family Process*, 24, 31-47.

Gonçalves, Angélica Lopes, Caramaschi, Sandro, & Feijó, Marianne Ramos (2018).

Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo. *Pensando famílias*, 22(1), 29-43.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100004&lng=pt&tlng=pt).

Gonçalves, Eliane (2017). Solteira, sem filhos: Menos que meia pessoa? *Mediações*, 22(2), 479-509. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p479>.

Gonzaga, Domitila S. K, & Guanaes-Lorenzi, Carla (2019). Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 82-97.

<https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.539>.

Gonzaga, Domitila. S. K., Guanaes-Lorenzi, Carla, & Nogueira, Conceição (2022). Debate epistemológico para o entendimento da pesquisa feminista construcionista social.

*Psicologia & Sociedade* 34, e260679. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34260679>.

Gonzalez, Lélia (2019). A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: (Org.) Heloisa Buarque de Hollanda. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (p. 341-357). Bazar do Tempo.

GONÇALVES, Eliane. Pensando gênero como categoria de análise. In: ROCHA, Maria J. P. et al. *Estudos de gênero*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Programa Interdisciplinar da Mulher, 1998. p. 41-60.

- Goulart Júnior, Edward, Feijó, Marianne Ramos, Cunha, Érica Vidal da, Corrêa, Bruna Janerini, & Gouveia, Paula Alessandra do Espírito Santo (2013). Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. *Pensando Famílias*, 17(1), 110-122.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100011&lng=pt&tlng=pt).
- Gouveia Damasceno, Marizete; & Zanello, Valeska (2019). Psicoterapia, Raça e Racismo No Contexto Brasileiro: Experiências e Percepções de Mulheres Negras. *Psicologia Em Estudo*, 24, 1-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>.
- Gradvohl, Silvia Mayumi Obana, Osis, Maria José Duarte, & Makuch, Maria Yolanda (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55-62.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&tlng=pt).
- Grandesso, Marilene. Aparecida (2008). Viver em família – que Tipo de Futuro nós Terapeutas Familiares Podemos Ajudar a Construir? In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década*. Editora Roca. 6-17.
- Grandesso, Marilene Aparecida (2011). *Sobre a Reconstrução do Significado: Uma análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica*. 3. ed. Casa do Psicólogo.
- Grandesso, Marilene (Org.). (2019). *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas: contextos de ações transformadoras*. Editora CRV.
- Guahyba, Bárbara Léa; Scheeren, Patrícia; & Falceto, Olga (2019). Feminismo na terapia familiar. *Pensando fam.*, 23(1), 213-224.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2019000100016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100016&lng=pt&nrm=iso).

- Hammack, Phillip L.; Frost, David M.; & Hughes, Sam D. (2019) Queer Intimacies: A New Paradigm for the Study of Relationship Diversity. *The Journal of Sex Research*, 56(4-5), 556-592. <https://doi.org/10.1080/00224499.2018.1531281>.
- Hammoud- Beckett, Sekneh (2016). Azima Ila Hayati – An invitation in to my life: Narrative conversations about sexual identity. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 29-39. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2016/12/Azima-Ila-Hayati-an-Invitation-in-to-My-Life-Narrative-Conversations-about-Sexual-Identity.pdf>.
- Haraway, Donna (2009). Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In Tadeu, T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (T. Tadeu, trad.). 2. ed. Autêntica Editora.
- Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- Hardy, Kenneth V. (2019). Toward a psychology of the oppressed understanding the invisible wounds of trauma. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth (Eds). *Re-visioning Family Therapy: addressing diversity in Clinical Practice*. 3 ed (p.133-151). The Guilford Press.
- Hardy, Kenneth V.; & Awosan, Christiana I. (2019). Therapy with heterosexual black couples through a racial lens. In: McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth (Org.). *Re-visioning Family Therapy: addressing diversity in clinical practice*. 3 ed (p. 419-433). The Guilford Press.
- Hardy, Kenneth. V.; & Laszloffy, Tracey (1995). A. The cultural genogram: Key to training culturally competent family therapists. *Journal of marital and Family Therapy*, 21(3), 227–237.

- Hardy, Kenneth. V.; & McGoldrick, Monica (2019). Re-Visioning Therapy Training. In *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed (p. 477-496), The Guilford Press.
- Harding, Sandra (2019). Stronger Objectivity for Sciences from Below. *Em Construção: Arquivos de Epistemologia Histórica e Estudos de Ciência*, 5, 173-192.  
[https://www.researchgate.net/publication/332999192\\_Stronger\\_Objectivity\\_for\\_Sciences\\_From\\_Below](https://www.researchgate.net/publication/332999192_Stronger_Objectivity_for_Sciences_From_Below).
- Hare-Mustin, Rachel. T.; & Marecek, Jeane (1988). The meaning of difference: Gender theory, postmodernism and psychology. *American Psychologist*, 43, 455-464.
- Heavey, Anne (1994). Inteligência, realização e os sexos: as ramificações do estudo de um caso. In: Perelberg, Rosine Josef; & Miller, Ann C. (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 163-188). Imago Editora.
- Herlihy, Barbara; & Corey, Gerald (2013). Feminist therapy. In Corey, Gerald (Ed.). *Theory and Practice of Counseling and Psychotherapy*. 9 ed. (p. 360–394). Brooks/Cole. Cengage Learning.
- Hernandez, Ana M. (2019). On Being a Black Dominican. In: McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth (Org.). *Re-visioning Family Therapy: addressing diversity in Clinical Practice*. 3 ed. (p. 191-200). The Guilford Press.
- Hoffman, Lynn (2020). Uma postura reflexiva para terapia de família. In McNamee, Sheila; & Gergen, Kenneth. J. *A terapia como construção social*. 2 ed. (C. O. Dornelles, trad.) (p. 28-52). Instituto Noos.
- Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.) (2019). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.
- hooks, bell (2022). *E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*. 11 ed. (B. Libanio, trad.). Rosa dos Tempos.

- Horta, Rogério L.; & Strey, Marlene N. (2008). Mulheres e Drogas: e as famílias com isso? Reflexões sobre o contemporâneo. In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 590-602). Editora Roca.
- Hudak, Jacqueline; & Giammattei, Shawn (2014). Doing Family: Decentering Heteronormativity in “Marriage” and “Family” Therapy. In: Nelson, T.; & Winawer, H. (Eds.). *Critical Topics in Family Therapy*. Springer. 2014.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-319-03248-1\\_12](https://doi.org/10.1007/978-3-319-03248-1_12).
- Ibáñez, Gracia, Tomás (2004). O Giro Linguístico. In: Íñiguez, L. *Manual de Análise do Discurso*. Vozes. 19-49.
- Imber-Black, Imber (2019). A letter to Family therapists in the 21st Century. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.) *Revisoning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. (p.526-539). The Guilford Press.
- Jackson, Vanessa (2015). In Our Own Voice African-American stories of oppression, survival and recovery in mental health systems. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 2, p.11-31. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2021/12/In-Our-Own-Voice-African-American-stories-of-oppression-survival-and-recovery-in-mental-health-systems.pdf>.
- Jackson, William. J.; & Jackson, Dan. D. (1968). *The mirages of marriage*. WW Norton & Company.
- Jay Green, Robert (2019). Same-sex couples: Successful Coping with minority stress. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Adressing Diversity in Clinical Practice* 3 ed. (p. 388-403). The Guilford Press.
- Jesus, Jaqueline Gomes, et al. (2014). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2 ed. Editora Metanoia.

- Jones, Elsa (1994). Feminismo e terapia de família: os casamentos complicados podem dar certo? In Perelberg, Rosine J.; & Miller, Ann C. (Org.) *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 75-93). Imago Editora.
- Jones, Elsa (1995). The construction of gender in family therapy. In: Burck, Charlotte; & Speed, Bebe (Org.). *Gender, power and relationships*. Routledge. 7-24.
- Keeling, Margaret, L.; & Piercy, Fred, P. (2007). A careful balance: multinational perspectives on culture, gender, and power in marriage and family therapy practice. *J Marital Fam Ther*, 33(4), 443-463. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2007.00044.x>.
- Kliman, Jodie; Winaer, Hinda; & Trimble, David (2019). The Inevitable Whiteness of Being (White): Whiteness and Intersectionality. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. (p. 191-200). The Guilford Press.
- Kofes, Suely (2005). Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu 1*, 19–30.  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678>.
- Knudson-Martin, Carmen.; & Laughlin, Martha, J. (2005). Gender and Sexual Orientation in Family Therapy: Toward a Postgender approach. *Family Relations*, 54(1), 101-115.  
<https://doi.org/10.1111/j.0197-6664.2005.00009.x>.
- Kollontai, Aleksandra (2021). Prefácio In: Kollontai, Aleksandra et al (Ed.). *Introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%*. Editora Boitempo. 11-25.
- Koyama, Emi (2001). The Transfeminist Manifesto. In Dicker, R., & Piepmeier, A. (Ed.). *Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the Twenty-First Century*.  
<https://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>

- Krenkel, Scheila, & Crepaldi, Maria Aparecida (2021). Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica. *Pensando Famílias*, 25(2), 208-223. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2021000200015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200015&lng=pt&tlng=pt).
- Lauretis, Teresa de (2019). A Tecnologia do gênero. In: Hollanda, Heloísa B. (Org.) *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (p.121-157). Editora Bazar do Tempo.
- Lax, William. D. (2020). O pensamento pós-moderno na prática clínica. In McNamee, Sheila; Gergen, Kenneth. J. (Org.). *A terapia como construção social*. 2 ed. (C. O. Dornelles, trad.) (p. 112-134). Instituto Noos.
- Leifert, Maria Gabriela M (2020). Tecendo redes, construindo pontes: atendimento a uma família migrante na clínica de família do Instituto Noos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 128–131. <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/594>.
- Leite, Madalena; & Catelan, Ramiro Figueiredo (2020). Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais. *Pensando fam.*, 24(1), 239-254. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100017&lng=pt&nrm=iso).
- Lenzi, Tema, & Lenzi, Bruno (2018). O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 71-86. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-78412018000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412018000100006&lng=pt&tlng=pt).
- Lester, Rebecca J. (2013). Lessons from the borderline: Anthropology, psychiatry, and the risks of being human. *Feminism & Psychology*, 23(1), 70–77. <https://doi.org/10.1177/0959353512467969>.

- Lima, Helena (2013). Rigor e Visibilidade. In: Spink, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 71-100). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Lorde, Audre (2021). *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências* (S. Borges, trad.) Ed. Autêntica.
- Lordello, Sivia Renata M., & Costa, Liana F. (2017). Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(59), 52–70.  
<https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/316>.
- Lordello, Silvia Renata M.; Souza, Lara; & Coelho, Letícia de Amorim Mota (2019). Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 68-81.  
<https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.538>.
- Lourenço, Lélío M.; & Costa, Dayane P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais – Rev. Interinst. Psicol.*, 13(1), 1-18.  
<http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>.
- Louro, Guacira Lopes. (2022). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Editora Vozes.
- Lowy, Ilana (2009). Ciências e gênero. In *Dicionário Crítico do Feminismo* (p. 40-44). Editora UNESP.
- Lugones, María (2020). Colonialidade e Gênero. In Hollanda, Heloisa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (p. 52-84). Bazar do Tempo.
- Luna, Ivania J. (2021). Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 46–60.  
<https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.585>.

- Macedo, Rosa Maria S. et al. (2008). *Terapia Familiar no Brasil na última década*. Editora Roca. São Paulo.
- Maffioletti Cavaler, C., & Maffioletti Macarini, S. (2020). Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(66), 60–73. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i66.516>.
- Martins, Pedro P.; & Guanaes-Lorenzi, Carla (2017). Autorrevelação como recurso conversacional em terapia. In *Construccionismo social en acción: prácticas inspiradoras en diferentes contextos* (C. Falls, trad.). Taos Institute.
- Martins, Pedro P.; Mcnamee, Sheila; & Guanaes-Lorenzi, Carla (2015). Família como realização discursiva: uma explicação relacional. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 24(52), 9–24. <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/155>.
- Martins, Pedro P.; Santos, Carla P.; & Raser, Emerson F. (2013). A terapia focada na solução e suas aproximações ao discurso construcionista social. *Estud. Psicol.*, 30(1), 111-120. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100012>.
- Martins, Pedro P.; Silva, Gabriela; & Guanaes-Lorenzi, Carla (2014). Os sentidos de uma intervenção e suas implicações para a construção do senso de competência de um terapeuta. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 50, 18-31.
- Martins, Pedro Pablo Sampaio; Cabral Doricci, Giovanna; Ness, Ottar & Guanaes-Lorenzi, Carla (2023). Collaboration and politics: Can a therapist work coherently while being informed by both collaborative-dialogic and narrative practices? *European Journal of Psychotherapy & Counselling* 24(4), 473-489. <https://doi.org/10.1080/13642537.2023.2175886>.
- Maturana, Humberto. R.; Varela, Francisco (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Palas Athena.

- McCarthy, Imelda C.; & Byrne, Nollaig (2019). A fifth-province approach to intracultural issues in an irish context: Marginal Illuminations. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Adressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. (p. 433-449). The Guilford Press.
- McDowell, Teresa; Knudson-Martin, Carmen; & Bermudez, Maria J. (2023). *Socioculturally Attuned Family Therapy Guidelines for Equitable Theory and Practice*. 2 ed. Routledge.
- McGoldrick, Monica., Gerson, R. & Petry, S. (2012). Genogramas: avaliação e intervenção familiar (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, Monica; Giordano, Joe; & Garcia-Preto, Nydia (2005). *Ethnicity & Family Therapy*. 3 ed. The Guilford Press.
- McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (2019). *Re-visioning Family Therapy: Adressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. The Guilford Press.
- McGoldrick, Monica; & Walsh, Froma (2017). Stonehenge Conference on Women in Families Family Therapy. In: Lebow, Jay; Chambers, Anthony, Breunlin, Douglas (Ed.). *Encyclopedia of Couple and Family Therapy*. Springer.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-319-15877-8\\_624-1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-15877-8_624-1).
- McIntosh, Peggy (2019). White privilege and male privilege: A personal account of coming to see correspondences through work in women´s studies. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Adressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. (p. 215-226). The Guilford Press.
- McNamee, Sheilla (1996). Psychothetharapy as a social construction. In: Rosen, Hugh; & Kuehlwein, Kevin T. (Ed.). *Constructing Realities: Meaning Making Perspectives for Psychotherapists*. R Jossey- Bass Publishers. 115-137.

- McNamee, Sheila; & Gergen, Kenneth. J. (2020). *A terapia como construção social* (C. O. Dornelles, trad.). 2 ed. Instituto Noos.
- McNeil, Shardé S.; & Landor, Antonieta (2018), Toward a Better Understanding of African American Families: Development of the Sociocultural Family Stress Model. *J Fam Theory Rev*, 10, 434-450. <https://doi.org/10.1111/jftr.12260>.
- Medeiros, Mariana. P. de.; Zanello, Valeska (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 18(1), 384-403.
- Medrado, Benedito; Lyra, Jorge (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840.
- Medtler, Jéssica, & Cúnico, Sabrina Daiana (2022). Violência contra a mulher: onde começa e quando termina? *Pensando Famílias*, 26(1), 198-213.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2022060000015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2022060000015&lng=pt&tlng=pt).
- Melo, Jailton B.; & Morato, Henriette T. (2022). Discurso psicológico e população LGBTI: endereçamentos de uma ação clínica e política. *Psicologia USP*, 33, 1-10.  
<https://doi.org/10.1590/0103-6564e190133>.
- Messent, Philip (2017). Supervision across ethnic difference: learning of a White supervisor and manager. In Bownas, Jo; & Fredman, Glenda (Eds.). *Working with embodiment in supervision a systemic approach* (p. 34-49). Routledge.
- Minayo, Maria Cecília S. (1994). A Violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supplement 1), 07-18.
- Minayo, Maria Cecília de S. (2005). Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência*

- na saúde dos brasileiros* (p. 9-42). Ministério da Saúde.  
[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto\\_violencia.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf).
- Minayo, Maria Cecília de S. (2006). *Violência e Saúde*. Editora Fio Cruz.  
<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>.
- Minuchin, Salvador; & Nichols, Michael P. (1993). *Family healing: Tales of hope and renewal from family therapy*. Free Press.
- Minuchin, Salvador; & Nichols, Michael P. (1995). *A Cura da Família: Histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar* (M. A. Veronese, trad.). Artes Médicas Sul.
- Mirim, Lia Yara L. (2013). Garimpando Sentidos em Bases de Dados. In Spink, Mary Jane P. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 127-156). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Mock, Matthew R. (2019). Social justice in family therapy training: The power of personal and family narratives. In McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed (p. 496-512). The Guilford Press.
- Morena, Gabriella (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(69), 113–116. <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/655>.
- Morici, Ana Carolina (2008). Pós-modernidade: Novos Conflitos e Novos Arranjos Familiares. In Macedo, Rosa Maria S. et al (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 64-72). Editora Roca.
- Mourão, Thais Helena Ramos Queiroz, & Batista, Kevin Samuel Alves. (2021). Grupo “diálogos de paz”: atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as

- mulheres. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(70), 93-107.  
<https://dx.doi.org/10.38034/nps.v30i70.602>.
- Narvaz, Martha G. (2005). A invenção da família. *Pensando Famílias*, 7(9), 121-134.
- Narvaz, Martha G. (2009). *A(in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. Tese [Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18884>.
- Narvaz, Martha G.; & Koller, Silvia H. (2007). Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131.
- Narvaz, Martha G.; & Koller, Silvia H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11, 647-654.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>.
- Nascimento, Letícia C. P. (2021). *Transfeminismo*. Coleção Feminismos Plurais (D. Ribeiro, coord.). Ed. Jandaíra.
- Nascimento, Wanderson F.; & Zanello, Valeska (2014). Uma história do silêncio sobre gênero e loucura. Parte I – Sobre o que não se fala em uma arqueologia do silêncio: as mulheres em história da loucura. In Zanello, Valeska; & Andrade, Ana Paula M. (Org.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. 17- 29. Editora Appris.
- Nealy, Elijah C. (2019). Working with LGBT Families. In: McGoldrick, Monica; & Hardy, Kenneth V. (Org.). *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed (p. 363-388). The Guilford Press.
- Neves, Sofia; & Nogueira, Conceição (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200004>

- Nichols, Michael P.; & Schwartz, Richard C. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. 7. ed. (M. A. Veronese, trad). Editora Artmed.
- Nogueira, Conceição (2001). Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 13 (1):107-128; jan./jun.
- Nogueira, Conceição (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Editora Devires.
- O'Driscoll, Sharon; Gaitanidis, Anastasios; & Dickerson, Paul (2016). A Discursive Analysis of White Trainee Counselling Psychologists' Experience in Racial Difference. *Counselling Psychology Review*, 31(2). [10.53841/bpscpr.2016.31.2.33](https://doi.org/10.53841/bpscpr.2016.31.2.33).
- Passarela, Cassia de Freitas T.; Stroher, Lucy Mary C., & Costa, Liana F. (2019). As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(64), 47-60. <https://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n64a04>.
- Paula-Ravagnani, Gabriela S.; Guanaes-Lorenzi, Carla; Rasesa, Emerson F.; & McNamee, Sheilla (2016). O discurso construcionista social na prática clínica de terapeutas familiares. *Psicologia em Estudo* 21(2), 267-278. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287147424009>.
- Pendry, Nick (2012). Race, racism and systemic supervision. *J. Family Therapy*, 34, 403-418. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2011.00576.x>.
- Pendry, Nick (2017). The construction of racial identity. Implications for clinical supervision. In Bownas, Jo; & Fredman, Glenda (Eds.), *Working with embodiment in supervision a systemic approach*. (p. 19-34). Routledge.
- Pereira, Ondina P.; Timm, Flávia B.; & Bessoni, Enrique A. (2014). Potência, diferença e feminismo: em busca de formas políticas de atendimento a mulheres vítimas de violência. In Zanello, Valeska; Andrade, Ana Paula M. (Org.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p. 175-195). Editora Appris.

- Pedrosa, Mariana; & Zanello, Valeska (2016). (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(n. spe), 1-8.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne214>.
- Perelberg, Rosine J. (1994). Igualdade, assimetria e diversidade: sobre as conceitualizações dos sexos. In Perelberg, Rosine J.; Miller, Ann C. (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 47-71). Imago Editora.
- Perry-Jenkins, Maureen; & Gerstel, Naomi (2020), Work and Family in the Second Decade of the 21st Century. *J. Marriage Fam*, 82, 420-453. <https://doi.org/10.1111/jomf.12636>.
- Pinto, Joana Plaza (2004). Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: Gonçalves, Eliane (Org.). *Desigualdade de gênero no Brasil: reflexões e experiências*. (p.33-34). Grupo Transas do Corpo.
- Piscitelli, Adriana (2009). Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, Heloísa; & Szwako, José Eduardo (Org.). *Diferenças, igualdade* (p. 116-148). Berlendis & Vertecchia.
- Pizzinato, Adolfo; Almeida-Segundo, Damião S.; & Uziel, Ana Paula (2020). Gênero e Sexualidade: Análise das Publicações na Revista *Psicologia: Ciência e Profissão* (1995-2019). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40.
- Pizzinato, Adolfo; Noronha, Ana Paula P.; Hur, Domenico U.; Barros, João Paulo P.; Calegare, Marcelo; & Guareschi Neuza Maria (2022). Sessenta Anos da Profissão de Psicóloga(o) no Brasil: Percursos e Desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e264734. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264734>.
- Ponciano, Edna L.; Féres-Carneiro, Terezinha. (2006). Terapia de família no Brasil: uma visão panorâmica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 252–260, 2006.

- Prendergast, Sarah; & MacPhee, David (2018). Family Resilience Amid Stigma and Discrimination: A Conceptual Model for Families Headed by Same-Sex Parents. *Fam Relat*, 67, 26-40. <https://doi.org/10.1111/fare.12296>.
- Rabelo, Ionara Vieira Moura; & Araújo, Maria de Fátima (2014). Essa mulher não sai daqui da unidade: Práticas de descuidado e invisibilizações na estratégia saúde da família. In Zanello, Valeska; Andrade, Ana Paula M. (Org). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p.129-147). Editora Appris.
- Rampage, Cheryl; & Avis, Judith Myers (1998). Identidade sexual, feminismo e terapia familiar. In Elkaim, Mony (Org.). *Panorama das terapias familiares*. vol. 1 (E. C. Heller, trad.) (p. 189-221). Ed. Summus.
- Rasera, Emerson F., & Guanaes-Lorenzi, Carla (2021). O terapeuta como produtor de conhecimentos: contribuições da perspectiva construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica* 30(69), 07-16. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v30i69.617>.
- Rasera, Emerson F.; & Japur, Marisa (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21–29.
- Rasera, Emerson F.; & Japur, Marisa (2018). *Grupo como construção social*. Aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo. 2. ed. Instituto Noos.
- Ravagnani, Gabriela S. (2019). *A integração de teorias e técnicas na prática clínica em terapia familiar*. Tese [Doutorado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto]. <https://doi.org/10.11606/T.59.2019.tde-01062020-191050>.
- Reis, Ana Paula; Góes, Emanuelle F.; Pilecco, Flávia B.; Almeida, Maria da Conceição de; Diele-Viegas, Luisa Maria; Menezes, Greice. M.; Aquino, Estela M. (2020). Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle

no Brasil. *Saúde Em Debate*, 44 (spe4), 324–340. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E423>.

Reynolds, Vikki; Dupuis-Rossi, Riel; & Heath, Travis (2021). Inspiring Believed-in-Hope as an Ethical Position: Vicarious Resistance & Justice Doing. *Journal of Contemporary Narrative Therapy, Release 1*, 2-18.

[https://www.journalcnt.com/uploads/9/4/4/5/94454805/may\\_release.pdf](https://www.journalcnt.com/uploads/9/4/4/5/94454805/may_release.pdf).

Reynolds, Vikki; & Hammoud-Beckett, Sekneh (2012). Vikki Reynolds interviewed by Sekneh Hammoud-Beckett. Bridging the worlds of therapy & activism: Intersections, tensions & affinities. *The international journal of narrative therapy and community work*, 4, 57-61.

<https://vikkireynoldsdotca.files.wordpress.com/2017/12/reynoldsandhammoud-beckett2012bridging-therapy-activism.pdf>.

Rubin, Gayle (2017). O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. In *Políticas do sexo*. Coleção Argonautas (p. 9-61). Ubu Editora.

Russel, Shona; & Carey, Maggie (Comp.) (2007). *Terapia Narrativa*. Respondendo às suas perguntas (A. Francisco, trad.). Dulwich Centre Publications. Centro de Estudos e Práticas Narrativas.

Sánchez, Lucía P.; Ávila, Marcela R.; Castañeda, Georgina C.; Perelis, Clara S., Correio, Rosario de J.; & Moreno, Sadooj D. (2019). La jubilación y la sororidad femenina: una propuesta de trabajo desde las prácticas colaborativas dialógicas y las narrativas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(62), 34–54. <https://doi.org/10.38034/nps.v27i62.443>.

Santos, Antonio C.; & Araújo, Jaileila de (2022). Gênero e Psicologia: Experimentações Discursivas na Produção do Conhecimento sobre a Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233540>.

- Santos, Gabrielle C.; Brisola, Elizabeth. B.; Moreira, Diva; Tostes, Guilherme W.; Cury, Vera. E. (2023). Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: Um Estudo Fenomenológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e249674.
- Santos, João Laurentino dos; S. (2011). Valores Familiares e Educação dos Filhos na Contemporaneidade. In Macedo, Rosa Maria S. et al. (Org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década* (p. 169- 180). Editora Roca.
- Santos, Lais Rocha, & Cerqueira-Santos, Elder (2016). Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais. *Pensando Famílias*, 20(2), 85-98.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200007&lng=pt&tlng=pt).
- Santos, Luana C.; Carvalho, Ana B.; Amaral, Julião G.; Borges, Larissa A.; Mayorga, Cláudia (2016). Gênero, feminismo e psicologia social no brasil: análise da revista psicologia & sociedade (1996-2010). *Psicologia & sociedade*, 28(3), 589–603.
- Schneider, Cas (1994). A luta por uma prática feminista na terapia de família: a prática. In Perelberg, Rosine J.; Miller, Ann C. (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 131-151). Imago Editora.
- Schucman, Lia. V.; & Martins, Hildeberto. V. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 172-185.
- Scott, Joan (2019). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In Hollanda, Heloisa B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (p. 49-83). Bazar do Tempo.
- Seixas, Maria Rita D. (Org.). (2010). *Origem e trajetória da terapia familiar no Brasil*. Editora Roca.
- Shazer, Steve (1985). *Keys to solution in brief therapy*. WW Norton.
- Shazer, Steve (1994). *Words were originally magic*. WW Norton.

- Silva, Gabriela Martins, & Gonzaga, Domitila Shizue Kawakami (2020). Psicologização do machismo e romantização da violência de gênero no filme *Wifi Ralph*. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 76-90. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i68.561>.
- Siu-Wai, Little (2004). Reconstructing life journeys: Group work with young women who experience mental illness. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 1-14. <https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2021/12/Reconstructing-Life-Journeys-Group-Work-with-Young-Women-Who-Experience-Mental-Illness.pdf>.
- Souza, Beatriz; Tiago, Eliana; Mongim, Jocilene; Lindinger, Luciana; & Barone, Antonella (2021). Gênero e sexualidades na Revista Interamericana de Psicologia: uma revisão sistemática. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(1), e1395. <https://doi.org/10.30849/ripijp.v55i1.1395>.
- Souza, Laura V. (2018). Aconselhamento Psicológico como Construção Social. *Psicol. Ciência e Profissão*, 38(2), 262-274.
- Spink, Mary Jane P.; Medrado, Benedito (2013). Produção de Sentido no Cotidiano: Uma abordagem teórica-metodológica para análise das práticas discursivas. In Spink, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 22-41). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, Mary Jane P; Menegon, Vera Mincoff (2013). A Pesquisa como Prática Discursiva. In Spink, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 42-71). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, Mary Jane P. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de pesquisas sociais.

- Spink, Mary Jane P.; Brigagão, Jacqueline Isaac M.; Nascimento, Vanda Lúcia V.; & Cordeiro, Mariana P. (Org.) (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Centro de Pesquisas Sociais.
- Spink, Peter Kevin (2013). Análise de documentos de domínio público. In *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (p. 100-127). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, Peter Kevin (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.
- Schulz, Florian (2021). Mothers', Fathers' and Siblings' Housework Time Within Family Households. *J. Marriage Fam*, 83, 803-819. <https://doi.org/10.1111/jomf.12762>.
- Spivak, Gayatri C. (2021). *Pode o subalterno falar?* (S. R. Almeida; M. P. Feitosa; A. P. Feitosa, trad.). 5ª reimpr. Editora UFMG.
- Taillade, Jaslean J. L.; & Jacobson, Neil S. (1998). A terapia comportamental. In Elkaim, M. (Org.) *Panorama das terapias familiares*. Vol.1 (E. C. Heller, trad.) (p. 23-56). Ed. Summus.
- Tamasese, Kiwi; & Waldegrave, Charles (1994). Cultural and Gender Accountability in the 'Just Therapy' Approach. *Journal of Feminist Family Therapy*, 5(2), 29-45. [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J086v05n02\\_03](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J086v05n02_03).
- Teitelbaum, Suely (2010). História da Terapia Familiar no Rio Grande do Sul. In Seixas, M. R. (Org.). *Origem e trajetória da terapia familiar no Brasil* (p.161-189). Editora Roca.
- Teixeira, Marina Sidrim (2017). Percepções dos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro sobre a questão de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(59), 119-122. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-78412017000300012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412017000300012&lng=pt&tlng=pt).

- Tipirneni, Renuka (2021). A data-informed approach to targeting social determinants of health as the root causes of COVID-19 disparities. *American Journal of Public Health, 111*, 620–622.
- Urry, Amy (1994). A luta por uma prática feminista na terapia de família: premissas. In Perelberg, Rosine Josef; & Miller, Ann C. (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias*. (M. C. Fernandes, trad.) (p. 116-147). Imago Editora.
- Van Eeden-Moorefield, Brad; Few-Demo, April L.; Benson, Kristen; Bible, Jacqueline; & Lummer, Shannon (2018). A Content Analysis of LGBT Research in Top Family Journals 2000-2015. *Journal of Family Issues, 39*(5), 1374–1395.  
<https://doi.org/10.1177/0192513X17710284>.
- Verza, Fabiana; Sattler, Marli Kath; & Strey, Marlene Neves (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando Famílias, 19*(1), 46-60.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt).
- Verza, Fabiana; & Strey, Marlene Neves (2019). Quando vem uma mãe chefe de família para a terapia: a ótica de terapeutas de família sobre a monoparentalidade feminina. *Psicologia em revista, 25*(2), 575-592. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p575-592>.
- Von Muhlen, Bruna Krimberg, & Sattler, Marli (2016). Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal. *Pensando Famílias, 20*(2), 192-201.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200014&lng=pt&tlng=pt).
- Vasconcellos, Maria José Esteves de (2013). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 10. ed. Papirus.

- Vezzosi, Jean. I.; Ramos, Mozer M.; Almeida Segundo, Damião; & Costa, Angelo B. (2019). Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n. spe3), 174-193. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228539>.
- Vianna, Cristina; & Diniz, Gláucia (2014). Gênero, Feminismos e saúde mental: Implicações para a prática e a pesquisa em psicologia clínica. In Zanello, Valeska; Andrade, Ana Paula Muller de (Org.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p. 81-107). Editora Appris.
- Visschedijk, Manja (2015). Review of non-monogamies. Conference (NMCI) held in Portugal. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 4, 61-66. <https://www.dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2021/12/Review-of-Non-Monogamies-by-Manja-Visschedijk.pdf>.
- Walters, Marianne (1994). Uma perspectiva feminista da terapia da família. In Perelberg, Rosine J.; Miller, Ann C. (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (p. 27-46). Imago Editora.
- Watson, Marlene F. Facing the black shadow: Power from the inside out. In: *Re-visioning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3ª ed. (Orgs.) Monica McGoldrick e Kenneth V. Hardy. New York: The Guilford Press. (p.200-215), 2019.
- Watson, Marlene F; Bacigalupe, Gonzalo, Daneshpour, Manijeh; Han, Wen-Jui; & Parra-Cardona, Rúben (2020). Covid-19 inter-connectedness: Health inequality, the climate crisis, and collective trauma. *Family Process*, 59, 832–846. <https://doi.org/10.1111%2Ffamp.12572>.
- Watzlawick, Paul; Beavin, Janet Helmick; & Avila, Jackson D. (2004). *Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação* (A. Cabral, trad.). Editora Cultrix.

- Weingarten, Kaethe (2010). Reasonable hope: construct, clinical applications, and supports. *Fam Process*, 49(1), 5-25. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01305.x>.
- Welzer-Lang, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2), 460–482.
- Wheeler, Dorothy; Avis, Judith Myers; Miller, Lorie A.; & Chaney, Sita MS (1986). Rethinking Family Therapy Education and Supervision. *Journal of Psychotherapy & The Family*, 1(4), 53-71. [https://doi.org/10.1300/J287v01n04\\_06](https://doi.org/10.1300/J287v01n04_06).
- White, Michael (1995). ‘The Politics of Therapy.’ Interviewed by Leslie Allen. In *Re-authoring lives: Interviews and essays*. Dulwich Centre Publications.
- White, Michael (2011). *Narrative practice: Continuing the conversations*. Norton.
- White, Michael (2012). *Mapas da Prática Narrativa*. Centro de estudos e Práticas Narrativas.
- White, Michael (2016). *Narrative Therapy Classics*. Dulwich Centre Publication.
- White, Michael, & Epston, David (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. Norton.
- Wittig, Monique (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios* (Galvão, M. M., trad.). Editora Autêntica.
- Yuen, Angel (2020). *Pathways Beyond Despair: Re-Authoring Lives of Young People Through Narrative Therapy*. Dulwich Centre Publication.
- Zanchetta, Nayara Pantaleão, & Hintz, Helena Centeno (2022). Educação permanente na atenção básica: contribuições da Teoria Sistêmica frente à violência conjugal. *Pensando Famílias*, 26(1), 189-197. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2022060000014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2022060000014&lng=pt&tlng=pt).
- Zanello, Valeska; Andrade, Ana Paula M. (Org). (2014). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (p.129-147). Editora Appris.

- Zanello, Valeska (2014). Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In Stevens, Cristina; Oliveira, Susane Rodrigues; & Zanello, Valeska (Orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas* (p. 108-118). Editora Mulheres.
- Zanello, Valeska (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, Valeska; Fiuza, Gabriela; & Costa, Humberto S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246.  
<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.
- Zanello, Valeska; Silva, René Marc C. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), 267-279.  
[https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/745/776](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745/776).
- Zerbinati, João Paulo, & Bruns, Maria Alves de Toledo (2018). A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? *Pensando Famílias*, 22(2), 37-51.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200004&lng=pt&tlng=pt).

## Anexo A – Documento Mínimo Norteador de Formação 2008

<b>DOCUMENTO MÍNIMO NORTEADOR DE FORMAÇÃO 2008</b>
--

No uso de suas atribuições a Comissão de Formação do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF 2002-2004 elaborou com a participação de profissionais formadores em Terapia Familiar e de Casal este documento mínimo que se propõe reger o reconhecimento da Formação em Terapia Familiar e de Casal pela ABRATEF.

Segue abaixo o novo texto do DOCUMENTO MÍNIMO NORTEADOR DE FORMAÇÃO com as resoluções da Comissão de Formação do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF 2006-2008, com aprovação por unanimidade do CDC 2006-2008.

### 1 - Carga horária mínima (resolução CDC 2006-2008)

Válido a partir de 2009 para as novas turmas de formação. O cômputo de cada hora-aula é, segundo a tradição, de 50 minutos. Os cursos de formação em terapia de família reconhecidos pelas regionais filiadas a ABRATEF devem oferecer carga horária de 500 horas-aula, distribuídas entre teoria e prática, a saber:

- O mínimo de 250 horas: Formação teórica
- O mínimo de 100 horas: Atendimento clínico supervisionado
- O mínimo de 100 horas: Exercício e vivências para o desenvolvimento de recursos técnicos com a pessoa do terapeuta.
- O mínimo de 50 horas: tempo organizado em um Banco de Horas, computado de acordo com as normas internas dos Cursos de Formação, como por exemplo, em aulas não presenciais, como a participação em cursos e congressos.

### 2 - Conteúdo programático:

- 2.1 – Bases epistemológicas e teóricas
- 2.2 – História da Terapia Familiar
- 2.3 – Originadores e Escolas precursoras
- 2.4 – Metodologias de Intervenção no Processo Terapêutico
- 2.5 – Trabalho com a pessoa do terapeuta: família de origem do terapeuta e desenvolvimento de habilidades pessoais.
- 2.6 – Prática do atendimento: a) Simulação / b) Observação / c) Atendimento ao vivo / d) Atendimento do aluno / e) Supervisão

### 3 - Critérios de Avaliação:

- 3.1 - Presença mínima de 80% nas aulas
- 3.2 - Participação nas vivências
- 3.3 - Trabalho de conclusão de curso: a critério do instituto formador

### II - CRITÉRIOS PARA SER FORMADOR

Para ser reconhecido como formador em Terapia Familiar e de Casal pela ABRATEF o profissional deverá preencher os requisitos:

- 1) Ser membro titular de uma Associação Regional da ABRATEF
- 2) Ser apresentado por 3(três) sócios fundadores da regional da ABRATEF ou ter seu curso reconhecido por uma regional da ABRATEF.
- 3) Comprovar produção científica sob a forma de apresentações em Congressos, publicações de trabalhos e pesquisas.
- 4) O formador deverá conjugar as atividades de professor e supervisor.

### III - RECONHECIMENTO DOS CURSOS

- 1) O curso deverá seguir o Documento Mínimo da Formação da ABRATEF

- 2) O formador deverá seguir os critérios para qualificação de formador da ABRATEF
- 3) O corpo docente do curso de formação deverá ter no mínimo dois formadores reconhecidos por uma regional da ABRATEF.
- 4) O verso dos certificados do curso deverá conter o número de horas e o programa do curso de Formação em Terapia Familiar e de Casal

#### IV - RECONHECIMENTO DOS INSTITUTOS FORMADORES

- 1) O Instituto Formador deverá apresentar à Regional da ABRATEF o seu programa básico acompanhado do conteúdo das disciplinas teóricas e práticas, a carga horária, a forma de avaliação e a data de início das atividades didático - pedagógicas.
- 2) O Instituto Formador deverá comprovar com o curriculum vitae do seu corpo docente habilitação para ministrar disciplinas do Curso de Formação de Terapeutas de Família e de Casal.
- 3) Título de Formador de Terapeutas de Família e de Casal do coordenador do curso de formação expedido por uma das Associações Regionais que compõem a ABRATEF.
- 4) Comprovação atualizada da filiação do coordenador do curso junto a uma regional da ABRATEF há no mínimo dois anos.

#### CONSIDERAÇÕES APROVADAS PELO CDC 2006-2008

- 1) A redefinição do **Documento Mínimo de Formação** e da **Função Formador**, como **NORTEADORES** e não como exigências. Ou seja, renomeados como: **Documento Mínimo Norteador de Formação** e da **Função Formador Norteadora**.
- 2) A continuidade da pauta sobre o **Documento Mínimo Norteador de Formação** e **Função Formador Norteadora** para discussão, ampliação e elaboração. Esses temas deverão prevalecer no foco dos trabalhos da próxima comissão de formação, a ser eleita para o biênio 2008-2010, independente dos demais temas envolvidos.
- 3) A criação de um FORUM PERMANENTE para a discussão contínua do **Documento Mínimo Norteador de Formação** e da **Função Formador Norteadora** nos ENCONTROS DE FORMADORES. A Comissão de Formação do CDC deve zelar por esse espaço dialógico, para que esses temas possam ser sempre temas de conversações. E deverá cuidar das mudanças que se façam necessárias, buscando sempre um espaço de consenso junto as regionais filiadas a ABRATEF.
- 4) A visibilidade do **Documento Mínimo Norteador de Formação** e da **Função Formador Norteadora** no site da ABRATEF e das Regionais. Sugestão de que também os INSTITUTOS FORMADORES divulguem esses documentos.

A apresentação das quatro conclusões da Comissão de Formação levantou grande interesse entre os demais representantes do CDC, o impacto desses fatos resultou não só no consenso por sua aprovação, mas na sua ampliação. Assim, na interface entre tantos saberes, além dos quatro quesitos acima, foram aprovados por unanimidade novas seis propostas, a saber:

- 5) A nova redação do texto do **Documento Mínimo Norteador de Formação**, válido a partir de 2009 para as novas turmas de formação. O cômputo de cada hora-aula é, segundo a tradição, de 50 minutos. Os cursos de formação em terapia de família reconhecidos pelas regionais filiadas a ABRATEF devem oferecer carga horária de 500 horas-aula, distribuídas entre teoria e prática, a saber:
  - O mínimo de 250 horas: Formação teórica
  - O mínimo de 100 horas: Atendimento clínico supervisionado
  - O mínimo de 100 horas: Exercício e vivências para o desenvolvimento de recursos técnicos com a pessoa do terapeuta.

- O mínimo de 50 horas: tempo organizado em um Banco de Horas, computado de acordo com as normas internas dos Cursos de Formação, como por exemplo, em aulas não presenciais, como a participação em cursos e congressos.

6) A exclusão dos seis itens do capítulo V que trata dos *Crêterios para o Aluno em Formação e sua Titulação* do Documento Mínimo Norteador de Formação. Essa exclusão temporária deverá ser reavaliada futuramente pelos sucessores da comissão de formação e do estatuto, em função da importante discussão sobre quem pode ou não ser terapeuta de família e aluno dos cursos de especialização, segundo capítulo excluído e descrito abaixo em itálico.

7) A legitimidade da Regional no reconhecimento do INSTITUTO FORMADOR. A regional deverá apresentar seus critérios para a renovação desse reconhecimento, que deve ocorrer a cada dois anos. Esse procedimento de revalidação será adotado no ENCONTRO DE FORMADORES. O objetivo principal desta medida é, a partir do bom senso dos associados de cada regional, estimular o intercâmbio entre OS INSTITUTOS FORMADORES e as Regionais.

8) Toda a equipe formadora permanente do INSTITUTO FORMADOR reconhecido deverá ser composta por associados na categoria TITULAR.

9) A concessão às Regionais de um SELO da ABRATEF, de acordo com proposta da ATF-RIO. Portanto, cada Regional emitirá a relação dos INSTITUTOS FORMADORES, reconhecidos, os quais receberão o SELO ABRATEF. No Encontro de Formadores, que acontece a cada dois anos, as Regionais apresentarão a lista dos INSTITUTOS FORMADORES que tiveram seu reconhecimento revalidado. É sugerido que, no site da ABRATEF, sejam listados os INSTITUTOS FORMADORES reconhecidos por cada Regional.

10) A elaboração de uma "*Carta Convite*" com o objetivo de construir o espaço de pertinência do profissional e proporcionar a aproximação das Regionais ao final dos cursos. A *Carta Convite* será enviada aos formandos não-membros aspirantes como um estímulo ao ingresso na Regional. O SELO ABRATEF será anexado aos certificados dos formandos dos cursos de especialização em terapia familiar. Os dados com o nome do formando, o número do selo, o nome do instituto e da respectiva Regional, serão registrados na ABRATEF.

#### **Comissão de formação eleita para o CDC 2006-2008**

- Cynthia Ladvocat - COORDENADORA
- Gilda Franco Montoro
- Katia Bastos Fonseca
- Maria Cristina D'Ávila de Castro
- Éda Brasiliense
- Neyde Bittencourt de Araújo
- Roberto Faustino de Paula

Colaboradores: Helena Hintz e Vania Castilho

Devemos ressaltar a importância do trabalho das comissões 2002-2004 e 2004-2006 que elaboraram, respectivamente, o Documento Mínimo de Formação e o Documento sobre o Perfil do Formador, os quais produziram um profundo debate sobre a formação e o formador. O impacto desses documentos serviu de base para o Levantamento da Comissão de Formação 2006-2008.

O registro da ata da reunião em Florianópolis em abril de 2008 foi elaborado por Cynthia Ladvocat, Gilda Montoro e Neyde Bittencourt. As conclusões e considerações finais sobre o trabalho desenvolvido por esta comissão foram possíveis a partir da participação dos demais colegas nas reuniões do CDC, a saber: Maria Cristina D'Ávila de Castro, Éda Brasiliense e Helena Hintz.

*Cynthia Ladvocat*  
Coordenadora da Comissão de Formação 2006-2008

Link para acesso: <https://aptf.org.br/wpcontent/uploads/2021/07/norteador.pdf>